

Ana Paula Brito e Giovane Rodrigues Jardim *(organizadores)*

“CANCELADO EN EL CONTI”:

Disputas e estratégias para trabalhar memórias traumáticas em espaços memoriais diante da ascensão da extrema direita na América Latina



Ana Paula Brito e Giovane Rodrigues Jardim *(organizadores)*

“CANCELADO EN EL CONTI”:

Disputas e estratégias para trabalhar memórias traumáticas em espaços memoriais diante da ascensão da extrema direita na América Latina



© 2025 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Organizadores

Ana Paula Brito

Giovane Rodrigues Jardim

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Organizadores/MultiAtual

Revisão: Marlise Buchweitz

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Silvana Maria Aparecida Viana Santos, Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, FICS

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

“Cancelado En El Conti”: Disputas e estratégias para trabalhar memórias traumáticas em espaços memoriais diante da ascensão da extrema direita na América Latina

B862c / Ana Paula Brito; Giovane Rodrigues Jardim (organizadores). – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2025. 236 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6009-223-5

DOI: 10.5281/zenodo.17754099

1. Organizações internacionais de partidos da direita. 2. América Latina. 3. Disputas e estratégias. I. Brito, Ana Paula. II. Jardim, Giovane Rodrigues. III. Título.

CDD: 324.13

CDU: 32

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoramultiatual.com.br/2025/11/cancelado-en-el-conti-disputas-e.html>





¡HAY DESPIDOS MASIVOS
¡REBATADORYS EN LUCHA

BO CULTURAL DE LA MEMORIA
MARCELO CONTI

“CANCELADO EN EL CONTI”:

Disputas e estratégias para trabalhar memórias traumáticas em espaços
memoriais diante da ascensão da extrema direita na América Latina

Ana Paula Brito e Giovane Rodrigues Jardim (organizadores)

Apresentação

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia*

(Chico Buarque de Hollanda, 1970)

“Cancelado en el Conti” é um livro protesto em que se reúnem pesquisas elaboradas e apresentadas no *XV Seminario Internacional Políticas de la Memoria* na Ciudad Autónoma de Buenos Aires, APESAR da censura e do cancelamento do evento pela *Secretaría de Derechos Humanos* do governo argentino de Javier Milei. Centenas de pesquisadores de diferentes países foram surpreendidos no primeiro dia do evento com a proibição de acessar e de realizar as atividades previstas no *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti*, o que foi contornado pela organização do seminário por meio do trabalho voluntário de funcionários que haviam sido demitidos nos meses anteriores e que se colocaram à disposição para realizar o evento, e pela disponibilidade de espaços alternativos junto a organismos de memória e direitos humanos também localizados no *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, na Ex-Escuela Mecânica da Armada. Frente à censura, diversas delegações se manifestaram em repúdio; os integrantes da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC) participaram de uma assembleia pública dos participantes do seminário, e em solidariedade aos organizadores cantaram, junto aos demais presentes, a música de Chico Buarque que transcrevemos em epígrafe e que possibilita situar a esperança frente ao autoritarismo, pois “amanhã há de ser outro dia”. Esta também foi uma oportunidade para enfatizar a retomada das pesquisas e do apoio à ciência no Brasil, uma vez que parte das pesquisas ali censuradas, foram financiadas e apoiadas por agências de fomento do Estado brasileiro, assim como de tantos outros países que encontram anualmente nesse seminário um espaço acadêmico de comunicação científica.

O *XV Seminario Internacional Políticas de la Memoria* foi *“Cancelado en el Conti”*, mas aconteceu APESAR de tudo, em outros espaços, tendo como tema geral *“Reflexiones, archivos y testimonios: A 40 años del Nunca más”*. Trata-se de um dos mais importantes, se não o mais importante, evento acadêmico no âmbito das

políticas públicas de memória no Cone Sul, e que acontece anualmente desde o ano de 2008 por iniciativa do *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* que está instalado nas dependências da ex. Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), local que durante a última ditadura civil-militar na Argentina (1976-1983) teve as instalações utilizadas como centro clandestino de detenção, tortura e extermínio. Desde o ano de 2004, o espaço foi transformado em um organismo público de memória e direitos humanos, integrando representantes do governo nacional, da Cidade Autônoma de Buenos Aires e de organismos de direitos humanos. Como esse cancelamento e a censura não foram um ato isolado, em janeiro de 2025 o *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* teve suas atividades suspensas, e seu futuro ainda é incerto.

As pesquisas aqui reunidas possuem como horizonte a proposta da mesa temática intitulada *“Disputas y estrategias de trabajo con memorias traumáticas en espacios de memoria frente al avance de la extrema derecha en Latinoamérica”*. Em outras palavras, o que era para ser o tema a ser debatido entre os apresentadores e interessados pela mesa durante o seminário, tornou-se uma experiência de como o conhecimento e o debate científico são tratados por governos da extrema direita, como também há necessidade de resistência e de posicionamentos frente ao cerceamento dos debates. Dessa forma, a mesa temática da REBRAPESC e do Grupo de Pesquisa Sítios de Memória e Consciência (IFRS/campus Erechim) foi realizada nos corredores da *Casa Nuestros Hijos, la Vida y la Esperanza de Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora*, rompendo com o cancelamento e como uma oportunidade de debates APESAR da indignação e das tentativas de silenciamento oficial.

Para muitos dos participantes, entretanto, o espaço de memória e direitos humanos que nos últimos 20 anos tem sido de formação e educação, relembrou o tempo em que centenas de pessoas foram, nessas instalações, presas e torturadas por suas ideias políticas. Nesse sentido, se os debates e as apresentações de trabalho foram resistência, o caminhar pelos corredores e pelos pátios, o encontro com participantes de outras mesas e com a organização do seminário, o diálogo com os funcionários amedrontados e com os já demitidos, foram uma experiência de um silenciamento em um espaço que tem sido de alegrias, de músicas e do “nunca mais”. Ao comemorar 40 anos, pareceu, para muitos, algo tão próximo do que já tinham vivido, e para outros, o compartilhamento de incertezas que atravessou os

argentinos nesse ano. E foi nesse contexto que, sem saber o que expressar, em coro cantamos o “Apesar de você/ Amanha há de ser/ Outro dia”.

Esta publicação é um ato de APESAR, de contrariedade ao “*Cancelado en el Conti*” e um ato de solidariedade e de denúncia. Solidariedade porque sabemos que não apenas nessa censura, mas com o recente fechamento do *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti*, a tradicional publicação dos trabalhos é algo distante para os organizadores que, em sua maioria, se não todos, foram demitidos. Denúncia porque no Brasil, tornamos um pouco mais conhecida essa situação, divulgamos o ocorrido aqui como um alerta para o que precisamos evitar, mas compartilhamos com os argentinos e com os demais participantes de outros países que lá estavam não só os trabalhos elaborados e apresentados em nossa mesa, mas a nossa indignação com o que “nunca mais” deveria acontecer, mas que aconteceu em 2025 e que contou, novamente, com a omissão de setores da sociedade e do Estado, e que, dicotomicamente, partiu de uma Secretaria de Direitos Humanos.

As apresentações e os debates na mesa temática nº 35 deram origem aos treze capítulos deste livro, e, escritos em castelhano ou em português, são pesquisas de integrantes da REBRAPESC e de convidados, e propõem pensar, a partir de múltiplas perspectivas, o trabalho da memória em tempos tão difíceis. No primeiro capítulo, Brito e Jardim que foram os coordenadores da mesa temática, abordam o trabalho desenvolvido pela REBRAPESC em “Rede brasileira de pesquisadores de sítios de memória e consciência e as relações entre violência, espaços e memórias de passados traumáticos no Brasil”. No segundo capítulo, Abreu reconstrói e analisa alguns esforços para a preservação e difusão da memória de Marielle Franco, em “Quantas mais vão precisar morrer?: o trabalho de memória em torno da figura de Marielle Franco”. No terceiro capítulo, Dias, Júnior e Ribeiro analisam o papel dos museus de território indígena no Ceará como ferramentas de reafirmação da identidade étnica e reivindicação de direitos constitucionais, em “O papel dos museus indígenas frente a perseguição da extrema direita aos povos originários: negação do direito à terra e violações dos direitos humanos”. No quarto capítulo, Souza apresenta a disputa em torno da memória pública de Luiz Carlos Prestes, evidenciada tanto nos diferentes significados atribuídos a sua figura ao longo do tempo quanto nos embates sobre a construção e a manutenção de memoriais em sua homenagem, em “Vidas notáveis e memórias em disputa: sobre os memoriais

dedicados a Luiz Carlos Prestes no Brasil”. No quinto capítulo, Ferreira, Fernandes e Oliveira analisam a construção de espaços de memória negra no Brasil, com foco no Museu Afro-Brasil-Sul (MABSul) e no Instituto dos Pretos Novos (IPN), em “A instituição de lugares de memórias afro diaspóricas: Instituto Pretos Novos e Museu Afro Brasil Sul-1. No sexto capítulo, Gonçalves, Vasconcelos e Cidade tratam das contradições entre desenvolvimento urbano, valorização ambiental e preservação da memória histórica em Porto Alegre, com foco na orla do Guaíba, em *“Políticas urbanas y contradicciones: Transformaciones y lugares de memoria en la ribera del Guaíba”*. No sétimo capítulo, Janovitch trata da relação entre cemitérios e a memória urbana, destacando como esses espaços funcionam como registros históricos vivos das cidades e de seus habitantes, em “Lembranças da última amiga: memórias de morte e de vida em disputa. No oitavo capítulo, Jardim enfoca nos museus da memória no Cone Sul da América Latina como políticas públicas que buscam promover o reconhecimento, a reparação e a não repetição, conectando memória, verdade, justiça e reparação, em *“Sitios de Memoria y Conciencia como políticas públicas: sobre los museos de la memoria como elaboración del pasado”*. No nono capítulo, Lima trata da memória da ditadura civil-militar no Piauí, especialmente em relação à Central de Artesanato Mestre Dezinho, em “O Dever de Lembrar e o Direito de Esquecer: Os Percursos da Memória da Ditadura Militar Brasileira na Central de Artesanato Mestre Dezinho em Teresina – Piauí”. No décimo capítulo, Moreno aborda as diferentes memórias (oficiais, alternativas, desobedientes, sensíveis e outras) e como elas influenciam e disputam locais e espaços (arquitetura) de memória, em “Como sobreviví en la memoria”. No décimo primeiro capítulo, Rodriguez aborda os sites de memória e seus processos de musealização a partir dos estudos de comunicação, destacando-os não apenas como espaços que promovem a memória, mas também como verdadeiros divulgadores e comunicadores científicos, em *“Las políticas de memoria cómo comunicadores de la ciencia y contra el negacionismo histórico”*. No décimo segundo capítulo, Schons examina as memórias reprimidas e os traumas históricos decorrentes da ditadura civil-militar no Brasil e do Estado Novo português, com foco nas obras de Conceição Evaristo e Isabela Figueiredo, em “Testemunhos de ditaduras ibero-americanas: memórias pós-coloniais em Conceição Evaristo e Isabela Figueiredo”. Waismann e Wohlgemuth propõem uma análise sobre as disputas por memórias no contexto político e social

brasileiro atual, focando em como a extrema direita político-religiosa busca construir narrativas que reforcem seu projeto de poder, alinhado à teologia do domínio, em “Disputa por memórias: como a teologia do domínio procura construir narrativas na sociedade brasileira”.

Nem todos os participantes da mesa disponibilizaram o texto para a publicação, aos quais da mesma forma agradecemos o debate, a presença e a colaboração. Aos organizadores do *XV Seminário Internacional Políticas de la Memoria*, aos funcionários do *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti* que mesmo demitidos foram garantir a realização do seminário, e aos organismos de direitos humanos que cederam seus espaços e receberam as dezenas de mesas temáticas previstas, o nosso agradecimento. Que a publicação de *“CANCELADO EN EL CONTI”: Disputas e estratégias de trabalho com memórias traumáticas em espaços de memória frente ao avanço da extrema direita na América Latina*, possa contribuir com este APESAR em relação à censura, ao cancelamento dos debates e das pesquisas, que não é uma experiência isolada dos argentinos, mas de tantas outras sociedades frente ao advento de governantes que não aceitam a pluralidade humana e o seu livre pensar.

Giovane Rodrigues Jardim

SUMÁRIO

Rede Brasileira de Sítios de Memória e Consciência e as relações entre violência, espaços e memórias de passados traumáticos no Brasil.....	13
Quantas Mais Vão Precisar Morrer?: o trabalho de memória em torno da figura de Marielle Franco.....	37
O Papel dos Museus Indígenas Frente à Perseguição da Extrema Direita aos Povos Originários: negação do direito à terra e violações dos direitos humanos	46
Vidas Notáveis e Memórias em Disputa: sobre os memoriais dedicados a Luiz Carlos Prestes no Brasil.....	63
A Instituição de Lugares de Memórias Afro Diaspóricas: Instituto Pretos Novos e Museu Afro Brasil Sul -1	78
Políticas Urbanas y Contradicciones: transformaciones y lugares de memoria en la Ribera del Guaíba.....	97
Lembranças da Última Amiga: memórias de morte e de vida em disputa	116
Sitios de Memoria y Conciencia como Políticas Públicas: sobre los museos de la memoria como elaboración del pasado	129
O Dever de Lembrar e o Direito de Esquecer: os percursos da memória da ditadura militar brasileira na Central de Artesanato Mestre Dezinho em Teresina - Piauí.....	149
Como Sobrevivi En La Memoria	168
Las Políticas de Memoria cómo Comunicadores de la Ciencia y Contra el Negacionismo Histórico	188
Testimonios de Dictaduras Iberoamefricanas: memorias poscoloniales en Conceição Evaristo e Isabela Figueiredo	202
Disputa por Memórias: como a teologia do domínio procura construir narrativas na sociedade brasileira.....	218

REDE BRASILEIRA DE SÍTIOS DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA E AS RELAÇÕES ENTRE VIOLÊNCIA, ESPAÇOS E MEMÓRIAS DE PASSADOS TRAUMÁTICOS NO BRASIL

DOI: 10.5281/zenodo.17741048

Ana Paula Ferreira de Brito¹

Giovane Rodrigues Jardim²

Introdução

O universo da memória é um território de investigação denso e diverso em possibilidades de abordagens teórico-metodológicas refletidas nas mais variadas disciplinas que operam com o tema. No caso da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC), que opera essencialmente com questões e reflexões acerca de e com memórias de passados socialmente traumáticos, nos diversos momentos de intercâmbio entre os pesquisadores, são evidenciadas várias camadas de complexidades desse trabalho conectado com o presente tendo incidências com o pesquisador e seu meio.

A Rede acolhe essa realidade que inclui dificuldades próprias da temática, não negando os impactos que investigar e ativar memórias de violências do passado (e do presente), afetam pesquisadores, pesquisados, grupos articulados e sociedade em geral. Essa é uma das observações que tem sido possível diagnosticar e registrar no âmbito do trabalho da REBRAPESC. Uma rede que se mobiliza pelo contínuo compartilhamento de reflexões teóricas e metodológicas, não somente respeitando, mas também reivindicando a necessidade da equidade entre saberes acadêmicos e práticos, da pesquisa e da interação social, da memória para a ação

¹ Professora do PPG de Antropologia e do Curso de Museologia da UFPE. Pós-doutoranda da FAUD-USP (Processo nº 2023/13497-2 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Doutora em História (PUC/SP), Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPE) e Mestra em Museologia (UFRGS). Fundadora e coordenadora da REBRAPESC.

² Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural; Docente do IFRS campus Erechim. O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), e com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – “Código de Financiamento 001”. Vice-coordenador da REBRAPESC.

na chave do esperar freiriano, que não espera, mas que se move a criar algo. Nestes termos, a rede oportuniza espaços de diálogo e de enfrentamento coletivo contra o silenciamento de memórias traumáticas que foram historicamente marginalizadas.

No Brasil, tão popularmente promovido como o país da simpatia, da Bossa Nova e do “jeitinho” cordial de resolver tudo assumindo a política da boa vizinhança, enfrentar memórias de violências não é uma prática sistemática. Há entre nossos membros da rede, relatos de pesquisadores que em algum momento de suas atividades foram desestimulados a fazer investigações, como, por exemplo, sobre a ditadura brasileira.

A própria história nacional, similar a outros países do continente latinoamericano que foram invadidos, é repleta de violências que perpetuam e promovem novas violências ao não assumir perspectivas decoloniais ao abordar as invasões marítimas. São muitos os exemplos na história brasileira que podem ser citados para demonstrar o quanto fomos sendo manipulados a silenciar sobre conflitos, disputas e violências. Ao longo de nossos conflitos internos, silêncios institucionalizados (Brito, 2017) e mesmo esquecimentos manipulados (Michel, 2010) foram impostos por diferentes estratégias de controle e indução de esquecimentos públicos oficiais.

Percorrendo diversas camadas de complexidade próprias de temas relacionados a violências, pesquisadores de distintas disciplinas têm defendido a importância de trabalhos interdisciplinares para operar com memórias de passados socialmente traumáticos. Refletem também sobre a importância de ampliar a valorização dos saberes em torno da reflexão crítica, escapando da autoridade acadêmica como figura central e inquestionável. Deste modo, passam a incentivar a produção e valorização de discussões teóricas e metodológicas a partir das experiências dos chamados “empreendedores da memória” (Jelin, 2017) que estão no dia a dia ativando essas memórias historicamente marginalizadas do espaço público oficial.

Reconhecendo que este universo de estudos tem peculiaridades e desafios que marcam a história também daqueles que decidem enfrentar esses temas, foi criada em 2018 a Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência. A rede visa estabelecer a socialização dos saberes concentrados sobre

o tema da ressignificação de memórias de passados traumáticos, a partir de estudos sobre práticas de memorialização, patrimonialização e musealização de memórias socialmente traumáticas. Entre suas frentes de atuação, a REBRAPESC apoia e desenvolve pesquisas, fortalecendo o trabalho dos Sítios de Memória e Consciência – SMC brasileiros, promovendo cursos de curta duração, fomentando discussões e reflexões sobre os temas de trabalho dos membros interessados, produzindo conteúdo socialmente acessível por meio de produções textuais, visuais, audiovisuais e ativações de memórias em espaços públicos.

Propomos apresentar a REBRAPESC e, assim, delinear a sua história e organização, bem como os seus programas e projetos, com a perspectiva de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido e estabelecer novas parcerias e colaborações. A rede inicialmente esteve pautada na pluralidade de experiências e de memórias traumáticas no contexto de investigações sobre a última ditadura civil-militar, mas foi gradativamente ampliando seu escopo investigativo incluindo outras violências e traumas silenciados no espaço público. É o caso das memórias relacionadas ao tráfico transatlântico, as violências aos povos originários do território brasileiro, crimes e desastres ambientais, entre outros.

1. Como surgiu a rede e organização institucional

A REBRAPESC surgiu de uma discussão durante o Seminário Pesquisa e Documentação, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2018 na Fundação Casa de José Américo, como contrapartida de um intercâmbio profissional realizado por Ana Paula Brito no *Museo de los Derechos Humanos* do Chile. Na *pasantia profesional*, a pesquisadora teve acesso a diversos recursos metodológicos de trabalhos, sobretudo na área da pesquisa e documentação, para instituições culturais atuarem com memórias de violências. Como desdobramento do seminário, no último dia da atividade, o público participante frente a demanda de uma estruturação e um fortalecimento deste campo de estudos, em conexão com a atuação militante dos defensores de direitos humanos, decidiu criar uma rede para seguir um processo de intercâmbio entre pessoas interessadas na temática. Nesse processo inicial 32 pessoas interessadas se inscreveram e, como primeiro encaminhamento, redigiram e aprovaram em plenária a "Declaração da cidade de

João Pessoa”, fruto das discussões sobre a importância das políticas públicas de memória e sobre o combate ao retrocesso em matéria de direitos humanos que temos enfrentado enquanto nação. O documento assinado foi compartilhado com candidatos à eleição estadual.

Entre os anos de 2019 a 2021, a Rede renovou a parceria com a Fundação Casa de José Américo, mais especificamente com o Memorial da Democracia da Paraíba, para realização do seminário³, tendo partilhado desse trabalho conjunto nas edições II, III e IV. Nos seminários, além das palestras, foram realizadas oficinas com profissionais de instituições culturais e pesquisadores, com formações sobre educação museal e organização de bibliotecas em memoriais.

Os seminários ajudaram a difundir a iniciativa pelo território nacional. E com o passar dos anos a Rede foi aumentando sua quantidade de membros frequentes, qualificando também sua organização institucional. Em 2023, a Rede criou seu Estatuto Social com especificação de missão, objetivos, eixos temáticos estruturantes e programas, organização, funcionamento e coordenações. Atualmente, a Rede é formada por 114 pesquisadores de diversas instituições de ensino superior, além de pesquisadores de instituições museais, tais como Memorial da Resistência de São Paulo, Memorial da Resistência do Ceará, Memorial da Democracia da Paraíba, Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, Memorial Brumadinho, Memorial DOI-Codi, entre outros.

No ano de 2022 foi constituído um grupo de pesquisa para reunir pesquisadores e contribuir formalmente com as pesquisas já desenvolvidas pelos integrantes da Rede. O Grupo de Pesquisa Sítios de Memória e Consciência: passados traumáticos, esfera pública e democracia, passou a integrar o Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), certificado até junho de 2025 pelo IFRS campus Erechim. Atualmente o grupo é certificado pela Universidade Federal de Pernambuco até junho de 2027, quando passará a ter nova sede certificadora. A migração visa fortalecer diferentes pesquisadores na liderança e também fortalecer este campo de pesquisa nas instituições certificadoras.

³ É possível assistir às palestras de algumas edições nesse link: https://www.youtube.com/playlist?list=PLD73W-URcyTylxNak5pbaOthnLOROt_4a, acesso em 20/09/2024.

A REBRAPESC é a primeira, e até então única, rede ou grupo de pesquisadores do Brasil que integra a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, como membros acadêmicos.

Desde a sua origem, a Rede teve como perspectiva a relação entre os saberes acadêmicos e os saberes práticos ou profissionais, ou seja, a equidade entre as pesquisas e atividades realizada por integrantes oriundos de instituições universitárias, e os integrantes e membros de instituições de memória e consciência. Esta relação tem sido enfatizada pelo trabalho descentralizado por meio de coordenações, dentre elas: Coordenação de Comunicação; Coordenação de Publicações; Coordenação de Intercâmbios Internacionais; Secretaria Administrativa; e a Coordenação Geral. Cada uma destas com autonomia, mas também com a colaboração das demais e dos integrantes e colaboradores, dão continuidade às atividades da Rede por meio de programas e projetos, a partir dos quais são realizadas ações internas de discussão e partilha, e externas de divulgação e formação.

2. Discussões teóricas e metodológicas a partir de seus programas

Com a pandemia de Covid-19 e como uma forma de enfrentamento dos inúmeros desafios que o período de isolamento social implicou a todos, a Rede passou a enfatizar atividades virtuais periódicas. Isso contribuiu para sua difusão por diversos estados do país, e mesmo para a participação desde o exterior, uma vez que a manutenção voluntária e sem recursos governamentais de uma rede nacional, em um país continental como o Brasil, não é tarefa amena. Desta forma, a despeito de atividades esporádicas que são realizadas por integrantes em suas localidades com o apoio da REBRAPESC, ou mesmo de visitas técnicas e reuniões com instituições e pesquisadores por regiões, dentre outras atividades, têm-se priorizado encontros virtuais mensais entre os integrantes, bem como a realização virtual de atividades relacionadas aos programas e projetos. Ademais, cada coordenação tem sua agenda própria de reuniões, atividades e trabalhos desenvolvidos de forma coletiva.

Atualmente são sete os programas e projetos em desenvolvimento pelos integrantes da Rede, a saber: Conectados por Memórias; Grupo de Pesquisa; Publicações; Eventos; Intervenções; Conexão Internacional e Clube de Cinema.

2.1 Conectados por Memórias

Como já foi mencionado, integram a Rede pesquisadores acadêmicos e de sítios de memória e consciência que possuem formações diferentes, dentre as quais podemos destacar: Arquitetura e Urbanismo, História, Museologia, Ciência da Informação, Museologia, Filosofia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Antropologia, Psicologia, Designer, entre outros. Está na base dos debates e das partilhas a interdisciplinaridade, e assim, o projeto Conectados por Memórias é um espaço para que cada um dos integrantes possa compartilhar suas pesquisas e preocupações epistemológicas e metodológicas. Mas é também um lugar de construção de novas abordagens e enfrentamentos a partir do olhar múltiplo de saberes distintos, mas complementares. O desafio comum é o de abordar e discutir memórias traumáticas em um país cuja dinâmica social é repleta de permanências e continuidades de processos de violências históricas, fruto de heranças coloniais, ditatoriais, entre outras.

Nessa perspectiva, o programa visa fomentar o intercâmbio de práticas teóricas e metodológicas entre os membros da Rede, fomentando a discussão sobre estratégias de pesquisa e operações com memórias de passados traumáticos. São realizados encontros bimensais dos integrantes, mesclando entre apresentações de seus membros e também a colaboração de convidados internacionais. Se um dos pilares do Conectados por memórias é a interdisciplinaridade, o outro é a conexão internacional, uma vez que está na origem da Rede a importância de intercâmbios com experiências externas. Há uma preocupação e atuação voltada para o fortalecimento de trabalhos decoloniais no Brasil, sobretudo ao se buscar consolidar um pensamento latino-americano no âmbito dos temas que operamos. Por isso, estamos continuamente buscando estabelecer parcerias, sobretudo com investigadores de países latino-americanos para refletir sobre as metodologias de trabalhos que desenvolvem nos países, muitas vezes, próximos geograficamente,

mas, por vezes, distantes no que se refere à colonialidade de nossos saberes, ainda demasiadamente voltado para o continente europeu.

Nesse sentido, o escopo de interesse de discussão dos encontros é saber como o trabalho com as memórias traumáticas tem sido trabalhado (na pesquisa acadêmica ou na pesquisa institucional), com ênfase na metodologia e no processo de decolonização da produção e difusão do conhecimento. Há duas atividades: a sessão interna/nacional com os membros da Rede, que visa socializar as estratégias de investigação que os pesquisadores membros têm utilizado dentro das diferentes disciplinas – e cabe reforçar que, além das pesquisas acadêmicas, interessa também conhecer como os pesquisadores dos sítios de memória têm trabalhado em seus territórios; e a sessão internacional, na qual o foco sobretudo é entender como as instituições internacionais que lidam com memórias traumáticas têm contemplado as pesquisas em suas ações institucionais. Como as investigações têm contribuído com os trabalhos nos SMC?

Como registro das participações internacionais, o programa já recebeu convidados que compartilharam sobre experiências da Guatemala, Argentina, Espanha, Alemanha, Colômbia, Peru, Polônia e Hungria, dentre outros. Em cada encontro, respeitando o contexto sócio-histórico de cada país, vamos tensionando debates e criando um repertório teórico e metodológico sobre os trabalhos que desenvolvemos em diversos espaços de produção de conhecimento, não restrito à produção acadêmica. Um dos exemplos é em torno dos consensos. Em um dos encontros do conectados, recebemos o pesquisador argentino Ruben Chababo (Figura 01) que, compartilhando sobre seus trabalhos realizados na Argentina e na Colômbia, ponderou sobre a dificuldade que é ter consensos. Pensando na experiência colombiana, estamos falando de vítimas que seguem sendo formadas, considerando que ainda existe um conflito latente na Colômbia, em meio a diversos acordos de paz que não se consolidam. Nessa realidade, como expor nos museus sobre o conflito, tendo a cada dia novas vítimas que se avolumam em diferentes regiões do país? Esta foi uma pergunta surgida nas discussões. E ficamos nos perguntando e refletindo criticamente se é mesmo necessário um consenso?

FIGURA 01: Conectados por Memórias de junho de 2024



Fonte: REBRAPESC, 2024.

Muitas vezes procuramos o consenso como refúgio, como se fosse uma ilha de segurança frente a incertezas. Nesse sentido, o consenso tem seu sentido e valor. Entretanto, não podemos deixar de ter presente seus perigos, pois, no consenso, se tem também os perigos da cristalização da memória e de se ocultar de alguma maneira as discussões em torno das diferenças dos grupos que disputam a narrativa e a preservação dessas memórias comunicadas. Em que medida ficamos com uma limitação do direito à memória na busca pelo consenso? Abrir mão do consenso, não seria, de algum modo, democratizar o direito à memória?

Certamente há limites necessários que não podem ser ultrapassados no processo de democratizar a preservação de diferentes memórias, por exemplo, a defesa da dignidade da pessoa humana e da democracia são valores inalienáveis. Mas negar a existência de pluralidade de vozes que disputam pela escrita da História pública oficial, hierarquizar as memórias de dor e dar lugar ao “estatuto da vítima” (Vinyes, 2017) são caminhos que podem prejudicar a (re)significação das memórias de violências para as novas gerações, que muitas vezes não possuem uma conexão próxima a passados recentes de crimes de lesa humanidade.

Negar a existência das divergências é contribuir para encerrar discussões, não fomentar o debate sobre os temas, extremamente necessário para uma contínua discussão sobre o passado preservado. É ainda necessário buscar

estratégias que possam dificultar reivindicações que façam apologia a delitos e crimes nos processos de democratizar a preservação dessas memórias que não são consensuais.

Esse é um dos exemplos de discussão que são fomentados nesses espaços de intercâmbio internacional focados na operação com memórias de passados socialmente traumáticos. Ademais, cada demanda e/ou implementação de um sítio de memória e consciência precisa ser pensado em um contexto em particular, com epistemologias e escolhas próprias, e sobretudo, no que se refere à institucionalidade. Por exemplo, há museus e memoriais que se propõem a elaborar a memória coletiva de um território pequeno e distante dos grandes centros e se constitui neste espaço um lugar também de pesquisa e de formação, mas, sobretudo, de encontro e debates sobre temas também contemporâneos. E há, por sua vez, museus e memoriais em grandes metrópoles e, dentre eles, propostas nacionais destinadas a elaborar a história de uma ditadura e/ou de um país como um todo. São diversas as tipologias, os interesses e alcances operacionais das nossas instituições memoriais e museológicas que operam com passados traumáticos no Brasil. Por isso, identificar similitudes, mas, sobretudo, as diferenças institucionais, os desafios e as conquistas dos sítios de memória e consciência é uma tarefa compartilhada em rede e que nos ajuda enquanto sociedade a ressignificar o passado frente às demandas do presente.

2.2 Grupo de pesquisa

Todos os pesquisadores do Grupo de Pesquisa são integrantes da rede, mas nem todos os integrantes da rede são pesquisadores do Grupo de Pesquisa. Este é um ponto importante de destaque e o critério desta diferenciação é a decisão e deliberação de cada um. Trata-se de uma institucionalização a mais, ou seja, da sistematização compartilhada de debates e discussões, de atividades que relacionam mais especificamente a demanda acadêmica e/ou institucional e que exige dos integrantes a escrita e a produção no âmbito que define o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) como uma pesquisa científica.

Neste sentido, o Grupo de Pesquisa dedica-se à produção interdisciplinar de pesquisas no âmbito da memória social, do direito à cidade, do patrimônio cultural, dos Direitos Humanos e da Museologia de memórias traumáticas, tendo como pressuposto o direito à memória. Perante a complexidade do trabalho com memórias de passados traumáticos, o grupo se interessa por refletir acerca das disputas públicas em torno dos sítios de memória e consciência, assim como sobre todos os atores sociais envolvidos na produção, na circulação e no consumo de memórias, desde os “empreendedores” de lugares de memória até o público que circula por esses espaços, incluindo agentes estatais, movimentos sociais, acadêmicos e os expertos que participam no desenho das propostas memoriais.

Importante destacar que, em um momento de incertezas no país e de negacionismo governamental com a ciência e a pesquisa, a Rede propôs e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Erechim certificou como um Grupo de Pesquisa “atípico”, porque reúne um número de pesquisadores superior ao máximo, e dedicado a uma temática de fundamental importância, mas naquele momento tão combatida no país. Ademais, o Grupo de pesquisa Sítios de Memória e Consciência: passados traumáticos, esfera pública e democracia é o único no diretório de grupos do CNPQ que no Brasil trabalha a temática relacionada a sítios de memória enquanto lugares de consciência, ou seja, como define a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (ICSC, 2024, s/p): “Um Sítio de Consciência é qualquer memorial, museu, sítio histórico, iniciativa de memória ou organização não governamental que se comprometa com esses princípios operacionais definidos”.

O Grupo de Pesquisa possui três linhas de atuação, a saber: Memorialização e musealização de memórias traumáticas; Necroarquitetura e patrimonialização de lugares de memória; Sítios de memória e democracia. A partir destas linhas de pesquisa, os integrantes de cada linha desenvolvem de forma articulada os objetivos propostos ao grupo de pesquisa, que é expresso nos seguintes termos:

Buscar avançar na consolidação das investigações sobre Sítios de Memória e Consciência no Brasil e em perspectiva comparativa com outros países, contribuindo com reflexões sobre o potencial da preservação da memória em suas diversas formas de expressão para o fortalecimento da democracia e a dignidade da pessoa humana. (GPSMC, In. CNPQ, 2023, p. 1)

Assim, a memorialização, a patrimonialização, a musealização de memórias traumáticas e disputas de memórias na esfera pública atravessam as linhas de pesquisa e a trajetória dos membros. O Grupo de Pesquisa realiza bimestralmente encontros abertos aos demais integrantes da Rede, chamados de Grupo de Leitura e Discussão. Diferentemente dos encontros do Conectados por Memórias que admite participantes externos, os encontros de leitura e discussão são reservados para garantir a maior liberdade dos integrantes da Rede em debater e expor dúvidas, dificuldades, expectativas etc. Sempre com um tema prévio e uma leitura sugerida, os encontros são mobilizados por um integrante do Grupo de Pesquisa como, por exemplo, na imagem que segue (Figura 02) que é um registro da atividade realizada no mês de setembro de 2024, quando duas integrantes apresentaram textos autorais e a pesquisa por elas desenvolvidas no contexto da instituição que atuam como docentes.

FIGURA 02: Registro do Grupo de Leitura e Discussão em 11 de setembro de 2024



Fonte: REBRAPESC, 2024.

Nessa perspectiva, o Grupo de Pesquisa tem sido importante para o fortalecimento do campo teórico-metodológico sobre os SMC no Brasil, bem como tem sido um espaço transversal de diálogos institucionais com núcleos e outros grupos que se dedicam a temáticas correlacionadas, como políticas públicas de memória e memórias de dor e sofrimento. Muitos termos e conceitos acabam sendo empregados de forma descontextualizada e/ou anacrônica, sobretudo quando traduzidos e/ou importados de outras experiências. Um exemplo é o

emprego da expressão “sítio” que possui diferenças, embora sutis, entre a língua portuguesa e a língua espanhola; ou ainda, como os pesquisadores norte-americanos trabalham o conceito de memória coletiva sem muita diferenciação do que seria a memória pública e a memória social, dentre outros tantos exemplos. Não é tarefa do Grupo de Pesquisa dizer quais termos são os mais apropriados e/ou definir significados a expressões, mas é, entretanto, sua tarefa tensionar debates, fomentando espaços e tempos para o aprofundamento teórico e prático. O que é um museu? O que é um memorial? Quais suas relações, possibilidades e desafios na operação com memórias de dor? Essas e outras provocações estão sempre presentes nos trabalhos ativados pela Rede, mobilizando a necessidade de uma ampliação crítica sobre o tema das memórias traumáticas no país a partir de diferentes abordagens também institucionais.

2.3 Eventos

O evento presencial oficial da REBRAPESC é o Seminário de Pesquisa e Documentação em Sítios de Memória, realizado desde 2018 como contrapartida ao Programa Ibermuseos. Foram realizadas cinco edições envolvendo pesquisadores e gestores de instituições de memória de diferentes estados da federação, em parceria com a Fundação Casa de José Américo. Em 2024, a Rede optou por passar a realizar o evento de modo bianual e, sempre que possível, envidar esforços para que seja realizado com alguma parcela de atividades presenciais. Entre os objetivos do seminário se vislumbra a possibilidade de difundir as produções dos seus membros fomentando a circulação do conhecimento também produzido no âmbito das discussões internas. A cada edição, o seminário também realiza oficinas com temas que contribuam com as metodologias de trabalho de pesquisa nos sítios de memória e consciência.

A Rede tem, ainda, fomentado que os integrantes proponham mesas temáticas e trabalhos nos mais diversos seminários, congressos e eventos diversos, de forma não somente a apresentar o trabalho colaborativo que tem sido desenvolvido, mas também divulgar as atividades e oportunizar a ampliação do escopo de participações e de interessados nas temáticas abordadas. No segundo semestre de 2024, dentre outros eventos e participações individuais, de forma

coletiva a Rede estará participando do VI Encontro Internacional Fronteiras e Identidades que acontecerá em Pelotas no mês de dezembro, com trabalhos no simpósio temático Lugares de memória, patrimônio cultural e identidades, e está coordenando a mesa em que este trabalho foi apresentado no XV Seminario Internacional Políticas de la Memoria, intitulada *Disputas y estrategias de trabajo con memorias traumáticas en espacios de memoria frente al avance de la extrema derecha en Latinoamérica*. Ainda, está em preparação o evento *Memória como reparação: território, museologia e agentes políticos* que acontecerá em São Paulo, em novembro de 2024, coordenado por duas integrantes da Rede que integram a coordenação, Amália Santos e Glória Kok, na Escola das Cidades.

A Rede também é parceira na realização do segundo ano do Seminário “Patrimônio, Comunicação e Narrativas Contra hegemônicas” promovido pelo Programa de Pós-graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia. Esta parceria na curadoria, da segunda edição do seminário, surge a partir da relação da professora Graça Teixeira, responsável pela disciplina “Raça, Gênero e Patrimônio versus Branquitude” e proponente do seminário, com a Rede, a partir de visita técnica feita à Capela dos Aflitos e ao Museu Território dos Aflitos promovida pela REBRAPESC na cidade de São Paulo.

A circulação individual dos membros que integram a Rede em eventos nacionais e internacionais também promove a organização e fortalece seu alcance. Fomentando a filosofia Ubuntu, de que “Eu sou porque somos”, estamos paulatinamente compreendendo que juntos, somos mais fortes. Outro provérbio africano bastante popularizado no Brasil e que evocamos na Rede é que “Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo”. Nesse caminhar do esperarçar freiriano, estamos pouco a pouco indo mais longe.

2.4 Intervenções no espaço público

Dada a equidade entre saberes teóricos e práticos, bem como a emergência de demandas e lutas do campo da memória no Brasil, ações e intervenções no espaço público também constituem uma marca da atuação da REBRAPESC desde a sua criação. Desta forma, estendendo as atividades para além de discussões e produções

escritas, a Rede também atua em ações e atividades artísticas em datas emblemáticas vinculadas a passados traumáticos. Esse programa prevê ativações memoriais em espaços públicos, podendo ser atividades artísticas e culturais como exposições, performances, entrega de itens com mensagem do grupo, entre outras estratégias em espaços públicos.

Nesse sentido, a Rede tem acompanhado e sido presente em diversas atividades promovidas pelos sítios de memória e consciência no país, bem como tem proposto, sobretudo por ocasião do março/abril de cada ano em rememoração ao golpe-civil militar de 1964, ações de debate e de sensibilização sobre a necessidade de discussão sobre as memórias de graves violações aos direitos humanos.

Muitas foram as atividades realizadas nos últimos anos, mas nos centramos em alguns momentos para exemplificar este programa. Em 31 de março de 2022, foram realizadas intervenções em lugares emblemáticos relacionados às disputas políticas da última eleição em várias cidades do país, no mesmo dia e horário, seguindo a metodologia dos escrachos aos torturadores da ditadura feitos em 2012 pelo grupo Levante Popular da Juventude⁴. Na data que é conhecida como dia do golpe militar, também comemorado por setores conservadores como dia da revolução militar, integrantes da Rede distribuíram saquinhos com rapadura e a mensagem que desejamos propagar: “Dureza, censura e tortura: vamos resistir com doçura, memória e rapadura! REBRAPESC, 2022” (Figuras 03 e 04).

⁴ Saiba mais dessa iniciativa em: BRITO, Ana Paula. Escracho aos torturadores da ditadura. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

FIGURAS 03 e 04: Arte da ação de 2022 pelo artista Caio Matuto e integrantes da REBRAPESC distribuindo saquinhos de rapadura em frente à FIESP em São Paulo



Fonte: REBRAPESC, 2022.

Os atos aconteceram em pontos significativos para a luta política em cada município. Em São Paulo, o grupo se encontrou em frente à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), localizada na Av. Paulista. Em João Pessoa, a entrega foi feita no Ponto de Cem Réis. Já em Belo Horizonte, pesquisadores distribuíram o doce em frente ao prédio do antigo DOPS. Em Santa Maria (RS), o encontro foi na Praça Saldanha Marinho e contou com a presença de integrantes do Diretório Central de Estudantes da UFSM. Por fim, Fortaleza recebeu a ação durante a tradicional Marcha do Silêncio.

Além da distribuição da rapadura, membros da REBRAPESC também reservaram seus dias para realizar palestras em escolas públicas sobre o tema da ditadura civil-militar. Uma delas foi em Erechim, no Rio Grande do Sul, em que tiveram início as atividades denominadas Ciclos de Debate Memória e Democracia, coordenado por Giovane Rodrigues Jardim e Guilherme José Schons, atualmente em sua quarta edição (Figuras 05 e 06). Outra mesa ocorreu em João Pessoa, na Paraíba, onde a palestra foi realizada na Escola Presidente João Goulart e foi realizada pela historiadora e professora Lúcia Guerra e Halisson Cardoso, com apoio do Memorial da Democracia da Paraíba.

FIGURAS 05 e 06: III Ciclo de Debates Memória e Democracia - IFRS/REBRAPESC



Fonte: IFRS, 2024.

Na figura 05 estão os participantes do III Ciclo de Debates Memória e Democracia, e na Figura 6 o registro de um ato simbólico proposto pelos integrantes de REBRAPESC em Erechim de entregar um exemplar do livro *O Avesso da pele*, de Jeferson Tenório, para a Biblioteca do Campus Erechim. Este ato foi realizado como uma intervenção no sentido de colocar-se contra a censura de ideias e de livros praticada sistematicamente neste momento político nacional em diferentes estados brasileiros. Foi um importante momento de diálogo com a bibliotecária do IFRS campus Erechim no sentido de pensar estratégias de aquisição e de maior disponibilização de leituras para os discentes no âmbito da literatura, mas também das ciências sociais e políticas.

Com a ação *Dureza, censura e tortura*, e com os seus desdobramentos nos anos seguintes, a REBRAPESC tem buscado não apenas conscientizar sobre a data do golpe civil-militar, mas, a partir dessa ativação, poder dialogar no espaço público sobre as "durezas" que o povo brasileiro enfrenta na atualidade – fome, desemprego e censura, por exemplo. Naquele momento, o país atravessava um intenso debate sobre a censura no âmbito da cultura e da liberdade de imprensa, durante o governo presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022). Criar estratégias democráticas e sociais para discutir sobre estes e outros temas contemporâneos, que possuem estreitos diálogos com as memórias trabalhadas nas atividades da rede, é algo que mobiliza as intervenções nos espaços públicos. Comunica-se ainda sobre um compromisso dos membros da Rede em colocar o conhecimento a serviço de algo, do esperar tão defendido pelo pedagogo Paulo Freire (1992).

Em 2024, o contexto de maior mobilização dos membros foi a declaração do então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, que em entrevista sobre atos de rememoração sobre os 60 anos do golpe civil-militar declarou que o Brasil precisa avançar e olhar para o futuro, e que ficar olhando o passado da ditadura seria “remoer o passado”. A declaração causou significativo incômodo para grupos da sociedade civil organizada, diversos coletivos e organizações de direitos humanos e pesquisadores que operam com memórias de violências estatais. Frente a esse mal-estar social gerado pela declaração do presidente, a rede convidou as pessoas a “moerem” o tema (Figuras 07 e 08), provocando ainda uma conexão com saberes indígenas ao distribuir nas ruas ervas para chás que, de acordo com a medicina de povos originários, ajudam a memória, a saber alecrim, ginkgo-biloba e açafraão.

FIGURAS 07 e 08: Arte da ação de 2024 por Ana Paula Brito e integrantes da REBRAPESC distribuindo saquinhos de rapadura em frente à casa onde morou Frei Tito, em Fortaleza



Fontes: REBRAPESC e Memorial da Resistência de Fortaleza.

A intervenção foi realizada na cidade de Fortaleza (Figura 08), por membros da Rede que atuam no Memorial da Resistência de Fortaleza, durante a 3ª Caminhada do Silêncio, mobilizada por organizações da sociedade civil. A caminhada foi finalizada em frente à casa onde residiu Frei Tito, religioso que foi preso e torturado pelos militares durante a ditadura. A casa atualmente é reivindicada para sediar um museu, já em fase de estudos museológicos para implantação, com recursos públicos para elaboração de seu plano museológico e projeto da exposição de longa duração.

Estes exemplos possibilitam situar o programa de intervenções de forma integrada com as atividades já desenvolvidas pelos integrantes da Rede, bem como de forma organizada e não distanciada entre teoria e prática. Em suas ações, a Rede

estimula o pesquisador a democratizar a produção do conhecimento, criando outras estratégias e espaços para ativar a memória em prol da defesa da democracia, da liberdade e do respeito aos direitos humanos, entre outros direitos fundamentais que deveriam ser inalienáveis.

Nesse sentido, o que se propõe é inserir-se nas lutas e demandas da sociedade civil organizada e, também, contribuir com a memorização e conscientização da população de forma geral para com as temáticas que são importantes para a Rede e seus colaboradores. Intervenção, então, não é suspensão das atividades que são realizadas e tampouco a observação distante, mas é também proposição, participação, ação.

2.5 Conexão Internacional

Como já destacado anteriormente, a Rede foi criada no contexto de experiências e intercâmbios internacionais, e este é um programa/projeto permanente tanto da Coordenação de Intercâmbios Internacionais como da Direção Geral. E nesse horizonte há uma observação importante no que se refere ao entendimento que está expresso no próprio nome da Rede, ou seja, trata-se de uma rede brasileira de pesquisadores. Então, os pesquisadores são brasileiros e/ou identificados com os trabalhos desenvolvidos no Brasil sobre os sítios de memória e consciência, ou ainda são pesquisadores que estão em instituições acadêmicas e/ou museus e memórias no território brasileiro, mas suas preocupações, suas relações e objetos de pesquisa não estão ou são brasileiros necessariamente.

O Brasil constitui, assim, uma preocupação própria da articulação em rede no sentido de fortalecer a produção do conhecimento produzido no país e também discutir no território nacional reflexões críticas presentes em outros países da região e do mundo. E embora a REBRAPESC esteja em diálogo e permanente colaboração com Sítios de memória e de consciência, não é, entretanto, uma rede de sítios de memória e de consciência, mas de pesquisadores que, por sua vez, estão ou na Academia e/ou nestas instituições culturais.

Dentre os diálogos mais longínquos da REBRAPESC em sua conexão internacional está seu reconhecimento como membro acadêmico da *Coalition Sites*

of Conscience (ICSC), desde o ano de 2021. Fundada em 1999, a Coalizão é a única rede mundial de sítios de consciência e, segundo seus dados, possui mais de 370 membros em mais de 65 países. A Coalizão é uma rede mundial que se propõe ao “compromisso comum de usar as lições do passado para encontrar soluções inovadoras para questões de justiça social relacionadas hoje” (ICSC, 2024, s/p). E assim, embora não integre regionalmente a rede da organização global, a saber a *Rede Latino-Americana e Caribeña de Sitios de Memoria*, que só admite sítios e não organizações de pesquisadores, a REBRAPESC está em permanente diálogo e disponibilidade para ações conjuntas na região de sua abrangência.

Um exemplo desta interlocução e conexão internacional foi a presença, e o consentimento expresso pela REBRAPESC, de que no ano de 2023 a proposta de uma Rede Brasileira de Lugares de Memória (Rebralume) fosse também reconhecida e integrada como integrante da *Coalition Sites of Conscience* (ICSC). Este momento foi realizado em abril de 2023 em uma reunião (Figuras 09 e 10) que ocorreu durante o Seminário Direito à Memória, na Casa do Povo em São Paulo, com a presença de representantes de diversas entidades nacionais e internacionais, dentre eles: Ana Flávia Magalhães (Diretora do Arquivo Nacional); Nilmário Miranda (Assessor Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade); Veronica Torras (*Memoria Abiertas*, Argentina); e Gegê Joseph (*International Coalition of Sites of Conscience*).

FIGURAS 09 e 10: Participação da REBRAPESC na reunião da *International Coalition of Sites of Conscience* em São Paulo durante o Seminário Direito à Memória



Fonte: César Rodrigues (Acervo do Núcleo de Preservação da Memória Política).

Ainda sobre a conexão internacional, cabe mencionar que esta dimensão está no horizonte dos demais programas e projetos desenvolvidos na REBRAPESC, como com a participação de pesquisadores e/ou integrantes de instituições de memória e

consciência nas atividades do Conectados por Memórias, ou ainda nas atividades realizadas diretamente com instituições internacionais. Desde a criação da REBRAPESC, foram muitos os integrantes que estiveram em outros países em atividades de pesquisa de campo e/ou em participação de eventos e compartilhamento de pesquisas, e desta forma o diálogo e o trabalho em rede se demonstra uma potente ferramenta formativa para além das oportunidades vivenciadas no Brasil.

A conexão internacional também contempla a perspectiva de divulgar no exterior não somente as pesquisas realizadas no Brasil, mas, sobretudo, as demandas e as conquistas e retrocessos no campo da memória e da musealização de memórias traumáticas. Vale registrar que as experiências de memorialização, patrimonialização e musealização de memórias de violências nos países do Cone Sul têm criado um arcabouço teórico e metodológico que merece reconhecimento e valorização, frente às adversidades das oscilações de políticas públicas de memórias na região. No caso brasileiro, um dos desafios identificados pela Rede é a necessidade de uma valorização e melhores condições de trabalho para os pesquisadores e profissionais que se dedicam à elaboração e ativação de memórias traumáticas em conexão com as violências do presente. A estrada é longa, mas felizmente o caminho não está deserto, ao contrário, está repleto de profissionais curiosos e preocupados com colocar o conhecimento produzido a serviço do bem estar social.

Considerações finais

Não poderíamos deixar de situar este relato proposto sobre a REBRAPESC ao contexto em que ele está inserido, ou seja, ao *XV Seminário Internacional Políticas de la Memoria*. Nesta edição de 2024 do seminário, decidimos não nos dividir em apresentações de trabalhos em diferentes mesas, mas propor e conduzir um espaço e tempo de debate da Rede, de forma que foi submetida uma proposta em que este artigo é apresentado, na mesa temática *Disputas y estrategias de trabajo con memorias traumáticas en espacios de memoria frente al avance de la extrema derecha en Latinoamérica*. A proposta foi aprovada e tornada pública pela convocatória do evento, sendo que 16 trabalhos foram submetidos à apresentação. Ou seja, este

trabalho de autoria conjunta de dois integrantes da REBRAPESC está situado em uma atividade da Rede em um seminário internacional em Buenos Aires/Argentina, cuja adesão de mais de 20 pesquisadores do Brasil e da Argentina enfatiza a pertinência e abrangência do trabalho que tem sido desenvolvido.

Nesse contexto, procuramos apresentar a REBRAPESC como uma articulação de pesquisadores e profissionais de diferentes instituições de memória, entre elas museus, memoriais, universidades e institutos, que trabalham sobre as relações entre violências, espaços e memórias de passados traumáticos. Perpassando a sua história e constituição, seus programas e projetos, procuramos tanto tornar público perspectivas e desafios do trabalho desenvolvido em rede, desde o ano de 2018, como também refletir sobre as próprias atividades que foram desenvolvidas. Se o desejo inicial expresso na criação da Rede era de reunir pessoas interessadas na ativação memorial de lugares relacionados ao período ditatorial brasileiro, o curto percurso até agora demonstrou que a Rede tem sido bem mais do que isso. Ou seja, desta reunião tem surgido uma articulação presente em diversos estados brasileiros, com forte conexão internacional, que tem desenvolvido pesquisas e intervenções, diálogos e formações, atividades estas fundamentais para a campo interdisciplinar sobre sítios de memória e consciência no país. O reconhecimento internacional, sobretudo, é uma evidência disso.

Outra questão refere-se à ampliação das temáticas. Se a REBRAPESC iniciou sua mobilização temática com ênfase no período ditatorial brasileiro, e o tema permanece como uma preocupação, contudo o percurso de 2018 a 2024 tem ampliado significativamente este recorte e aberto espaço para o trabalho de memórias de forma mais ampla e plural. Seja por meio da inserção e problematização de questões de gênero, raça, exclusão social, privações de direitos, entre outras problemáticas que cobram visibilidade no nosso cotidiano e que importam para a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, importa à Rede o debate sobre o que são sítios ou lugares de memória e consciência para além dos espaços *in loco* onde graves violações foram cometidas. Importa, sobretudo, refletir sobre o trabalho educativo e de formação continuada desenvolvido nessas instituições de memória, ao que se refere a lugares e espaços de consciência, de compromisso e de transformação.

O trabalho com memórias de passados traumáticos alude a diversas perspectivas e possibilidade de análises, como pudemos brevemente pontuar. Mas é crucial pontuar que ele não preconiza garantias e/ou seguranças e, mesmo considerando a necessidade de reparar o irreparável e de sua contínua busca pela não repetição, a memória sozinha não pode garantir que outros crimes de lesa-humanidade voltem a ocorrer. Estamos em sintonia com as análises do historiador catalão Ricard Vinyes e da socióloga argentina Elizabeth Jelin (2021), que fomentam essa discussão sobre a importância de ações continuadas para promoção de consciências.

A premissa de criar espaços de diálogos críticos e fomentar ações orientadas a estimular a consciência crítica na sociedade brasileira é uma frente de atuação cara à REBRAPESC que, sem qualquer recurso financeiro, mobilizada inteiramente por trabalho voluntário de seus membros, se articula nacional e internacionalmente na defesa de valores democráticos.

Entre os nossos desafios está o de continuar ampliando a representação geográfica da Rede no território nacional, com a participação de membros da Região Norte do país, bem como poder contribuir com o governo brasileiro a restabelecer no Brasil espaços de diálogo descentralizados, plurais e efetivamente participativos, sobre a temática da ditadura e de tantas outras memórias traumáticas. Perante discussões limitadas sobre os projetos de criação de dois importantes equipamentos culturais sobre o tema, a saber o Museu da memória e dos direitos humanos e o Museu da Democracia, ambas promessas do Governo Federal, espera-se um avanço no país que fomente o tema nas diferentes regiões. Haja vista as atividades oficiais do governo federal muito centradas, ainda, no Sudeste, especialmente no eixo Rio de Janeiro/ São Paulo/ Brasília, representa um desafio para pesquisadores e empreendedores da memória o fato de que não estão nessa região do país.

Cabe ressaltar que o Brasil é um país de dimensões continentais e, proporcional à sua extensão geográfica, temos na história nacional diferentes experiências de violências que geraram memórias de traumas com danos continuados à população brasileira. Uma delas é a prática de desaparecimento forçado, atividade que lamentavelmente segue ocorrendo não somente nos grandes centros urbanos.

Frente a essa diversidade de demandas investigativas, de práticas colaborativas no âmbito da operação com memórias de passados traumáticos, consideramos que a REBRAPESC tem demonstrado ser um importante espaço de produção, ativação e compartilhamentos de saberes e competências no âmbito da operação nacional com memórias de passados socialmente traumáticos. As relações entre violências, espaços e memórias de dor e traumas são sempre evocados para estimular práticas investigativas e ações concretas que promovam uma cultura de paz, de respeito e de solidariedade.

Referências

BRITO, Ana Paula. **Escrachos aos torturadores da ditadura**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

CHABABO, Rubén. **La piedra y el fusil**. Apuntes en torno al heroísmo y los lugares de memoria. Rosario: Casagrande, 2017.

CNPQ. **Grupo de pesquisa Sítios de memória e consciência**: passados traumáticos, esfera pública e democracia. Disponível em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1870476175582500>. Acesso em: 18. nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido** / Paulo Freire. – Notas: Ana Maria Araújo Freire Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ICSC. **What does a Site of Conscience do?** Disponível em: <https://www.sitesofconscience.org/about-us/about-us-2/faqs/>. Acesso em: 04. out. 2024.

JELIN, Elizabeth. **La Lucha por el Pasado**: Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

JELIN, Elizabeth; VINYES, Ricard. **Cómo será el pasado**. Una conversación sobre el giro memorial. Barcelona, NED Ediciones, 2021.

MICHEL, Johan. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, p. 14-26, ago.-nov. 2010.

REBRAPESC. **Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência**. Disponível em: <https://www.rebrapesc.com.br/>. Acesso em: 04. out. 2024.

“CANCELADO EN EL CONTI”: Disputas e estratégias para trabalhar memórias traumáticas em espaços memoriais diante da ascensão da extrema direita na América Latina

VINYES, Ricard (Ed.) **El Estado y la Memoria**. 1. ed. Buenos Aires: Del Nuevo extremo: RBA (España), 2009.

QUANTAS MAIS VÃO PRECISAR MORRER?: O TRABALHO DE MEMÓRIA EM TORNO DA FIGURA DE MARIELLE FRANCO

DOI: 10.5281/zenodo.17741057

Gabrielle Oliveira de Abreu⁵

Introdução

Esta comunicação objetiva reconstituir e analisar alguns dos esforços de preservação e difusão da memória de Marielle Franco capitaneados, principalmente, por familiares, amigos e demais admiradores da vereadora tragicamente assassinada em 14 de março de 2018⁶. Tal data representa um ponto de virada na história da participação política de mulheres negras no Brasil e na América Latina. O crime, ainda não totalmente solucionado, escancarou para o mundo a vulnerabilidade em que se encontram as mulheres, em especial as mulheres negras, que optam por adentrar à política institucional brasileira⁷. Mulher negra, bissexual

⁵ Historiadora e Mestre em História comparada com experiência em entidades do Estado brasileiro e do terceiro setor como o Instituto de Estudos da Religião, o Instituto Vladimir Herzog e Arquivo Nacional do Brasil.

⁶ Marielle Francisco da Silva (1979-2018) era socióloga, pesquisadora e ex-assessora parlamentar. Conduziu sua trajetória política e ativista no âmbito do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, a partir do qual, em 2016, foi eleita expressivamente na cidade do Rio de Janeiro, angariando 46.502 votos. No pleito municipal daquele ano, Marielle foi a 5ª pessoa mais votada na capital fluminense. Marcaram os seus pouco mais de 15 meses de mandato projetos de lei e iniciativas em defesa das mulheres e das populações faveladas.

⁷ Marielle Franco tinha 38 anos quando foi alvo de perseguição seguida de disparos de arma de fogo no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro, em março de 2018. Quatro desses tiros atingiram Marielle na cabeça e no pescoço. Também foi fatalmente vitimado o seu motorista, Anderson Gomes, aos 39 anos. Fernanda Chaves, assessora da parlamentar, é a única sobrevivente do atentado conduzido por ex-policiais militares. No ato da escrita dessa comunicação, os autores dos disparos e os mandantes do crime já foram identificados. Chama a atenção o altíssimo grau de envolvimento de agentes (ou ex-agentes) de forças de segurança pública e políticos cariocas de longa data na concepção e inexecução do assassinato de uma vereadora cujo destino apontava para uma carreira política perene e bem-sucedida. As motivações do crime, segundo as investigações, são políticas e referem-se aos posicionamentos e ações da vereadora Marielle Franco em defesa dos direitos humanos, sobretudo sua postura contrária à prática de grilagem na zona oeste do Rio, dominada pela milícia. Ver mais em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/26/infografico-quem-e-quem-na-investigacao-do-caso-marielle.ghtml>.

e oriunda da favela, Marielle se converteu em um forte símbolo para o engajamento feminino negro e para a política progressista, de maneira geral.

Imediatamente após o evento traumático que ceifou a vida de Marielle, uma série de informações falsas a respeito da trajetória da vereadora veio à tona em um movimento orquestrado, sobretudo, pela direita e extrema-direita. Inverdades como um suposto envolvimento da parlamentar com práticas criminosas, bem como outras mentiras, tomaram as redes sociais numa evidente tentativa de difamação contra a política recém-assassinada⁸. Em meio ao luto, familiares, amigos e demais admiradores de Marielle Franco se mobilizaram para conter esta ação fundamentada nas estratégias de disseminação de *fake news*, que têm sido largamente usadas no debate público por detratores dos movimentos em defesa dos direitos humanos⁹. A partir de diferentes metodologias e formatos, a memória de Marielle Franco tem sido preservada e difundida – à revelia da desinformação, da misoginia e do racismo que conformam as táticas da extrema-direita a nível global e que são amplamente capilarizadas, especialmente, por meio das redes sociais¹⁰.

Contudo, a importância de trabalhar a memória de Marielle extrapola as necessidades contemporâneas de contenção da desinformação. Versa também sobre a realidade brasileira e latino-americana de hipervalorização da história e da memória de torturadores, escravocratas e colonizadores. Grosso modo, figuras negras têm sido negligenciadas das narrativas da “História Oficial”, que deliberadamente opta por enaltecer líderes masculinos, brancos e poderosos

⁸ Até mesmo figuras de expressão do judiciário e do legislativo brasileiro foram responsáveis pela difusão de *fake news* contra Marielle Franco logo após o crime. O caso mais expressivo envolve uma desembargadora que publicizou na plataforma Facebook um comentário que interpretava o crime que ceifou a vida da vereadora como uma espécie de “acerto de contas” promovido pelos seus supostos apoiadores do Comando Vermelho, facção criminosa criada no Rio de Janeiro no final da década de 1970 cuja abrangência já dá conta de todo o território nacional. As informações compartilhadas pela jurista foram prontamente desmentidas por familiares e amigos de Marielle. Ver mais em: <https://veja.abril.com.br/brasil/cnj-vai-investigar-desembargadora-por-fake-news-contramarielle>.

⁹ A desinformação, especialmente pela forma massiva com a qual é disseminada nos dias atuais, se demonstra enquanto barreira sensível ao trabalho de valorização dos direitos humanos e da democracia no Brasil. Por isso, é urgente o desenho e a implementação de políticas que regulem os usos das redes sociais no país, bem como estímulos públicos pela pulverização da educação digital - onde são oferecidos insumos para uma compreensão mais rica sobre como a internet opera e os interesses ocultos por trás do compartilhamento de informações falsas e distorcidas facilitado por algoritmos. Sobre o assunto, indica-se Sampaio & Bocchino, 2022.

¹⁰ Sobre como os valores da direita e da extrema direita ganham força a partir das *fake news*, indica-se Bucci, 2019.

diretamente ligados a episódios de violência de Estado e violação de direitos, que, infelizmente, são frequentes na história do nosso país.

Nesse sentido, se quisermos caracterizar o que é memória a partir de uma alegoria, certamente seria a de um cabo de guerra, onde os extremos disputam pela predominância de seus respectivos lados. Esse é um embate dotado de intencionalidade e expectativas geradas por todos os polos em disputa. Desta forma, a maneira como a história é contada, a partir do que é determinado pela memória, molda como somos e nos entendemos. Além disso, molda também o que socialmente desperta empatia, engajamento e consternação. De modo similar, a memória conforma o que coletivamente será lembrado/valorizado e esquecido/desvalorizado.

Portanto, se aquilo que foi preconizado pela História Oficial se tornou preponderante (o enaltecimento de figuras masculinas, brancas, da elite etc.), do outro lado desse cabo de guerra temos as experiências de camadas populares da sociedade que firmaram enquanto estratégia política o exercício de cuidar, narrar e apresentar sua própria memória, em primeira pessoa. Esses grupos estão rompendo com as narrativas tradicionais que os alijaram dos processos mais marcantes da história do Brasil, como o fim da escravidão e a redemocratização do país pós-ditadura militar. Nesse sentido, uma série de movimentos sociais têm se incumbido de acentuar as contribuições de vários os grupos sociais à formação do país, reconstituindo a agência dos grupos histórica e intencionalmente minorizados em eventos-chave para a compreensão do Brasil.

A partir dessa chave, destaca-se o trabalho de memória desenvolvido pela Casa Sueli Carneiro, que desde 2020 organiza e difunde o acervo pessoal da ativista Sueli Carneiro, bem como promove uma série de ações educativas, culturais e de incidência política com vistas à preservação da história de Carneiro, do movimento negro e do movimento de mulheres negras brasileiros¹¹. Outra experiência referencial nessa frente é o Acervo Bajubá, coletivo fundado por representantes da população LGBTQIA+ que desenvolve pesquisa, organização arquivística e atividades pedagógicas voltadas à difusão da memória deste segmento da população brasileira tão marginalizado, mas protagonista de reivindicações e conquistas

¹¹ <https://casasuelicarneiro.org.br/>.

importantes¹². Chama a atenção também o trabalho exercido pelo Acervo da Laje, localizado em Salvador, na Bahia. O Acervo da Laje é um espaço dedicado à memória sobre o subúrbio ferroviário de Salvador, a cidade mais negra do mundo fora do continente africano, e faz isso mobilizando pesquisa, projetos culturais e ações educativas com foco nas vivências na região periférica da capital baiana¹³.

Esses e outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil do Brasil (Museu da Maré, Casa do Povo, Instituto Vladimir Herzog, Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, Centro de Memória Queixadas, Núcleo de Acervo do MST etc.) têm empreendido esforços notáveis na construção de trabalhos e políticas de memória que ajudam a contar a história do Brasil a partir dos referenciais das populações negras, faveladas, periféricas e LGBTQIA+.

A partir dessas experiências de valorização da história e da memória de grupos minorizados a partir de referenciais próprios, percebe-se a consolidação de um ecossistema voltado a reflexões e práticas em torno da memória dos movimentos sociais brasileiros e suas lideranças, sejam elas nacionalmente reconhecidas (como Marielle) ou não.

Trabalho de Memória e a figura de Marielle Franco

Situado nesse ecossistema está o Instituto Marielle Franco (IMF), organização fundada em 2020 por amigos e familiares da parlamentar; notadamente seus pais, Marinete e Antonio, sua filha, Luyara, e sua irmã, Anielle. Motivado, dentre outros temas, pela necessidade de proteção e divulgação da figura de Marielle, o IMF tem a preservação dessa memória como um de seus principais motes e nos últimos cinco anos elaborou diversas iniciativas que apresentam ao mundo a trajetória pessoal e política da vereadora a partir do que esse círculo mais próximo entende como realmente definidor da imagem de Marielle e estrategicamente prioritário no combate às tentativas de difamação.

Cabe ressaltar que a criação do IMF esteve ancorada ideologicamente no pensamento feminista negro, tendo como referenciais teóricos e ativistas figuras como Patricia Hill Collins (Estados Unidos), Lélia Gonzalez (Brasil) e Sueli Carneiro

¹² <https://acervobajuba.com.br/>.

¹³ <https://www.acervodalaje.com.br/>.

(Brasil). Tal pensamento incentiva a autonomia e a autoafirmação de mulheres negras como instrumentos na luta contra a discriminação racial e de gênero que historicamente condiciona esse grupo à imobilidade social, à interdição em espaços de poder e a diversos tipos de violência (Silva, 2021, p. 32).

Para analisar as atividades do IMF voltadas à memória, mobilizamos o conceito de "trabalho de memória", formulado pela socióloga argentina Elizabeth Jelin (2002). Dedicada a refletir sobre o cenário dos direitos humanos na Argentina pós ditadura militar, Jelin enfatiza o caráter ativo da construção da memória. Não se trata apenas de registros do passado: a memória estimula a formulação de estratégias de discurso e amplificação. Quando esse exercício prático da memória remonta a eventos traumáticos e de violação de direitos, são demandadas rotas especiais.

Jelin (2002) também ressalta a relevância da autoria das ações de recuperação da memória no processo de legitimação dessas práticas e discursos. Segundo a especialista, a investigação sobre os sujeitos que narram as suas lembranças e lideram as propostas de valorização da memória em contextos de superação de eventos traumáticos deve levar em consideração o contexto em que essas formulações são sugeridas, inclusive seu enquadramento institucional. Em suas palavras, afirma:

A memória como construção social narrativa implica o estudo das propriedades do narrador, da instituição que lhe concede ou nega poder e o autoriza a narrar, pois [...] a eficácia do discurso performativo é proporcional à autoridade de quem o pronuncia. Implica também atentar para os processos de construção do reconhecimento legítimo, concedido socialmente pelo grupo ao qual se dirige. Alcançar posições de autoridade, ou fazer com que aqueles que as ocupam aceitem e incorporem a narrativa que estão tentando disseminar faz parte dessas lutas. Implica também em uma estratégia para ganhar adeptos, para ampliar o círculo que aceita e legitima dada narrativa, que a incorpora como sua, identificando-se com ela (Jelin, 2002, p. 35 e 36 – tradução nossa).

Considerando o intuito do IMF de apresentar para o mundo quem foi Marielle Franco e, por conseguinte, oferecer um contraponto às tentativas de distorção dessa história, o pensamento de Jelin nos parece apropriado para refletir sobre a busca de legitimidade por parte, sobretudo, de familiares de Marielle na intensa disputa de narrativas que está colocada desde o assassinato da vereadora. Não é exatamente

óbvio que a "verdade" sobre Marielle esteja com a sua família. Isto é, independente da intimidade que os familiares e amigos mantiveram durante mais de três décadas, se faz necessário o desenvolvimento de estratégias de memória que garantam uma narrativa considerada legítima a respeito de Marielle Franco, especialmente em razão dos usos que a direita e a extrema direita fizeram e ainda fazem dessa personagem. E um olhar apurado para essa autoria, como preconiza Jelin, é fundamental para a análise.

No investimento em memória conduzido pelo IMF foram desenhadas ações de cunho cultural, educativo e museológico; sempre cultivando a consciência política e a verve ativista da própria Marielle. Além de iniciativas e materiais criados pelo instituto, há também o exercício de mapeamento de atos em homenagem à Marielle espalhados ao redor do mundo (Figura 01).

FIGURA 01: Jardim Marielle Franco, em Paris



Foto de Jacques Demarthon/AFP.

Outras iniciativas de memória conduzidas pelo IMF envolvem exposição fotobiográfica, além de um livro que reúne muitas dessas imagens, a História em Quadrinhos sobre a história de Marielle voltada para o público infanto-juvenil e a estátua em sua homenagem (Figura 02), localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro.

FIGURA 02: Estátua de Marielle Franco, esculpida por Edgard Duvivier e localizada no Buraco do Lume, no centro do Rio



Foto de Adriano Ishibashi/Zimel Press. Fonte: Agência O Globo.

Conclusão

Esta comunicação buscou alinhar brevemente as recentes iniciativas de valorização da memória de Marielle Franco ao arcabouço teórico forjado no âmbito das reivindicações por memória, verdade, justiça e reparação na América Latina. Países como Brasil, Chile e Argentina vivenciaram quase que simultaneamente ditaduras militares marcadas por violações graves e sistemáticas dos direitos humanos, sendo essas ações realizadas por agentes das forças de segurança pública.

Como substrato desse contexto, atualmente temos esses países conduzindo políticas públicas referentes a esse período em diferentes estágios. No Brasil, onde ao final da ditadura o Estado deixou de lado a responsabilização dos perpetradores e o amparo às vítimas, verificam-se desdobramentos nocivos do passado ditatorial. A naturalização da violência e o desrespeito às vítimas e seus familiares é herança que perpassa a escravização de pessoas negras, o extermínio de populações indígenas e a ditadura militar.

Marielle Franco foi uma política negra do Brasil que defendia os direitos das mulheres, dos negros, pessoas LGBTQIA+ e das populações periféricas e faveladas. Franco vinha crescendo e ganhando popularidade com sua agenda progressista quando foi assassinada em março de 2018. Os autores eram ex-policiais militares que executaram o crime a mando de políticos cariocas a partir de interesses escusos.

Trata-se de um dos maiores crimes políticos da história do Brasil, que recorrentemente interrompe a vida de defensores dos direitos humanos¹⁴.

Nesse sentido, os esforços para salvaguardar a história e a memória de Marielle Franco se convertem em uma mensagem para o mundo sobre a inadmissibilidade da violência contra mulheres, em especial, mulheres negras, e o quanto essas práticas não devem se repetir. O que o campo de reflexões sobre memória de contextos traumáticos convencionou a chamar de “Nunca Mais” é base importante para a reivindicação pela não-repetição do que aconteceu com Marielle. Nesse sentido, o cuidado com sua memória fortalece ações que estimulam a criação de espaços mais seguros para mulheres negras incidirem na política e em outros espaços de tomada de decisão, conformando, assim, um país mais justo e democrático.

Preservar e compartilhar essa história também tonifica diante da sociedade a agenda progressista capitaneada por Marielle. Em um país que tem sofrido sobremaneira com o avanço da extrema-direita e, por consequência, precisa lidar com o descrédito pela esquerda, chama a atenção a forma com que os valores defendidos por Marielle Franco estão refletidos na maneira como sua história e sua memória são tratadas e difundidas.

Por fim, as ações que salvagam e disseminam a memória de Marielle Franco vêm sendo elaboradas com a finalidade de garantir a continuidade e a celebração por gerações futuras de uma das maiores lideranças feminina e negra da história da América Latina.

Referências

BUCCI, Eugenio. Seriam as fake news mais eficazes para campanhas de direita? – uma hipótese a partir das eleições de 2018 no Brasil. **Novos Olhares**, v. 8, n. 2, p. 21-29, 2019.

¹⁴ O Brasil possui uma longa tradição de homicídios contra ativistas, sendo o quarto país no ranqueamento mundial, segundo levantamento da Anistia Internacional. Militantes pela causa ambiental são alvos preferenciais, conforme nota-se nos casos Chico Mendes (1988), Dorothy Stang (2005) e Bruno Pereira e Dom Phillips (2022). Sobre a pesquisa da AI, ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-03/brasil-e-o-4o-pais-que-mais-mata-ativistas-de-direitos-humanos#:~:text=O%20texto%20aponta%20que%20o.crime%20ainda%20n%C3%A3o%20foi%20esclarecido.>

DOS SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos; FERNANDES, Ana Paula Alves; CID, Gabriel da Silva Vidal. **Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024.

FERNANDES, Carla Montuori; DE OLIVEIRA, Luiz Ademir; DOS SANTOS JUNIOR, Valmir Mendes. Ativismo e Fake News nas Redes Sociais: o caso Marielle Franco. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 196-216, 2020.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: **Tem saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Editora Zouk, 2017.

FRANCO, Anielle. **Minha irmã e eu**: diário, memórias e conversas sobre Marielle. Planeta, 2022.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo veintiuno, 2002.

SANTANA, Bianca; CARNEIRO, Natália. **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

SAMPAIO, José Adércio Leite; BOCCHINO, Lavínia Assis. A ameaça das fake news para a democracia e os direitos humanos na era do Tecnopopulismo. **Revista EJEJ**, n. 1, p. 189-206, 2022.

SILVA, Anielle Franco da. **Instituto Marielle Franco**: Escrevivências, memória e o legado de Marielle Franco. Dissertação de Mestrado – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Rio de Janeiro, 121 p, 2021.

O PAPEL DOS MUSEUS INDÍGENAS FRENTE À PERSEGUIÇÃO DA EXTREMA DIREITA AOS POVOS ORIGINÁRIOS: NEGAÇÃO DO DIREITO À TERRA E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

DOI: 10.5281/zenodo.17741069

Nauhan dos Santos Dias¹⁵

Antônio Luciano da Silva Júnior¹⁶

Diego Lemos Ribeiro¹⁷

Introdução

A história que por anos foi narrada sobre os povos indígenas brasileiros remete a uma perspectiva colonialista, estigmatizada e invisibilizadora: da dominação de seus territórios e da extinção de sua população, seja por meio de uma suposta miscigenação ou extermínio de sua população, associando sua existência a um passado distante e legitimando ocupação de suas terras. Uma das grandes consequências disso foi o distanciamento generalizado das comunidades indígenas brasileiras durante anos e a inviabilização dos seus direitos.

No Nordeste, em 1937, o antropólogo pernambucano Carlos Estevão de Oliveira, em palestra no Instituto Geográfico Pernambucano, comunicou que em sua

¹⁵ Arquiteta e urbanista, mestre e doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Faz parte da coordenação executiva do Nemplus (Núcleo de Estudo sobre Memória e Patrimônio em Lugares de Sofrimento), vinculado ao PPGMP da UFPel. E-mail: nauhandias@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7706247544520373>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9565-2109>.

¹⁶ Historiador, mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas sob orientação do professor Diego Lemos Ribeiro; pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq). E-mail: antoniolucianodsj@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9612735468112768>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2263-4864>.

¹⁷ Museólogo, mestre em Ciência da Informação, doutor em Arqueologia, professor do curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Tem experiência na área de Museologia, com enfoque nos processos de musealização do patrimônio arqueológico. Atualmente desenvolve trabalhos e orienta pesquisas na área de gestão e comunicação em museus, notadamente de acervos arqueológicos e etnográficos. E-mail: dlrmuseologo@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4967382276076199>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2433-4828>.

última visita etnográfica ao sertão nordestino descobriu “remanescentes indígenas” pankararus da aldeia Brejo do Padres. No mesmo ano, o antropólogo apresentou essa palestra de forma reduzida no Museu Nacional do Rio de Janeiro, seu intuito era apelar para que as instituições e órgãos responsáveis protegessem os “remanescentes indígenas que ainda vivem em terras nordestinas” (Arruti, 1995, p. 58), pois sentiu de perto o sofrimento dos descendentes da gente que foi punida pelo “estranho crime de ter sido dona desse país” (idem, ibidem). Para Arruti, historiador e antropólogo brasileiro, a palestra de Carlos Estevão foi “um momento de inflexão na história indígena no Nordeste, que dá início a um rápido e tumultuoso processo de revitalização de tradições e inversão cultural” (Arruti, 1995, p. 59), fazendo dos estados nordestinos importante território de presença indígena e impulsionando que, nas décadas seguintes, novos grupos reivindicassem sua identidade indígena.

Nessa esteira, as práticas museológicas contaram com uma outra vertente, a chamada Museologia Social. Os museus, agora, passam a representar um instrumento de mudança social. A cultura e ação dos detentores dessas memórias eram vistas como instrumentos ativos de mudança social, partindo da imaterialidade, uma visão que vai além do puro acúmulo de materiais que possam existir ali. Dessa forma, tem-se a visão de um Museu Integral, “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (Primo, 2022, p. 10), de forma que a valorização da realidade social atravessa as pontes que abordaram apenas a materialidade dos sujeitos, pensando em um espectro maior que, apesar de seus desafios, abria rumo para novos caminhos, vendo o ser humano “como sujeito participativo, crítico e consciente da sua realidade” (Primo, 2022, p. 35).

Esse conceito, gestado em torno dos anos 60 e ampliado com a Mesa de 72, “traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 1993, p. 7), de modo que o processo museológico se volta, agora, para os processos sociais, saindo do objeto e considerando o ser humano como “produtor de suas referências culturais e engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades a que serve o museu” (Tolentino, 2016, p. 31-32). Além disso, nessa esteira de fortificação de novas formas de fazer museologia, têm-se também a Declaração de Quebec, de 1984 – local onde inclusive foi criado o Movimento Internacional para

uma Nova Museologia – e a Declaração de Caracas, de 1992, todas ampliadas e potencializadas do papel social do museu como atuantes na realidade social e econômica e que se instaura e sua importância para, dentre outras coisas, o território.

Considerando esses apontamentos, as mobilizações sociais como as bases estão intrínsecas nessas novas formas de pensar museu na contemporaneidade, de modo que assim se constroem as pontes para o surgimento, – ou fortalecimento – das museologias comunitárias, de território, ou ecomuseus, ou iniciativas similares. Trata-se, neste sentido, de uma museologia política e voltada para as pessoas, antes de se dedicar aos objetos.

No mundo da museologia, os inventários, antes, tinham a responsabilidade de organizar e angariar objetos de acervos e coleções, sendo “o primeiro estágio da documentação sistemática de um acervo” (Vieira Neto, 2022, p. 444). Não obstante, com o alargamento dos conceitos de cultura e suas visões antropológicas, o conceito de inventário no âmbito museológico e patrimonial também mudou, trazendo mais ativamente a população local, sendo ela em todo o processo de patrimonialização, adquirindo o nome de *inventários participativos*.

Esse tipo de inventário é crucial para se pensar na participação local no processo de entender quais bem e referências culturais são valorizadas pelas pessoas do entorno, de modo que os “próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir os processos de identificação, seleção, registro e promoção das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais” (Vieira Neto, 2022, p. 447). Contempla, ainda, as diretrizes da Constituição Federal de 1988 – nos artigos 215 e 216, por exemplo – quando se pensa em conservação da pluralidade étnica e social do que deve ser valorizado, de modo que “o inventário participativo busca atribuir sentido ao vivido, ao construído e ao aprendido, estabelecendo vínculos duradouros entre identidades, memórias e cidadanias” (Vieira Neto, 2022, p. 448). É nessa esteira, frente às redes de socializações e musealizações, que, no Ceará, diversos museus indígenas serão construídos e potencializados.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivos: apresentar o cenário atual de reconhecimento das comunidades indígenas no Ceará, as articulações dessas comunidades que reivindicam sua memória e identidade, assim como a

demarcação de seus territórios; apresentar os museus indígenas e outras experiências museológicas no Ceará; e discutir sua importância social e política na contemporaneidade, a partir de questões que se apresentam no Brasil, como as políticas de extermínio e violações de direitos que tem avançado com a extrema direita no país.

Como se articularam os Museus Indígenas na região do Ceará?

Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Potiguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba [...]. Andam-se hoje misturados na massa geral da população (Cunha Figueiredo Junior, 1863, p. 19-20 *apud* Barboza; Mariz, 2021, p. 116).

De acordo com mapeamento realizado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), em 2023, o Ceará tem 20 povos, sendo eles: Anacé, Cariri, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Kariri-Quixelô, Karão, Paiacu, Pitaguari, Potiguar, Quixará-Tapuia, Tapeba, Tabajara, Tapuia-Kariri, Tremembé, Tubiba-Tapuia, Tupinambá e Warão. Segundo dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 56 mil indígenas em todo estado, que coloca o Ceará na 9ª posição do Brasil com maior quantidade de povos originários. Apesar disso, o estado é um dos mais atrasados no que se refere a demarcações. Atualmente, apenas o Território Indígena Tremembé do Córrego João Pereira tem sua demarcação homologada pelo Decreto de Lei s/n de 05/05/2003 assinado pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva e mais recentemente, o Território Indígena Tremembé da Barra do Mundaú pelo Decreto de Lei nº 11.506 de 28/04/2023 assinado pelo atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

O processo de demarcação conta com quatro fases: a de estudo, delimitação, declaração, homologação e regularização, conforme decreto nº 1.775, de 08/01/1996. O Sistema de Indigenista de Informações (SII), da FUNAI, aponta que o Ceará possui dez territórios em processo, sendo duas em fase de estudo, uma delimitada, quatro declaradas, uma homologada, uma regularizada e uma na fase de reserva indígena. No dia 01 de novembro de 2023, um acordo de cooperação para demarcação de quatro terras indígenas cearenses foi assinado pelo Governo do

Estado, por meio da Secretaria dos Povos Indígenas (Sepince), Instituto do Desenvolvimento Agrário (Idace) e FUNAI, contando com a presença da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, a presidente da FUNAI, Joenia Wapichana, o governador do Ceará, Elmano de Freitas, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), a secretária da Sepince, Cacika Irê Juliana Alves, o superintendente do Idace, João Alfredo e demais representantes estaduais e lideranças indígenas. A assinatura do documento, que garante a demarcação física das terras indígenas das etnias Jenipapo-Kanindé, Tapeba, Pitaguary e Tremembé de Queimadas tem o prazo de um ano, podendo ser prorrogada por mais um período (Nobre, 2023). Essa conquista reafirma o compromisso do estado do Ceará com a causa indígena e caracteriza o resultado dos esforços e mobilizações de grupos indígenas que há tempos se articulam para garantir seus direitos constitucionais.

Em 2012, quase 150 anos depois da declaração em Relatório Provincial que afirmava a extinção de povos indígenas nos territórios cearenses, a Assembleia Legislativa Do Ceará criou uma comissão que, em suma, servia para provar a existência indígena no Ceará, “o Estado anunciava oficialmente para aqueles indígenas: Vocês existem!” (Jornal Diário do Nordeste, 06/06/2023), o que parece ser uma coisa óbvia de se dizer – para não dizer cômico –, mas faz parte de uma narrativa de Estado que, por anos, negou a presença indígena cearense em prol de sustentar uma narrativa em favor dos grandes senhores de terra e de uma carência de políticas afirmativas para esses grupos invisibilizados.

Já em 1993, em artigo publicado no Jornal Diário do Nordeste, vê-se o título: “Para indígenas está difícil viver em suas próprias terras no CE”, que abordava a falta de cumprimento da Constituição de 1988 em realizar as devidas demarcações de terra das etnias Tremembé e Tapeba, e que, em uma nota, ainda tratava de informação advinda da FUNAI sobre a entrada de um pedido de demarcação de terras na etnia Pitaguary e a falta de clareza desse fato. Essa dificuldade de viver em suas terras parte das constantes invasões por posseiros e outros grupos que veem na terra instrumento de crescimento econômico, como também pode-se notar em matéria publicado no Jornal O Povo, convenientemente alocado na página “Conflitos”, com o título “Índios da Comunidade Tremembé estão Sofrendo Ameaças de Morte”, em que os indígenas denunciavam a organização de homens que

possuíam propriedades na área de sua aldeia e que ameaçava a integridade física desses indígenas.

Esses são apenas alguns exemplos do que se pode encontrar nas notícias daquela época, de modo que pensar que não existem indígenas no Ceará passa para além de uma piada, algo cômico, ou apenas não se buscar informações: vai para a questão jurídica e social. Os problemas ficam mais agudos quando se propõe a pensar no apagamento e no não cumprimento da Constituição dita “Cidadã”, que afirma, no artigo 231, inciso 2º que “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. Esse é o contexto brasileiro de lutas e mobilizações sociais indígenas da época, que encontraram, além das forças jurídicas, amparo no seio da cultura e na memória de sua terra e território que, em tese, deveria ser garantido por lei e que, no decorrer dos anos 90 e anos 2000, foi sendo amplificado.

As memórias indígenas “são interpretadas de forma a justificar, no presente, a conduta da comunidade em assumir-se herdeira de uma tradição que não se rompeu” (Vieira Neto; Gomes, 2009, p. 376). Desta forma, referências identitárias são elencadas pelos indígenas e são trazidas para os objetos, aquele que devam ser preservados, mas não apenas isso, trazendo uma perspectiva de construção coletiva dos inventários, uma noção ampla de patrimônio, que engloba o território e o pensamento de que o museu também deve servir com uma função educativa e de demonstração de resistência contra o pensamento ainda colonizador. Como afirma o indígena da etnia Kanindé, de Aratuba, Ceará e um dos membros formadores da Rede Indígena de Memória e Museologia Social, Suzenilson Kanindé:

Para os povos indígenas, o museu representa mais uma forma do pensar indígena, pois renova e guarda a memória através das narrativas dos povos e está relacionado com seus diversos saberes sobre território, coisas e pessoas; sendo formas de concretizar o ser “indígena”, transgredido na terra como ponte de fortalecimento para a relação com os mais velhos, conhecido por troncos velhos ou guardiões da memória (Santos, 2022, p. 476).

Nesse ínterim, “a atuação de sujeitos outrora marginalizados e as possibilidades de (re)escrita da história, tornam os museus lugares privilegiados no conjunto de lutas provindas da organização dos povos indígenas contemporâneos” (Vieira Neto; Gomes, 2009, p. 24), de modo que essa mobilização étnica aproxima

politicamente os indígenas a agências missionárias e setores vinculados à universidade.

Dentro dessas articulações da rede indígena, não se pode deixar de citar as experiências do Projeto Historiando que, a partir de uma metodologia de pesquisa a partir da história local e os inventários participativos, tem seu envolvimento com a história indígena de meados de 2007, em uma parceria política e educacional que se refere à “reflexão sobre a memória enquanto instrumento de luta e afirmação étnica, que se materializa na construção de espaços de memórias comunitários geridos pelos indígenas” (Vieira Neto; Gomes, 2009, p. 19). À época, três museus indígenas funcionavam no estado: o “Memorial Cacique-Perna-de-Pau, construído pelos Tapeba, em Caucaia, no ano de 2005; a Oca da Memória, organizada pelos Kalabaça e Tabajara, em Poranga, em meados de 2008; e o Museu dos Kanindé, em Aratuba, organizado pelo Cacique Sotero e aberto ao público a partir de 1995” (Vieira Neto; Gomes, 2009, p. 19). O Museu Kanindé ainda é considerado o segundo museu indígena do Brasil, também pensado como uma prática diferente de museologia adotada pelo Cacique Sotero, que já vinha formando sua coleção mesmo nos anos 90. Além disso, foi um dos Pontos de Memória inscritos no Ceará, em parceria com o Projeto Historiando e outras instâncias de memória e gestão.

Isso não significa que outros projetos museológicos ou de memória indígena não apareceram depois. Nesse ínterim, o Museu Jenipapo-Kanindé teve sua organização gestada em um seminário no ano de 2010, contando com um inventário e gestão participativa da comunidade. Além disso, tem-se o caso do museu da etnia Pitaguary, localizado entre os municípios de Maracanaú e Pacatuba, no Ceará, um enredo que se focou na afirmação da memória e identidade étnica dessa comunidade frente aos avanços de uma empresa do ramo da mineração, em uma disputa por uma área de retomada indígena que, em 2013, instalou um museu no antigo escritório da mineradora.

Junto ao Projeto Historiando, também foi possível mapear outras comunidades indígenas no Ceará e suas formas de tratamento aos referenciais de memória e identidade e entender como esses valores da comunidade são usados como ferramentas de resistência política, por meio de parcerias com instituições museológicas, como aconteceu com o Museu do Ceará e do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e exposições organizadas nesses espaços, com organizações

indígenas, como a Associação das Comunidades Indígenas Tapeba (ACITA), e com importantes organizações que lidam com a memória e o patrimônio, como é o caso do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC). Todos esses grupos e as instituições servem para demonstrar que as organizações indígenas são transversais e atravessam diversos tipos de políticas e condições de formação, expressando as redes de articulação que circundam a história das mobilizações étnicas indígenas.

Os fóruns, seminários e encontros acerca de museologia social e indígenas também foram de grande importância para estrutura e fortificação das redes de memória desses grupos. Em um trecho extenso, mas indispensável, vindo de um artigo escrito por Alexandre Gomes e João Paulo Vieira Neto (2009, p. 90), ambos coordenadores e fundadores do Projeto Historiando, tem-se:

Nos últimos anos foram realizados muitos encontros e eventos, dos quais destacamos, por seu caráter formativo e político, os cursos de formação de gestores de museus indígenas no Ceará. O I Encontro de Gestores de Museus Indígenas ocorreu em outubro de 2011, promovido pelos povos kanindé, tapeba, pitaguary e jenipapo-kanindé, em parceria como Projeto Historiando e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza. Em dezembro de 2012 foi realizado o II Encontro de Formação de Gestores de Museus Indígenas do Ceará nas dependências do Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, com os coordenadores dos museus dos povos jenipapo-kanindé, kanindé e pitaguary, além de outros membros da Rede Cearense de Museus Comunitários. Esse encontro contou com a presença do consultor francês Hugues De Varine, que estava publicando seu livro "As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local", em Fortaleza. O III Encontro aconteceu paralelamente ao I Fórum de Museus Indígenas do Brasil, em maio de 2015, no Museu dos Kanindé, em parceria com o Projeto Historiando, a Associação para o Desenvolvimento Local Co Produzido (Adelco) e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza. O II Fórum de Museus Indígenas do Ceará foi realizado na terra indígena Lagoa da Encantada, do povo indígena jenipapo-kanindé, no município de Aquiraz (CE), entre 9 e 11 de dezembro de 2016. O IV Encontro de Formação de Gestores de Museus Indígenas do Ceará ocorreu em Itarema entre 14 e 16 de julho de 2017, na aldeia da Praia (Almofala), do povo tremembé, que também está em processo de organização de um espaço museológico há alguns anos. O IV Encontro foi realizado pela Rede Indígena de Memória e Museologia, em parceria com o Projeto Historiando e com apoio da Associação para o Desenvolvimento Local Co Produzido (Adelco), e contou com a assessoria do poeta, museólogo e militante da museologia social Mario de Souza Chagas.

A partir dessa rede, novas situações e processos sociais foram elencados, assim como as categorias nativas de pensar o patrimônio. Tendo três encontros nacionais (2015, 2016 e 2017), é importante que o seio da formação dessa rede se estende por alianças formadas anteriormente ao ano de 2014. Em 2012 houve o encontro de Cacique Sotero e Nino Tikuna, ambos fundadores dos primeiros museus indígenas conhecidos no Brasil, no I Encontro de Museus Indígenas de Pernambuco, além disso, antes havia tido o V Fórum Nacional de Museus do IBRAM, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, “foram dois momentos a partir dos quais [...] foi sendo planejado o processo que viria a originar a Rede Indígena de Memória e Museologia Social” (Gomes, 2019, p. 347). Esse momento foi crucial pela participação de representantes de comunidades indígenas que estavam presentes, justamente para a discussão sobre museus indígenas, estratégias e políticas públicas.

No cenário em que “surgiram no Brasil várias outras redes entre iniciativas de museologia social, memória e patrimônio” (Gomes, 2019, p. 348), a rede indígena se inseriu em um contexto onde diversas práticas museológicas de base comunitária já vinham se articulando, nos períodos de 2011 e 2014. Nesse sentido, como afirma Alexandre Gomes (2019, p. 348):

A Rede Indígena de Memória surgiu durante o processo de diálogo entre representantes de museus indígenas participantes do Programa Pontos de Memória e o IBRAM, que resultou na criação do Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória.

A Rede Indígena de Memória e Museologia Social, promovendo o diálogo com a Academia e o Estado, além de ser “um processo privilegiado para avançar na compreensão da relação entre museus indígenas, memória e mobilizações étnicas” (Gomes, 2019, p. 347), é, entretanto, uma rede mobilizada e articulada dentro de um contexto de debates em seminários e fóruns que foram promovidos por instituições pública, e dentre elas o IBRAM. Porém, não se deve esquecer que o ápice, o ponto de convergência, foram os indígenas “se organizando entre si, culminando em dezembro de 2014 com a criação de uma instância de mobilização própria, independente do Estado, da Academia e de ONG’s” (Gomes, 2019, p. 350).

Desde então, a Rede vem organizando cursos, seminários e fóruns. Os temas são sempre insurgentes e em pauta do período do encontro. Alguns exemplos desses encontros é o que ocorreu em 2023, o Seminário Acervos de Museus Comunitários

e Movimentos Sociais: Territórios, Patrimônios e Memórias Insurgentes, organizado junto à UFPE, assim como ocorreu, no mesmo ano, o IV Fórum de Museus Indígenas do Ceará – de forma mais local – tendo como temas de discussão a Auto Gestão Museológica e os Mestres da Cultura no Ceará. Essas redes de articulação servem para demonstrar como as formas de patrimônio podem ser insurgentes, ou melhor, requeridas pelos sujeitos de memórias que, à guisa de outras narrativas políticas e sociais, são deixadas no subterrâneo da historiografia brasileira.

Lutas da Contemporaneidade: Avanço da Extrema Direita no Brasil, Marco Temporal e Genocídio Indígena

A tese do Marco Temporal surgiu a partir do julgamento da Ação Popular de nº 3.388, referente à homologação do Território Indígena Raposa Serra do Sol, quando se estabeleceram dezenove salvaguardas institucionais para o reconhecimento da demarcação de terras indígenas. Segundo esse pensamento que passou a representar os interesses, sobretudo, do setor ruralista, os povos indígenas só têm direito aos territórios que ocupavam ou disputavam judicialmente em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Se para as comunidades indígenas cearenses, a declaração contida no Relatório Provincial de 1863, afirmando que *“já não existem aqui índios aldeados ou bravios”* representou violência material e simbólica contra suas comunidades – uma vez que resultou na perseguição de seus povos e ocupação de seus territórios –, o Marco Temporal representa uma tentativa, nada atual, de legitimar essa violência material e simbólica contra as populações indígenas brasileiras na contemporaneidade.

No dia 15 de abril de 2005, por meio da Portaria n.º 535/2005, em seu primeiro mandato, o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto de Homologação do Território Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no estado de Roraima. Ao todo, a superfície do território indígena compreende um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro hectares, pertencentes aos grupos Indígenas Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana.

Um mês após a aprovação do Decreto presidencial, no dia 20 de maio de 2005, o senador Augusto Affonso Botelho Neto ajuizou a Ação Popular de nº 3.388, solicitando anulação da Portaria n.º 535/2005, sob a justificativa de vícios na elaboração do laudo antropológico, alegando que a demarcação trazia consequências econômicas, sociais e comerciais desastrosas ao estado. Além disso, o senador ressaltou que o decreto trazia prejuízos aos interessados não indígenas que moravam e exploravam economicamente as terras (Amaral, 2023).

O Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Popular, no dia 19 de março de 2009, mantendo a homologação do Território Indígena Raposa Serra do Sol, rechaçando a Pet 3.388/RR e determinando dezenove condicionantes para a demarcação de terras indígenas. Dentre as condicionantes apresentadas, o ex-Ministro Relator, Carlos Ayres Britto, ressaltou o que seria “insubstituível referencial” para reconhecimento dos direitos originários sobre suas terras, criando a teoria do marco temporal de ocupação:

11.1. O marco temporal de ocupação. A Constituição Federal trabalhou com data certa — a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) — como insubstituível referencial para o dado da ocupação de um determinado espaço geográfico por essa ou aquela etnia aborígene; ou seja, para o reconhecimento, aos índios, dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Segundo Miranda, o julgamento da Pet 3.388/RR pelo Supremo Tribunal Federal é considerado um “divisor de águas em termos de interpretação e aplicação dos direitos territoriais dos povos indígenas” (Miranda, 2012, p. 42), uma vez que foi projetado pelo STF para ser um dispositivo que estabelece fundamentos de decisões que se aplicariam, não apenas no caso analisado, mas para efeito das demarcações de terra em curso e posteriores. Nesse sentido, apesar de seu caráter inconstitucional, a tese do marco temporal de ocupação foi aplicada pelo STF em casos de anulação de terras indígenas, como é o caso dos Territórios Indígenas Guyraroká e Limão Verde. Sartori Junior (2016, p. 94), especialista em ética e educação em direitos humanos, afirma que a teoria do marco temporal e sua aplicação reforçam o discurso colonial nos seguintes aspectos:

a) a persistência da tutela, com a não participação das comunidades indígenas nos processos que visam a anulação de suas terras demarcadas; b) o consequente bloqueio da possibilidade de

resistência, por conta da inferiorização da tutela; c) a anti-historicidade da tese, ao desconsiderar a história recente de violência, tutela e tomada de territórios tradicionais, sobretudo na ditadura civil-militar, que influencia a subjetividade indígena atual e sua capacidade de resistência; d) o agravamento dos conflitos atuais, das mortes e das condições de vida precárias, com a revisão de direitos e de demarcações em estágio avançado ou mesmo concluídas.

A tese do marco temporal é um retrocesso, uma vez que retoma o discurso colonialista de política tutelar, em que as comunidades indígenas não podiam ter acesso por si próprias ao Sistema de Justiça, intenção explícita na elaboração das dezenove salvaguardas institucionais que foram projetadas a fim de resolver processos judiciais de demarcação de terras sem haver a participação dos povos indígenas nas tomadas de decisões. Por isso, é também inconstitucional, visto que o art. 232 da Constituição Federal de 1988 assegura a participação dos indivíduos e comunidades indígenas em nome próprio nos processos judiciais que lhes dizem respeito, significando a superação do regime tutelar (Sartori Junior, 2016). Além disso, a tese possui caráter negacionista, desconsiderando a perseguição, a tomada de terras e as violências praticadas contra comunidades indígenas em uma história recente.

O discurso colonialista do marco temporal ganhou força com o avanço da extrema-direita no Brasil, resultando no agravamento de conflitos e mortes de indígenas durante o último mandato presidencial. Segundo Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2022, do Conselho Indigenista Missionário, Cimi, no governo de Jair Bolsonaro, nenhum território indígena foi demarcado, sendo 867 casos de omissão e demora na regularização de terras. O descaso com os direitos dos povos originários e o descumprimento da Constituição Federal brasileira intensificou os conflitos em territórios indígenas, sendo registrados um total de 409 casos durante os quatro anos. As invasões registradas durante todo o governo contabilizaram 1.133 casos. Assassinatos de indígenas cresceram 54% durante o governo anti-indígena de Jair Bolsonaro. A omissão do governo na invasão ilegal das Terras Indígenas Yanomami por grileiros, garimpeiros e pelo crime organizado resultou no genocídio de indígenas, sobretudo crianças, já que 621 crianças yanomamis de até quatro anos morreram durante todo o governo; em todo o Brasil, esse número ultrapassa 3.500 mortes (Cimi, 2023).

Em tempo de perseguição aos povos originários brasileiros, negação de seus direitos e imposição do silenciamento nas discussões que lhes interessam, os museus indígenas representam a resistência de memória e afirmação da identidade étnica, assim como a luta pelos direitos indígenas previstos pela constituição. Sobre o projeto de estruturação dos museus indígenas cearenses, menciona-se o trabalho intitulado *Museus e Memórias Indígenas no Ceará: uma proposta em construção*, organizado pelos historiadores João Paulo Vieira Neto e Alexandre Oliveira Gomes, por meio de pesquisa etnográfica realizada em território Pitaguary. Foi possível identificar na Casa de Apoio dos Pitaguarys “o potencial que um espaço comunitário tem no interior de um grupo indígena, no sentido de possibilitar a existência de uma estrutura propícia e estimuladora da organização social em torno das demandas da comunidade” (Vieira Neto; Gomes, 2009, p. 151). Em 2009, a casa era sede da associação, local de realização de reuniões, encontros, oficinas, confraternizações e pousada para parentes de outras etnias, onde se pretendia implementar uma unidade museológica, de forma sistematizada e planejada para “a discussão e a reflexão sobre a importância da construção social da memória no processo de afirmação da identidade étnica e na luta pelos direitos indígenas: terra demarcada e acesso às garantias constitucionais” (Vieira Neto; Gomes, 2009, p. 154). Com isso, é possível compreender que a organização de uma museologia indígena cearense surgiu desde sua idealização com o intuito de atender as demandas econômicas, sociais e políticas dos povos indígenas. Em 2011, com a fundação do Museu Indígena Pitaguary, e uma estrutura que reunia sala de exposição, reserva técnica, biblioteca, salão de eventos e rituais, casa de apoio, cozinha comunitária e trilhas ecológicas em sua programação, a comunidade indígena Pitaguary ganhou força na luta pela demarcação de seu território – que atualmente está em processo – e na reafirmação de sua identidade.

Em maio de 2023, manifestações contra a tese do marco temporal foram realizadas em território Pitaguary e Anacé (Figuras 01 e 02), na região metropolitana de Fortaleza, além de outras cidades cearenses, como Crateús e Itarema, comunidades indígenas realizaram ações em diferentes territórios brasileiros. A causa indígena se potencializa por meio da luta dos povos originários que se articulam por meio de seus processos memoriais e seus territórios, na medida em que são faces de um todo, e com isso, inseparáveis e inegociáveis.

FIGURA 01: Manifestações contra o marco temporal em Território Pitaguary



Fonte: EsquerdaOnline, 30/05/2023.

FIGURA 02: Anacé protestam contra o marco temporal



Fonte: Rafha Anacé, 31/05/2025.

Considerações Finais

O presente estudo propôs uma pequena visão no espectro de estudo que se debruça acerca dos movimentos indígenas e seus impactos, junto à organização, seleção e fruição de memórias, ações e, de uma maneira mais ampla, a cultura, nas

diversas formas de resistência. Desse modo, museologia social e patrimônio cultural são utilizadas como ferramentas no debate social que gira em torno de novas narrativas, questionando os motivos de seus silenciamentos anteriores e, agora, articulando novos pontos de vista sobre a história da construção da cultura dita “nacional”.

Nessa esteira, é possível pensar que “o patrimônio tem sido cada vez mais reivindicado e menos herdado” (Nogueira, 2014, p. 64), o que está expresso nas articulações e maneiras de pensar o museu dos povos originários, que lidam com as demandas de seus territórios e do cotidiano. Além disso, as experiências museológicas são ferramentas em contextos de conflito e reivindicação por direitos amparados em lei, assim como a reafirmação da identidade étnica e resistência dos povos indígenas, mas também dos quilombolas ou de outras bases comunitárias que têm suas histórias subalternizadas em detrimento de uma narrativa tida como “oficial”, desde muito orquestrada e difundida por um pensamento colonialista que visa o esquecimento desses grupos sociais.

Lutar pela demarcação territorial e contra abusos de poder; pelo direito de narrar suas próprias histórias e contra a destruição de suas terras; pela vida vivida e contra o apagamento institucional; todas essas chaves de pensamento parecem ser diretivas das formas de organizar e repensar a forma de fazer museologia indígena, uma forma que nasce da resistência e da necessidade de pensar em território, ambiente, pessoas, objetos e signos, o material e o imaterial que está em constante organização na instituições de memória e culturas brasileiras. De fato, “a museologia que não serve para a vida, não serve para nada” (Chagas; Bogado, 2017), e na forma de fazer museu dessas comunidades já nasce intrínseca a forma de viver e sua valorização cultural, algo que alguns museus tradicionais ainda não aprenderam: que os museus não se fazem sem as pessoas.

Referências

AMARAL, Ana Clara Sampaio Guedes do. **O Caso Raposa Serra do Sol como Precedente Judicial para Regular o Marco Temporal de Demarcação de Terras Indígenas: Uma análise à luz da teoria do direito como integridade de Ronald Dworkin.** Monografia (Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 15, p. 59-94, 1995.

BARBOZA, Edson Holanda Lima; MARIZ, Silviana Fernandes. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará, **Revista Brasileira de História** (online), v. 41, n. 87, p. 111-134, 2021.

CHAGAS, Mário; BOGADO, Diana. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência. In: CALABRE, Lia *et al.* (Org.). **Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, a. 27, n. 41, dezembro, 2014.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2022**, 2023.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MIRANDA, Julian Trévia. **A teoria do Marco Temporal da Ocupação Indígena no Julgamento do Caso Raposa Serra do Sol e Suas Implicações para os Povos Indígenas do Brasil**. Monografia – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MOUTINHO, Mário. Sobre o Conceito de Museologia Social. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1993.

NOBRE, Mirla. Ceará pode ter quatro terras indígenas demarcadas fisicamente até 2025. **OPOVO**, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/11/01/ceara-pode-ter-quatro-terras-indigenas-demarcadas-fisicamente-ate-2025.html>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul.-dez., 2014.

PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 16, n. 16, 2022.

SANTOS, Suzenilson da Silva. Museu Kanindé: narrativas da memória e consciência étnica. In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio, resistência e direitos: histórias entre trajetórias e perspectivas em rede**. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022.

SARTORI JUNIOR, Dailor. Colonialidade e o marco temporal da ocupação de terras indígenas: uma crítica à posição do Supremo Tribunal Federal. **Hendu - Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**, Belém, v. 7, p. 88-100, 2016.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 52, n. 8, 2016.

VIEIRA NETO, João Paulo. Museologia Social e inventários participativos: contranarrativas e participação social nos processos de patrimonialização. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio, resistência e direitos: histórias entre trajetórias e perspectivas em rede**. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022.

VIEIRA NETO, João Paulo; GOMES, Alexandre. **Os Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009. Vol. 1000. 264p.

VIEIRA NETO, João Paulo; GOMES, Alexandre. O Museus e memória indígena no Ceará: a emergência étnica entre lembranças e esquecimentos. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará. Vol. 1000, n. 2, p. 367-391, 2009.

VIEIRA NETO, João Paulo; GOMES, Alexandre. O Projeto Historiando: inventários participativos e musealização do patrimônio cultural em comunidades indígenas no Ceará. **MUSAS**, Rio de Janeiro, v. II, p. 72-96, 2018.

WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter; LINERA, Álvaro García. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Ediciones del Signo, 2006.

VIDAS NOTÁVEIS E MEMÓRIAS EM DISPUTA: SOBRE OS MEMORIAIS DEDICADOS A LUIZ CARLOS PRESTES NO BRASIL

DOI: 10.5281/zenodo.17741079

Cristiéle Santos de Souza¹⁸

Cortou o Brasil com seus soldados, General do povo. Cortou os caminhos do exílio, seu coração estava com o povo do seu país. Voltou um dia, um raio cortou a noite do Brasil. Têm-no num cárcere, é o povo encarcerado. Um dia sairá, será o povo se levantando, rompendo as cadeias da escravidão. É o povo num homem. O herói que o povo concebe, alimenta e cria: Luís Carlos Prestes.
(Jorge Amado, 1945)

Em maio de 1945, quando Jorge Amado publicou no Brasil a primeira biografia de Luiz Carlos Prestes¹⁹, escrita em 1942 como parte da campanha pela Anistia dos presos políticos do Estado Novo, ajudou a consolidar a imagem heroica do “Cavaleiro da Esperança” que os jornais da capital haviam promovido e questionado, em diferentes circunstâncias, durante os anos da Coluna Prestes e do exílio na região do Prata. Mas foi por meio das palavras de Jorge Amado que, pela primeira vez, a vida privada de Prestes tomou a cena pública, e o Brasil conheceu a infância difícil do menino que ficou órfão de pai aos 10 anos, os feitos militares do jovem oficial, e os sacrifícios dos quais ele foi capaz em defesa dos seus ideais. O ano de publicação da biografia também foi o ano da Anistia, por meio da qual Prestes deixou o isolamento da prisão e passou a viver em um ambiente de popularidade e reconhecimento que o levou ao Senado da República cerca de um ano depois.

“O herói que o povo concebe, alimenta e cria”, como descreveu Jorge Amado, ganhou a cena pública e tornou-se um símbolo de resistência e de luta por justiça

¹⁸ Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel); pós-doutoranda no programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel); docente da rede municipal de ensino de Erechim/RS; e-mail: cristiele.hst@gmail.com.

¹⁹ Ainda que em sua certidão de nascimento o prenome de Prestes esteja escrito com “s”, de acordo com Anita Prestes (2015), “durante toda a vida a grafia usada por ele, inclusive em sua assinatura, e registrada em seus documentos foi com “z”. Em razão disso, nesta apresentação, optou-se pelo uso da grafia com “z”.

social em um país fortemente marcado pela desigualdade e pela alternância de períodos de democracia e regimes ditatoriais. A presença do nome de Prestes nos espaços públicos de memória conta uma história de reconhecimento e de mobilização das forças progressistas brasileiras, mas também uma história de escolhas narrativas que demonstram quais partes da vida de Luiz Carlos Prestes interessavam lembrar. Mas afinal, quais acontecimentos levaram um jovem e anônimo oficial do exército brasileiro a se tornar o principal nome do comunismo no país e a se consolidar na memória pública²⁰ brasileira?

Filho do militar Antônio Pereira Prestes e da professora Leocádia Felizardo Prestes, Luiz Carlos Prestes nasceu em 1898, na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul, mas viveu a maior parte da infância e da adolescência no Rio de Janeiro, cidade para onde a família se mudou em busca de tratamento médico para Antônio, que faleceu em 1908, deixando Leocádia e o filho ainda pequeno. Ainda muito jovem, Prestes frequentou o Colégio Militar e, posteriormente, a Escola Militar de Realengo, onde formou-se, em 1920, como bacharel em Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia Militar, recebendo a patente de 2º Tenente do Exército²¹. A formação militar foi sua porta de entrada para a vida política, por meio do Movimento Tenentista, que mobilizou a jovem oficialidade militar nas primeiras décadas do século XX, em defesa das forças armadas, contra o governo instituído e pelo direito de representação.

Os desdobramentos do movimento tenentista levaram à revolta do Forte de Copacabana, em janeiro de 1922, violentamente debelada, e, mais tarde, a outros levantes militares: um deles em São Paulo, origem da Coluna Paulista, liderada por Miguel Costa, e outro no Rio Grande do Sul, do qual resultou a Coluna Gaúcha,

²⁰ Nesta pesquisa, adotou-se o termo “memória pública” para tratar da memória na esfera pública, isto é, aquela imagem do passado que se discute publicamente, nos nomes de ruas, praças e monumentos, entre outros. Partindo do princípio de que a memória pública “*Se trata de una noción interdisciplinar que se caracteriza por una atención específica a la noción de «publicness of the past», que concierne a los procesos que hacen posible la inscripción institucional, social y cultural del pasado en el espacio público*” (Tota, 2018, p. 401).

²¹ As informações sobre a vida de Luiz Carlos Prestes são provenientes de suas biografias. Foram publicadas no Brasil um total de cinco biografias de Luiz Carlos Prestes: em 1945, por Jorge Amado, *Vida de Luís Carlos Prestes: o cavaleiro da esperança*; em 2006, por Anita Prestes, *Luiz Carlos Prestes: Patriota Revolucionário, Comunista*; em 2007, por Moacir Assunção, *Luiz Carlos Prestes: um revolucionário brasileiro*; em 2014, por Daniel Aarão Reis, *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*; e, em 2015, por Anita Prestes, *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*.

liderada por Luiz Carlos Prestes²². A união das duas colunas na região do Paraná deu formação à Coluna Miguel Costa-Prestes, conhecida como Coluna Prestes. Nesse contexto, Prestes ficou conhecido no cenário político nacional por ser um dos líderes da Coluna que, com cerca de 1.500 combatentes, percorreu, aproximadamente, 25 mil quilômetros por 13 estados brasileiros. Durante a marcha da Coluna, cartas e bilhetes atribuídos a Prestes foram publicados nos jornais, mas como havia forte censura à imprensa durante o governo de Arthur Bernardes, principalmente após a Lei da Imprensa, a publicação desses bilhetes e cartas era uma das poucas formas pelas quais se podia obter informações sobre os feitos da Coluna.

Despertando ou não o interesse da imprensa e sobrevivendo às inúmeras investidas das forças governistas, o movimento revolucionário se manteve de 1925 a 1927, quando os combatentes remanescentes saíram do território nacional e passaram a viver exilados na Bolívia e no Paraguai. De acordo com Fausto (2014, p. 173), houve pouco êxito militar na Coluna, mas “ela teve um efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente. Fosse como fosse, a seus olhos havia esperança de mudar os destinos da República, como mostravam aqueles heróis que corriam todos os riscos para salvar a nação”. Foi nesse contexto que Prestes deixou de ser o Tenente anônimo e se tornou o Cavaleiro da Esperança, alcunha que o acompanharia por toda a vida.

Seis décadas mais tarde, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, Luiz Carlos Prestes disse que foi durante a marcha da Coluna que ele se deparou com a amplitude das desigualdades sociais do Brasil; apenas com o fim dela e no exílio ele se aproximou dos ideais comunistas e teve o primeiro contato com as obras de Marx e Lenin²³. O período de exílio na Bolívia, na Argentina e, posteriormente, no Uruguai, marcou o rompimento de Prestes com os ideais liberais dos Tenentes, sua aproximação com lideranças comunistas da América Latina e seu isolamento político no Brasil, pois, em sua maioria, os Tenentes haviam declarado apoio à Aliança Liberal, que propunha a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

²²De acordo com Anita Prestes (2015), depois do fracasso da Revolta do Forte de Copacabana, na qual Luiz Carlos Prestes teve participação indireta, foi transferido para o Rio Grande do Sul como punição, onde deveria inspecionar a construção de quartéis.

²³A entrevista ao programa de televisão *Roda Viva*, da TV Cultura, foi exibida em 1986, quatro anos antes da morte de Prestes. O programa está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aKkCysZb0V0>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Em 1931, depois de viver exilado na região do Prata, Prestes mudou-se com a família para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, onde trabalhou como engenheiro e se dedicou ao estudo do marxismo-leninismo. Em 1934, foi aceito no Partido Comunista Brasileiro e, no mesmo ano, iniciou a sua viagem de retorno ao Brasil, com a missão de organizar e liderar os levantes revolucionários que propunham conduzir o país ao comunismo. Para garantir a sua segurança, uma vez que havia sobre ele uma acusação de deserção, o Partido Comunista designou a jovem, mas experiente comunista alemã, Olga Benário. Durante a viagem, Olga e Prestes viveram um relacionamento amoroso, que se consolidou ao longo do ano de 1935. Quando os levantes fracassaram e Prestes passou a ser perseguido pela polícia, Olga já havia se tornado sua companheira. Ambos foram presos em março de 1935. Prestes foi mantido no Brasil e Olga, que estava grávida, foi deportada para a Alemanha nazista, onde viveu por alguns anos em prisões e campos de concentração, até ser assassinada em 1941.

Ao longo dos nove anos em que Prestes esteve preso, seu nome foi mantido na memória pública graças ao movimento de cunho político e reivindicatório promovido por sua mãe, Leocádia Prestes e por sua irmã, Lygia Prestes. Esse movimento, que ficou conhecido como Campanha Prestes, mobilizou milhares de pessoas em comícios e manifestações que exigiam a soltura de Prestes e de Olga, bem como denunciavam os abusos sofridos pelos presos políticos do Estado Novo. Graças a essa campanha, a filha de Prestes e Olga que nasceu em uma prisão nazista pode ser resgatada.

Com a anistia assinada por Getúlio Vargas, em 1945, no apagar das luzes do Estado Novo, Prestes deixou a prisão e retomou sua atuação política. Diante dos acontecimentos que marcaram a transição para um regime democrático e do protagonismo de Prestes na política nacional nesse período, a construção de sua imagem pública acabou por sobrepor o interesse sobre a vida privada. A partir de então, e até a sua morte, em março de 1990, o Luiz Carlos Prestes visível foi o comandante da Coluna, o líder comunista, o Senador e o político presente e opinativo que resistiu a duas ditaduras e assistiu a duas transições para regimes democráticos.

Depois da morte de Prestes, teve início um movimento no sentido de reivindicação do seu legado no âmbito da política nacional. Tanto o Partido

Democrático Trabalhista (PDT), do qual Prestes era presidente de honra, quanto o PCB, partido do qual foi Secretário-Geral e com o qual havia rompido em 1980, se manifestaram no sentido de reconhecer a importância de seu legado para as demandas da classe trabalhadora e o compromisso de manter viva a sua memória. Ainda durante os ritos fúnebres, que reuniram, além da família, admiradores, artistas e políticos de diferentes orientações ideológicas, o então prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB), declarou que pretendia “reverenciar a memória de Prestes dando seu nome a uma das principais avenidas da Zona Oeste – a Estrada do Catonho, em Jacarepaguá – e a um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública)”²⁴, além de construir um monumento à Coluna Prestes e garantir que a viúva de Prestes recebesse uma pensão do município.

As declarações de Marcello Alencar não foram um gesto isolado e, nos anos seguintes, o nome de Luiz Carlos Prestes foi se consolidando na memória pública. Memoriais foram erigidos, ruas, parques, bairros e escolas receberam seu nome em todas as regiões do país. Isso acontecia enquanto o Brasil vivenciava o primeiro mandato de um presidente eleito em sufrágio direto após duas décadas de ditadura, e o mundo assistia à derrocada da URSS sob um mar de denúncias e reivindicações memoriais.

Nesse mesmo movimento, foram erigidos dezenas de monumentos e três memoriais em homenagem a Prestes, sendo dois deles dedicados à Coluna Prestes e um à sua vida como homem público. Em junho de 1991, o vereador carioca Emir Amed apresentou o Projeto de Lei n. 1367/91, que autorizava a criação do Memorial Luiz Carlos Prestes no âmbito do município do Rio de Janeiro. Na justificativa do projeto publicada no Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 6 de junho de 1991, a construção do memorial foi apresentada como uma justa homenagem a Prestes, mas principalmente como um espaço de preservação da memória das lutas sociais no país, como demonstra o seguinte excerto:

Com a construção do Memorial Prestes no Rio de Janeiro, criaremos um local de valorização da dignidade das lutas sociais do nosso povo. Contribuiremos para recuperar nossas raízes históricas e culturais. Criaremos um espaço de reflexão sobre os caminhos do Brasil do futuro e de propagação de documentos sobre as lutas

²⁴Conforme: “A última viagem do Cavaleiro da Esperança”, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 8 de março de 1990. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/5510 Acesso em: 25 mai. 2023.

sociais do povo brasileiro. Nesse sentido a organização e a sistematização de todo o arquivo particular de Luiz Carlos Prestes (manuscritos, biblioteca, cartas, fotografias, filmes e vídeos) será imprescindível. (Rio de Janeiro, 1991 p. 16)

O projeto apresentado por Emir Amed previa a salvaguarda institucional do arquivo particular de Prestes, em um espaço que seria ao mesmo tempo arquivo, museu e centro de atividades culturais, demonstrando que havia interesse por parte de setores da classe política por essa documentação. Como parte do mesmo movimento de luta por reconhecimento, antes mesmo de o projeto ser debatido na câmara de vereadores, D. Maria do Carmo, viúva de Prestes, e oito de seus filhos publicaram uma carta aberta, intitulada “Carta à nação”. Na referida carta, datada de 8 de julho de 1992, reivindicavam o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da importância de Luiz Carlos Prestes para o país, especialmente diante do que descreveram como a maior crise política e econômica da história do Brasil. Entre as reivindicações listadas na carta estava a construção do Memorial Luiz Carlos Prestes, que deveria ser construído de acordo com “as concepções histórica de Nelson Werneck Sodré, arquitetônica de Oscar Niemeyer, visual de Carlos Scliar, monumental do recém falecido Honório Peçanha e cultural de Ricardo Cravo Albin” (Prestes, M. *et al.*, 1992, s/n).

A publicação da carta foi seguida por uma reportagem do jornal O Globo, datada de 2 de agosto de 1992²⁵, a qual anunciava para o dia 3 de janeiro de 1993, a inauguração do Memorial Luiz Carlos Prestes na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. De acordo com Wilson Tosta, autor da reportagem, o memorial receberia a documentação reunida por Luiz Carlos Prestes Filho em suas viagens a Moscou, em busca de documentos referentes à vida e à atuação política de seu pai nos anos de exílio. Entrevistado por Tosta, Prestes Filho disse que o memorial seria administrado por uma fundação que receberia o nome de seu pai e comentou parte da documentação reunida por ele, que incluía documentos de identidade com codinomes usados por Prestes, documentos da KGB e fotografias. Ao ser questionado quanto às críticas feitas ao projeto do memorial, respondeu que provinham de militares conservadores e de “uma esquerda que até o momento não

²⁵Conforme: “Memorial contará história secreta de Prestes”, O Globo, 2 de agosto de 1991. Disponível em: https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_artigos/o_globo/1992/08/02/01-primeiro_caderno/ge020892010NAC1-0001_g.jpg Acesso em: 06 jun. 2023.

teve a capacidade de entender a nova situação política mundial e tem uma prática orientada pelo campo socialista e pela URSS que se desfizeram” (Prestes Filho, 1992 *apud* Tosta, 1992).

Debatido na Câmara de Municipal em 14 de agosto de 1992, o projeto de lei foi arquivado e o memorial da Barra da Tijuca não saiu do papel, até que em 1996, Prestes Filho apresentou o projeto ao então governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, que aceitou construir o memorial em Palmas. Todavia, o memorial construído em frente ao palácio do governo de Tocantins, e inaugurado no ano de 2001, não foi o mesmo anunciado pela imprensa carioca em 1992. O projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer²⁶ foi mantido, mas o memorial passou a se chamar “Memorial da Coluna Prestes” (Figura 01) e foi apresentado como uma homenagem ao movimento tenentista e à marcha heroica da Coluna Prestes. O Prestes comunista e exilado na URSS foi deixado de lado e substituído pelo Cavaleiro da Esperança, ou melhor, pelo Cavaleiro da Luz, nome dado à escultura de Luiz Carlos Prestes feita por Maurício Bentes, que divide o espaço externo do Memorial com o monumento escultórico, também de autoria de Bentes, em homenagem aos “18 do Forte”.

FIGURA 01: Memorial da Coluna Prestes – Palmas/TO



Fonte: <https://turismo.to.gov.br/>

É importante ressaltar que, no contexto de construção do memorial, isto é, no início dos anos 2000, a imagem de Luiz Carlos Prestes como Cavaleiro da Esperança

²⁶De acordo com a Fundação Oscar Niemeyer, o projeto feito para o Memorial Luiz Carlos Prestes que seria construído na Praça São Perpétuo, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, foi modificado por Niemeyer e construído na Praça dos Girassóis, em Palmas, Tocantins. Disponível em: <https://www.oscarniemeyer.org.br/obra/pro350> Acesso em: 12 jun. 2023.

tinha maior aceitação pela classe política do que a imagem do líder comunista fortemente vinculado a URSS. Dessa forma, a doação feita por Maria do Carmo e seus filhos ao memorial restringiu-se a mobiliários e objetos de uso pessoal de Prestes ou vinculados à marcha da Coluna. Não há registro de cartas familiares de Prestes preservadas ou reproduzidas nesse memorial, assim como não há qualquer referência ao período de prisão e de exílio. No entanto, a noção de que a preservação dessa ou daquela memória depende de uma escolha pela consolidação de uma imagem de Prestes em detrimento de outras, reforça a ideia de que o reconhecimento no âmbito da estima social não se restringe às políticas de acervo, mas aos discursos que as acompanham.

Todavia, o Memorial da Coluna Prestes do Tocantins não foi o primeiro com esse nome. Em 1996, seu homônimo foi inaugurado na cidade de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul (Figura 02). De acordo com Vitor (2012, p. 71), a história da construção desse memorial iniciou-se com a visita feita por Prestes a cidade de Santo Ângelo em outubro de 1984, em um evento que ficou conhecido como “Coluna Prestes – 60 anos depois”. A visita de Prestes em um contexto de transição para o regime democrático teria acirrado as disputas em torno das interpretações sobre sua trajetória política, promovendo manifestações contra e a favor do reconhecimento de sua importância para a história do país.

No final de 1995, quando o então Prefeito de Santo Ângelo, Adroaldo Loureiro (PDT), propôs a construção do Memorial da Coluna Prestes, houve igualmente manifestações contra e a favor dessa homenagem, que só se consolidou após a visita de Prestes Filho, que estava na cidade para, em parceria com a Revista Manchete, dar início ao seu projeto de percorrer o trajeto da Coluna Prestes, registrando e publicando reportagens especiais na revista. A visita de Prestes Filho deu o impulso necessário para que Adroaldo Loureiro levasse adiante seu projeto de memorial, que foi concluído e aberto ao público em 17 de dezembro de 1996.

FIGURA 02: Memorial da Coluna Prestes – Santo Ângelo/RS



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Outro fator relevante para a construção e para a manutenção do Memorial da Coluna Prestes na cidade de Santo Ângelo foi o turismo. A cidade, que desde os anos 1990 promovia o turismo em razão de seu passado jesuítico-indígena, viu na construção do Memorial e de dois monumentos²⁷ alusivos à Coluna Prestes, assim como no fato de a marcha da Coluna ter começado na região, pontos de interesse para o potencial turístico local. De acordo com Vitor (2012, p. 100), “o uso econômico do Memorial da Coluna Prestes através do desenvolvimento do turismo em Santo Ângelo era um dos aspectos mais ressaltados pela imprensa local”, que também divulgou a promoção, feita por agências de turismo, de marchas simuladas pelos caminhos percorridos pela Coluna Prestes na região.

Maria do Carmo e seus filhos apoiaram o projeto e foram doadores de parte do acervo hoje preservado no memorial, que, assim como o memorial de Tocantins, não faz referências à vida de Prestes como militante comunista. Mesmo que o Memorial tenha mantido como recorte temático a Coluna Prestes, nunca houve consenso quanto à necessidade de prestar homenagens a Luiz Carlos Prestes. Ainda assim, o potencial turístico do projeto e os vínculos históricos da cidade com a Coluna acabaram por vencer o debate público e o Memorial passou a integrar a rota turística da região da Missões.

²⁷Houve em Santo Ângelo a construção de dois monumentos referentes à Coluna Prestes, um deles projetado por Oscar Niemeyer e outro de autoria do escultor Maurício Bentes (Vitor, 2012).

Também no início dos anos 1990, em Porto Alegre, um grupo de amigos e correligionários de Prestes que acompanhavam sua trajetória política, automeados “Prestistas”, se reuniu com a intenção de homenageá-lo. Nesse contexto, o então vereador, Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT), apresentou à Câmara Municipal de Porto Alegre o Projeto de Lei Complementar Legislativa n. 014/90, que autorizava o executivo municipal a edificar equipamento público de caráter cultural, e denominá-lo Memorial Luiz Carlos Prestes. Por tratar a matéria da criação de despesas ao Poder Executivo Municipal, o que é vedado aos parlamentares, o vereador apresentou o projeto ao então prefeito, Olívio Dutra (PT), que o acolheu e o encaminhou por iniciativa do Executivo.

Aprovada em 18 de julho de 1990, a Lei Complementar n. 229/90 autorizou o Executivo Municipal a criar o Memorial Luiz Carlos Prestes. A referida lei ainda estabelecia que as placas denominativas do memorial deveriam conter, abaixo do nome, as seguintes palavras: “Revolucionário, Líder Comunista e Senador da República” (Porto Alegre, 1990, s/d). Nos anos seguintes à aprovação da lei, foram apresentados, por vereadores de diferentes partidos, diversos pedidos de informação sobre o Memorial e a situação que envolvia a captação de recursos para a sua construção.

Foram necessários 19 anos para que a construção do Memorial fosse financeiramente viável, e isso só foi possível em razão de um acordo entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Federação Gaúcha de Futebol (FGF), firmado pela Lei n. 10.695 de 17 de junho de 2009 que autorizava o Executivo Municipal a conceder o terreno para a construção da sede da FGF e estabelecia como contrapartida que a Federação deveria custear a construção do Memorial Luiz Carlos Prestes e sua manutenção por sessenta anos.

As obras iniciadas em 2012, só foram concluídas em 2014, e a partir de então, teve início a organização do Memorial, que contou com a colaboração de Anita Prestes. De acordo com Rolim (2020, p. 116):

A inauguração contou com ares de dramaticidade e, principalmente, luta. Mesmo ao final de sua construção, algumas dezenas de pessoas protestaram contra a homenagem a um “comunista assassino”. A resposta de entidades universitárias, arquitetos, urbanistas, partidos e demais organizações de esquerda foi organizada em um ato com aproximadamente uma centena de pessoas.

Para além das manifestações e dos conflitos vivenciados no período, houve a apresentação de um Projeto de Lei Complementar Legislativa n. 006/17, sob autoria do vereador Wambert Di Lorenzo (PROS), que revogava a lei de criação do Memorial Luiz Carlos Prestes e instituía no mesmo espaço, o Museu da História e da Cultura do Povo Negro. O projeto de lei foi rejeitado e, finalmente, em 28 de outubro de 2017 o Memorial Luiz Carlos Prestes foi inaugurado na cidade de Porto Alegre (Figura 03).

FIGURA 03: Memorial Luiz Carlos Prestes – Porto Alegre/RS



Fonte: <https://www.facebook.com/MemorialPrestesRS>

Em uma entrevista concedida às vésperas da inauguração do Memorial, o então diretor, Edson Ferreira dos Santos, declarou que o espaço foi pensado de acordo com um tripé conceitual que homenageia “o patriota, o revolucionário e o comunista”, consolidando-se como um espaço da cidade de Porto Alegre e das pessoas que querem reverenciar a trajetória política de Prestes e, conseqüentemente, das lutas progressistas, de esquerda e da democracia²⁸.

Diferentemente dos outros dois memoriais, a exposição permanente, que ocupa o prédio projetado por Oscar Niemeyer em homenagem ao seu amigo de longa data, atravessa a vida de Luiz Carlos Prestes desde sua juventude, passando pelos anos vividos na marcha da Coluna, o exílio na Bolívia, na Argentina e no Uruguai, a

²⁸Conforme: “Memorial Prestes”, Jornal Sul21, 3 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wlTjcmH5Uck> Acesso em: 26 jun. 2023.

mudança para a URSS, o retorno ao Brasil, os levantes de 1935, a prisão, a experiência democrática como Constituinte e Senador da República, os anos de ditadura, a vida na clandestinidade e o novo exílio, até o seu retorno ao Brasil na redemocratização.

Como parte da relação conflituosa resultante das relações de reconhecimento no âmbito da estima social, a recente candidatura do Memorial ao reconhecimento como Patrimônio Cultural fez ressurgir no debate público os argumentos que garantiram a sua criação, assim como aqueles que sustentaram as críticas à sua existência. Em 2021, a vereadora Comandante Nádia (PP) apresentou à Câmara Municipal de Porto Alegre a Indicação de n. 132/ 21, por meio da qual propunha a mudança do nome do Memorial Luiz Carlos Prestes para Memorial Cidade de Porto Alegre. A indicação foi arquivada, mas poucos meses depois o Memorial foi tema de um outro projeto de lei, apresentado pela vereadora Fernanda Barth (PODE), sob o n. 363/22. O projeto, ainda em tramitação, desautoriza a realização de qualquer evento de cunho político, partidário ou ideológico no Memorial Luiz Carlos Prestes.

Diante de tantos questionamentos e manifestações públicas contra e a favor do Memorial, importa destacar que, se foram poucos os questionamentos por ocasião de sua criação por lei em 1990, não o foram os debates e tentativas de embargo durante os meses que antecederam a sua abertura ao público em 2017, assim como nos anos seguintes. Essas ações não ficaram restritas a iniciativas legislativas, mas tomaram a cena pública mediante debates e protestos, que tiveram ampla repercussão na mídia regional e nacional.

Considerações finais

No âmbito da memória pública, da estima social ou de sua frustração, as disputas em torno da memória de Prestes se estenderam desde o conflito de narrativas envolvendo a família e o seu legado político, até o espaço público de representação da memória nacional, como as ruas, as praças, os monumentos e os memoriais. Assim, as diferentes imagens públicas de Prestes, construídas ao longo de uma vida de ação na política – o Cavaleiro da Esperança, o líder militar inflexível, o comunista, o legislador, o símbolo histórico da esquerda brasileira –, se colocaram como pontos de disputa nas relações de reconhecimento expostas nas tensões que

envolveram seu nome nas manifestações da memória pública, de modo que a defesa ou o repúdio à construção ou a manutenção de lugares e monumentos em sua homenagem, evidenciaram uma ou outra dessas imagens, expondo, também, as suas contradições.

Desse modo, é possível afirmar, com alguma margem de segurança, que as trajetórias de construção dos três memoriais construídos em homenagem a Luiz Carlos Prestes expuseram o campo de disputa que se formou em torno de sua memória e de seu legado. A notabilidade de sua vida inspirou movimentos políticos e a jovem militância comunista no Brasil, mas também expôs os diferentes usos que se pode fazer de seu legado e o modo como essas memórias em disputa se relacionam às políticas públicas de memória e à gestão do patrimônio cultural.

Referências

AMADO, Jorge. **O Cavaleiro da Esperança**: vida de Luís Carlos Prestes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ASSUNÇÃO, Moacir. **Luiz Carlos Prestes**: um revolucionário Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora. 2007.

CARONE, E. **A República Velha**: II evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2014.

PORTO ALEGRE (Município). **Lei Complementar nº 229, de 18 de julho de 1990**. Autoriza o executivo municipal a edificar equipamento público de caráter cultural, denominando-o Memorial Luís Carlos Prestes, e cria fundo especial de natureza contábil própria. Porto Alegre, RS, Disponível em: <http://leismunicipa.is/aumcg> Acesso em: 18 jul. 2023.

PORTO ALEGRE (Município). **Lei nº 10.695, de 17 de junho de 2009**. Autoriza o executivo municipal a conceder o uso de terreno à Federação Gaúcha de Futebol, estabelece contrapartida para essa concessão e dá outras providências. Porto Alegre, RS, Disponível em: <http://leismunicipa.is/nsjhd> Acesso em: 18 jul. 2023.

PORTO ALEGRE (Município). **Projeto de Lei Complementar nº 00790/17, de 08 de março de 2017**. Denomina Museu da História e da Cultura do Povo Negro o equipamento público localizado no terreno discriminado como área B no anexo, altera o caput do art. 1º e os INCS. I e III do caput do art. 2º e revoga o art. 3º, o art. 4º e seu parágrafo único e o art. 5º, seus INCS. I e II e seu parágrafo único, todos da Lei nº. 10.695, de 17 de junho de 2009, que autoriza o executivo municipal a

conceder o uso de terreno à Federação Gaúcha de Futebol, estabelece contrapartida para essa concessão e dá outras providências -; e revoga a lei complementar nº 229, de 18 de julho de 1990 – que autoriza o executivo municipal a edificar equipamento público de caráter cultural, denominando-o Memorial Luís Carlos Prestes, e cria fundo especial de natureza contábil própria. Proc. Nº 00790/17 - Plcl 006/17. Porto Alegre, RS, Última Tramitação: 27/10/2017. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/131069> Acesso em 18 jul. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015a.

PRESTES, Anita Leocádia. **Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil**: uma emocionante história de solidariedade internacional. São Paulo: Expressão Popular, 2015b.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes – patriota, revolucionário, comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Maria *et al.* **Carta à nação exigindo o reconhecimento da importância de Luiz Carlos Prestes pelo governo do Brasil**. 1992. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1349377.pdf Acesso em: 10 jul. 2023.

PRESTES, Maria. **Meu Companheiro**: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Memorial contará história secreta de Prestes**. Entrevistado por Wilson Tosta. O Globo, 2 de agosto de 1991. Disponível em: <https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs XMLs artigos/o globo/1992/08/02/01-primeiro caderno/ge020892010NAC1-0001 g.jpg> Acesso em: 10 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Projeto de Lei nº 1367/91, de 04 de junho de 1991**. Autoriza a criação do Memorial Luiz Carlos Prestes, no âmbito do município do Rio de Janeiro. Tramitação do Projeto de Lei 1367/91. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/spl/spl tramit proj assunto.php?id=5582> Acesso em: 18 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Projeto de Lei Substitutivo nº 1, de 13 de agosto de 1991**. Autoriza a criação do “Memorial Revolucionários Brasileiros”, no âmbito do município do Rio de Janeiro. Substitutivo no 1. Rio de Janeiro, RJ: Diário da Câmara Municipal, 13 ago. 1992. p. 57-57. Disponível em: <https://dcmdigital.camara.rj.gov.br/web/viewer.html?file=../storage/files/1992/8/19920813357E470F.pdf> Acesso em: 18 jul. 2023.

RODA VIDA. **Entrevista de Luiz Carlos Prestes 1986**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aKkCysZb0V0> Acesso em: 25 jun. 2023.

“CANCELADO EN EL CONTI”: Disputas e estratégias para trabalhar memórias traumáticas em espaços memoriais diante da ascensão da extrema direita na América Latina

ROLIM, Gustavo Koszeniewski. O Memorial Luis Carlos Prestes, a materialização de uma história: possibilidades na educação patrimonial. Revista História & Luta de Classes, 2020.

VITOR, Amilcar Guidolim. **A Coluna Prestes em Santo Ângelo/RS:** Recorrendo-se ao passado para erigir um patrimônio. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, 2012.

A INSTITUIÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIAS AFRO DIASPÓRICAS: INSTITUTO PRETOS NOVOS E MUSEU AFRO BRASIL SUL -1²⁹

DOI: 10.5281/zenodo.17741092

Lúcio Menezes Ferreira³⁰

Jocelim Mariza Soares Fernandes³¹

Lilian Becker Oliveira³²

Introdução

O desenvolvimento desta pesquisa de doutorado requer fôlego, pois é necessário perpassar a questão do racismo que assola parte da população brasileira e a própria autora. Como mulher, negra, pobre e periférica, e, que por muitas vezes experienciei os efeitos do racismo em função do tom da minha pele e da minha condição social, sempre senti a necessidade de pesquisar sobre a questão racial e sua invisibilidade social.

Este projeto analisará a construção do Museu Afro-Brasil-Sul (MABSul), inaugurado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em 2020 por meio da Portaria nº 1894, de 09 de dezembro de 2020. Esse museu virtual apresenta diversos assuntos, disponíveis em seu próprio site³³. O MABSul é composto por um

²⁹ Os autores agradecem a valiosa contribuição do Instituto dos Pretos Novos e do Museu Afro Brasil Sul na elaboração desta pesquisa.

³⁰ É historiador e arqueólogo, com formação pela UFS e pela UNICAMP, onde também realizou pós-doutorado. Professor da UFPel desde 2008, atua nas áreas de Arqueologia Histórica, Arqueologia da Diáspora Africana e Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. Integra programas de pós-graduação no Brasil e participa de conselhos editoriais nacionais e internacionais, além de ter sido professor visitante em diversas universidades no exterior.

³¹ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel, onde também concluiu o mestrado e a graduação em Ciências Sociais. Atua como pesquisadora em projetos relacionados à diáspora africana, patrimônio cultural e arte. Tem experiência na organização de ações culturais e no trabalho com museus, coletivos e grupos voltados à cultura afro-brasileira.

³² Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural e licenciada em Letras pela UFPel. Pesquisa literatura brasileira, crítica feminista, autoria feminina e educação popular, com foco em memória social e patrimonialização. Dedica-se ao estudo das religiões de matriz afro-gaúcha e às relações entre cultura, identidade e resistência. Atua de forma interdisciplinar, voltada para práticas educativas comprometidas com justiça social e valorização de saberes marginalizados.

³³ <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/museuafrobrasilsul/>

grupo de pesquisadores e estudantes de todos os estados da Região Sul do Brasil, que têm realizado uma série de ações acadêmicas e comunitárias em prol da luta antirracista.

Paralelamente, o projeto examinará a edificação do Instituto dos Pretos Novos – IPN, um espaço de exibição de memórias negras e passeios educativos na área denominada Pequena África, situado no Rio de Janeiro. A pesquisa investigará os processos institucionais, os grupos sociais e as epistemologias envolvidas na elaboração desses lugares de memórias negras. Investigará, ainda, as diferentes concepções sobre diáspora africana, antirracismo e patrimônio cultural afro-brasileiro presentes nas ações do MABsul e do IPN, comparando as experiências de ativação de patrimônios culturais africanos e afro-latinos.

A metodologia comparativa mostrará similaridades ou as diferenças na constituição dos ambientes expositivos, assim como a maneira pela qual as novas epistemologias são divulgadas frente aos estudos antirracistas. O estudo das epistemologias empregadas na criação do MABsul e do IPN, com o foco em alcançar diferentes públicos e promover sua pauta antirracista, tem como propósito entender as formas pelas quais se busca visibilizar as populações afrodescendentes e seus patrimônios culturais na contemporaneidade.

A complexidade atual das relações sociais na realidade brasileira é estruturada pelo histórico de sequestro de africanos. Os sistemas escravistas, como afirma Mbembe (2018), reduziram os africanos a uma “sombra personificada, uma vez que, na condição de escravos, perderam seus lares, o controle sobre seus corpos e seu estatuto político original. Essas perdas representam uma dominação absoluta, a uma alienação de nascença e a uma morte social, isto é, foram expulsos da humanidade” (Mbembe, 2022, p. 27). Estas condições se transmutaram na modernidade, e em todo lugar e tempo, o simbolismo de quem detém o poder é reiterado em uma estrutura político-jurídica, contra o corpo negro, agora semi-liberto.

De acordo com Guillen (2008), o evento da escravidão negra no Brasil não se limita ao passado, pois é constantemente presentificada na memória e nas manifestações culturais dos descendentes afro-brasileiros. Segundo a autora, ao questionarem sua condição atual, esses descendentes fazem referência a essas memórias, que remetem à herança da escravidão com suas diversas facetas

historicamente traumatizantes e desafiadoras para a manutenção de uma “democracia racial”. A clivagem criada entre senhores e escravos, brancos e negros, é mantida pelo pensamento e pelas ações de poderes ocidentais e dos que adotaram essa visão ocidentalizada.

“Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo, uma vez que resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa” (Gondar, 2016, p. 24). Há sempre, uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar, pois o conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. “Os discursos que ambicionam a imparcialidade costumam ocultar o olhar, a posição e a vontade de quem os emite” (Gondar, 2016, p. 24).

Urge a necessidade de revisar a questão da memória negra no Brasil, repensando a presença dos negros na história do país. Segundo Araújo (2003), é fundamental que elementos como o panteão dos deuses africanos, a comida cotidiana, marcada pela doçura, o carinho e o afeto transmitidos por cozinheiras negras, sejam registrados. Ele destaca que esses aspectos, assim como a risada generosa dessas mulheres, que contrasta com o sofrimento vivido por elas, devem ser incorporados de maneira significativa à cultura nacional.

“Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, co-construtores de nossa identidade” (Araújo, 2003, p. 250). Silva e Silva (2005) destacam que para o africanista Ki-Zerbo, a “tradição oral e a memória podem ser enriquecedoras para a história, ambas são vivas, emotivas e, um museu vivo” (Silva e Silva, 2005, p. 277).

Peralta (2007) sustenta que as “invenções mnemónicas pressupõem sempre negociação e conflito, sendo um processo negociado entre diversos atores sociais e a sua natureza é eminentemente conflitual e em constante transformação” (Peralta, 2007, p. 10). Ao dizer que tudo que somos, e nos modos como somos, respondemos a cosmologias que nos constituem, Martins (2021) adverte sobre os conflitos das invenções mnemónicas e o tempo de duração do que foi instituído em tempos passados, mas que se manifestam no presente e que o pesquisador busca descobrir o porquê de sua duração.

Nossa pesquisa busca desvelar ou revelar novos padrões raciais na instituição de lugares de memórias negras como o Instituto dos Pretos Novos, situado no Rio de Janeiro. Neste local foi comprovado por arqueólogos, antropólogos e historiadores, como o lugar onde entraram quase um milhão de africanos no Brasil. Os que não resistiram à longa jornada de travessia do Atlântico, foram jogados em valas comuns e tiveram seus corpos queimados.

A descoberta dessas ossadas, agora exibidas através de um painel de vidro no chão do referido Instituto, o qual visa, como afirma Araújo (2003)

resgatar uma história escamoteada pela historiografia oficial e processar a ambiguidade dessa nossa história de que são vítimas os negros numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consome os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens (Araújo, 2003 p. 250).

Com os mesmos argumentos do consumo da cultura negra, por uma sociedade de exclusão, por conta do passado escravagista, buscamos entender a constituição do Museu Afro Brasil Sul (MAB-SUL), um museu antirracista e virtual inaugurado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), pela Portaria nº 1894, de 09 de dezembro de 2020. O museu possui coleções sobre diversos assuntos, disponibilizados em site³⁴ próprio, que tem como destaque postagens nas redes sociais de questões exclusivamente negras.

A estratégia comparativa como forma de construir teorias e conhecimento nas ciências sociais tem origem nos clássicos. Karl Marx utilizou a comparação como forma de entender o desenvolvimento da sociedade capitalista; Emile Durkheim valeu-se deste método para chegar a uma tipologia social do suicídio; e Max Weber, por sua vez, utilizou-se da comparação como estratégia de construção teórica sobre as diferentes formas de dominação, sistemas jurídicos, religiões e tipos de capitalismo (Schneider e Schmitt, 1998).

A comparação entre um ambiente virtual e gratuito difere totalmente de um espaço físico, no qual o acesso normalmente funciona em horário comercial e é cobrada uma taxa para visitação. Para além de escolas, devidamente agendadas, nos espaços físicos, procuramos estabelecer qual o público frequenta estes espaços de

³⁴ <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/museuafrobrasilsul/>.

memórias negras. Para outras informações, será realizada uma entrevista gravada com aos responsáveis pelos locais.

A tática é utilizar a análise comparativa com base na pesquisa bibliográfica sobre as experiências de extroversão do patrimônio afro- descendente, buscando entender as especificidades da atuação e ativação do MABsul e do Instituto dos Pretos Novos. Por meio do raciocínio comparativo, poderemos descobrir regularidades, exceções, perceber deslocamentos e transformações que envolvem as epistemologias sobre a diáspora africana em ambos lugares de memória negra. Tal comparação permitirá evidenciar as especificidades de cada instituição, suas fontes de inspiração e suas pautas epistemológicas e antirracistas.

O Museu Afro Brasil Sul, um museu sem muros, pretende contemplar o público, através de imagens, fotografias, músicas, vídeos, sons, entrevistas entre outras possibilidades, as expressões e manifestações culturais africanas e afro-brasileiras dos municípios que constituem a região sul do Brasil. Faz-se necessário e urgente este resgate cultural do negro, pois, de acordo com Mário Maestri (1994), o passado escravista foi retirado da história do estado do Rio Grande do Sul, “tal elemento juntamente com a exaltação historiográfica tradicional, conta com o mito de que o Estado gaúcho, foi desenvolvido pela força de trabalho livre do imigrante branco” (1994, p. 131).

Fundado na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, (Portaria nº 1894 de 09 de dezembro de 2020), o MABsul vem desenvolvendo atividades cuja abrangência tem alcançado amplo público, confirmado pelas visualizações constatadas em suas redes sociais e pelos convites para palestrar em diversos espaços, incluindo nova formação de docentes da rede municipal, através do Projeto Andorinha. Suas coleções e ações são definidas em reuniões com o grupo que compõe o projeto, e tratam de temas relevantes à comunidade negra e à sociedade em geral.

Considerações iniciais

Gomes (2019) argumenta que o Brasil é uma sociedade multifacetada, mas jamais admitiu oficialmente tal fato, destacando o branco como o grande construtor da nação. O autor destaca que:

A escravidão é um fenômeno tão antigo quanto a própria história da humanidade”, mas, alerta para o fato de que a descoberta e a ocupação de um novo continente pelos europeus na virada do século XV para o XVI, adicionou ingredientes inteiramente novos a essa história. Nada foi tão volumoso, organizado, sistemático e prolongado quanto o tráfico negreiro para o Novo mundo (Gomes, 2019, p. 25).

A dinâmica da vida cotidiana no período da escravidão negra era controlada por uma complexa estrutura de castigos sevícias, punições e maus tratos, previstos nos códigos Manuelino, Afonsino e Filipino e seus legados. A institucionalização de manuais como estes, para uso exclusivo dos senhores, naturalizava e legalizava todo tipo de abuso aos corpos negros, afirmam Schwarcz e Gomes (2018).

A escravidão de africanos redesenhou a demografia e a cultura da América, cujos habitantes originais, os indígenas, foram praticamente dizimados e substituídos por negros escravizados. Gomes (2019) alerta para o fato de que a partir deste momento a escravidão se tornou sinônimo da cor de pele negra, origem da segregação e do preconceito racial que ainda hoje assustam e perturbam a convivência entre as pessoas em muitos países, como os Estados Unidos e Brasil.

De acordo com Gomes (2019, p. 28), a escravidão e seu legado, presente no preconceito racial, não estão confinados aos museus, livros didáticos e de história, como se fossem assuntos encerrados, tombados ou congelados no passado. São, em vez disso, parte de uma agenda cada vez mais urgente e decisiva na realidade brasileira e mundial de hoje, a ponto de extrapolar os estudos acadêmicos e as salas de aula para se converter em bandeira política, forte o suficiente para incendiar controvérsias nas redes sociais, influenciar programas de partidos e governos e definir resultados de eleições.

Descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas (Bento, 2022, p. 23).

Bento (2022) destaca que o discurso europeu sempre apresentou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. Esses mesmos europeus, continua a autora, foram criando uma identidade comum que usou os africanos e

negros, como principal contraste. Bento (2022) corrobora o que Cardoso (2011) escreveu sobre a redefinição do preconceito de raça e cor de pele após a abolição.

O sistema complexo e assimétrico de atribuição de direitos e deveres entre negros e brancos na sociedade de castas manteve-se com o concurso de representações sobre as qualidades e o papel social do branco e do negro definidos em termos etnocêntricos pelos brancos. Depois da abolição o preconceito foi redefinido socialmente num duplo sentido: não só formalmente, cor e condição social não correspondiam mais à mesma e irremissível situação de casta dos escravos, como o negro livre passou a frustrar mais generalizadamente as expectativas dos brancos e, mais tarde, a ameaçar a exclusividade das posições sociais por eles mantidas (Cardoso, 2011, p. 317).

A natureza desigual desta relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si “próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão” (Bento, 2022, p. 29). Kilomba (2010) aponta esta questão de significação de si mesmo em relação ao outro através da máscara do silenciamento.

Esta era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que os africanos escravizados comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. [...] a boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que os brancos querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado (Kilomba, 2021, p. 33/34).

A clivagem estabelecida entre brancos e negros, conforme o pensamento de Mbembe (2018), está na “constituição do outro não como um semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total” (Mbembe, 2018, p. 27). Raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético, continua Mbembe (2018), mas é uma ficção útil, é uma figura autônoma do real, cuja força e densidade se devem ao seu caráter extremamente móvel, inconstante e caprichoso.

Kilomba (2019) apresenta o conceito do termo *sujeito* que incorpora três diferentes níveis: o político, o social e o individual, que compõem as esferas da subjetividade, mas para ela ter o *status de sujeito* significa poderem determinar os tópicos e anunciar os temas e agendas das sociedades que vivem. A autora relaciona o racismo como um entrave a estas determinações, pois, seguindo seu pensamento, as pessoas negras ou de cor, não veem seus interesses políticos, sociais e individuais como parte de uma agenda comum. O racismo afeta de forma sistemática o status da subjetividade de negros em uma determinada sociedade.

Kilomba (2019) argumenta que o racismo se manifesta por meio de três características que operam simultaneamente contra a população negra: a primeira é a construção da diferença; a segunda é a associação dessas diferenças a valores hierárquicos; e a terceira é a presença concomitante de poder histórico, político, social e econômico. De acordo com a autora, é a interação entre preconceito e poder que configura a essência do racismo.

A desconstrução da identidade negra serve para a reafirmação da identidade branca como portadora de humanidade, privilégios e direitos, justificando, no plano simbólico, o racismo como um ato intencional de preservação de uma condição historicamente estabelecida: "o privilégio de um grupo sobre o outro" (Goulart; Bittencourt, 2006, p. 36). Essa análise corrobora a observação de Kilomba (2019), que aponta para a manutenção e reestruturação dos privilégios brancos, os quais continuam a ocupar o espaço que historicamente lhes foi atribuído na estrutura de classes no Brasil. Nesse contexto, o negro e o indígena são posicionados como intrusos a serem combatidos para assegurar a continuidade das regalias dos brancos.

Segundo Adeleke (2015, p 200), a experiência negra na América carregou 'o peso da história da negação, particularmente quando europeus iluminados' proclamaram que a escravidão negra era o fardo do homem branco". Este fardo resultou na anulação do africano, de sua história, cultura e passado, e estabeleceu uma superioridade branca europeia que persiste como dominante até os dias atuais.

Para acabar com a histórica de negação sobre os africanos, Adeleke (2015) diz haver somente uma saída: usar a própria história para contar a verdade negada sobre os povos africanos. O autor defendeu a ideia de buscar socorro na própria disciplina, História, que legitimou a subordinação negra. Esta imagem negativa

africana desencadeou a força e a determinação negra de resistir com a arma da educação.

O conhecimento histórico acerca da condição negra contribuiu para o desenvolvimento de uma política revolucionária e consciente, estabelecendo conexões entre as concepções de raça e civilização nas visões europeia, africana e afro-americana. A preocupação dos intelectuais negros em reescrever, revisar e divulgar a história e a cultura afrodescendente surgiu acompanhada de críticas de resistência e da negação histórica dos novos escritos sobre a escravidão mundial (Adeleke, 2015).

A partir do protagonismo de movimentos negros e suas denúncias sobre o racismo na sociedade brasileira, diversas iniciativas de combate às desigualdades sociais, fundamentadas na discriminação racial e nos estereótipos herdados do passado escravocrata têm lutado pela erradicação do racismo, com o objetivo de transformar o Brasil em uma verdadeira democracia (Alberti; Pereira, 2007).

A visibilidade museológica da cultura afro-brasileira é urgente, dado o vasto acervo que tem emergido de pesquisas arqueológicas e acadêmicas, quebrando paradigmas e conferindo legitimidade a um povo produtor de cultura. A memória da história negra carrega consigo símbolos materiais e imateriais que possuem valor científico e econômico, e, por meio do afroturismo, há a possibilidade de beneficiar empreendimento locais e globais que tratam da diáspora africana.

Autores africanistas destacam a estreita relação entre a história da escravidão nas Américas, os museus e o rápido crescimento do turismo afro, que, em alguns casos, pode distorcer fatos históricos e camuflar verdades para proteger interesses de certas elites, cujas famílias ainda hoje influenciam decisões em favor ou contra descendentes da diáspora africana.

Nos Estados Unidos, a recordação da escravidão por meio de monumentos, museus e celebrações públicas está intimamente ligada à identidade afro-americana, ancorada na herança africana e no trauma da escravidão, e utilizada para afirmar uma presença distinta. Na América Latina e no Caribe, o reconhecimento da herança da escravidão também está ganhando visibilidade, embora, em alguns contextos, como no Brasil, essas questões sejam mais complexas e envolvam disputas sobre o papel da “presença africana na forja de uma identidade nacional” (Worden, 2009, p. 23).

No Brasil e no próprio continente africano, a dissimulação histórica também é observada. Worden (2009) aponta que o projeto Rota do Escravo, da UNESCO³⁵, tem promovido a visibilidade do tema internacionalmente, mas alerta para a particularidade da África do Sul, onde a revitalização da memória da escravidão se concentra nos colonos, negligenciando a história dos escravizados. Isso ocorre porque, nesse contexto, o foco está em outras formas de exploração, como a servidão por dívida e o trabalho migrante, que também marcaram a experiência da maioria dos sul-africanos (Worden, 2009).

“Ler o passado nunca é uma questão simples”, reflete Brooms (2011, p. 511), o que está em sintonia com a observação de Gondar (2016, p. 24) de que “uma lembrança ou um documento jamais é inócuo”. De acordo com Brooms, esses elementos devem servir como ferramentas educacionais para combater omissões e distorções históricas na história afro-americana. Brooms (2011) destaca que:

Os museus centrados no negro, têm lutado com questões tão difíceis como a migração forçada e a subjugação racial dos africanos nas Américas. Estas exposições cobrem quatro temas principais: Primeiro, as exposições são projetadas para retratar as dificuldades da escravidão, o que fala dos horrores da escravidão. Segundo, as exposições buscam personalizar os escravizados, identificando-os como humanos e não como propriedades. Terceiro, os museus retratam a agência afro-americana, identificando indivíduos e grupos que trabalharam contra a escravidão e a servidão. Finalmente, as exposições exibem costumes e estilos de vida para dar voz às conquistas culturais produzidas durante e mantidas após a escravidão (Brooms, 2011, p. 512).

Segundo as perspectivas de Brooms (2011), o acervo museológico que apresenta desde réplicas de navios negreiros, aos instrumentos de tortura, como grilhões de ferro, chicotes, cinzéis e jornais com anúncios de venda e compra de escravos como mera mercadoria, é uma estratégia de representação bastante eficaz da escravidão, pois problematizam a situação vivenciada e leva ao debate nomeando e personalizando os escravizados e escravos, tanto como sujeitos e vítimas de um processo muitas vezes negligenciado.

³⁵ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. <http://portal.mec.gov.br>

Ferreira (2009) destaca que os estudos sobre Arqueologia da escravidão emergem a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos. Nesse local, arqueólogos históricos descobriram as ruínas das treze colônias, as *plantations*, e identificaram abundante e expressiva cultura material escrava. A disciplina Arqueologia, continua o autor, também tem evidenciado os suportes em que se plasmaram a diáspora africana e a História multicultural do Atlântico, revelando-se as variadas nuances cotidianas dos contextos sociais e culturais dos escravos.

Em menor proporção, explica Ferreira (2009), a Arqueologia da escravidão também é pesquisada no Caribe e tem evidenciado a dialética entre hegemonia dos senhores e contra hegemonia escrava. Ainda que o sistema escravista tenha imperado largamente na América do Sul e na América Latina. Ferreira (2009) ressalta que as pesquisas sobre o tema são escassas, onde apenas dois países, Argentina e Brasil, se destacam no cenário acadêmico

Na Argentina, Daniel Schávelzon, desde o final da década de 1990, palmilhou as marcas da presença dos afro-americanos em Buenos Aires (Schávelzon, 1999, 2002, 2003). Já no Brasil, a temática preferencial é o estudo sobre a resistência escrava. Mostra-se, por exemplo, que os cachimbos fabricados pelos escravos eram marcadores étnicos e representavam, em seu simbolismo geométrico e antropomorfo, formas sutis de resistência e autoafirmação cultural (Agostini, 1998) [...] O maior número de pesquisas concentra-se, contudo, nos lugares onde a resistência escrava foi mais manifesta e explícita: os quilombos. (Ferreira, 2009, p. 11).

“O litoral do Rio de Janeiro foi, para milhões de africanos o local de entrada para a terrível vida no cativeiro, mas foi também o local onde milhares deles alcançavam a “liberdade através da morte”” (Tavares, Junior, Pinto 2017).³⁶

³⁶ Responsáveis pela Pesquisa Arqueológica no Cemitério dos Pretos Novos – 2017. Nota de Pesquisa

FIGURA 01: Painel no Instituto dos Pretos Novos/RJ



Fonte: Imagem IPN.

De acordo com os autores Tavares, Junior e Pinto (2017), o Cemitério dos Pretos Novos é o único encontrado nas Américas e que tem comprovação de ser de corpos de africanos. Embora tenham sido jogados e queimados como escravizados, de fato ainda não o eram, pois esta alcunha vinha após a venda. E a pergunta recorrente na vida dos sobreviventes era: você é negro de quem?

Pereira (2014) ressalta que os recém chegados no porto da cidade maravilhosa eram desprovidos de qualquer importância perante os traficantes. Sem visibilidade social e nenhum tipo de vínculo com a terra, eram vistos como *outsiders*³⁷, portanto passíveis de terem seus corpos jogados a terra sem nenhum tipo de ritual religioso, mortalhas, roupas ou orações. Invisíveis na vida e na morte.

Alexandre Nadal, jornalista e radialista com pós-graduação em História da Arte Atlântica, é o articulador do Projeto Velhos Malandros, que celebra a cultura afro por meio do samba. Em 2022, Nadal atuou como Coordenador da Promoção da Igualdade Racial no Rio de Janeiro e, atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Comunicação do IPN. Ele forneceu informações relevantes sobre as ações do Instituto.

Em diálogo conosco no dia 2 de agosto de 2024, Nadal destacou não apenas as admiráveis ações elaboradas por Merced, presidente do Instituto, em colaboração

³⁷ Indivíduo que não pertence a nenhum grupo. <https://www.dicio.com.br/>

com outros profissionais, mas também apresentou números impressionantes referentes aos trabalhos e pesquisas realizados.

As oficinas online totalizam 27.690 ao longo das atividades do IPN. Como seguidora do Instituto no Instagram, posso confirmar essa informação. O movimento continua a crescer diariamente, com um público diversificado e uma programação igualmente variada. Foi possível observar que, no ano anterior à pandemia de Covid-19, a participação era significativamente elevada. Em 2019, foram registrados 25.460 visitantes, número que caiu para 2.386 em 2020, durante o período mais crítico da pandemia, e para 2.475 em 2021. Contudo, após a retomada da circulação livre, o número de visitantes aumentou consideravelmente, alcançando 56.483 em 2022 e 54.539 em 2023. Além disso, o circuito de visitantes somou 23.882, e o Instituto conta com mais de 60 mil seguidores nas redes sociais.

Esses dados indicam que a transformação genuína se materializa quando cada indivíduo assume seu papel de responsabilidade cidadã, contribuindo para a formação de uma rede colaborativa que rompe paradigmas estabelecidos, questiona concepções equivocadas e propõe novas narrativas. Esse processo de transformação é caracterizado pela integração de uma comunidade diversa em diferentes epistemologias, o que propicia uma ampliação do entendimento coletivo e a construção de conhecimento multidimensional. Assim, o engajamento individual não apenas promove mudanças significativas no nível pessoal, mas também catalisa a evolução de estruturas sociais e epistemológicas, reforçando a coesão e a inovação dentro do tecido comunitário.

O IPN mantém um projeto junto as escolas, para que alunos de todas as idades possam realizar o Circuito Histórico de Herança Africana, além de serem guiados e terem explicada toda a constituição do Instituto e sua importância frente ao apagamento da cultura negra, como também quebrar as barreiras do racismo estrutural e ajudar no letramento racial destes jovens e também dos professores que lá chegam.

O jornalista alerta para a grande quantidade de profissionais da educação que não têm conhecimento da questão racial, não abordam a Lei nº10639 e a Lei nº 11645³⁸ desconhecendo que o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes

³⁸https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf

Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

O Projeto de Lei nº 2321/2023 estabelece que o Instituto dos Pretos Novos é reconhecido como Patrimônio Cultural da cidade do Rio de Janeiro, evidenciando sua importância histórica, cultural e social para o município. Parágrafo único: “A relevância mencionada no caput se concretiza pelo fato de o Instituto ser um espaço dedicado à preservação e disseminação da história da escravidão no Brasil, especialmente nas áreas que abrangem o Cemitério dos Pretos Novos, constituindo um patrimônio vivo e essencial para a compreensão da formação da sociedade brasileira”³⁹.

Alexandre Nadal ressalta a importância desse reconhecimento, especialmente considerando que o Cemitério dos Pretos Novos completou 250 anos em 30 de abril de 2024. Em 1774, o Marquês de Lavradio transferiu o terreno para a Igreja Católica. Este local, que abriga o Memorial e a janela arqueológica, é de fundamental importância histórica e cultural.

FIGURA 02: BAHKITA



Fonte: Imagem IPN.

³⁹ <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL>

O descobrimento do esqueleto, crucial para a compreensão dos processos de deposição de corpos no cemitério, ocorreu em maio de 2017. Na ocasião, foi identificado um conjunto anatomicamente coerente e articulado, composto por mandíbula, maxila, dentes e vértebras cervicais. Devido à fragilidade dos remanescentes ósseos, a sua exposição foi realizada de maneira extremamente lenta e cuidadosa. O esqueleto não será removido do solo, mas será preservado no seu contexto original como um testemunho histórico (Tavares; Junior; Pinto, 2017).

Conforme Tavares, Junior, Pinto (2017) tratava-se do corpo de uma jovem africana a quem a equipe carinhosamente chamou de Bahkita (bem-aventurada, em dialeto núbio – Sudão). A bem aventurança de Bahkita começa quando os profissionais encontraram sua ossada, dando-lhe um nome, humanizando-a e a reconduzindo para casa. Este nome foi escolhido em homenagem a padroeira dos sequestrados e escravizados, Santa Josefina Bahkita, a primeira santa africana canonizada em 2000, pelo Papa João Paulo II.

Ao ser questionado sobre o Cais do Valongo e sua relação com o Instituto, Nadal esclarece que o local não é atualmente um estacionamento devido às pesquisas realizadas pelos pesquisadores do IPN e às interações com o prefeito durante as obras do Projeto Porto Maravilha. Essas ações visaram assegurar o reconhecimento da importância histórica e cultural do Cais.

O IPN utiliza o espaço do Cais do Valongo como uma grande sala de aula ao ar livre, promovendo atividades que já beneficiaram mais de 20 mil crianças por meio do projeto Circuito Histórico de Herança Africana. O local é amplamente conhecido e valorizado pelos visitantes, contribuindo para a apreciação do complexo da Pequena África, do Jardim do Valongo e do IPN.

Nadal enfatiza que somente através do processo educacional é possível transformar efetivamente a sociedade, tornando-a mais igualitária e justa. Esse processo educativo deve contemplar todas as histórias, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639 e Lei nº 11.645, garantir a transparência e preservar as memórias, mesmo as mais sombrias, sem ocultar o passado. A verdade deve ser prioritária. Esta prioridade é que faz com que o Instituto dos Pretos Novos, tenham a visibilidade necessária para angariar fundos para colocar em prática outros tantos projetos e levar a educação crítica para os cariocas, o Brasil e o mundo, sobre um passado que

está literalmente sendo desenterrado por profissionais competentes, e comprometidos com a verdade.

A implementação e o êxito do MABSul como projeto de pesquisa e extensão universitária têm sido fundamentais para a divulgação da riqueza cultural dos afrodescendentes no sul do Brasil. Para alcançar seus objetivos, o MABSul fez uso das tecnologias disponíveis e estabeleceu uma plataforma virtual, na qual disponibiliza entrevistas e aulas gravadas sobre a Lei 10.639/2003. Esta lei, que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira no sistema escolar brasileiro, foi posteriormente ampliada pela Lei 11.645/2008, que inclui a temática indígena. A plataforma visa promover a valorização das matrizes culturais que formaram o país. O uso do ambiente virtual é uma estratégia eficaz para apresentar ao povo negro uma nova narrativa sobre eventos históricos antigos.

FIGURA 03: Página inicial do site do Museu Afro Brasil Sul



Fonte: Imagem Museu Afro Brasi Sul.

O projeto “MABSul” aprofunda a interação entre história e patrimônio cultural, com foco na preservação do Patrimônio Histórico Material e Imaterial do povo negro sul-brasileiro. A utilização da internet para a preservação da memória e a construção da identidade, assim como os estudos sobre Patrimônio Cultural, são relativamente recentes e complexos no âmbito acadêmico. Há uma necessidade de formação e capacitação de pesquisadores e interessados nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, é crucial desenvolver espaços para sensibilização, divulgação e formação de um público que valorize os bens culturais locais. É

essencial promover trabalhos que possibilitem às comunidades reconhecer e valorizar seus patrimônios ancestrais ligados à cultura negra.

Estar localizado no Centro de Artes da UFPel possibilita a utilização dos diversos conhecimentos e ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a promoção de uma apresentação de qualidade técnica e profundidade nas abordagens. Os cursos de Artes Visuais Licenciatura, Design Gráfico, Design Digital e Cinema são alguns que podem ser citados como grandes colaboradores para a realidade que tem sido vislumbrada.

Considerações finais

O Instituto dos Pretos Novos (IPN) e o Museu Afro Brasil Sul (MABsul) operam em contextos distintos, porém compartilham a autonomia na elaboração de suas publicações e programação, conforme as diretrizes estabelecidas por seus respectivos grupos de pesquisa e comunicação. Ambas as instituições utilizam narrativas e epistemologias que visam a promoção do reconhecimento e da valorização da cultura afro-brasileira.

O IPN se distingue por sua abordagem fundamentada em evidências tangíveis de cultura material, como ossos, que oferecem uma visão da presença histórica e da ancestralidade dos africanos no Brasil. Através de sua perspectiva arqueológica, o Instituto visa proporcionar uma forma de reparação, ainda que simbólica, para as milhares de pessoas cujas histórias e legados foram sistematicamente negados pelo racismo. A exibição de ossadas africanas serve como um testemunho das atrocidades perpetradas por senhores de escravos e sequestradores, evidenciando as injustiças históricas.

De forma semelhante, o MABsul concentra-se na busca por verdades históricas e culturais associadas a um passado frequentemente invisibilizado por uma sociedade que, apesar de negar, perpetua práticas racistas cotidianamente. A criação de um museu virtual dedicado à memória negra tem desempenhado um papel crucial no resgate, preservação e disseminação desse conhecimento, facilitando o acesso democrático a uma vasta gama de públicos, desde as periferias até o meio acadêmico.

Apesar do crescente volume de pesquisas sobre a escravidão, suas consequências e o racismo persistente na sociedade brasileira, a valorização e preservação das memórias negras enfrentam o desafio contínuo do silenciamento das vozes negras. O paradigma de inferioridade e desumanidade, instituído durante o período da escravidão, permanece vigente, como evidenciado pela persistência de sobrenomes de antigos senhores de escravos nas assinaturas dos documentos que deveriam promover justiça para a população negra. O IPN e o MABsul enfrentam um caminho longo e árduo na busca pelo reconhecimento pleno da cultura negra na sociedade brasileira.

Bibliografia

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. **Histórias do movimento negro: depoimentos ao CPDOC** – Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ADELEKE, Tunde. Africa and Afrocentric Historicism: a critique. **Advances in Historical Studies**, v. 4, p. 200-215, 2015.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BROOMS, D. R. Lest We Forget: Exhibiting (and Remembering) Slavery in African-American Museums. **Journal of African-American Studies**, v. 15, p. 508-523, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Ancestral Technologies: Afro-Brazilian archaeology and its contributions to the material history of Latin America. **Colonial Latin American Review**, v. 31, n. 4, p. 599-606, 2022.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**, v. I, 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil**, v. II, 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

GOMES, Laurentino. 2022. **Escravidão: Da Independência do Brasil à Lei Áurea**, v. III, 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. África e cultura afro-brasileira. Imbricações entre história, ensino e patrimônio cultural. **Clio** – Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-2, p. 55-75, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar** – poéticas do corpo-tela. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Jorge Eremites; DIALLO, Alfa Oumar. Racismo estrutural e carreiras jurídicas públicas no Brasil. **Cadernos do Lepaarq**, v. XX, n. 39, p. 55-70, jan.-jun. 2023.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. As duas evidências: as implicações acerca da redescoberta do cemitério dos Pretos Novos. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 8, p. 331-343, 2014.

SAMPECK, Kathryn; FERREIRA, Lúcio Menezes. Delineando a Arqueologia Afro-Latino-Americana. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 14, n. 1, p. 15-32, jan.-jun. 2020.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. Dicionário da escravidão e liberdade. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TAVARES, Reinaldo; JUNIOR, Nelson Pereira Mendonça; PINTO, Andrea de Lessa. **Pesquisa Arqueológica no Cemitério dos Pretos Novos** – 2017. Nota de Pesquisa.

THUMS, Jorge. **Acesso à Realidade**. Técnicas de Pesquisa e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Sulina; Ulbra, 2000.

WORDEN, N. The Changing Politics of Slave Heritage in Western Cape, South Africa. **Journal of African History**, v. 50, p. 23-40, 2009.

LUPA. **Conscientização negra**: números no Brasil. 2019. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>. Acesso em: 10 set. 2024.

IBGE. **Informativo**. Disponível em: https://a.storyblok.com/f/134103/4fc74c19aa/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

POLÍTICAS URBANAS Y CONTRADICCIONES: TRANSFORMACIONES Y LUGARES DE MEMORIA EN LA RIBERA DEL GUAÍBA

DOI: 10.5281/zenodo.17741105

Alessandra Schunski Gonçalves⁴⁰

Tássia Borges de Vasconcelos⁴¹

Daniela Mendes Cidade⁴²

Porto Alegre, ao longo de sua história, tem passado por intensas transformações urbanas que refletem as mudanças políticas e sociais do Brasil. Com sua rica história e diversidade cultural, a cidade é um microcosmo de interações complexas entre memória, identidade e desenvolvimento urbano. A relação da cidade com seus espaços naturais, especialmente a orla do Lago Guaíba, é historicamente mutável, marcada por sucessivas intervenções urbanísticas voltadas para a sua margem que modificaram tanto sua paisagem quanto seu significado social. Um dos períodos mais marcantes e traumáticos para a cidade ocorreu durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), quando Porto Alegre, como outras cidades do país, foi palco de repressão, violação de direitos humanos e apagamento de memórias históricas. Essas experiências deixaram marcas profundas tanto na memória coletiva quanto nos espaços urbanos da cidade.

Esse período, que se estendeu por mais de duas décadas, trouxe graves consequências, incluindo perseguições, prisões políticas e torturas. Porto Alegre, por sua tradição trabalhista e histórica de resistência, foi um dos centros de resistência na luta contra o regime ditatorial, sendo palco da Campanha da Legalidade, em 1961 (Ellwanger, 2016). No entanto, a cidade não preserva de forma significativa essa memória em seu tecido urbano. À medida que a cidade se

⁴⁰ Mestranda, Programa de Pós Graduação em Arquitetura (PROPAR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil; email: arq.schunski@gmail.com

⁴¹ Professora Doutora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil; email: tassia.vasconcelos@ufpel.edu.br

⁴² Professora Doutora, Programa de Pós Graduação em Arquitetura (PROPAR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil; email: daniela.cidade@ufrgs.br

modernizou e adotou um modelo de “empreendedorismo urbano”, privilegiando o desenvolvimento econômico e a especulação imobiliária, houve uma marginalização das memórias do período ditatorial, criando lacunas na preservação histórica. A falta de reconhecimento da memória dolorosa da ditadura e a escassez de espaços que homenageiam as vítimas desse período revelam uma lacuna crítica na construção de uma identidade coletiva que respeite o passado.

Discutir a memória da Ditadura Civil-Militar é fundamental para compreender as consequências na construção da identidade de Porto Alegre. O regime foi marcado por graves violações de direitos humanos, incluindo torturas, desaparecimentos forçados e censura, cujas vítimas muitas vezes permaneceram sem reconhecimento ou reparação. A preservação dessa memória é um ato de respeito e justiça às vítimas e um compromisso do Estado para garantir que as atrocidades cometidas não sejam esquecidas e nem cometidas novamente. Criar e preservar espaços de memória é uma necessidade urgente para confrontar a narrativa dominante que favorece o desenvolvimento econômico em detrimento da memória. Lugares de memória, como museus, monumentos ou marcos históricos, são fundamentais para dar visibilidade às violações do passado e estimular a reflexão sobre o presente e o futuro. Esses espaços não apenas servem para homenagear as vítimas, mas também atuam como ferramentas pedagógicas que educam as gerações futuras sobre os valores de liberdade, democracia e justiça social. Portanto, sua preservação é crucial para garantir que a história não se repita e que os direitos humanos sejam sempre protegidos e promovidos.

O objetivo deste estudo é analisar as contradições entre o desenvolvimento urbano, a valorização do bem natural e a preservação da memória histórica, destacando a importância de criar sítios de memória que reconheçam as vítimas da repressão e integrem esses espaços à vida urbana, equilibrando o desenvolvimento econômico com o respeito à história e ao meio ambiente. O estudo também aborda a necessidade de um planejamento urbano mais inclusivo, considerando o direito à cidade. Inicialmente, é apresentado um panorama histórico e urbano de Porto Alegre, com foco na relação da cidade com a orla do Guaíba. Em seguida, discute-se o impacto do empreendedorismo urbano voltado à especulação imobiliária e seus efeitos sobre a preservação da memória das violações de direitos humanos durante a ditadura. Por fim, são sugeridas soluções para a criação de sítios de memória que

equilibrem o desenvolvimento urbano com a preservação histórica, visando uma sociedade mais justa e inclusiva.

Contexto Histórico e Urbano da Orla do Guaíba

Porto Alegre, como muitas capitais brasileiras, tem suas raízes fortemente ligadas à sua orla, desempenhando um papel crucial em seu desenvolvimento urbano e social. A cidade foi oficialmente fundada em 26 de março de 1772, após a chegada de casais açorianos em 1752, que se estabeleceram no que era conhecido como Porto de Viamão na foz do Riacho Dilúvio. A partir de 1824, passa a receber imigrantes de todo mundo, em particular alemães, italianos, africanos, espanhóis, poloneses, judeus e libaneses. No final do século XIX, a cidade passou por uma reestruturação urbana significativa, especialmente após a Guerra dos Farrapos⁴³ que teve um impacto profundo na demografia e na infraestrutura da cidade, levando a um crescimento acelerado das atividades portuárias e de estaleiros (Flores, 2004).

A urbanização inicial se concentrou na margem Norte do Guaíba, devido a presença do Porto do Guaíba e das barreiras geográficas como a Crista de Porto Alegre (Morro da Companhia, da Polícia, Teresópolis e do Osso), fazendo com que a região Sul mantivesse a característica de área rural, permitindo a permanência de amplas áreas naturais preservadas. A cidade se expandiu tanto por terra como por água, tendo seu primeiro aterro junto à margem Norte para ampliação do porto, rompendo com a barreira natural representada pelo Lago Guaíba. Neste momento, o Centro se desenvolveu com atividade comercial e portuária, com edificações baixas e geminadas, configurando-se em um traçado xadrez, como as cidades espanholas, mas seguiu predominantemente o modelo das cidades portuguesas, ao se adaptar à topografia (Koehler, 2023). No início do século XX, foi desenvolvido o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, o Plano Geral de Melhoramentos de 1914 que, entre outras diretrizes, possibilitou a construção do novo porto, atual Cais Mauá, realizando o segundo aterro na margem Norte, este de maiores proporções. A partir deste, diversos outros aterros foram executados na orla, surgindo uma nova área verde na margem Oeste do Guaíba.

⁴³ Guerra que buscava independência do Império Português, entre 1835 e 1845.

A urbanização de Porto Alegre também foi marcada por um processo de metropolização que se intensificou nas últimas décadas. Este fenômeno não apenas alterou a paisagem urbana, mas também trouxe à tona questões sociais e econômicas complexas, como a desigualdade e a marginalização de certas áreas da cidade. A metropolização de Porto Alegre é frequentemente analisada em comparação com outras cidades brasileiras e latino-americanas, destacando as particularidades locais e os desafios enfrentados na busca por um desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável. A literatura sobre a cidade enfatiza a importância de políticas públicas que considerem a diversidade social e a necessidade de inclusão, especialmente em um contexto de crescente desigualdade (Soares; Fedozzi, 2016). Essa relação entre crescimento urbana e ambiente natural ambiente são temas recorrentes na literatura, o que reflete a complexidade destas interações.

As enchentes de 1941 e 2024

O processo de urbanização da cidade, ao longo do século XX, é marcado por uma relação conflituosa entre a sociedade porto-alegrense e as águas de seu território. Medidas de contenção das enchentes começaram a ser implementadas, refletindo a necessidade de adaptação da cidade às condições climáticas e geográficas. As cheias no Lago Guaíba são resultado de uma combinação de fatores ambientais interrelacionados, como a topografia com morros de 300 m de altura e áreas planas abaixo de 3 m de altitude, costeadas pelo lago. Cinco rios do interior do estado deságuam no Lago Guaíba e escoadouro das águas de uma região que abrange 30% de toda área geográfica do Estado. A água que passa pelo Guaíba segue para a Lagoa dos Patos, único caminho para chegar no mar. Porém, esse escoamento é difícil, pois a abertura para o mar é estreita em comparação com o volume da Lagoa, fazendo com que o caminho da água seja como um "funil". Além disso, as chuvas intensas nas cabeceiras dos rios afluentes, o efeito de represamento causado pelo vento Sul e a urbanização desordenada e ocupação inadequada das margens do lago contribuíram para o aumento da vulnerabilidade a enchentes. A relação entre a cidade e suas águas é marcada por uma história de "encontros" e "desencontros", onde as intervenções humanas no Lago Guaíba refletem interesses políticos e

econômicos, muitas vezes em detrimento da sustentabilidade ambiental (Rückert; Prestes, 2017). Exemplificando, assim, a complexidade das relações entre urbanização, meio ambiente e sociedade.

Durante o período de 22 dias entre abril e maio de 1941, a cidade enfrentou a maior enchente já registrada, até maio de 2024, conhecida como a "Enchente de 1941". Com uma cota máxima de 4,76 metros, a enchente causou devastação significativa, submergindo áreas centrais da cidade, como o Mercado Público e a Prefeitura, e transformando barcos nos principais meios de transporte. Aproximadamente 70 mil pessoas ficaram desabrigadas, representando cerca de um quarto da população na época, e cerca de 600 empresas suspenderam suas atividades, muitas das quais nunca reabriram. A enchente teve consequências diretas e severas para a infraestrutura da cidade. O prédio dos Correios e Telégrafos foi inundado, impedindo o envio e recebimento de correspondências, enquanto a Usina do Gasômetro também foi afetada, resultando em um apagão que deixou a cidade sem abastecimento de água. Além das perdas imediatas, a mistura das águas pluviais com esgotos e outros resíduos após a baixa do nível da água resultou na proliferação de doenças entre a população (Rückert; Prestes, 2017). Este evento resultou na construção do Muro da Mauá, uma estrutura de proteção que separa a cidade, o Cais Mauá e o Guaíba, conjuntamente a um sistema de contenção e drenagem. A enchente também acelerou a necessidade intervenções urbanas como a canalização do Arroio Dilúvio⁴⁴, que já havia iniciada em 1939, e o Plano de Urbanização de Porto Alegre de 1943.

O impacto da enchente em 1941 evidenciou a urgência de melhorar a infraestrutura urbana para lidar com alagamentos e mobilidade na cidade. Apesar dos planos, as mudanças climáticas ocasionadas pelo aquecimento global, somadas à urbanização desorganizada e desenfreada da cidade que permitiu a ocupação densificada em áreas que deveriam ser preservadas como espaços verdes. Além da falha do poder público de manutenção dos sistemas de drenagem e contenção, intensificando os conflitos com as águas. Essas deficiências ficaram evidentes na enchente histórica de maio de 2024, que atingiu a cota máxima de 5,27 m, tornando-se a maior já registrada na cidade e região metropolitana, segundo o Serviço

⁴⁴ Um curso d'água com sua nascente em Viamão, que atravessa longitudinalmente a cidade de Porto Alegre, desaguando no Guaíba.

Geológico do Brasil (SGB)⁴⁵. O Sistema de Proteção Contra Cheias, criado em 1967, composto pelo Muro da Mauá, 19 casas de bombas e 68 quilômetros de diques espalhados por diferentes pontos, deveria proteger a cidade de cheias de até 6 m, se estivesse operando adequadamente. Das cinco maiores cheias desde 1941, quatro ocorreram nos últimos oito anos. A penúltima, em novembro de 2023, com cota 3,37 m, já evidenciava a incapacidade de conter os avanços da água, tendo uma de suas comportas vazadas após ceder à pressão. Há 10 anos, um relatório, entregue à antiga concessionária do Cais Mauá à prefeitura de Porto Alegre e ao extinto Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), já alertava para problemas nas comportas, no muro e nas casas de bombas da Avenida Mauá⁴⁶, resultando em vazamentos que comprometeram a contenção da inundação.

A análise dos impactos da enchente de 2024 revela que a inundação causou danos extensivos à infraestrutura urbana, afetando ruas, pontes e edifícios públicos, alguns dos quais já haviam sido atingidos na enchente de 1941. A água subiu rapidamente, inundando áreas de conexão à outras cidades e levando à evacuação de moradores, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Aproximadamente foram afetados mais de 160 mil pessoas, 45 mil comércio e 39 mil edificações⁴⁷. A interrupção de serviços essenciais, como abastecimento de água e energia elétrica, agravou ainda mais a situação. A mistura de águas pluviais com esgoto e outros contaminantes aumentou o risco de doenças. A resposta da comunidade e a solidariedade entre os moradores foram fundamentais para enfrentar os efeitos imediatos da enchente, destacando a importância da coesão social em tempos de crise. Com isso, a enchente de 2024 também trouxe à tona a necessidade de um planejamento urbano mais eficaz e sustentável. As medidas de controle de

⁴⁵ O SGB divulgou, em 03 de setembro de 2024, as cotas máximas observadas na região central de Porto Alegre. O Guaíba registrou a marca de 5,37 m no dia 5 de maio, na estação Cais Mauá C6, operada pela SEMA-RS; 5,12 m, no portão da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH); e 4,59 m, na estação da Usina do Gasômetro, operada pelo SGB.

⁴⁶ “O estudo apontava a necessidade de manutenção para garantir a proteção contra inundações, mas as soluções foram limitadas ou postergadas. A falta de manutenção adequada ao longo dos anos agravou os riscos de enchentes, especialmente em áreas centrais da cidade, destacando a importância de intervenções preventivas para evitar desastres. [...] Além de duas casas de bombas na Avenida Mauá — estas últimas, aliás, estão entre as mesmas que tiveram deficiências apontadas pela própria prefeitura em 2018 e 2023” (Neto, 2024)

⁴⁷ Dados informados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS) de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/inundacoes>. Acesso em 02 set. 2024

enchentes implementadas após 1941, hoje defasadas, mostraram-se insuficientes para lidar com as novas realidades climáticas. Como prioridade para o futuro, destaca-se a construção de uma infraestrutura urbana resiliente, como sistemas de drenagem e áreas verdes, com matas ciliares e vegetação nativa, que absorvem o excesso de água das chuvas e cheias.

Parque público, privado da Orla

As sucessivas decisões de aterrar a orla ao longo dos anos criaram uma relação, quase que antropofágica, como um desprezo que cidade criou com sua enseada. Esses aterros, iniciados no final do século XIX, foram motivados principalmente pelas atividades comerciais entre a Praça da Alfândega e a Praça da Harmonia (atual Praça Brigadeiro Sampaio). Estruturas icônicas como o Mercado Público, o Paço Municipal, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS, antiga sede dos Correios e Telégrafos), a Casa de Cultura Mario Quintana e a Usina do Gasômetro foram construídas em áreas que antes eram ocupadas pelas águas do Guaíba. Nos anos seguintes, novos estabelecimentos foram se instalando ao longo da orla, e com eles novos aterros foram criados, como o Estádio Beira-Rio (1969), o Parque Marinha (1978), o Centro Cultural Usina do Gasômetro (1988) e o Anfiteatro Pôr-do-Sol (2000), além de alguns equipamentos urbanos desportivos. A ocupação popular da região, no entanto, ficou restrita ao uso desses espaços e a eventos esporádicos.

Com a escolha de Porto Alegre como uma das sedes da Copa do Mundo FIFA de 2014, a cidade voltou a investir na orla, desta vez com foco no potencial turístico e urbano. As intervenções no Parque da Orla foram divididas em três trechos, com a construção de calçadas, ciclovias e áreas de lazer. O Trecho 1, batizado de Orla Moacyr Scliar, foi inaugurado em 2018 e se tornou popular entre os moradores. Este trecho é administrado por uma concessão público-privada entre a Prefeitura e a empresa GAM 3 Parks, o que levantou questionamentos sobre a gestão de espaços públicos e a participação da iniciativa privada na administração de áreas de lazer. O Trecho 2, por outro lado, não passou por revitalizações significativas e abriga o Anfiteatro Pôr-do-sol, que se encontra em estado de arruinamento. Este trecho é visivelmente menos utilizado pela população, devido à falta de infraestrutura

acessível. No entanto, há planos para revitalizá-lo por meio de uma nova concessão, que incluirá a construção de uma marina pública, uma esplanada, um centro de eventos, um museu aquário e um hotel flutuante, além de uma instituição de ensino superior. O Trecho 3, o Parque Jaime Lerner, foi inaugurado em 2022 e tem um enfoque na prática de esportes, possuindo o maior *skate park* da América Latina. Este trecho também está em processo de concessão público-privada, com a exigência de aumentar as vagas de estacionamento e a possibilidade de construção de restaurantes e lojas, além da liberação para a realização de eventos.

A criação de espaços de convivência e atividades tem o potencial de promover a interação entre diferentes grupos sociais, fortalecendo o tecido comunitário e a identidade local. Entretanto, as exigências do poder público para a construção e complementação dos projetos originais geram preocupações sobre a efetiva sustentabilidade e preservação das áreas verdes. Apesar de o Parque da Orla ter sido construído em um aterro, há uma fauna local, como tartarugas e pássaros, que dependem da vegetação para sobrevivência. Além disso, o concreto pode agravar problemas relacionados ao microclima e à mitigação de cheias, reforçando a necessidade de um planejamento urbano que considere a preservação das áreas verdes e a resiliência ambiental. A transformação da orla deve ser vista à luz das mudanças climáticas e da necessidade de um planejamento urbano que considere a resiliência ambiental. A preservação das áreas verdes e a criação de espaços permeáveis são essenciais para garantir a qualidade de vida dos cidadãos e a saúde dos ecossistemas locais. Portanto, as intervenções no Parque da Orla não apenas devem atender às demandas de lazer e esporte, mas também devem ser integradas a uma estratégia mais ampla de gestão ambiental e urbana.

A Orla e o modelo de “Empreendedorismo Urbano”

O direito à cidade, inclusiva e sustentável são temas de grande relevância no contexto urbano brasileiro, especialmente considerando a implementação do Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001). Este dispositivo legal estabelece diretrizes para a política urbana, enfatizando a importância da participação popular e associações, oferta de equipamentos urbanos e comunitários – reforçando a ideia de cidade inclusiva e sustentável – ordenação e controle do uso do solo. No entanto,

a realidade mostra que muitas cidades ainda carecem do desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mesmo que, juridicamente, o Estado possua um dispositivo com diretrizes consolidadas, elaboradas a partir da base de planejamento participativo e das funções sociais das cidades. A lei representa a consolidação de reivindicações sociais que datam desde o início dos anos 60, suprimidas pelo regime militar após o golpe em 1964 que trouxe retrocessos significativos, revertendo conquistas obtidas até então, especialmente em relação à participação popular na gestão das cidades e à garantia dos direitos à moradia, mobilidade e ao meio ambiente.

O regime ditatorial promoveu uma política urbana autoritária e excludente, com a centralização do poder e a criação de órgãos federais que controlavam as políticas urbanas, dificultando a implementação de políticas regionais e locais. Essa centralização resultou em um desenvolvimento desigual, focado nas grandes metrópoles, o que acentuou as desigualdades sociais e a concentração de renda, especialmente em um país de dimensões continentais. As intervenções urbanas durante o regime militar foram marcadas pela busca de modernizar as cidades, mas que frequentemente resultava em remoções forçadas de favelas e ocupações informais, como na remoção forçada na favela da Catacumba,⁴⁸ desrespeitando direitos humanos básicos como moradia e segurança. A degradação ambiental também foi uma consequência dessa abordagem, com a expansão desordenada das cidades e a ocupação de áreas de proteção ambiental⁴⁹, gerando impactos que ainda são sentidos hoje.

A partir da Constituição de 1988, os municípios brasileiros se tornaram entes federados autônomos, e a partir do “Estatuto das Cidades” muitos avanços foram realizados, buscando “virar a página de um tempo de clientelismo, troca de favores

⁴⁸ A remoção da favela da Catacumba, localizada na zona sul do Rio de Janeiro, ocorreu em 1970, como parte do plano de urbanização da cidade durante o regime militar. A área foi transformada em parque, e os moradores foram transferidos para conjuntos habitacionais distantes, como Cidade de Deus e Vila Kennedy. A remoção foi justificada pelo governo como um processo de “modernização” e combate à precariedade, mas resultou em rupturas sociais e críticas sobre a falta de alternativas adequadas para os realocados (Gonçalves, 2015).

⁴⁹ As obras realizadas na Amazônia durante a ditadura militar, como a construção da rodovia Transamazônica e projetos hidrelétricos, tinham o objetivo de integrar e ocupar a região. No entanto, essas intervenções causaram graves impactos ambientais, incluindo o desmatamento em larga escala e a degradação de ecossistemas locais. Além disso, a ocupação incentivada pelo governo resultou em conflitos com populações indígenas e ribeirinhas, que foram deslocadas ou sofreram com a perda de recursos naturais essenciais (Santos; Ribeiro, 2022).

e promiscuidade entre a elite das cidades e os gestores urbanos” (Alfonsin, 2003, p. 96). Porém, a implementação do mesmo ainda é muito defasada, e com muitas heranças urbanas e sociais do regime militar. Além disso, as intensas transformações econômicas, políticas e sociais, no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, influenciaram na lógica de produção das cidades. O planejamento urbano passou a ser fortemente orientado para acelerar a apropriação privada do espaço urbano, favorecendo a implementação do modelo conhecido como “empreendedorismo urbano”⁵⁰ e “citymarketing”⁵¹ (Harvey, 1996 *apud* Fedozzi, 2022). O empreendedorismo urbano emerge de práticas de empresariamento que visam transformar as cidades em polos de atração de investimentos e capital, muitas vezes inspiradas em políticas neoliberais de gerenciamento e marketing urbano, defendendo políticas públicas urbanas a partir das parcerias público-privadas como forças para resolver os problemas urbanos. Este tipo de modelo, importado a partir do sucesso de Barcelona e implantado em diversas metrópoles brasileiras, não possui participação popular e favorece a elite local (Silva, 2012). Reforça-se a ideia de que somente se houver um estabelecimento privado no espaço urbano, o mesmo será ocupado pela população, o que é passível de questionamento se efetivamente essa apropriação é real. Essa abordagem favorece elites econômicas, enquanto marginaliza populações vulneráveis, deixando de lado preocupações com o bem-estar social em prol do lucro e da competitividade (Harvey, 1996 *apud* Fedozzi, 2022).

As transformações urbanas em Porto Alegre nos últimos anos refletem uma clara adoção destes modelos, melhorando sua competitividade no cenário global, tendo o empreendedorismo como o único possível para o desenvolvimento da cidade. A adesão destes modelos ofereceu uma oportunidade para a implementação de grandes projetos urbanos (GPUs), com a justificativa de modernizar a cidade e atender às exigências do evento. Entre os principais projetos, destacam-se a

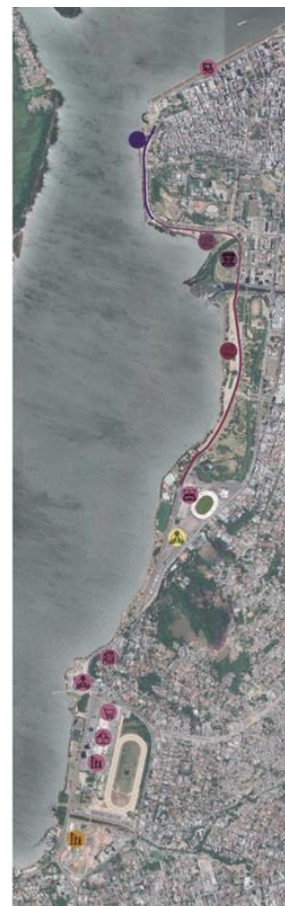
⁵⁰ É um conceito que se refere à gestão e transformação das cidades sob uma lógica empresarial. Em vez de serem apenas administradas de forma tradicional, as cidades passam a ser vistas como produtos ou negócios que competem no cenário global para atrair investimentos, turistas, megaeventos, e capital privado.

⁵¹ É um modelo que visa atrair investimentos privados e colocar a cidade em um patamar de competitividade global, desenvolvendo uma marca única da cidade. Se refere aos esforços estratégicos feitos por governos locais e partes interessadas para promover suas cidades como locais desejáveis para residentes, empresas e turistas.

renovação do estádio Beira-Rio, localizado à orla do Guaíba, a melhoria da infraestrutura de mobilidade urbana e a revitalização e criação do Parque da Orla. A orla foi, por todo seu contexto histórico, subvalorizada e marginalizada nos planos de desenvolvimento urbano da cidade. A partir de um conjunto de políticas públicas voltadas para a atração de capital privado, a orla se tornou um espaço central para investimentos, deslocando seu valor simbólico e histórico para o campo da especulação imobiliária e do marketing urbano. Essas intervenções tinham como objetivo não apenas promover o desenvolvimento local, mas também projetar a imagem de Porto Alegre como uma cidade globalmente competitiva, em consonância com a lógica de “citymarketing”. A narrativa de modernização e progresso, aliada à promessa de melhorias na qualidade de vida, foi amplamente promovida em campanhas midiáticas e nos discursos oficiais. Com isso, a margem do Guaíba, berço natural e histórico de Porto Alegre, vem sendo objeto de intensa e acelerada transformação por projetos de intervenção pública e privada (Figura 01).

FIGURA 01: Trecho da Orla de Porto Alegre e empreendimentos, com data de implantação e caráter do projeto na Orla do Guaíba

Ícone	Empreendimento	Ano de Implementação	Caráter
	Estádio Beira-Rio	1969	Privado
	Hipermercado Big Cristal	1997	Privado
	Anfiteatro Pôr-do-Sol	2000	Público (em estado de arruinamento a ser concedido ao setor privado)
	Barra Shopping Sul	2007	Privado
	Museu Iberê Camargo	2008	Público-Privado
	Cais Mauá	1913	Privatizado em 2024
	Pontal Shopping	2019	Privado
	Golden Lake	2019	Privado
	Torres no estádio Beira-Rio	Futuro (projeto de 2019)	Privado (em discussão no Conselho do Plano Diretor)
	Parque Urbano da Orla do Guaíba - Trecho 01	2018	Público (em concessão ao setor privado)
	Parque Urbano da Orla do Guaíba - Trecho 02	2022	Público (em concessão ao setor privado)
	Parque Urbano da Orla do Guaíba - Trecho 03	Futuro	Público (a ser concedido ao setor privado)



Fonte: baseado em Siqueira (2019 *apud* Fedozzi) e Google Earth, adaptado pela autora.

Esses modelos, entretanto, geraram críticas em relação ao seu impacto socioambiental, a exclusão de comunidades locais e a priorização de interesses privados sobre demandas sociais, como gentrificação, e ambientais. Com isso, muitos projetos voltados para a Copa foram criticados por não atenderem às reais necessidades da população, mas sim às exigências de investidores e organizadores do evento. Esse desequilíbrio entre interesses públicos e privados evidenciou o conflito entre as demandas da população por um desenvolvimento urbano mais inclusivo e as pressões do capital imobiliário. O modelo de planejamento adotado contraria os princípios do Estatuto da Cidade, que defende a gestão democrática e a função social da propriedade. Ao priorizar o lucro e a competitividade, as intervenções na orla do Guaíba afastaram práticas de planejamento sustentável e participativo, prejudicando as populações mais vulneráveis e enfraquecendo a relação entre a cidade e seus cidadãos. A revitalização da orla tornou-se, assim, um símbolo das contradições do urbanismo contemporâneo, onde o desenvolvimento econômico muitas vezes ocorre à custa de uma maior desigualdade social e degradação ambiental.

A dificuldade do acesso a Memória em Porto Alegre

As cidades brasileiras serviram, e ainda servem, de palco para diversas situações de violações de direitos humanos. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), o estado do Rio Grande do Sul (RS) é o estado brasileiro com o maior número de locais de graves violações de Direitos Humanos no Brasil no período da Ditadura Civil-Militar, entre 1964 e 1985. Ao todo, no RS, foram 39 locais de graves violações de Direitos Humanos, espalhados pelas cidades de Alegrete, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Frederico Westphalen, Guaíba, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Maria, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, Três Passos e Viamão. A região Metropolitana de Porto Alegre é detentora de 25 dos 39 locais de violação de Direitos Humanos espalhados pelo estado, sendo Porto Alegre a segunda capital brasileira com mais locais, perdendo somente para o Rio de Janeiro (Brasil, 2014). Porém, outras pesquisas extrapolam esse número considerando, ao menos 46 locais de violência política estatal (Ellwanger, 2016). A repressão sofrida no estado mostrou-se implacável com

opositores ou “suspeitos de oposição” ao governo desde o início do golpe de 1964, devido sua tradição popular trabalhista e de insubmissão de forças militares, uma vez que foi o palco da Campanha da Legalidade⁵², poucos anos antes, em 1961. Devido esse cenário, o estado necessitou criar precocemente um local clandestino para suas operações, conhecido como “Dopinha” no bairro Independência, em Porto Alegre. Além dos locais de violações, a capital ainda conta com diversos pontos de repressão civil, militar e de memória da repressão, como ruas, escolas e edifícios homenageando ditadores, torturadores e apoiadores da ditadura (Carneiro, 2023).

Não há em Porto Alegre um sítio de memória⁵³ ou memorial dedicado especificamente às vítimas da ditadura, apesar da existência de acervos sobre o tema em locais diversos. A falta de reconhecimento das violências ocorridas na cidade pode ser facilmente percebida pelo usuário da cidade, uma vez que ao caminhar pela mesma, percebe-se a falta de obras de arte urbanas, sinalizações, marcos ou murais no espaço urbano que acolham a memória das vítimas e das envolvidas com este passado. Nos locais de repressão apenas nove estão sinalizados com identificação de espaços de memórias dolorosas, abrigando violações de direitos humanos durante a ditadura. Estas placas foram desenvolvidas pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em parceria com a prefeitura, por meio do projeto “Marcas da Memória⁵⁴”. Desde então, não há registros de outros projetos para a criação de Lugares de Memória em Porto Alegre. Essa ausência é preocupante, considerando que “o direito à cidade” deveria incluir a preservação da memória histórica como um componente essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A lógica mercadológica dos modelos adotados no planejamento da cidade, contribui com o apagamento da história de repressão e violência, relegando a

⁵² Movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em defesa da posse de João Goulart como presidente do Brasil, após a renúncia de Jânio Quadros. Porto Alegre foi o centro dessa mobilização, com Brizola organizando a resistência contra as forças militares que tentavam impedir a transição, transformando a cidade em um símbolo de defesa da legalidade constitucional e da democracia no país.

⁵³ Sítios de memória são locais que preservam a importância histórica e simbólica de eventos, pessoas ou processos marcantes para a memória coletiva de uma sociedade. Eles desempenham um papel fundamental na preservação da história e na educação das futuras gerações, promovendo a reflexão sobre o passado para evitar a repetição de erros históricos.

⁵⁴ Esta identificação se dá pela colocação de placas na calçada com descrição histórica dos espaços ligados a esse período. A ideia inicial era de instalar vinte placas pela cidade de Porto Alegre, porém, após a colocação da nona placa, não há informações sobre a real situação do projeto.

memória coletiva e social para segundo plano. Apesar das diversas propostas e planejamentos de revitalização, nos últimos anos na orla do Guaíba, nota-se que não houve política pública de inserção de memoriais ou sinalizações, mesmo que exista, no lago Guaíba a Ilha das Pedras Brancas⁵⁵. Conhecida também como Ilha do Presídio, é uma prisão que abrigava presos políticos em condições precárias e de graves violações de direitos humanos, sem o reconhecimento legal como reformatório penal (Barreta, 2015). Próximo ao lago, no Rio Jacuí, ocorreu o caso de repressão e violência do Estado durante a ditadura, conhecido como "Caso das Mãos Amarradas"⁵⁶. Há, no espaço público, uma obra de arte urbana que relembra o caso, nomeada de "Monumento ao Caso das Mãos Amarradas", da artista plástica Cristina Pozzobom, onde mãos de aço algemadas seguram uma bandeira tendo o Guaíba como cenário. A obra poderia ser um marco forte que contempla o conceito de Lugares de Memória ⁵⁷, porém o mesmo se encontra no estacionamento do Parque Marinha, um local de passagem que impede a devida apropriação da obra pelos usuários.

A ausência da espacialização da memória é um problema recorrente na sociedade brasileira. O Brasil garantiu anistia tanto para opositores do regime quanto para os agentes do Estado responsáveis por tortura, desaparecimentos e assassinatos, com a Lei da Anistia. Embora tenha sido um passo importante para a redemocratização do país, a Lei da Anistia também gerou um efeito colateral significativo: a falta de responsabilização dos agentes do Estado envolvidos em graves violações de direitos humanos. Esse contexto favoreceu o apagamento ou a

⁵⁵ Funcionou como uma prisão entre 1956 e 1983. Inicialmente, foi utilizada para presos comuns, porém com Ditadura Civil-Militar, a ilha passou a abrigar também presos políticos. A ilha ficou marcada por práticas repressivas, como o isolamento físico e psicológico dos detidos, que enfrentavam condições de extrema vulnerabilidade, muitas vezes sendo vistos como "fora da lei" ou "excluídos da condição de seres humanos". Essa mistura de presos comuns e políticos gerou uma dinâmica de poder dentro da própria prisão, com direitos diferenciados e convivência forçada em condições deploráveis (Barreta, 2015).

⁵⁶ Trata do assassinato do sargento Manoel Raimundo Soares, que ocorreu durante a Ditadura Militar no Brasil. Após desertar do Exército por se opor ao regime, Soares foi preso em Porto Alegre em 1966 e transferido ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Torturado, seu corpo foi encontrado no Rio Jacuí, afluente do Lago Guaíba, com as mãos amarradas. A falta de responsabilização imediata dos culpados e a luta judicial de sua viúva, Elizabeth Chalupp, marcaram este caso como um exemplo das violações de direitos humanos cometidas durante o período (Pires, 2022).

⁵⁷ Segundo o historiador, e quem cunhou o termo, Pierre Nora, são espaços ou objetos que preservam e simbolizam a memória coletiva de uma sociedade, representando eventos ou identidades historicamente significativos. Esses locais surgem quando a memória viva declina, ancorando as lembranças em marcos materiais ou imateriais que refletem a história e a identidade de um grupo.

marginalização da memória das vítimas da repressão, uma lacuna que perdura até hoje. A ausência de um processo de justiça de transição robusto e a falta de iniciativas para a criação de memoriais e espaços de memória refletem uma dificuldade persistente em confrontar o passado doloroso do Brasil. Enquanto cidades como Buenos Aires e Montevideu, que também passaram por ditaduras militares no período, buscam integrar uma memória histórica em seus espaços urbanos, criando locais de memória que promovem a reflexão e a educação sobre os direitos humanos, o Brasil ainda luta para estabelecer um reconhecimento adequado de suas próprias atrocidades. Em Buenos Aires, por exemplo, o Parque de la Memoria serve como um espaço significativo para homenagear as vítimas da repressão, sendo um exemplo significativo do equilíbrio entre desenvolvimento urbano e a memória histórica. Situado à beira do Rio da Prata, homenageia as vítimas da repressão, com esculturas que convidam à reflexão enquanto o parque serve como área de lazer. Além deste que se assemelha com a realidade brasileira, é possível destacar exemplos como o Memorial do Holocausto⁵⁸, em Berlim, que ele é um lembrete contínuo dos horrores da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, promovendo a reflexão sobre as consequências do autoritarismo, preconceito e genocídio. Funcionando também como um espaço educativo, onde visitantes, incluindo estudantes, participam de visitas guiadas e eventos sobre a história do Holocausto, incentivando o aprendizado e o diálogo sobre temas importantes como direitos humanos e justiça social. O memorial está estrategicamente integrado ao tecido urbano da cidade, cercado por áreas comerciais, governamentais e culturais, sendo um marco que contribui para o equilíbrio entre memória e progresso urbano.

Inserções como estas na orla do Guaíba, e nas demais cidades brasileiras não apenas atenderia à necessidade de reconhecimento das vítimas, mas também se alinharia aos princípios do Estatuto da Cidade, que defende uma gestão democrática e a função social da propriedade. Ao promover um espaço que respeite a diversidade e a história da população de Porto Alegre, o memorial ajudaria a confrontar a lógica de um desenvolvimento urbano exclusivamente voltado ao lucro, fortalecendo a preservação da memória como um direito fundamental e necessário para o futuro

⁵⁸ Lugar de Memória que homenageia os seis milhões de judeus assassinados durante o Holocausto, sendo um espaço central de memória para os alemães e o mundo.

da cidade. Demonstrando, assim, que é possível equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação da memória histórica.

Conclusão

A análise do contexto histórico e urbano de Porto Alegre, desde sua formação até a adoção dos modelos de “empreendedorismo urbano” e “citymarketing”, revela as contradições entre ocupar e valorizar a margem do Guaíba como um bem natural e, ao mesmo tempo, degradá-la com aterramentos e intervenções privadas. A memória da Ditadura Civil-Militar na cidade expõe as lacunas existentes na preservação da história e destaca a urgência de um reconhecimento coletivo das violações de direitos humanos ocorridas nesse período. Ao privilegiar os interesses privados e investimentos imobiliários, apenas com o objetivo de apresentar a cidade como um produto, Porto Alegre marginaliza essa memória, negligenciando a importância de criar sítios de memória que ofereçam reconhecimento e reparação simbólica.

Explorar os modelos urbanos adotados na cidade permite compreender que a revitalização da Orla foi realizada de maneira arbitrária em relação às necessidades e anseios da população, gerando contradições com o Estatuto das Cidades. Os projetos existentes e futuros, em especial, da orla, como a construção de uma edificação multifamiliar de alto padrão e da marina pública, escancaram as reais intenções de quais serão as pessoas que poderão ter o privilégio de ocupar o espaço natural da cidade, aprofundando as desigualdades sociais. Percebe-se, também, a diminuição da participação popular nos processos de planejamento, o que contraria os princípios do Estatuto das Cidades. O impacto ambiental dos GPUs nos últimos anos também se manifesta na ocupação de áreas verdes e densificação de construções na orla, agravando os problemas climáticos e deixando a cidade mais vulnerável e suscetível a novos desastres ambientais, como as cheias e as enchentes históricas. Assim, os exemplos de iniciativas bem-sucedidas, como o Parque de la Memoria e o Memorial do Holocausto, demonstram que é possível equilibrar o desenvolvimento urbano com a criação de sítios de memória.

Desta forma, reforça-se a necessidade de um planejamento urbano mais inclusivo, que leve em consideração não apenas o desenvolvimento econômico, mas

também o direito à cidade e à preservação da memória histórica. As implicações dessas análises são profundas: a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva depende do reconhecimento e da reflexão sobre os erros do passado. Porto Alegre tem diante de si a oportunidade de seguir o exemplo de outras cidades e promover uma urbanização que valorize tanto o desenvolvimento quanto a memória, respeitando os princípios de justiça social e histórica. A criação de um memorial na orla do Guaíba, ao preservar a memória das vítimas e promover o diálogo, é um passo crucial para assegurar que o passado não seja esquecido em prol de interesses econômicos. Por fim, é necessário que novas pesquisas explorem como a memória da ditadura pode ser integrada no cotidiano das cidades brasileiras, contribuindo para um diálogo contínuo sobre direitos humanos e justiça social. Somente assim podemos garantir que as lições do passado não sejam esquecidas e que a história não se repita.

Referências

ALFOSIN, Betânia. **O significado do Estatuto da Cidade para a Regularização Fundiária no Brasil**. Rio de Janeiro: Fase 1, 2003.

BARRETA, Jocyane Ricelly. **Arqueologia e a Construção de Memórias Materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)**. Dissertação de Mestrado, Campinas, 2015.

BURIN, Carolina Wolff. **O caso da canalização do arroio Dilúvio em Porto Alegre: ambiente projetado x ambiente construído**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2008.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: Relatório. Volume I. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Lei Federal 10.257/2001 de 10 de julho de 2001**. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

CARNEIRO, Anita Natividade. **Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: educação em direitos humanos a partir dos lugares de memória em uma cidade educadora**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, 2008.

ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinicius de Lara. Lugares de Repressão Política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brasil). In: **IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria**, Buenos Aires, 3 e 5 de novembro, 2016.

FEDOZI, Luciano. A Orla do Guaíba: quais transformações e para quem? **Revista da Astec**, Porto Alegre, v. 22, n. 49, 2022.

FLORES, Moacyr. Origem e Fundação de Porto Alegre. In: DORNELLES, Beatriz. **Porto Alegre em Destaque: História e Cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FLORES, Moacyr. Porto Alegre no século XIX. In: DORNELLES, Beatriz. **Porto Alegre em Destaque: História e Cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GERMANO, Andrea de Oliveira *et al.* **Nota técnica:** avaliação indireta do nível máximo do Guaíba na região central de Porto Alegre entre as estações Cais Mauá C6 e Usina do Gasômetro. Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Porto Alegre, 29 de julho de 2024.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. Golpe Militar e remoções das Favelas Cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, v. 27, n. 1, 2014.

KOEHLER, Rafaela. **O que podemos aprender com a evolução urbana de Porto Alegre.** ArchDaily Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1007992/o-que-podemos-aprender-com-a-evolucao-urbana-de-porto-alegre>. Acesso em 16 jun. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2009 (1968).

MARCUZZO, Francisco Fernando Noronha *et al.* **Nota técnica:** aferição direta e avaliação indireta do nível máximo de rios em estações fluviométricas e marcas de inundação no Rio Grande do Sul na grande cheia de maio de 2024. v. 3. Porto Alegre: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2024.

NETO, Alberi. Há 10 anos, relatório apontou problemas em comportas, muro e casas de bombas da Avenida Mauá. **Zero Hora**, 2024. Porto Alegre. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/grupo-de-investigacao/noticia/2024/07/ha-10-anos-relatorio-apontou-problemas-em-comportas-muro-e-casas-de-bombas-da-avenida-maua-cly33sqo6004801200tn2nwt3.html>. Acesso em 15 set. 2024

RÜCKERT, Fabiano Quadros; PRESTES, Antônio João Dias. A cidade de Porto Alegre e as águas do Guaíba: uma história de “encontros” e “desencontros”. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, 2017.

SANTOS, Rozana Correa; RIBEIRO, Odinei de Souza. A Amazônia entre os anos 1964 a 1970: Apontamentos sobre as primeiras intervenções do autoritarismo. **Somanlu: Revista De Estudos Amazônicos** Manaus, v. 22, n. 1, 2022.

SILVA, Eugênio. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Natal, s. i., n. 2, 2012.

“CANCELADO EN EL CONTI”: Disputas e estratégias para trabalhar memórias traumáticas em espaços memoriais diante da ascensão da extrema direita na América Latina

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; FEDOZI, Luciano Joel. Porto Alegre e sua região metropolitana no contexto das contradições da metropolização brasileira contemporânea? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, 2016.

LEMBRANÇAS DA ÚLTIMA AMIGA: MEMÓRIAS DE MORTE E DE VIDA EM DISPUTA

DOI: 10.5281/zenodo.17741140

Paula Ester Janovitch⁵⁹

Como afirma Philippe Ariès: "a cidade dos mortos é eloquente da cidade dos vivos" (Ariès, 1977, p. 17).

A descoberta dos "cemitérios das polacas", grupo de imigrantes de origem judaica que estavam vinculados ao "tráfico de escravas brancas" (prostituição) para a América, torna-se um tema bastante emblemático na história das grandes cidades latino-americanas, tais como Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo e Cubatão no litoral paulista. Emblema da imigração ainda pouco investigado. Emblema da própria construção da identidade através de um solo comum e indissociável, o cemitério. Lugar da morte e garantia da perpetuidade da vida. Uma forma singular e tocante de preservar valores culturais e religiosos para além dos preconceitos e condição de desenraizamento que este grupo de imigrantes sofreu por estarem sob um duplo estigma, da sua comunidade de origem e da condição de estrangeiros vinculados ao submundo destas cidades.

Esta apresentação busca mostrar, por meio dos lugares de morte deste grupo nas distintas cidades latino-americanas, como estes cemitérios, por sua perpetuidade, tornam-se quadros vivos e eloquentes de suas práticas associativas, ao mesmo tempo em que confrontam estratégias de apagamento e narrativas de invisibilidade e visibilidade em constante trânsito.

A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópole em que uma após outra civilização tem encontrado o seu fim. (Mumford, 1965, p. 15)

⁵⁹ Doutora em História pela Universidade de São Paulo. <http://lattes.cnpq.br/9523019009984340>

Os cemitérios carregam muitas histórias da cidade e das pessoas que viveram nelas. Da busca mais pessoal daqueles que nos precederam, até as mais emblemáticas, aquelas encobertas por apagamentos históricos. Os mortos sempre estão a falar aos vivos.

O cemitério também pode ser por suas dimensões e organização intramuros, uma cidade em miniatura, quase um museu a céu aberto, onde permanecem registros históricos das várias camadas da “cidade dos vivos”, do território urbano. Ao mesmo tempo, por acumular histórias e estas estarem catalogadas e organizadas por setores, quadras e sepulturas, eles também são irmãos inseparáveis dos arquivos.

“Quer procurar a história de alguém? Comece pelos cemitérios”, foi este o conselho que um corretor de imóveis me deu num arquivo público da cidade de São Paulo.

Foi por meio destas premissas básicas que percorri, ao longo de 24 anos, vários cemitérios destes imigrantes de origem judaica vinculados à prostituição. Por serem estigmatizados em participaram do mundo dos divertimentos, suas histórias foram invisibilizadas no espaço urbano.

Há que se chamar os arquivos judiciários, da saúde e da promoção social para construir narrativas que os recolquem na cidade dos vivos. A partir destes fundos, a história dos vários grupos estigmatizados, é sempre reconstruída de forma fragmentária e indireta, na leitura transversal dos registros que em sua maioria servem para reafirmar lugares fixos e cristalizar identidades. Entretanto, como afirma Schettini (2006, p. 23): “[...] são nos silêncios, lacunas destas fontes que podemos imaginar a vida de homens e mulheres que não produziram suas histórias de próprio punho.”

Já os cemitérios são de fato fontes diretas do coletivo que os cria, um livro aberto para um sempre futuro planejado sobre o passado. Às camadas de histórias que se acumulam dentro deles, formando um acervo com fundos e mais fundos de vidas passadas, soma-se sua perpetuidade no tempo e no espaço. Se no século 19, os cemitérios a céu aberto ocupavam lugares distantes da cidade por questões de salubridade, estes lugares, à medida que os centros urbanos foram crescendo, passaram a ficar mais próximos, dentro das cidades.

Integrados ao meio urbano, também podem ser compreendidos como marcos dos seus limites históricos, o lugar de onde partimos para falar dos vivos. Desta maneira, gostaria de começar a apresentar as histórias destes cemitérios e suas singularidades a partir do cemitério israelita do Butantã em São Paulo, por ser ele o ponto de partida que me levou aos outros cemitérios deste mesmo grupo, em Cubatão, no Rio de Janeiro e na Argentina, na cidade de Avellaneda.

As polacas do setor N/Q136 do cemitério israelita do Butantã

Meu percurso pelos “cemitérios das polacas” começa no ano 2000, em São Paulo, quando participei da reinauguração de túmulos de aproximadamente 213 sepultados no cemitério do Butantã que foram trasladados do seu cemitério original, no bairro de Santana, em 1970, por conta de um processo de desapropriação da prefeitura de São Paulo a fim de aumentar o cemitério público do bairro, o “Chora Menino”.

O motivo da reinauguração destas sepulturas, que já estavam no Butantã há mais ou menos 30 anos, me pareceu muito emblemático à época. As sepulturas estavam sem nomes desde o traslado de um cemitério para o outro. A reinauguração do ano 2000 celebrava a recolocação dos nomes.

Os motivos desta omissão de nomes, desde os anos de 1970, parece estar associada aos anos de ditadura militar. Muito provavelmente o desaparecimento da lista com os nomes teve a intenção de manter sigilo sobre o grupo de imigrantes vinculados à prostituição que passaram a integrar o cemitério israelita do Butantã.

No mesmo período, o governo militar brasileiro também se utilizou dos cemitérios para esconder corpos e omitir identidades. Não muito longe do cemitério israelita do Butantã, na região noroeste da capital paulista, nos anos de 1990, foi descoberta a vala clandestina de Perus, no cemitério Dom Bosco, um dos grandes segredos da ditadura dos anos de 1970. Nas palavras de Amelinha Teles para o livro de Camilo Vannuchi (2020):

Ali foram encontrados mais de mil sacos com ossadas de militantes políticos perseguidos pelo DOI-Codi, a terrível força paramilitar organizada pelo Estado brasileiro para perseguir opositores, e de indivíduos enterrados como indigentes, muitos deles vítimas da ação violenta de policiais e de grupos de extermínio.

Contextualizado ao momento, a omissão dos nomes das 213 sepulturas do setor N do cemitério israelita do Butantã, dispostas em quatro fileiras de concreto, nem de crianças e nem de adultos, correspondia a uma maneira e um lugar de esconder corpos comum no período. As sepulturas do setor N/Q136 ficaram ali por trinta anos suspensas no tempo: sem passado, nem presente e muito menos futuro.

Nos anos 2000, eu trabalhava como pesquisadora no Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo e coordenava o inventário dos cemitérios públicos da cidade. Na imprensa, divulgavam a descoberta de um outro cemitério israelita em Cubatão, no litoral paulista. Algo totalmente inacreditável: o que um cemitério israelita estaria fazendo numa das cidades brasileiras considerada como uma das mais poluídas do país?

A publicação do mestrado da historiadora Beatriz Kushnir, *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição, as Polacas e suas associações de Ajuda Mútua* (1996), revelava um quadro mais amplo destes cemitérios e da rede associativa deste grupo de imigrantes vinculados à prostituição.

Até então a versão, quase unânime, era que estes imigrantes, por meio de redes de máfias organizadas na Europa e na América Latina, traziam mulheres de origem judaica, que vinham muito jovens e enganadas por promessas de casamento. Nas cidades de Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santos e em São Paulo, sua presença sempre esteve vinculada a uma série de notícias do tráfico de escravas brancas e de cafetões estrangeiros, com destaque para os de origem judaica.

Inúmeros foram os ensaios jornalísticos, a produção ficcional que abordou a vida deste grupo por meio desta versão que se cristalizou ao longo do século XX e ainda se faz presente no cinema e nos novos romances publicados no século XXI. Por mais que as pesquisas históricas mostrem novos caminhos e problematizem esta única versão da história deste grupo, a vitimização das mulheres que vieram, assim como a demonização dos homens do mesmo grupo, parece ser muito mais atraente e verossímil do que o que vem se problematizando por meio de registros de imigração, certidões de óbitos, atas das associações do grupo e da eloquência dos próprios cemitérios. Nem todas as mulheres vieram através do tráfico. Nem todas eram judias. Nem todas eram jovens. E, finalmente, nem todas vinham enganadas.

Estes cemitérios, pouco abordados como fundos produzidos pelo próprio grupo, são registros de um “lugar de fala”. Foi onde, por conta da exclusão dos

cemitérios e sinagogas da comunidade judaica oficial, estes imigrantes criaram para si um mundo próprio, que lhes garantiu as práticas religiosas, a seguridade social e também uma “última morada”.

O setor N/ Q136 do cemitério israelita do Butantã ainda guarda uma unidade identitária do cemitério pretérito do grupo original de Santana, fundado em 1930. A omissão dos nomes foi a maneira que nos anos de 1970 os representantes da comunidade judaica encontraram a fim de dar solo sagrado ao grupo, mas não integrá-los à história da comunidade judaica de São Paulo. Caiu por terra no ano 2000, quando uma outra lista foi encontrada com minha colaboração nos arquivos da prefeitura de São Paulo e a própria Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo organizou um ritual de nomeação das lápides. A partir do ano 2000, com nomes próprios, este grupo recuperou suas identidades e a vida voltou à “cidade dos mortos”.

Ao longo dos últimos anos, as quatro fileiras da quadra 136 já tiveram mudanças relevantes. Uma das campas de concreto foi alterada para outra de granito preto. Muito provavelmente um amigo ou parente pôde identificar a sepultura e alterá-la. E no ano de 2023, todas as campas de concreto foram substituídas por um gramado que se integra ao paisagismo do cemitério.

Abaixo das sepulturas do setor N quadra 136, uma longa fileira, que sempre teve nomes, mantém registros das lápides do cemitério israelita de Santana, assim como das singulares epígrafes que atestam as práticas associativas deste grupo: “lembranças de suas amiguinhas, lembranças da sociedade, Homenagem da Associação, Saudades de sua irmã.”

Esta fileira com nomes, fragmentos de lápides do cemitério pretérito e ainda com inscrições típicas da forma associativa do grupo, são de pessoas que foram reconhecidas por familiares e/ou amigos que, nos anos de 1970, identificaram seus mortos e assumiram o traslado de um cemitério para o outro por conta própria.

A escolha do lugar, logo abaixo das quatro fileiras da quadra 136, muito provavelmente se deu, de um lado, pela administração do cemitério israelita do Butantã oferecer aos familiares e/ou amigos terrenos naquela fileira por um custo bem mais baixo. Por outro lado, para aqueles que reconheceram seus mortos, se a ideia de proximidade fosse apenas a marca do estigma e de exclusão, talvez mesmo com baixo custo, muitos desejariam colocar seus entes em outros locais do mesmo

cemitério ou fora dele. Não foi o que ocorreu, a escolha dos vivos, em sua maioria, foi manter seus mortos vinculados ao grupo do setor N/Q136.

Considero esta fileira abaixo da quadra 136 como um cordão de inclusão do grupo que, mesmo no deslocamento de um cemitério para o outro, mostrou que a unidade identitária não se perdeu, mesmo com o fim do cemitério original e a omissão de nomes.

Para os vivos, o que me parece que se estabeleceu aqui foi um instigante caminho para pensarmos que exclusão/inclusão não são termos que necessariamente se opõem.

Cemitério israelita de Cubatão/Santos, litoral paulista

O cemitério israelita de Cubatão, diferente do que ocorreu em São Paulo, manteve-se íntegro, apesar de ter sido removido, junto com o cemitério público de Cubatão do pé da Serra do Mar, para os limites da cidade, de onde se pode ver a estrada Piaçaguera, via que liga a Serra do Mar com o balneário turístico paulista.

O cemitério israelita de Cubatão original é de 1929, quando ainda pertencia à cidade de Santos. O deslocamento dos dois cemitérios se deu entre 1951 e 1952. Foram transferidos por conta da instalação da Refinaria da Petrobras naquele local.

O que singulariza muito mais este cemitério israelita de Cubatão é que a comunidade judaica de Santos nunca teve um cemitério próprio no litoral. A partir do momento em que se deu abertura em São Paulo do primeiro cemitério israelita da Vila Mariana, em 1920, era comum que os enterramentos fossem feitos na cidade de São Paulo, já que numericamente a presença judaica no estado não era expressiva. Além do que, adquirir um cemitério próprio, envolvia muita burocracia e custos financeiros altíssimos.

Mas por que este grupo de imigrantes, vinculados à prostituição, não fez o mesmo, já que em 1930 ocorreu abertura de um cemitério israelita em São Paulo, no bairro de Santana?

O cemitério israelita de Cubatão parece ter sido aberto um pouco antes do de São Paulo. Talvez o empenho do grupo foi tentar a abertura em ambas as cidades, já que eram excluídos dos cemitérios da comunidade mais ampla, o que também demonstra a importância e a urgência de obterem um solo judaico para seus mortos.

Em São Paulo, outro fato chama atenção. Num mesmo período ocorreu a abertura de dois cemitérios da mesma comunidade, o que não foi ignorado pela prefeitura quando se deu o pedido de abertura do segundo cemitério israelita, de Santana, em 1930. A autorização da prefeitura ocorreu com a justificativa de que este cemitério tinha como característica um grupo de imigrantes de origem judaica ligados à prostituição, o que os excluía da “qualidade de israelitas” nos estatutos do cemitério israelita de Vila Mariana inaugurado dez anos antes.

Já em Cubatão, o cemitério israelita seguiu no seu segundo deslocamento junto com o cemitério público da cidade, onde permanece até os dias de hoje. Em 1949, momento em que Cubatão se emancipou de Santos, o cemitério israelita passou a pertencer ao município de Cubatão.

Nos anos de 1970, o cemitério israelita de Cubatão se encontrava em total abandono. A Sociedade Beneficente e Religiosa Israelita, que lhe dava manutenção, havia sido dissolvida. Naquele momento, a prefeitura de Cubatão mandou correspondência para a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo sugerindo “[...] a remoção dos túmulos de israelitas para um dos cemitérios de São Paulo – na mesma época em que a questão do traslado dos túmulos da Consolação e os de Santana – mas, foi decidido adiar uma decisão e estudar o assunto em outra ocasião” (Cytrynovicz, 2008, p. 100).

Novamente a diretoria da Sociedade Cemitério Israelita se viu envolvida com outro “cemitério de exclusão”. Porém, neste caso, o cemitério não foi removido, ficou abandonado por duas décadas, apesar do poder público de Cubatão tentar por várias vezes que a diretoria da Sociedade Israelita de São Paulo encontrasse uma solução.

No início dos anos de 1990, Evania Alves, uma estudante de história e moradora de Cubatão, escolheu como tema de conclusão do curso de graduação abordar um patrimônio histórico de sua cidade, e o patrimônio escolhido foi o cemitério israelita de Cubatão. Disse ela, em depoimento para mim, que escolheu o cemitério israelita por ser um outro caminho para falar de sua cidade, já que Cubatão sempre se destacou por seus altos índices de poluição.

Evania queria, com isso, deslocar o estigma da cidade mais poluída do Brasil para outros registros mais afirmativos, que levassem a ampliar a paisagem histórica e cultural de Cubatão. Não deixa de ser interessante que o estigma que levou à

existência de um cemitério israelita em Cubatão, pudesse gerar para a cidade, com fama de altos índices de poluição, um caminho mais afirmativo de sua história.

A historiadora fez um levantamento minucioso das sepulturas, dos bancos e das placas do cemitério, além de registros fotográficos do cemitério ainda em ruínas. Hoje, este parece ser um dos poucos documentos de como era este cemitério antes do seu primeiro restauro.

Em 1996, a Sociedade Israelita de São Paulo assumiu a administração deste cemitério e fez a primeira obra de restauro nele. Este restauro foi executado de maneira muito precária. Transformou o piso do cemitério numa eterna orla da praia, tal qual o cemitério público de Cubatão. Já as sepulturas, muitas em ruínas, tiveram partes quebradas ou não identificadas, cuja solução foi enterrar em baixo das próprias lápides.

No ano de 2012, o Patrimônio histórico de Cubatão resolveu tombar este cemitério a fim de integrá-lo ao patrimônio histórico da cidade e ampliar o turismo local.

Desde 1996, foram feitos três restauros neste cemitério. E a cada restauro, uma nova inauguração em que políticos locais de Cubatão se juntavam à Sociedade de Cemitério Israelita de São Paulo a fim de dar visibilidade efêmera a um patrimônio que, por conta das intempéries ambientais e a forma precária de manutenção, acabaram não correspondendo aos interesses turísticos e culturais da cidade e nem ao cuidado digno com os sepultados e suas memórias, responsabilidade que a Sociedade de Cemitério Israelita de São Paulo assumiu nos anos de 1990.

Parece interessante também perceber quão diversas foram as decisões tomadas pela Sociedade de Cemitérios Israelita nos anos de 1970 em relação aos cemitérios deste grupo em Santana, São Paulo e Cubatão, no litoral paulista. E, em anos mais recentes, quando esta mesma Sociedade propôs que as 70 sepulturas deste cemitério fossem removidas para um novo cemitério israelita em São Paulo localizado no Embu, num setor que eles definem como um memorial.

Porém, a proposta de remoção das sepulturas de cemitério de Cubatão para o Embu, mantendo os nomes e as lápides, produziria um outro apagamento de memória deste grupo ao retirá-lo de seu lugar de pertinência. Seria algo muito

semelhante ao que ocorre quando documentos de um determinado acervo são vendidos ou enviados a um arquivo que os recebe sem colocá-los num mesmo fundo.

Tempos outros, disputas diversas. A prefeitura de Cubatão, ao tombar o cemitério israelita em 2012, integrava-o definitivamente à cidade, impedindo qualquer remoção por parte de sua mantenedora paulista.

Por outro lado, o tombamento não resguardou o “fundo” da possibilidade de desaparecimento. A não remoção das sepulturas, por conta do bem ser tombado, manteve uma prática de restauros provisórios, que de fato aponta para o futuro incerto deste cemitério.

Cemitério israelita de Inhaúma, no “Rio profundo”

No Rio de Janeiro, o cemitério israelita das “polacas” fica no bairro de Inhaúma, no “Rio profundo”, zona norte da capital carioca. Em 1997, depois de visitar o cemitério israelita de Cubatão, fui conhecer o de Inhaúma.

Por ter sido a Capital Federal do país, foi a cidade em que a prostituição estrangeira teve grande destaque entre as capitais brasileiras. A barulhenta Praça Onze, na área central do Rio, assim como o famoso Mangue, zona de prostituição carioca, pintado e cantado em versos por reconhecidos artistas como Manuel Bandeira, Di Cavalcanti, Portinari e Lasar Segall, foram lugares em que a prostituição estrangeira se fez presente na história noturna do Rio de Janeiro.

Já o cemitério israelita de Inhaúma, inaugurado em 1916, não teve o *glamour* que o Mangue teve na “cidade dos vivos”. Logo à sua inauguração, uma publicação anônima no jornal O País, intitulada “Festa Macabra – os exploradores do judaísmo”, dava o clima sensacionalista que rodeava o surgimento deste cemitério.

“A descrição da ‘festa macabra’”, realizada pelo jornal misturava num mesmo caldeirão todas as referências usualmente feitas ao fenômeno do tráfico de escravas brancas” a rituais judaicos macabros. O autor do artigo ainda se referia

a uma possível cerimônia de inauguração do campo santo, no qual um carneiro sacrificado foi enterrado, seguindo-se a uma distribuição de doces e bolos e a um leilão de cargos beneméritos da Associação, mediante pagamento que reverteria para a construção das instalações do cemitério (Kushnir, 1996, p. 111).

Repleto de estigmas e preconceitos presentes na imprensa que desde final do século XIX denunciava a prática do tráfico de escravas brancas por cafetões e organizações judaicas mafiosas, a inauguração do cemitério tornou-se mais um capítulo dos eventos que tomavam a vida da comunidade judaica em geral.

De um lado, a comunidade mais ampla buscava se distanciar deste grupo de imigrantes a fim de que os estigmas não reverberassem na vida de todos os judeus recém-chegados. De outro, as denúncias sobre o tráfico de escravas brancas tinham sua origem no próprio antissemitismo europeu.

Caso exemplar no Rio de Janeiro é de Ferreira da Rosa, que, em 1896, escreveu no jornal *O País* uma série de reportagens sobre “o caftismo e a prostituição no Rio de Janeiro”, depois reunidas no livro “*O Lupanar*”. Todos os textos referem-se ao “caften” associado à sua “identidade judaica”: “O judeu vive por toda a parte e multiplica-se por toda parte. De oito a nove milhões de indivíduos que se acham espalhados pelo mundo, e submissos a Israel, a América já conta mais de meio milhão” (Ferreira da Rosa, 2015, p. 14).

No Rio de Janeiro, a aquisição do cemitério do grupo vinculado à prostituição, em 1916, se antecipou ao da comunidade mais ampla. Até então, todos enterramentos eram feitos no cemitério do Caju, São João Batista ou dos Ingleses em quadras separadas e conforme a religião judaica. Como afirma Kushnir, as prostitutas e os suicidas eram enterrados próximo aos muros.

A fim de saírem desta condição de exclusão, o grupo vinculado à prostituição buscou para si um cemitério próprio na cidade e o adquiriu a partir da concessão governamental em uma área anexa ao cemitério municipal de Inhaúma.

A comunidade judaica mais ampla não reconheceu o cemitério de Inhaúma. Porém, na disputa por um campo santo, os “excluídos” permaneceram dentro do Distrito Federal, enquanto os outros, a comunidade mais ampla, só quatro anos depois adquiriram um cemitério próprio em outro município, na Vila Rosali. Diferente da capital paulista, foi negada a presença de dois cemitérios israelitas no Rio de Janeiro.

Sintomático dos mecanismos de exclusão e produção de estigmas, o caso carioca de que os “excluídos” adquiriam primeiro o seu cemitério a fim de buscarem uma solução para os preceitos que estabeleciam que estes fossem enterrados próximos aos muros, sinaliza novamente para outros parâmetros de interpretação

quanto às dinâmicas que se estabelecem entre exclusão e inclusão. Ou seria melhor indagarmos: o que da exclusão pode se reverter numa inclusão do próprio grupo? É possível separar os dois termos?

O cemitério de Avellaneda, Buenos Aires: “puros” X “impuros”

O último cemitério deste grupo pode ser considerado o maior e mais na América Latina. Ele se localiza em Avellaneda, uma cidade na área metropolitana da grande Buenos Aires.

Desde meados do século XIX, o maior fluxo de imigrantes vinculados à prostituição tinha como rota Buenos Aires. De passagem, ficavam em número menor em Santos, São Paulo, Rio de Janeiro e Montevideo.

Em 1890, conforme Kushnir, a comunidade judaica buscava um cemitério para seus enterramentos. Havia dois grupos, o que foi reconhecido como oficial, dos sionistas, asquenazes e sefaradim, e aqueles que participavam do comércio da prostituição. Eram os “puros” X os “impuros”. Os “impuros” constantemente tentavam participar da vida comunitária oficial acenando com recursos financeiros. Por conta disso, asquenazes e sefaradim se uniram a fim de terem recursos suficientes e evitar a integração dos “impuros”.

O resultado foi que ocorreu uma divisão dentro da comunidade judaica oficial, e, nas palavras de Milerman (1987), citado por Kushnir (1996, p. 73), “a separação entre pureza e impureza se ampliou até os mortos”.

Em 1906, quem adquiriu uma área para um cemitério judaico na cidade de Avellaneda foram os “impuros” por terem recursos financeiros suficientes para isso. Já os sefaradim resolveram comprar uma parte desta área e até hoje é possível ver o muro que separa os dois cemitérios.

Para quem vai visitar o cemitério dos “rufiões” ou “impuros”, como ficaram conhecidos, não existe nenhum acesso, ele está totalmente murado. Ao entrar pelo cemitério dos sefaradim, percebe-se um muro que separa os dois cemitérios. É proibido se aproximar do muro e tirar fotos.

Do alto das casas vizinhas ao cemitério dos “impuros”, o guia turístico e morador de Avellaneda, Daniel Pena (2007), conseguiu fazer alguns registros e soube com os vizinhos mais antigos que este cemitério já passou por algumas

alterações e tentativas de destruição. Uma das ruas que faz limite com seus muros avançou na área do cemitério, não tiveram nem o cuidado de retirar os sepultados que estão literalmente embaixo do calçamento.

Em uma interpretação espacial, o cemitério dos “impuros” se encontra fechado e abandonado por fora pelo Estado e por dentro pela própria comunidade de judeus sefaradim. Não há acesso físico e nem parece haver disponibilidade do grupo dos sefaradim em assumir a manutenção do cemitério que lhes deu origem. Muito semelhante ao que ocorreu em São Paulo, onde o setor N/Q136 passou a integrar o cemitério israelita da comunidade em geral, porém com a omissão de nomes até o ano 2000.

A história destes vários cemitérios e seus deslocamentos no espaço e no tempo revelam essa memória coletiva fragmentária, mas em constante transformação a que se refere Mauricio Halbwachs (1990, p. 131): “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”.

As dinâmicas dos quatro cemitérios aqui expostos parecem construir entre si uma compreensão possível dos processos de apagamento e disputas de memória que mostram de fato a potência dos cemitérios como espaços eloquentes das dinâmicas que se estabelecem nos diversos territórios num diálogo permanente entre vivos e mortos.

Bibliografia

ALVES, Evania Martins. **O cemitério israelita em Cubatão**: um capítulo da história dos judeus na baixada santista, 1930-1967. Monografia (Graduação em História), Unisantos, 1991.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da idade média aos nossos dias Brasil RJ: Editora Francisco Alves, 1977.

CYTRYNOVICZ, Roney. **Associação Cemitério Israelita de São Paulo, 85 anos**. São Paulo: Narrativa um, 2008.

FERREIRA DA ROSA, Francisco. **O Lupanar**: estudo sobre o caftismo e a prostituição no Rio de Janeiro. USA Middleton: 2015 (1923).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990 (1950).

JANOVITCH, Paula Ester. Polacas: memórias em disputa. **Revista Observatório Judaico**, v. 2, 2019. Disponível em <https://www.facebook.com/ObservatorioJudaico/>.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras**: mulheres judias e prostituição. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

PENA, Daniel Eugenio. **Cementerio de rufianes y prostitutas**: mi experiencia. Daniel Pena, simbologia, 04/11/2007. Disponível em: <https://danieleugeniopena.blogspot.com/2007/11/cementerio-de-rufianes-y-prostitutas-mi.html>

SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhas teu corpo**: uma história da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

VANNUCHI, Camilo. **Vala de Perus**: uma biografia. São Paulo: Alameda, 2020.

SITIOS DE MEMORIA Y CONCIENCIA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS: SOBRE LOS MUSEOS DE LA MEMORIA COMO ELABORACIÓN DEL PASADO ⁶⁰

DOI: 10.5281/zenodo.17741148

Giovane Rodrigues Jardim⁶¹

Introducción

El término «sitios de memoria y conciencia» permite incluir una serie de iniciativas, no necesariamente estatales, que se refieren tanto a lugares donde se produjeron graves violaciones de los derechos humanos como a otros espacios resignificados, vinculados no tanto a lo que allí ocurrió, sino a la experiencia que se aporta en el presente. En este sentido, puede designar un espacio donde tuvo lugar el dolor y el sufrimiento, o un espacio para la expografía y/o la pedagogía de la memoria. La Coalición Internacional de Sitios de Conciencia (ICSC), a su vez, define un sitio de conciencia como un lugar de memoria relacionado con recordar y preservar, conectando el pasado y el presente en términos de derechos humanos (ICSC, 2024).

En este contexto, proponemos en los museos de la memoria, que en el Cono Sur tienen similitudes en cuanto a ser también políticas públicas de memoria. Así, en la región se solicitaron y crearon cinco instituciones museológicas que se autodenominan museos de memoria, a saber: Museo de la Memoria (Rosario/Argentina); Museo de la Memoria: Dictadura y Derechos Humanos (Asunción/Paraguay); Centro Cultural Museo de la Memoria (Montevideo/Uruguay); Museo de la Memoria y los Derechos Humanos (Santiago/Chile); Museo de Sitio de la Memoria ESMA (Buenos Aires/Argentina).

⁶⁰ Este trabajo fue realizado con el apoyo del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Sul (IFRS), y con el apoyo de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior - Brasil (CAPES) – “Código de Financiamiento 001”.

⁶¹ Doctor en Memoria Social y Patrimonio Cultural (UFPEL); Pasantía doctoral en la Escuela Política y Gobierno de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Profesor en IFRS *campus* Erechim. Correo electrónico: giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br.

En este sentido, se implementaron diversas políticas de memoria pública por parte de los Estados, con diferentes dimensiones. En este trabajo proponemos pensar los museos de la memoria como un concepto abierto, ubicándolos en una perspectiva más amplia sobre lo que es un museo y sobre el patrimonio. Por eso, es importante delinear los museos de la memoria como instituciones plurales que parezcan resaltar la necesidad de reconocimiento y rendición de cuentas como acción del Estado con miras a la no repetición, interconectando así memoria, verdad, justicia y reparación en una política pública de memoria híbrida, es decir, que es simbólica, reparadora y de justicia.

1. Los museos de la memoria en el Cono Sur

La tarea que proponemos se restringe a un esbozo de aspectos generales de estos cinco museos de la memoria en el Cono Sur, aportando así información sobre los mecanismos legales de su creación y, por ende, el reconocimiento por parte del Estado del lugar/espacio en el que actualmente se encuentran instalados, y de las actividades y servicios disponibles. Y así, si bien presentamos a los museos de la memoria en el Cono Sur como una importante política de memoria pública, siempre es importante tener presente la advertencia de Bauer (2018, p.530) de que *“la simple existencia de políticas de memoria pública en una sociedad determinada no quiere decidir nada sobre la calidad de estas iniciativas”*. Por lo tanto, es importante esbozar elementos que permitan al lector calificar estas cinco iniciativas en términos de sus perspectivas y desafíos, especialmente en relación con lo que cada una propone en contextos que, si bien son cercanos y comparten regímenes autoritarios que se articularon entre sí, también presentan diferencias en términos de los distintos procesos de transición y consolidación democrática.

1.1 Del reconocimiento por parte del Estado

Existen múltiples instrumentos jurídicos que sustentan la creación de estas instituciones museísticas, así como diferentes trayectorias y la mayor o menor participación de la sociedad civil en la determinación de los objetivos y metas

establecidas, así como las opciones de expografía y servicios puestos a disposición. Son cinco instituciones museísticas denominadas museos de la memoria, establecidas en la región entre 1998 y 2015, cuyas respectivas creaciones representan el reconocimiento por parte del Estado no sólo de graves violaciones cometidas en el pasado reciente no democrático, sino también de que las luchas por la memoria son temas del presente y que las violaciones afectan a toda la comunidad.

1.1.1 Museo de la Memoria de Rosario

En Argentina, en 1998, la Municipalidad de Rosario (en la Provincia de Santa Fé) creó el primer museo de la memoria en la región del Cono Sur. Una institución museística en la que la municipalidad reconoce las graves violaciones a los derechos humanos cometidas por el Estado. La Ordenanza núm. 6.506, de 10 de marzo de 1998, creó, dentro de la estructura de la Secretaría de Cultura, el Museo de la Memoria, presentando, entre otras justificaciones, la necesidad de validar y honrar el dolor de las víctimas como emblema de reconocimiento incuestionable de la condición humana. condición, como apuesta de la humanidad por la vida frente al horror (ROSARIO, 1998). El artículo primero crea el Museo de la Memoria y lo señala como “destinado a reconstruir, proteger y cultivar la memoria colectiva sobre los horrores del terrorismo de Estado que azotó a la Argentina entre 1976 y 1983” (ROSARIO, 1998, p. 1). La ordenanza no es sólo un instrumento legal a través del cual el Concejo Municipal de Rosario crea una institución museística, sino que también es un marco conceptual sobre la memoria y la responsabilidad del Estado por su pasado, sobre todo, por la perspectiva de que hechos similares no vuelvan a suceder.

1.1.2 Museo de la Memoria: Dictadura y Derechos Humanos

En Paraguay, el hallazgo del *Archivo del Terror*, en 1992, y los trabajos de investigación que siguieron en los años siguientes, tienen una estrecha conexión con la instalación, 13 años después, del Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos en Asunción, que tiene como uno de sus pilares brindar a los ciudadanos

acceso a documentos para generar conciencia. En el folleto publicitario del proyecto “Conocer para comprender, comprender para construir la cultura de Paz”, se presenta la propuesta del museo de la memoria como una forma de “Extender el conjunto documental [...] a un entorno físico y digital que permita el acceso de la ciudadanía de una sencilla y elocuente” (FUNDACIÓN CELESTINA PÉREZ DE ALMADA, 2004, s/n). En Paraguay, la Ley n. 2.225, de 11 de septiembre de 2003 (PARAGUAY, 2003), que crea la Comisión Nacional de la Verdad y la Justicia, dispone, en su artículo séptimo, que trata de la composición de dicha comisión, entre otros miembros, tres que trabajan por la memoria histórica, y menciona la creación del Museo de la Memoria. Aunque no aborda la creación de un museo de la memoria, al mencionar su creación, terminó permitiendo comprender y sustentar la existencia de un museo de la memoria en Paraguay; y es desde esta perspectiva que, por decisión judicial, en el año 2005, se habilita un espacio donde se instala el museo, propuesto por la Fundación Celestina Pérez Almada, que ya realizaba exposiciones temporales e itinerantes desde 2002. En 2006 se firmó un convenio con el Ministerio del Interior de Paraguay, tras el cual el museo de la memoria queda permanentemente abierto al público.

1.1.3 Centro Cultural Museo de la Memoria

En Uruguay, en 2006, el Departamento de Montevideo creó, dentro de la estructura administrativa de la Intendencia de Montevideo, el Centro Cultural Museo de la Memoria (MUME). Así, mediante la Resolución no. 4.170, de 17 de octubre de 2006 (MONTEVIDEO, 2006), en el contexto de la reorganización de su Estructura Orgánica, en su Servicio de Artes y Letras, se creó el museo de la memoria para promover la paz, los derechos humanos, la memoria histórica, la libertad y la justicia social de manera participativa. La institución museística cuenta con el apoyo de una asociación, la Asociación Civil de Amigas y Amigos del Museo de la Memoria, creado en el contexto de la fundación del museo y que reúne a varias organizaciones, actuando de acuerdo con el Estado. El documento fundacional y marco conceptual, difundido en octubre de 2006, permite situar aspectos fundamentales, como una institución museológica con el propósito de contribuir a la comprensión de las causas y orígenes que hicieron posible el dolor y sufrimiento infligidos por el Estado,

así como, evitar que vuelvan a ocurrir, y preservar evidencia para posibles acciones legales. En este sentido, el Centro Cultural Museo de la Memoria tiene por objeto: “1) establecer los mecanismos que llevaron a la práctica de actos aberrantes, para evitar su repetición. 2) Preservar las pruebas para posibles acciones legales” (MUME, 2016, p. 6).

1.1.4 Museo de la Memoria y los Derechos Humanos

En Chile, el primer museo de la memoria nacional del Cono Sur fue creado en Santiago en 2010. El Museo de la Memoria y Derechos Humanos fue anunciado en 2007, siendo inaugurado en enero de 2010 como respuesta a las demandas de organizaciones de derechos humanos y organizaciones de familiares y como espacio para sus archivos declarados “Memoria del Mundo” por la UNESCO. El museo de la memoria se desarrolló como un espacio para visibilizar las violaciones cometidas por el Estado, dignificar a las víctimas y sus respectivas familias y estimular la reflexión y el debate sobre la importancia del respeto y la tolerancia, para que hechos como este no vuelvan a ocurrir (MUSEO DE LA MEMORIA Y DERECHOS HUMANOS, 2022). Su creación responde a las recomendaciones de la Comisión Nacional de la Verdad y la Reconciliación (*Informe Rettig*) de 1991, con el fin de ofrecer a las víctimas y sus familiares una reparación simbólica. Si bien se trataba de una demanda de organizaciones de derechos humanos en Chile, algunos críticos señalaron que no se contemplaba la creación de una institución estatal, ni nacional, y también sorprendieron que fuera administrada por una institución privada, no gubernamental. corporación con fines de lucro (STERN *et al.*, 2016).

1.1.5 Museo de Sitio Conmemorativo ESMA

En Argentina, en 2015, se creó el segundo museo de la memoria en el país, también museo nacional, y el último de la región hasta entonces. El Museo Sitio de Memoria ESMA, en Buenos Aires, se ubica dentro de una política pública más amplia de memoria en términos de ser y pensar en un espacio para la memoria y la promoción de los derechos humanos , iniciada hace más de diez años, compartida por diversas instituciones estatales y organizaciones y entidades de la sociedad civil;

y, por tanto, se presenta en el contexto de la búsqueda de un proyecto común entre los integrantes que gestionan este organismo público para la recuperación, mantenimiento y visitación del sitio de la memoria en el ex Casino de Oficiales. Así, integrando representantes del gobierno nacional, de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, se comenzó a discutir el Museo Sitio de Memoria ESMA en 2013, y mediante Decreto Nacional n. 1.133, de 23 de junio de 2015 (ARGENTINA, 2015), fue creado como un organismo descentralizado de la Secretaría de Derechos Humanos y del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, con el propósito de “difundir y transmitir [...] los hechos a víctimas de Terrorismo de Estado, ocurrido en el contexto físico de su detención; así como sus antecedentes y consecuencias” (ARGENTINA, 2015, s/p).

1.2 Sobre el lugar donde están instalados

La relación entre memoria y lugar es un punto inquietante, en palabras de Schmucler (2019, p. 536), y se relaciona con la misma cuestión entre memoria e historia, es decir, respecto de los usos públicos de los sitios históricos para la transmisión de la memoria. La cuestión es que a la memoria no le faltan, como a la historia, pruebas. En este sentido, así como el mantenimiento de los lugares donde se produjeron torturas y encarcelamientos es fundamental para los procesos judiciales, para la reparación material y jurídica de las víctimas y sus familiares y para la búsqueda e investigación de los aún desaparecidos, también lo es para la representación y comunicabilidad en términos pedagógicos, educativos y culturales.

De los cinco museos de la memoria analizados, sólo dos están ubicados en sitios donde se cometieron violaciones de derechos en las últimas dictaduras cívico-militares, a saber, el Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos y el Museo Sitio de Memoria ESMA. El Museo de la Memoria y el Centro Cultural Museo de la Memoria se encuentran en edificios considerados históricos y a los que se les han dado nuevos significados, pero que no fueron lugares de encarcelamiento clandestino y tortura, y el Museo de la Memoria y Derechos Humanos fue creado en un nuevo edificio, construido para su instalación.

1.2.1 Museo de la Memoria

En la esquina de las calles Córdoba y Moreno, diagonal a la Plaza San Martín, en el centro de Rosario, se instala desde 2010 el Museo de la Memoria, en un edificio donde, entre 1960 y 1982, estuvo la sede de la Comandancia de la II Cuerpo de Ejército (Figura 2). Conocida originalmente como Casa de los Padres, la mansión fue construida en 1928 y utilizada como residencia familiar hasta finales de los años 1940, cuando fue adquirida por el Ejército Argentino. Fue un lugar que se convirtió en destino de familiares y conocidos de personas arrestadas y desaparecidas, donde buscaban noticias e información durante el período de represión. Desde 1983 tuvo diversos usos, hasta 2010, cuando culminó su proceso de expropiación y se hizo posible la instalación definitiva del museo de la memoria que se había creado 12 años antes. La institución fue instalada temporalmente en otro espacio, pues, si bien una Ley Provincial, desde abril de 2002, determinó la expropiación del inmueble, recién en 2010 pudo ser ocupado por el Museo de la Memoria (Figura 01).

FIGURA 01: Museo de la Memoria (Rosario)



Fuente: Colección del autor (2022).

El edificio no era un lugar de prisión clandestina ni de tortura, sino un lugar de burocracia, documentos, reuniones, presencia y representación militar en el centro de la ciudad y desde donde, a partir de lo descubierto, se tomaban decisiones y coordinaba la represión en al menos 16 centros clandestinos. centros de detención

subordinados a esta unidad. Nardoni (2017, p. 10), exdirectora del museo, llamó a este lugar “el sitio de los perpetradores”. También según Nardoni (Idem): “Este Museo nunca fue un centro clandestino de detención y exterminio (CCDE), a pesar de que en sus instalaciones sólo se realizaron consejos de guerra a civiles detenidos clandestinamente durante décadas para darles una apariencia de legalidad”. Por Decreto núm. 379, de 5 de marzo de 2015, el Gobierno argentino declaró el edificio donde se encuentra el Museo de la Memoria como “lugar histórico nacional” (ARGENTINA, 2015, p. 4).

1.2.2 Museo de la Memoria: Dictadura y Derechos Humanos

Sobre calle Chile, frente a Comisaría 3ra. Metropolitana, barrio de la Catedral Metropolitana de Nuestra Señora de la Asunción, el Panteón Nacional de los Héroes y el Palacio de López, que es la sede del gobierno nacional, el Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos está instalado (Figura 02) en Asunción desde 2005, en Paraguay.

FIGURA 02: Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos (Asunción)



Fuente: Colección del autor (2022).

El museo de la memoria fue propuesto e iniciado por la Fundación Celestina Pérez de Almada y estuvo instalado desde 2002 en un lugar temporal, realizando actividades itinerantes y exposiciones temporales, hasta que se construyó el edificio

donde se encontraba la sede de la Dirección Nacional de Asuntos Técnicos del Ministerio del Interior (*“La Técnica”*). La dirección fue creada en 1956 para controlar a los enemigos de la dictadura y funcionó hasta 1992; según datos del Museo de las Memorias (2018, s/d) “funcionó ahí una institución oficial especializada en interrogatorios a disidentes políticos, ciudadanos sin militancia, campesinos, campesinas, estudiantes y toda persona que fuera señalada por un delator pagado (o *pyrague*)”.

Tres años después del fin de la dictadura en Paraguay, este departamento de policía fue cerrado, y en el edificio se instaló la Dirección de Derechos Humanos del Ministerio, que fue utilizado para diversas actividades, entre ellas talleres, y, de esta manera, el lugar experimentó modificaciones y pinturas, que eliminaron las marcas de prisión y lugares de tortura. En este sentido, en 2005 se iniciaron una serie de demoliciones en las instalaciones de la Comisaría 3ra y en el edificio de La Técnica, las cuales fueron grabadas y denunciadas, demostrando que ni la Policía Nacional ni el Ministerio del Interior estaban cumpliendo con su compromiso de proteger los sitios, que fue ampliamente criticado por organismos internacionales. Luego de movilización y pedido de información del Senado de la Nación, según lo determinó la Corte Suprema del Paraguay, finalmente se entrega el edificio *La Técnica* para la instalación definitiva del museo de la memoria. Y, al año siguiente, mediante un convenio firmado entre el Ministerio del Interior de Paraguay y la Fundación Celestina Pérez de Almada, se creó el Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos. En este acuerdo del 16 de agosto de 2006 se reconoce como patrimonio del Estado el espacio de *La Técnica*, al igual que los objetos y colecciones allí presentes, pero ahora es administrado por la fundación respectiva. Según el Sistema Nacional de Información Cultural del Paraguay (2022, s/d), el municipio de Asunción consideró el espacio sitio histórico en 2007, y, en 2008, la Dirección de Patrimonio Histórico lo consideró “Sitio histórico y cultural del Paraguay”. El 12 de diciembre de 2018, 26 años después del cierre de la Dirección Nacional de Asuntos Técnicos del Ministerio del Interior, y 13 años después de la instalación del museo de la memoria y la resignificación y recuperación de los espacios, el gobierno de Paraguay declaró *La Técnica* como patrimonio y lo marcó como Sitio Histórico y de Conciencia, reconociéndolo como necesario para su preservación integral.

1.2.3 Centro Cultural Museo de la Memoria

Tres meses después de la creación oficial del Centro Cultural Museo de la Memoria, la Resolución núm. 431, de 1 de febrero de 2007, del Departamento de Montevideo, otorga el edificio donde permanece instalado, conocido como “Quinta de Santos” (Figura 03). Ubicado en la Avenida de las Instrucciones, en el municipio G, de Montevideo, el museo de la memoria se encuentra en un edificio construido en 1878 como propiedad rural que perteneció a Máximo Santos, presidente de Uruguay entre 1882 y 1886. Tras dejar el cargo, Máximo Santos vendió la propiedad, que fue adquirida por Emilio Reus y, posteriormente, por Rezcala Neffa, este último donó la casa y el parque a la Armada Uruguaya, que los utilizó hasta principios de los años 1970, dejándolo en desuso a partir de entonces. En el año 2000, la Intendencia de Montevideo se hizo cargo del sitio, iniciando trabajos de restauración que concluyeron en 2005.

FIGURA 03: Centro Cultural Museo de la Memoria



Fuente: Colección del autor (2022).

El edificio y parque en el que se ubica el Centro Cultural Museo de la Memoria no fue un lugar de prisión ni de tortura durante la última dictadura cívico-militar en Uruguay, pero sí fue la casa de un representante del militarismo del siglo XIX y de un dictador durante ese período. Y el Parque Quinta de Santos, en sus 4 hectáreas, posee numerosos árboles y plantas de las más variadas especies, y su jardín es considerado el único exponente del siglo XIX, y, por tanto, declarado monumento

histórico nacional. La opulencia resultante de la explotación y el irrespeto a los derechos humanos, en un pasado no tan reciente, está adquiriendo un nuevo significado y, por tanto, la institución museística no se instala en un lugar de memoria donde hubo cárceles clandestinas durante la última dictadura en Uruguay, la tortura o la muerte de detenidos, pero viene a representar un espacio para la memoria y la toma de conciencia no sólo de lo que fueron los acontecimientos recientes del período de no democracia en el país, sino que lo interconecta con sus orígenes autoritarios y de opulencia, así como, la miseria y la explotación son consecuencias.

1.2.4 Museo de la Memoria y los Derechos Humanos

Instalado en la Avenida Matucana, casi frente al parque arbolado Quinta Normal donde se encuentran museos y otros espacios culturales y de ocio, en el centro histórico de Santiago de Chile, se construyó en su centro, mejor dicho, en su sótano, se encuentra el edificio para la instalación de un museo de la memoria nacional. A diferencia de otros museos de la memoria en el Cono Sur, el Museo de la Memoria y Derechos Humanos (Figura 04), fue un proyecto arquitectónico y museístico del gobierno de Chile, cuyo edificio para su instalación fue construido en su totalidad. Es un nuevo complejo, que comprende un proyecto de edificio público y espacio compartido desde la perspectiva de la arquitectura abierta, tal como lo definen los arquitectos autores del proyecto.

FIGURA 04: Museo de la Memoria y Derechos Humanos



Fuente: Colección del autor (2022).

En un edificio moderno en medio de un barrio histórico, el Museo de la Memoria y Derechos Humanos, está ubicado en un proyecto de espacio público, a modo de “un arca, donde se pueden depositar las reminiscencias de la historia chilena” (FERNANDES, 2011, s/n). El contraste puede entenderse como una memoria que se impone a un espacio moderno y, por tanto, resalta y modifica el paisaje urbano, afirmando e imponiendo su presencia y, de esta manera, su importancia al elevar la memoria por sus más de cinco mil metros. El espacio está formado por una gran rampa, la Plaza de la Memoria, un patio ajardinado, que destaca como paisaje en medio de la ciudad histórica, con el museo de la memoria en el sótano.

1.2.5 Museo de Sitio Conmemorativo ESMA

E la Avenida Libertador, en el barrio de Núñez, donde también se ubican la Universidad de Buenos Aires y la ciudad universitaria, y casi a orillas del punto de encuentro entre los ríos Paraná y Uruguay, en su desembocadura en el Río de La Plata, el Museo Sitio de la Memoria de ESMA (Figura 05), en un edificio donde funcionaba el Casino de Oficiales da Escuela de Mecánica de la Armada. Este lugar, de 1976 a 1983, fue un centro clandestino de detención, tortura y exterminio. Según Torres y Brizzio (2021, p. 290), el “ex Casio de Oficiales es un edificio con una

superficie de 5.390 m² que sirvió como centro neurálgico del grupo de tareas represivas dentro de la ESMA, por lo que su conservación siempre fue considerada una prioridad [...]”.

FIGURA 05: Museo Sitio de Memoria ESMA



Fuente: Colección del autor (2022).

Según información del Museo Sitio de Memoria ESMA (2022, s/d), el municipio de Buenos Aires dispuso en 1924 un terreno de 17 hectáreas, donde se creó una escuela para suboficiales, inaugurada en 1928, y que comprendía alrededor de 35 edificios. Siguiendo como espacio de formación, vivienda, convivencia, alimentación, etc., para oficiales, profesores y aspirantes militares y civiles, a partir de los 15 años, desde 1976, también se empezó a utilizar el Casino de Oficiales, sobre todo, su buhardilla como centro de prisión, tortura y muerte. Con el fin de la dictadura, el edificio siguió funcionando como escuela de suboficiales, pero con grandes cuestionamientos por parte de la sociedad, por lo que el gobierno propuso su demolición, mientras organizaciones de derechos humanos pedían su preservación, incluyendo acciones legales para impedirlo. la demolición, presentada por víctimas y familiares de los desaparecidos.

A partir de un acuerdo entre el Estado Nacional y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, en 2014 se ordenó a la Armada abandonar el edificio, lo que permitió transformar el lugar en un espacio de memoria y promoción y defensa de los derechos humanos, a cargo de un organismo público (Ley n. 26.415; ARGENTINA,

2007) que incluye representantes del gobierno nacional, de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y de organismos de derechos humanos. Decreto Nacional no. 1.133, de 23 de junio de 2015 (ARGENTINA, 2015), creó el Museo de Sitio ESMA —Ex Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio— como un organismo desconcentrado de la Secretaría de Derechos Humanos y del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. El Museo Sitio de Memoria ESMA está ubicado en un edificio que fue el casino de los oficiales del Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio de la Escuela de Mecánica de la Armada. Por lo tanto, debe entenderse en el contexto de este complejo transformado en un espacio abierto a la comunidad, que busca preservar la memoria y promover y defender los derechos humanos. El edificio que alberga el Museo Sitio de Memoria ESMA es sitio histórico nacional (Decreto Nacional nº 1.333/2008) y prueba judicial en diversos procesos individuales y colectivos, y en su inclusión en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO, postula como Museo y lugar de la memoria.

1.3 Sobre las actividades y servicios disponibles

Los museos de la memoria analizados en la región del Cono Sur son museos en el sentido contemporáneo, mejor dicho, son museos más allá de la concepción del coleccionismo o de la ilustración como lugar de contemplación centrada en sus exposiciones y en la posición de espectadores de quienes los visitan. Así, como demanda de reconocimiento por parte del Estado, las políticas de memoria pública implementaron instituciones museológicas que recrean el concepto moderno de museo, con sus dimensiones como instrumento político, pedagógico y cultural, pero también como espacios/lugares de experiencias, por tanto, como centros activos.

1.3.1 Museo de la Memoria de Rosario

El Museo de la Memoria de Rosario está compuesto por exposiciones de larga duración que fueron creadas en colaboración con artistas locales invitados a reinterpretar, desde el punto de vista del presente y algunos ejes temáticos, los acontecimientos del pasado, brindando oportunidades, a través de sensibilidad y

conocimiento, un posicionamiento de las personas que participaron en su creación, así como de sus visitantes. Y también, para exposiciones de corta duración que aporten enfoques más plurales, con temáticas directa o indirectamente relacionadas con su exposición de larga duración. No es un sitio de memoria y, por lo tanto, no representa ni reconstituye lugares de prisión o tortura, pero contextualiza a los visitantes en las actividades del sitio como centro de toma de decisiones de la burocracia del régimen de opresión. Es un lugar/espacio de memoria y consciencia, promueve eventos y actividades educativas, proyectos sociales y las más diversas acciones con la comunidad, los movimientos sociales y la academia. Proporciona contenidos e información a visitantes e investigadores, ofrece cursos de formación continua para educadores, cuenta con biblioteca, centro de documentación, área educativa, centro de estudios, articulación territorial y orientación jurídica. Tiene sitio web, opera en redes sociales y también ofrece cursos virtuales y una plataforma de educación no presencial, entre otras herramientas y actividades.

1.3.2 Museo de la Memoria: Dictadura y Derechos Humanos

El Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos está instalado en un sitio considerado histórico, por lo que un punto fuerte son los espacios carcelarios y de tortura, los cuales, para tal efecto, fueron reconstituidos y/o representados al instalarse en el edificio. El museo de la memoria está compuesto por exposiciones de larga duración en las que se exhiben sus colecciones de reproducciones de documentos y objetos, así como un camión rojo conocido como “La temible Caperucita Roja” en su patio interno, que es uno de los seis vehículos similares utilizados durante el período de represión policial como espacio itinerante para la tortura y el terror. La institución cuenta con un auditorio, donde promueve actividades educativas y de capacitación, así como actividades de intercambio, reconocimiento y acogida para las víctimas y sus familiares. La institución proporciona materiales para investigaciones estudiantiles y académicas, organiza encuentros y actividades de capacitación con otras instituciones museísticas del país y del exterior, opera en redes sociales, por el momento no cuenta con un sitio web activo, aunque ya tenía uno también. como una de las primeras experiencias de “museo virtual” que formó parte de la propuesta original de la institución en 2012.

También colaboró con un proyecto para el Museo Virtual Memoria y Verdad sobre el Stronismo (MEVES), creado en 2011 y que está disponible, aunque sin actualizaciones, en un sitio web de uno de sus fundadores, el abogado Martín Almada, donde se ponen a disposición de manera virtual varios documentos, textos e imágenes sobre la institución museística y su propuesta por parte de la Fundación Celestina Pérez de Almada.

1.3.3 Centro Cultural Museo de la Memoria

El Centro Cultural Museo de la Memoria cuenta con exposiciones de larga duración y espacio para exposiciones de corta duración, donde, mediante aviso público, se exponen otros temas y colecciones afines; cuenta con exposiciones itinerantes, que buscan acercar actividades culturales, académicas y educativas al interior del país, también trabaja en la producción de contenidos en redes sociales, en plataformas virtuales y en un museo virtual (MUME); Cuenta con un archivo oral, un servicio de prensa y reúne documentos y objetos en sus colecciones y en su “expografía”, con el objetivo de representar la resistencia del pueblo uruguayo. El museo de la memoria es, por tanto, un lugar de conciencia en el que los bellos paisajes del jardín y la arquitectura del edificio, sus recorridos entre los árboles y su invernadero, la visita al museo o la convivencia en su entorno, como espacio y un lugar para la “expografía” utilizando los más diversos soportes utilizados.

1.3.4 Museo de la Memoria y los Derechos Humanos

El Museo de la Memoria y Derechos Humanos es un lugar para exposiciones de larga y corta duración, investigaciones históricas, conservación y preservación de documentos, actividades culturales, educación y formación continua; Cuenta con biblioteca, archivo, entre otros sectores y servicios. No es un sitio de memoria y, por tanto, no hay representación o reconstitución de lugares de prisión y tortura, sino que es un sitio de conciencia, para promover eventos, encuentros y capacitaciones presenciales y virtuales. Opera en redes sociales y plataformas virtuales, ofreciendo visitas guiadas virtuales y cursos de capacitación en derechos humanos y otros temas. Los retratos fotográficos de las víctimas y las exposiciones de documentos y

testimonios, en los más diversos medios museológicos utilizados por la “expografía” moderna y crítica, dan una dimensión más humana al dolor y al sufrimiento, tan enfatizada en numerosas investigaciones y sus informes.

1.3.5 Museo Sitio de Memoria ESMA

El Museo Sitio de Memoria ESMA cuenta con exposiciones de larga duración y la presentación y representación de áreas del casino de oficiales utilizado como centro de exterminio durante la última dictadura cívico-militar, y cuenta con espacio para exposiciones de corta y larga duración. Brinda así oportunidades de visitas al espacio físico e histórico, investigaciones sobre las acciones públicas y privadas de la política de terrorismo de Estado, divulgación científica, formación educativa y cultural, creación y mantenimiento de archivos y registros documentales, cooperación institucional, implementación de una base de datos y una biblioteca, entre otros. Tiene un sector educativo y de prensa, desarrolla diversas actividades de capacitación, producción de contenidos y cómo publicarlos, opera en redes sociales y plataformas digitales, y está desarrollando una serie de actividades y proyectos relacionados con un plan de trabajo de su postulación como patrimonio mundial.

Consideraciones finales

Los logros y desafíos de la elaboración del pasado tras el fin del régimen nazi, especialmente en lo que respecta a las políticas de memoria y la demanda de museos, memoriales, sitios, placas, marcas y nombres de calles, plazas y escuelas, entre otros, terminaron, influyendo enormemente en los procesos de transición democrática en el Cono Sur. En este sentido, por un lado, hubo una búsqueda de referentes teóricos y prácticos para comprender su proceso de elaboración y reconstrucción democrática, por otro lado, poco a poco estos enfoques e iniciativas, aunque importantes, necesitaban ser pensados menos como modelos y más como experiencia. Y esto se debe no a la eficiencia o ineficiencia de estas teorías e iniciativas, sino a las diferentes características que las dictaduras cívico-militares

trajeron a los países del Cono Sur y, por ende, a las consecuentes perspectivas, barreras y dificultades para sus procesos transicionales.

Esta distinción permite presentar los museos de la memoria de Argentina, Paraguay, Uruguay y Chile, en sus similitudes con otras instituciones museológicas creadas en otras partes del mundo como respuestas al Holocausto y museos en memoria de víctimas de crímenes políticos, entre otros. Pero, principalmente, permite pensar en sus propias características, y así, la delimitación de estas instituciones museológicas permite entender los museos de la memoria como un concepto abierto, en construcción permanente, lo que implica tanto una perspectiva amplia sobre lo que es un museo, así como sobre el patrimonio no tan memorable o digno de ser recordado por una sociedad, sino como lo que aún no es seguro olvidar. Como acciones del Estado y no de individuos o grupos privados, la creación e implementación de museos de la memoria son políticas públicas de memorias híbridas, es decir, simbólicas, reparadoras y de justicia, a través de las cuales los países del Cono Sur, con excepción de Brasil, reconocer violaciones. Pero también reconocen las luchas y demandas de la sociedad civil, las víctimas y sus familiares, como un patrimonio de interés para toda la comunidad.

En momentos en que se demandan nuevos museos de la memoria en varios países, tal vez sea posible decir que, si alguna vez hubo un momento de creencia ingenua sobre la creación de un museo como Garantía de no repetición, las experiencias de los museos del Cono Sur permiten comprender que una institución museística no es una garantía de que hechos similares no volverán a suceder, sino un compromiso con esta perspectiva. En este sentido, los museos de la memoria pueden entenderse como una propuesta de centros activos de controversia y cuestionamiento, de búsqueda de información, de apoyo jurídico, de investigación histórica y de conservación y preservación de documentos. Son espacios expositivos, pero también espacios culturales y educativos en los que la memoria compartida se contrapone a una realidad de apaciguamiento y compulsión hacia la identidad. Si no son una garantía, sin embargo, son un compromiso con el ser humano, brindan oportunidades para experiencias formativas de pensamiento más amplio, para la pluralidad de memorias como ejercicio de libertad y responsabilidad como ahora, de respeto a la multiplicidad de las cosas, la condición humana, su singularidad y diversidad en el mundo humano y común.

Referencias

ARGENTINA. Decreto Nacional n. 1.133, del 15 de junio de 2015. **Boletín Oficial**, Buenos Aires, 23 jun. 2015. Disponible en: <http://www.saij.gob.ar>. Acceso en: 14 jul. 2022.

ARGENTINA. **Ley n. 26.415, del 29 de septiembre de 2008**. Buenos Aires: Congreso de la Nación Argentina, 2008. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26415-145271>. Acceso en: 14 jul. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Cultura. **Decreto nº 379, del 11 marzo de 2015**. Buenos Aires, 11 mar. 2015. Disponible en: <http://www.museodelamemoria.gob.ar/uploads/archivos/dec3792015.pdf>. Acceso en: 29 jul. 2022.

BAUER, C. S. Política pública de la memoria. In: VINYES, R. (dir.). **Diccionario de la memoria colectiva**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2018. p. 527-532. *E-book*.

CENTRO CULTURAL MUSEO DE LA MEMORIA (MUME). **Fundamentación y marco conceptual**. Montevideo: MUME, 2016. Disponible en: <https://mume.montevideo.gub.uy/>. Acceso en: 14 jul. 2022.

COALICIÓN INTERNACIONAL DE SITIOS DE CONCIENCIA (ICSC). **What does a Site of Conscience do?** Disponible en: <https://www.sitesofconscience.org/about-us/about-us-2/faqs/>. Acceso en: 19 set. 2024.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**. Santiago, Chile: Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, 1991.

FERNANDES, G. Museu da Memória/Estudio America. **ArchDaily**, Brasil, 2 nov. 2011.

FUNDACIÓN CELESTINA PÉREZ DE ALMADA. **Museo "Memorias: Dictadura y Derechos Humanos"**. Proyecto "Conocer para comprender, comprender para construir la cultura de paz". Paraguay: Fundación Celestina Pérez de Almada, 2005.

JELIN, E; VINYES, R. **Cómo será el pasado**: Una conversación sobre el giro memorial. Buenos Aires: Ned Ediciones, 2021.

MONTEVIDEO. **Resolución n. 4.170, del 17 de Octubre de 2006**. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2005. Disponible en: <https://montevideo.gub.uy/aplicacion/resoluciones-0>. Acceso en: 26 jul. 2022.

MONTEVIDEO. **Resolución n. 431, del 1 de febrero de 2007**. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 2007. Disponible en: <https://montevideo.gub.uy/aplicacion/resoluciones-0>. Acceso en: 14 abr. 2022.

MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. **Sobre el museo**. Santiago, Chile: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2022. Disponible en: <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-el-museo/>. Acceso en: 14 abr. 2022.

MUSEO DE LAS MEMORIAS. **Señalizan sitio histórico y de conciencia en Paraguay**. Paraguai: 2018, s/d. Disponible en: https://sitiosdememoria.org/pt/biblioteca/senalizan-sitio-historico-y-de-conciencia-en-paraguay_pt/. Acceso en: 29 jul. 2022.

MUSEO SITIO DE MEMORIA ESMA. **La ex ESMA**. Buenos Aires: Museo Sitio de Memoria Esma, 2021. Disponible en: <http://www.museositioesma.gob.ar/el-museo/la-ex-esma/>. Acceso en: 14 jul. 2022.

NARDONI, Viviana. Prólogo. In: ÁGUILA, Gabriela *et al.* **Territorio ocupado. La historia del Comando del II Cuerpo de Ejército en Rosario (1960-1990)**. Rosario: Editorial Municipal de Rosario, 2017.

PARAGUAY. **Lei n. 2225, del 6 de octubre de 2003**. Asunción: Congreso de la Nación Paraguaya, 2003. Disponible en: <https://bacn.gov.py/archivos/4891/ley%2022%2025.pdf>. Acceso en: 14 abr. 2022.

ROSARIO. **Ordenanza n. 6.506, del 18 de marzo de 1998**. Municipalidad de Rosario, 1998. Disponible en: <https://www.rosario.gob.ar/normativa/>. Acceso en: 14 abr. 2022.

ROSARIO. **Ordenanza n. 6.790, del 9 de junio de 1999**. Municipalidad de Rosario, 1999. Disponible en: <https://www.rosario.gob.ar/normativa/>. Acceso en: 14 abr. 2022.

SCHMUCLER, Héctor. **La memoria, entre la política y la ética / Héctor Schmucler**. Editado por Vanina Papalini; prólogo de Hugo Vezzetti. 1ª edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMACIÓN CULTURAL DEL PARAGUAY. **Museo de las Memorias Paraguay**. Asunción: 2020. Disponible en: <http://www.sicpy.gov.py/generales/?6870>. Acceso en: 28 jul. 2022.

STERN, S. J. *et al.* **No hay mañana sin ayer: batallas por la memoria histórica en el Cono Sur**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2016. *E-book*.

TORRES, Sergio; BRIZZIO, Cecilia. **ESMA: la investigación judicial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Eudeba, 2021.

VINYES, R. (dir.). **Diccionario de la memoria colectiva**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2018. *E-book*.

O DEVER DE LEMBRAR E O DIREITO DE ESQUECER: OS PERCURSOS DA MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NA CENTRAL DE ARTESANATO MESTRE DEZINHO EM TERESINA - PIAUÍ

DOI: 10.5281/zenodo.17741184

Maria Clara dos Santos Lima⁶²

Introdução

A Central de Artesanato Mestre Dezinho sempre foi um espaço sinônimo de lembranças felizes para mim: passava pela fachada principal de estilo eclético todos os dias para chegar até a escola que era a poucos metros dali. Durante o ensino fundamental, o frequentava assiduamente. Tudo mudou no ensino médio quando, durante uma aula de História cujo assunto era ditadura brasileira, o professor contou para a sala inteira que logo ali, na esquina, existia um porão onde militantes piauienses foram torturados. Para o seminário final da disciplina decidi visitar o local: desci no subsolo e conversei durante horas com o artesão responsável. Me despedi e desde então nunca mais enxerguei o ambiente da mesma forma.

Localizado no centro da cidade de Teresina, o prédio da CAMD foi construído para abrigar a força pública do estado motivado pela mudança da capital, anteriormente Oeiras, em 1852. No entanto, naquele momento inicial, a construção passou a hospedar a Casa de Educandos Artífices. Só em 1873, é que o espaço assume a função de Quartel General da Polícia Militar do Piauí (QCG PM/PI), permanecendo ali ao longo de mais de um século até ser transferido para a sede atual em 1978. Ou seja, de 1964 até 1985, durante a ditadura civil-militar, a edificação era utilizada como um local de cárcere: tanto de presos por delitos comuns, quanto presos políticos. Em 1983, o prédio se converte no dispositivo cultural atual.

⁶² Arquiteta e urbanista. Especialista em Patrimônio e Cidade (FAEME). Mestranda na Universidade de São Paulo (USP), Brasil. E-mail: eucajuina@usp.br

Evidência dos inúmeros desdobramentos da ditadura militar em locais nem sempre reconhecidos pelos órgãos responsáveis é a ausência da Central de Artesanato Mestre Dezinho no Volume I do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) onde são apontados três lugares de graves violações de Direitos Humanos, de 1964 a 1985, em Teresina. São eles: o 25º Batalhão de Caçadores (25º BC), o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) e a Penitenciária Estadual do Piauí. É importante citar que em nenhum desses lugares há qualquer artifício de identificação ou mesmo menção da participação deles nesse capítulo tão nebuloso vivido na capital do Piauí.

A ausência de reconhecimento de locais de memória da ditadura civil-militar brasileira, pelos meios oficiais institucionalizados, como a CNV e o IPHAN, também coopera para o esvaziamento da memória em seus lugares fora do eixo sul-sudeste: ao tempo que é escolhido não estabelecer balizas de preservação e reconhecimento, escolhe-se o que se deve lembrar e o que se deve esquecer. Pretende-se, ao longo desse trabalho acadêmico, compreender os percursos da construção da memória da ditadura civil-militar brasileira no edifício Central de Artesanato Mestre Dezinho, através do seu histórico, e a discussão dos processos institucionais que levaram a omissão institucional desse espaço.

O que é, onde está e por quê?

A Central de Artesanato Mestre Dezinho (CAMD), objeto dessa pesquisa, é um equipamento cultural localizado no centro de Teresina, no Piauí. Instituído nesse segmento através do PRODART (Programa de Desenvolvimento do Artesanato Piauiense) desde 1983, abriga 34 lojas voltadas à comercialização de artes e ofícios piauienses, além da Escola de Música Possidônio Queiroz, a Escola de Dança Lenir Argento, um auditório, um restaurante e um estacionamento (Lopes, 2009). É um ambiente que une educação, cultura e comércio, criado em prol de não só fomentar as tradições e a arte piauiense, mas de organizar também os artesãos coletivamente através de grupos, associações e cooperativas que incentivem a produção e o comércio do artesanato piauiense e abram portas para outras formas de divulgação dos produtos (Costa Silva, 2021, p. 45).

Em análise pessoal do cotidiano do edifício, é possível perceber um movimento constante tanto em dias úteis, quanto aos finais de semana: além dos alunos das duas escolas mencionadas, o fluxo de pessoas que o visitam em busca de artesanato, bem como para eventos, palestras e shows é intenso. É um espaço público, no sentido mais amplo da denominação. Já o centro da cidade de Teresina não se diferencia muito das características mais recorrentes de outros centros urbanos de capitais brasileiras: repleto de instituições de educação, comércios, praças e espaços de cultura – como teatros e museus – os transeuntes acabam encontrando na CAMD uma espécie de “apoio”. No quadrante específico onde está situado, no entorno da Praça Pedro II, a construção se mostra parte de uma composição arquitetônica interessante (ver Figura 01).

FIGURA 01: Foto da Praça Pedro II datada do séc. XX, entre as décadas de 1940 e 1960



Foto: Autor desconhecido.

Fonte: Blog da Coordenação de Registro e Conservação do Piauí – CRC/SECULT.

Na imagem, é visível toda a extensão da Praça Pedro II, com dois edifícios ao fundo: o Theatro 4 de setembro e o Cine Rex. Ambas construções são tombadas à nível estadual, justificadas respectivamente pelos “aspectos históricos do edifício”; “[...] fachada que incorpora elementos do Neogótico e do Neoclássico, expressão do ecletismo que vigorou a partir do século XIX” e “manutenção das suas características arquitetônicas externas” (Piauí, 2021, pp. 75, 94). Do lado oposto, não visível, se encontra a Central de Artesanato Mestre Dezinho, um edifício com aspectos

neoclássicos semelhantes advindos do ecletismo, e também legítimos, dada a sua construção em 1851 (Fernandes, 2018, p. 58), mas que não integra a mesma lista.

Na página dos Inventários de Proteção do Acervo Cultural do Piauí – IPAC/PI – TERESINA/PI (Piauí, 1998, p. 35) que compete ao edifício, embora esteja inventariado acerca de traços estéticos relevantes – revestimentos, vedações, telhado, pintura, por exemplo – também está enquadrado como ‘desprovido’ no campo de ‘proteção legal’ (ver Figura 02).

FIGURA 02: Foto da página número 35, ficha número 06, que dispõe acerca do inventário da Central de Artesanato Mestre Dezinho

IPAC PI	INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DO PIAUÍ Arquitetura Oficial		FICHA TE of
	PMT - FUNDAÇÃO CULTURAL MONSENHOR CHAVES		6

Designação: CENTRO DE ARTESANATO MESTRE DEZINHO - ANTIGA FORÇA PÚBLICA			
Localização: Distrito Sede Pça. D. Pedro II			
Proprietário: Estado			
Proteção Legal: desprovida		Proteção Proposta: tombamento em conjunto	
Uso Atual: comércio e turismo	A projeção: 0 m ²	A lote: 0 m ²	Taxa ocup: 0,00%
Ambientes: int: do conjunto histórico	Implantação: alinhamento		Perí: 2
Alvenarias: tijolo	Revestimento: pintura impermeável		
Estr. da cobert: madeira serrada	Fornos: laje de concreto	Telhado: 1/2 cana industrial	
Enquadros: massa	Vedações: vidraça	Beiral ext: platibanda	
Bandeiras: vidraça	Vergas: arco pleno e retas	Beiral int: bica simples	
Ferragens:		Pintura ext: esmalte	
Guarda-corpos:		Soleiras: cimentadas	
Pisos int: cimentado	Pisos ext: cimentado		
Conservação: bom c/ descaracterização parcial: reversível		Interv: proposta: agenciamento interno e ext.	
OBS:			
Filmes: 9		Neg: 12	Ft cassette: TE-1



EXECUÇÃO: O-P, arq. - luc. plano: Olavo Pereira do Silva, F.	revista: Maria Cristina Castro Silva
--	---

PJL
1996

Autor: Patrimônio Cultural do Piauí – Coordenação de Registro e Conservação do Piauí.
Fonte: Blog da Coordenação de Registro e Conservação do Piauí – CRC/SECULT.

Não é objetivo desta pesquisa hierarquizar os meios pelos quais os bens culturais do Brasil são reconhecidos institucionalmente, no entanto, é válido ressaltar que apesar do inventário ser uma técnica de documentação reconhecida e encorajada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que a enxerga como “a possibilidade de descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade” (Florêncio *et al.*, 2019, p. 10), o próprio órgão também não o reconhece como instrumento legal de

proteção ou salvaguarda, mas sim como um meio para tal. Para os bens materiais, a instituição dispõe de: Tombamento, Valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário e a Chancela da Paisagem Cultural (IPHAN, 2024). Para os bens imateriais, temos como instrumento de salvaguarda o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (IPHAN, 2024).

Não é adequado, todavia, suprimir a informação de que as ferramentas de proteção e salvaguarda são diferentes, por que os bens tem demandas diferentes: para os de natureza material, o tombamento ou os outros artifícios mencionados são empregados pela ordem da existência física, para conservar as características atreladas a essa materialidade. No intangível ou imaterial, não há controle dessas manifestações, saberes, valores e modos de produção que são, sobretudo, sociais. Sem essas bases, não há longevidade: são elas que garantem a manutenção e reprodução do bem que pode ir abarcando novas características ao longo do tempo (IPHAN, 2024). O inventário faz parte da metodologia utilizada para compor o registro e assim documentar o imaterial, mas ele, sozinho, não reconhece a necessidade salvaguarda, pois essa só se dá através do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Nesse aspecto, cabe perguntar: por que um edifício que tem características estéticas semelhantes a outros do seu entorno, bem como relevância histórica, não tem proteção legal como eles? Por que foi utilizado o artifício do inventário sem elencar os outros usos, sua história, e a memória social atrelada ao espaço, já que este é um instrumento encorajado para compor registro de bens imateriais? Ressalta-se ainda a iminente destruição de inúmeros edifícios históricos no centro de Teresina, inclusive os protegidos, tendo em vista que o Tombamento recomenda a preservação desses espaços, mas nem sempre garante que eles permaneçam existindo.

Um caso importante para compreender essa situação é o da Casa Antonino Freire, localizada há uma quadra da Praça Pedro II e um exemplar formidável da arquitetura piauiense que não existe mais. Segundo Franco (2014, p. 153), o órgão estadual de patrimônio, vinculado à Secretaria de Cultura do Piauí, o mesmo responsável pelo IPAC, elaborou a proposta de tombamento da casa em 1986. Em agosto do mesmo ano, o Conselho Estadual de Cultura emitiu um parecer favorável

ao tombamento e, em seguida, ao serem notificados sobre a decisão, os proprietários do imóvel o demoliram.

A falta de reconhecimento institucional acerca do edifício Central de Artesanato Mestre Dezinho apresenta um risco não só pela possível descaracterização do prédio já usual no centro de Teresina, mas também pela sua memória nem ser mencionada. O inventário, apesar de importante para a documentação do histórico da construção, se apresenta insuficiente já que versa mais sobre os valores atrelados a estética e arquitetura, denominados ‘artísticos’ pelo IPHAN, e menos sobre a sua história, seus impactos, e como ele se apresenta como um importante lugar de memória, não só pelo papel relevante na construção da capital, mas também por figurar o sistema carcerário da época da ditadura civil-militar no Brasil, o ponto principal tensionado por esse trabalho.

As memórias atreladas ao que já foi

Embora hoje tenha a função de dispositivo cultural, o edifício da Central de Artesanato Mestre Dezinho abrigou inúmeros usos desde a sua fundação em 1854. As mudanças foram acontecendo à medida que Teresina, a nova capital do Piauí, demandava equipamentos para o seu pleno funcionamento. Construído para abrigar a força pública do estado que chegava oriunda de Oeiras, o prédio, naquele momento inicial, passou a hospedar a Casa de Educandos Artífices: uma iniciativa nacional para ensinar um ofício a crianças e adolescentes carentes em um sistema semelhante ao de internato (Lopes, 2009, p. 03).

Aqui é válido destacar que essa iniciativa não prezava apenas pelo aprendizado distribuído nas oficinas, mas pelo mecanismo de controle e vigilância desses “bandidos” em potencial (Fernandes, 2018, p. 17). Portanto, os métodos disciplinares nem sempre se limitavam a ortodoxia: em inúmeros documentos são feitas denúncias de maus-tratos, agressões, insultos durante as aulas e até prisões efetuadas por má conduta (Fernandes, 2018, p. 51). Embora estivesse abrigando outra função, o objeto desse estudo, que foi construído originalmente para exercer a vigilância e o controle típicos de edificações com função de cárcere, teve essas características aproveitadas pelo internato, já que também se fazia necessário observar os educandos, a fim de lhes fiscalizar em um regime disciplinar quase

militar (Fernandes, 2018, p. 119). Foi só em 1873 que o prédio assumiu a função para qual ele foi erguido: abrigar o Quartel Geral da Polícia Militar do Piauí (QCG).

Durante 105 anos a Força Pública do estado se instalou ali. Permaneceu até 1978 e funcionou como lugar de cárcere na ditadura civil-militar. Embora a literatura oficial da Polícia Militar, como o livro publicado pela instituição em 2010, “A história Polícia Militar do Piauí”, dê um salto de cinquenta anos no tempo e não entre em mais detalhes acerca do período de uso como quartel, algumas produções que tratam sobre o contexto social do Piauí durante a década de 1960 apontam, de maneira suave, esse espaço como local relevante por alguns acontecimentos⁶³. Nesse trabalho, aponta-se de maneira incisiva sua função como lugar de memória por apresentar um poderoso contexto de resistência civil e militar ao golpe que se capilarizou por todo o país, “hospedando” dois acontecimentos emblemáticos da época: são eles ‘o caso da ‘Polícia Militar’ e a prisão dos estudantes da Faculdade de Filosofia (FAFI) em 1969.

Em agosto de 1963, poucos meses antes do golpe militar no Brasil, o Quartel Geral da Polícia Militar era palco de uma rebelião que ficou conhecida como ‘O Caso da Polícia Militar’. Comandados pelo major Carlos Alberto, alguns capitães e tenentes, os militares reivindicavam para o governo o aumento dos seus vencimentos. Foi no quartel onde os militares se fecharam e lançaram um ultimato ao governador, na época Petrônio Portella (UDN), conhecido como ‘estrela civil da ditadura’ nacionalmente. Esse levante provocou uma reação não só do governo, como também de civis. Iracema Santos Rocha, professora e jornalista piauiense, era parte da Frente de Mobilização Popular, a favor das Reformas de Base, e uma apoiadora ferrenha das reivindicações da Polícia Militar. É considerada a primeira mulher a ser presa por se colocar contra a ditadura no Piauí. No dia 12 de maio de 1964, véspera do dia das mães, incomunicável e sem fiança, esteve encarcerada no Batalhão 25 BC, e após ser liberada, foi destituída das cátedras onde dava aula, firmadas através de concurso público, sob a justificativa de que “uma comunista não deveria dar aula” (Kruel, 2018, p. 20-25).

⁶³ Os livros utilizados para inferir isso são ‘Grandes Vultos: Chagas Rodrigues’, 2018, de Kenard Kruel; ‘Marcas da Ditadura no Piauí’, 2008, de Deoclécio Dantas; ‘1968: uma geração contra a ditadura’, 2014, de Antônio José Medeiros; e ‘1964: memórias e culturas políticas no Piauí’, 2021, de Francisco J. Leandro A. de Castro.

O livro *Grandes vultos: Chagas Rodrigues* de Kenard Kruehl (2018), coloca ‘o caso da polícia militar’ em posição de estopim para inúmeros outros acontecimentos provocados pela ditadura civil-militar no Piauí: o autor aponta que a rebelião que motivou a ‘passeata da fome’, organizada pela professora Iracema, pelos militares, seus familiares e Dom Avelar Brandão Vilela, que agia discretamente em apoio aos revoltosos, e que terminou sendo fortemente reprimida pelo Exército a mando do governador. Em 24 horas, o edifício da Central de Artesanato Mestre Dezinho, à época QCG, foi totalmente cercado, invadido e evacuado (Kruehl, 2018, p. 23). Na contramão de ser visto como um caso isolado, o acontecido no Piauí apenas reforça o contexto nacional em que o golpe militar foi aplicado, onde existia resistência inclusive dentro das próprias forças armadas e esses eram alvos da política de “expurgos” no início da ditadura: o estopim para o golpe, em 31 de março de 1964, foi o comício de Jango na sede do Sindicato dos Marinheiros, o que contextualiza o episódio piauiense como um reflexo da ausência de hegemonia dentro da própria instituição.

Em decorrência dessa mesma política – que buscava punir os “inimigos da nação” – as cassações de mandatos, no Piauí, também tiveram início logo após o golpe. Pelo menos nove parlamentares foram cassados nos anos que se seguiram, segundo o documentário em comemoração aos 188 anos da Assembleia Legislativa de Teresina, ALEPI (2023). Outro alinhamento justo de ser feito entre as características dos acontecimentos em âmbito macro e micro é a influência de integrantes da Igreja Católica no combate a repressão também no Piauí: uma das figuras mais emblemáticas na resistência à ditadura civil-militar, no contexto nacional, é Frei Betto. No Piauí, o arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela.

É o que conta Antônio José Medeiros, sociólogo, professor, ex-deputado federal (PT) e preso político na época da ditadura civil-militar em seu livro ‘1968: uma geração contra a ditadura’ (2014). De acordo com o professor, o arcebispo era um ferrenho seguidor da Doutrina Social da Igreja, e a atuação da Arquidiocese de Teresina ficou nacionalmente conhecida de forma bastante significativa: há registro de troca de, pelo menos, 28 cartas entre Brandão e a Guarnição Federal acerca da situação das Ligas Camponesas, uma entrevista na revista Fatos e Fotos, de circulação nacional, sobre o mesmo assunto, além de envio de ofícios ao secretário

de segurança solicitando informações sobre as prisões de sindicalistas realizadas pós-golpe.

Um aspecto dessa resistência era a Faculdade de Filosofia do Piauí (a FAFI) ser um ambiente politicamente democrático. Criada por iniciativa de Dom Avelar, em 1958, a instituição de ensino superior era colaborativa entre intelectuais e padres com boa formação acadêmica (Medeiros, 2014, p. 51). O clima da FAFI era sintonizado com os acontecimentos do resto do país e do mundo e após o golpe foi iniciado um forte movimento de resistência à ditadura civil-militar com a participação, sobretudo, dos estudantes que atuavam no Diretório Acadêmico. Desde o trote, antes festivo, e na ocasião do ano de 1968 transformado em uma passeata com cartazes de crítica ao regime e ao imperialismo, até o debate crítico da realidade com distribuição de textos rodados em mimeógrafo, a FAFI era um “território livre” (Medeiros, 2014, p. 52-55).

É claro que, com as manifestações políticas da FAFI, a opressão “precisou” agir. Preso em Ibiúna, no Congresso da União dos Estudantes (UNE), em 1968, o professor Antônio José Medeiros retornou para Teresina e, ao fazer parte de inúmeras movimentações contra o regime, foi encarcerado novamente, em 1969, junto com três outros companheiros:

E, em outubro de 1969, tinham sido presos duas pessoas... Três pessoas, o Benoni aqui de Teresina e duas pessoas do Maranhão [...]. Eles foram presos e nós fizemos uma reunião para fazer um comitê de defesa dos presos. Nessa reunião fomos presos. Então, foi a segunda vez que eu fui para preso lá no quartel. Eu, Benoni, o Geraldo Borges, e o Samuel, nós quatro [...]. Era um período muito tenso, porque já tinha tido o AI-5 em dezembro de 1968, e essa prisão foi em outubro de 1969. Nessa prisão, nós, passamos 11 meses presos e fomos levados no final, algemados para o julgamento na auditoria da décima região militar em Fortaleza. Lá nós fomos condenados, todos os seis, a um ano de prisão e foi reduzido para nove meses.⁶⁴

Samuel Alves Faria Filho, Benoni Alencar, Geraldo Borges e Antônio José Medeiros passaram onze meses confinados no QCG em uma cela conjunta. Benoni, militante pela Ação Popular (AP), também relatou acerca do período em que esteve preso no livro ‘A Hora de Bois Insones: diário de resistência à ditadura militar no

⁶⁴ Citação de Antônio José Medeiros em entrevista concedida a autora em 23 de novembro de 2023.

Piauí, manuscrito nunca publicado e cedido, gentilmente, pela filha do jornalista, Clarissa Thomé, para essa pesquisa:

Tenente Carvalho se esmerava em tornar mais moribunda nossa vida-morta naquele quartel, que não sabíamos por quanto tempo se espicharia. O pior da prisão era aquilo - não saber o tempo que nos destinavam ali. Se tivessem nos julgado – e marcado o calendário da nossa expiação, fosse cinco, dez ou 20 anos – tudo bem. Procuraríamos arrumar nossos dias na perspectiva de que cada um deles aproximaria o momento de podermos namorar na Praça Pedro II [...] e até praticar novos atos subversivos que nos levassem de volta a contar o tempo que nos veríamos livres das implicâncias do tenente Carvalho. Mas não. Nosso tempo não podia ser contado. Um tempo informe, sem começo nem fim. Relógio cego, sem ponteiros ou algarismos. E mudo.⁶⁵

Em entrevista, Iolanda Alencar, irmã de Benoni, também ressalta que, em sua maioria, a estrutura física existente na época em que fazia as visitas para o seu irmão era muito parecida com a que se tem hoje:

Ele ficou praticamente quase um ano lá dentro do quartel da polícia, uns 10 meses por aí. Aí a gente ia... Era só aos domingos. Aí eles soltavam o meu irmão, porque eles não deixavam a gente ir lá na cela. A cela que ele estava era uma sala logo na entrada, que a entrada ali é de frente para a Praça Pedro II, tinha uma sala lá no fundo, mas eles não deixavam a gente ir lá. Então, meu irmão saía e ficava no meio ali. Sabe aquele meio que tem um pátio? E tinha árvores. Então, tinham uns bancos de cimento e a gente ficava com ele conversando, rodeado de soldado, tudo ali olhando, rodeando tudo com a arma na cintura, olhando, escutando o que a gente conversava.⁶⁶

Em documentações obtidas no Arquivo Público do Piauí e estudadas por Fernandes (2018, p. 122), em sua dissertação acerca da Casa de Educandos Artífices do Piauí, a descrição do prédio se assemelha muito à configuração destacada na citação acima e é confirmada através de fotos que mostram a construção na época em que era ainda o quartel. É válido apontar em que dimensão a memória está atrelada a materialidade do edifício pois, embora para a memória daqueles que estiveram encarcerados ali, não faça muita diferença a alteração espacial, o local ainda existe e de forma muito semelhante ao que já foi. Deborah Neves, em sua

⁶⁵ ALENCAR, Benoni. ‘A Hora dos Bois Insones’: diário de resistência à ditadura militar. Manuscrito não-publicado.

⁶⁶ Citação de Iolanda Alencar em entrevista concedida a autora em 15 de janeiro de 2024.

dissertação ‘A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires’ (2014), destaca a importância de identificar e compreender os locais do cárcere, visto que a memória topográfica se conecta com a memória imagética, e as vivências ganham representações figurativas à medida que se adentram esses lugares.

Narrativa estabelecida socialmente x reconhecimento institucional ausente

A problematização acerca dos fatos relatados perpassa duas perspectivas: a de que a memória atrelada a ditadura civil-militar no prédio da Central de Artesanato Mestre Dezinho é uma narrativa estabelecida socialmente em Teresina, mas que também, e justificada por esse estabelecimento, tem necessidade de ser reconhecida institucionalmente. Pressupondo que acontecimentos no Piauí seguem uma corrente nacional, a CAMD também é destacada como lugar de memória sazonalmente na mídia perto das datas relevantes para a História no que tange ao golpe e a ditadura civil-militar: durante o curso dessa pesquisa foram encontradas mais de 20 matérias, em periódicos impressos ou digitais, que tratam acerca do edifício como lugar de memória da ditadura, e até mesmo uma Nota Técnica do Governo do Piauí utilizando esse argumento para uma reforma (ver Figuras 03, 04 e 05).

FIGURAS 03, 04 e 05: Respectivamente: print de reportagem sobre o porão veiculada na Rede Globo e disponível em serviço de streaming; reportagem da Revista Cidade Verde, ed. 31, em 2012; Nota técnica para reforma e ampliação do edifício assinada pela Superintendente de Parcerias e Concessões, em 2018, documento do Governo do Piauí





Imagem: Débora Santos (Revista Cidade Verde)

Entrada para o porão onde funcionou uma sala de tortura durante a Ditadura Militar

Apenas na década de 1980, após uma reforma, o local passou a abrigar a Central de Artesanato. Em um dos boxes da Central ainda é possível visitar um porão utilizado como sala de tortura na época da ditadura militar. Carlos Oliveira, proprietário do box atua como um verdadeiro guia histórico para os que possuem curiosidade em conhecer um pouco mais deste período que marcou a história do Brasil.

Fonte: 03 – Globoplay.com.br; 04 – Acervo da Revista Cidade Verde; 05 – Site da Superintendência de Parcerias e Concessões do Governo do Estado do Piauí (SUPARC – PI).

A cobertura da mídia em cima desse espaço em 2014, ano que marcou os 50 anos do golpe de 1964, é intensa, da mesma forma que outros lugares de memória do período repressivo também são ativadas nessa época. O monumento ao militante Carlos Marighella, em São Paulo, por exemplo, também é local de mobilizações no dia que marca o seu assassinato (Cardoso, 2021), assim como o ‘Cordão da Mentira’, que todo 1º de abril caminha pelas ruas da capital paulista, começando e terminando em lugares de memória da ditadura civil-militar (Moncau, 2023). Essas mobilizações e intervenções são comuns e alimentam as narrativas atreladas a esses espaços. Porém, especificamente no Piauí, grande parte das matérias publicadas nessas datas significativas para o período aborda um espaço dentro da Central de Artesanato Mestre Dezinho cuja conexão com o cárcere na ditadura não é registrada em testemunho por aqueles que ali estiveram um dia, tampouco pelos meios onde documentaram as suas vivências ou documentos públicos em arquivo.

Mantido pelo artesão Antônio Carlos de Oliveira, o box 43 tem uma função ‘dupla’: em cima, no primeiro piso, é uma loja de artesanato. Embaixo, no subsolo, é um porão que, segundo o proprietário, não abrigou outra função senão ambiente de tortura na época da ditadura. “Vamos conhecer a sala de massagem com aconselhamento e reflexão?”, é dessa forma, com tom irônico, que o responsável convida a reportagem do portal G1 Piauí para entrar no local, repleto de marcas do que, acreditam-se ser, sangue e arranhões. Publicada em 31 de março de 2014, a

matéria faz parte da já elencada narrativa estabelecida socialmente: na Central de Artesanato Mestre Dezinho, onde era a Força Pública do Piauí, há um porão utilizado para tortura de presos políticos na época da ditadura.

Não é objetivo desse artigo apontar o que é realidade ou não, mas abordar as características que compõem a memória do lugar e refletir acerca das motivações e consequências desse espaço não ter o reconhecimento institucional devido, posto que no Volume I do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) são apontados três lugares de graves violações de Direitos Humanos, de 1964 a 1985, em Teresina. São eles: o 25º Batalhão de Caçadores (25º BC), o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) e a Penitenciária Estadual do Piauí. O edifício do Quartel Geral da Polícia Militar, hoje CAMD, não aparece nessa listagem que busca alcançar o objetivo de “identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos”, descrito na Lei nº 12.528, promulgada em 18 de novembro de 2011, e que institui a comissão como órgão de investigação oficial nacional.

É importante citar que em nenhum desses lugares apontados como relacionados à prática de violações de direitos humanos no Piauí há qualquer artifício de identificação ou mesmo menção da participação deles nesse capítulo nebuloso da história nacional: o primeiro foi descaracterizado e permanece em uso como batalhão da polícia, e os dois últimos não existem mais. Atualmente o edifício da Central de Artesanato Mestre Dezinho também não tem nenhuma estratégia memorial acerca dos acontecimentos da época da ditadura, mesmo com uma quantidade significativa de testemunhos dos acontecimentos chaveados com prédio. Sem placas de identificação, visitas guiadas ou processo de reconhecimento institucional público, hoje a memória da ditadura civil-militar ali existente encontra projeção apenas em um local: o porão úmido, embaixo da loja de número 43.

Para a teórica argentina Elizabeth Jelin (2003, p. 10), há uma série de implicações sociais, autores e processo de passagem do tempo para transformar um espaço em um local de memória:

Como veículo da memória, a marca territorial não é mais que um suporte, cheio de ambiguidades, para o trabalho subjetivo e para a ação coletiva, política simbólica de atores específicos em cenários específicos. Em alguns casos, dá “certo” e aquele conjunto de significados perdura no tempo. Em outros, se perde a batalha pela

marca, seja por contra-marcas de outros grupos ou pelo não reconhecimento da legitimidade de demanda por parte do Estado.

A materialidade da Central de Artesanato Mestre Dezinho é um suporte para uma ação coletiva que tem os seus atores, como o artesão, com sua missão pessoal, mas nem sempre constante, de enunciar o espaço, que está voluntariamente e por métodos não tradicionais – tombamento/registro – trabalhando para que o conjunto de significados do espaço perdure no tempo, e não perca a batalha para as contra-marcas ou a ausência de reconhecimento por parte do Estado. As contra-marcas, aqui destacadas como as outras memórias atreladas ao espaço da CAMD, por exemplo, não devem ser suprimidas ou tampouco deixarem de existir, mas coexistirem com os outros acontecimentos marcantes atrelados ao local.

A lacuna relacionada ao reconhecimento institucional do edifício como um lugar de memória é um fator motivador para que outras histórias sejam contadas, como a do porão. Françoise Choay (2001, p. 17), em *Alegoria do Patrimônio*, aponta que o monumento ao ser institucionalizado assume uma nova conduta temporal, pois está ao mesmo tempo imóvel, protegido, resguardado no presente concreto, e instalado no passado definitivo e irrevogável através da ação da história e da consciência. Dessa forma, entende-se que o reconhecimento não é apenas um artifício burocrático para documentação do objeto, mas também proteção para que, além de resguardado no presente, registre o seu passado de maneira fiel ao acontecido.

Há ainda que observar quais são os critérios da Comissão Nacional da Verdade para identificar e reconhecer os locais de memória da ditadura civil-militar no Brasil. Embora a ‘Caravana da Anistia’ tenha passado por Teresina, em 2014, e feito o julgamento de seis perseguidos pela ditadura (JUSBRASIL, 2012), o local permanece a margem do reconhecimento institucional oficial. Hoje os esforços maiores para que isso aconteça estão concentrados no trabalho do Comitê Memória, Verdade e Justiça, instituído na capital pela Comissão Nacional da Verdade que criou coletivos de investigação semelhantes em todo o Brasil. Em entrevista para essa pesquisa, Pedro Laurentino, presidente do Comitê, frisou que é indispensável reconhecer o espaço da Central de Artesanato Mestre Dezinho como local de grave violação de direitos humanos e memória da ditadura:

Se encaixa, com certeza se encaixa (como local de grave violação de direitos humanos). [...] Lá, o quartel do Exército 25BC, a Penitenciária e o DOPS, com certeza todos eles se encaixam. Mas lá, mais particularmente, por que concentrou mais, né? [...] Esse pessoal da Faculdade de Filosofia e do Movimento Estudantil ficou todo lá. Então, é claro que tem.

[...] Você não pode contar aquela história só e sempre como Centro de Artesanato. É, mas aqui. Lá atrás, cumpriu uma missão [...] de golpear os direitos humanos. Então, isso precisa ser resgatado. Agora, a gente precisa ter aliados pra isso, institucionalmente. Porque se você não tem a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado, Câmara Municipal, quer dizer, fazendo lei, você não vai conseguir transformar aquilo ali num centro de memória [...].

E, talvez, até estimular quem tenha certo receio de contar essa história, possa vir a contar. Porque nós tratamos essas pessoas como resistentes, como heróis, como pessoas que estavam do lado certo. E Teresina, infelizmente, o Piauí, infelizmente, conta a história do lado dos golpistas, não do lado de quem foi golpeado.

Considerações finais

Antes de retomar as discussões feitas no início do texto, é considerável frisar que este artigo é um fragmento de uma dissertação ainda em construção e que muitas das perguntas e análises feitas ainda estão na dependência, por exemplo, de consultar alguns acervos, como o da Comissão Nacional da Verdade, localizado no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional. No entanto, existem muitos ângulos de discussão acerca do edifício da Central de Artesanato Mestre Dezinho, por que ele é um objeto complexo que sofreu inúmeras flexões de uso com o tempo e tem memórias de inúmeras frentes atreladas a sua história.

Em casos de ditaduras cuja dinâmica é essencialmente a preservação seletiva, onde são ocultadas a maioria das informações que acusariam os crimes cometidos e sobram registros irrelevantes nos arquivos públicos, são os testemunhos das vítimas que fazem o papel de documento. No entanto, no caso da Central de Artesanato Mestre Dezinho não existe apenas a imaterialidade dos depoimentos, mas sim remanescentes físicos da memória do acontecido. A decisão de sinalizar a importância desse espaço, de maneira institucional, entra em consonância com a função social de lugares de memória, posto que eles são os guardiões da memória pessoal e coletiva justamente por se instalarem no mesmo sítio notável onde a atividade humana ocorreu, ainda que essa remeta ao horror.

A hierarquia entre os meios pelos quais os bens culturais do Brasil são reconhecidos institucionalmente é um assunto constante na literatura. Sérgio Micelli (1987, p. 45) já pontuava que os valores artísticos, no caso do IPHAN, sempre se sobrepuseram aos históricos, e sendo o órgão o maior no país quando se trata de proteção e salvaguarda de patrimônio, as instituições estaduais acabam por se submeter também a essa sistemática, muitas vezes suprimindo a importância que alguns locais tem dada a sua participação em momentos históricos recentes do país e priorizando espaços que reforçam a tradição anterior inventada, nacionalista, “brasileira” através da estética.

É visível que não só o tombamento, mas outras formas de reconhecimento institucional precisam acontecer para que as memórias desse período de repressão se façam mais presentes e estejam, de algum modo, salvaguardadas. É indispensável para a manutenção da narrativa ao longo do tempo que seja exposto que o histórico violento conectado a memória do edifício piauiense só foi subvertido com o estabelecimento do equipamento cultural recente. Sua relevância no que tange aos acontecimentos da ditadura no Piauí e à capilaridade da resistência no país contribui muito para a compreensão do contexto de que o golpe de 1964 atingiu o Brasil como um todo, sem exceções ou hierarquizações.

Reconhecer locais de memória institucionalmente e propor artifícios de consciência para eles não só é listar e expor acontecimentos traumáticos, mas compreender o paradigma do dever de lembrar e do direito de esquecer. Esses espaços são, na verdade, um portal de possibilidades onde é possível lembrar, mas também optar por esquecer, visto que o memorial continuará existindo fisicamente para assumir o papel de agente da memória social. O esquecimento pessoal, nesse aspecto, não se trata de um aliado ao apagamento histórico, nem mesmo é considerado partidário do opressor, mas sim uma escolha de distanciamento da dor vivida.

Ativar ferramentas para a ativação dos locais de memória, e consequentemente, para a reparação dos crimes da ditadura civil-militar é um movimento em efervescência em toda a América Latina, que considera a história oral uma documentação indispensável para compor todo o panorama memorial desses lugares. Embora estejamos presos a uma estrutura que está sempre hierarquizando e relativizando métodos (documento x testemunho; artístico x

histórico; construção social x reconhecimento institucional), é válido ressaltar que esses são intrínsecos uns aos outros e, juntos, contribuem para projetar a memória e apontar a bússola da história, sem garantias, em direção ao nunca mais.

Referências bibliográficas

ANDRADE, P. Porão usado durante ditadura militar no PI ainda tem manchas de sangue [Versão Eletrônica]. **G1**, 1-2, 31/03/2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/03/porao-usado-durante-ditadura-militar-no-pi-ainda-tem-manchas-de-sangue.html>. Acesso em: 2 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Comissão Nacional da Verdade**: relatório. v. I. Brasília, DF: CNV, 2014. 831 p.

CARDOSO, W. Monumento a Marighella amanhece coberto de tinta [Versão Eletrônica]. **Folha de S. Paulo**, 30/07/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/monumento-a-marighella-amanhece-coberto-de-tinta-vermelha-em-sp.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CASTRO, F. J. L. A. **1964: Memórias e culturas políticas no Piauí**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP; Estação Liberdade, 2001.

DANTAS, Deoclécio. **Marcas da Ditadura no Piauí**. Teresina: Gráfica do Povo, 2008.

DIAS, Laércio Barros; DIAS, Aelson Barros. **A história da Polícia Militar do Piauí**. Teresina: Gráfica Expansão, 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ - ALEPI: 188 Anos. Produção de FELIPE, H., e Direção de MACENA, G. YouTube, 2023.

FERNANDES, Robson de Lima. **Estabelecimento de educandos artífices do Piauí: práticas educativas e relações de poder (1849-1873)**. Tese – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília-DF: IPHAN, 2016.

FRANCO, Pamela. Casa Antonino Freire em Teresina: um retrato do conflito entre preservação patrimonial e desenvolvimento econômico. In: AFONSO, Alcília;

MARQUES, Rômulo (orgs.) **Teresina em Aquarelas**. Teresina: Cidade Verde/EDUFPI, 2014, p. 147-158.

IPHAN. Diretrizes básicas do PNPI [Versão Eletrônica]. **Portal Iphan**, mar. 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/682>. Acesso em: mar. 2024.

IPHAN. Instrumentos de proteção [Versão Eletrônica]. **Portal Iphan**, mar. 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>. Acesso em: mar. 2024.

IPHAN. Instrumentos de salvaguarda [Versão Eletrônica]. **Portal Iphan**, mar. 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418>. Acesso em: mar. 2024.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

JORDÃO COSTA SILVA, Francisco. **Análise da atuação do Estado na implementação de políticas públicas para o setor artesanato Piauiense**. Dissertação (Mestrado) – FLACSO Sede Brasil, São Paulo, 2018.

KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

LOPES, Denise. Praça Pedro II s/n, da tortura ao artesanato: a construção de uma nova história. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** Teresina: INTERCOM, 2009.

MEDEIROS, Antônio José. **1968: uma geração contra a ditadura**. Teresina: Quimera Editora; Instituto Presente, 2014.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Caravana da Anistia julga, pela primeira vez, processos no Piauí [Versão Eletrônica]. **JusBrasil**, 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/caravana-da-anistia-julga-pela-primeira-vez-processos-no-piaui/3072374>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MONCAU, G. Aos 59 anos do golpe militar, Cordão da Mentira desfila contra os massacres de ontem e hoje [Versão Eletrônica]. **Brasil de Fato**, 01/04/2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/01/aos-59-anos-do-golpe-militar-cordao-da-mentira-desfila-contr-os-massacres-de-ontem-e-hoje>. Acesso em: 12 ago. 2024.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

PIAUÍ. Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Piauí – IPAC/PI [Versão Eletrônica]. **Coordenação de Registro e Conservação**, 1998. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2022/08/03/inventarios-de-protecao-do-acervo-cultural-do-piaui-ipac-pi>. Acesso em: mar. 2024

PIAUÍ. Arquivo de Bens Tombados no Piauí [Versão Eletrônica]. **Coordenação de Registro e Conservação**, nov. 2021. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2022/06/30/lista-de-bens-tombados-do-piaui>. Acesso em: mar. 2024.

COMO SOBREVIVI EN LA MEMORIA

DOI: 10.5281/zenodo.17752784

Marcelo Moreno⁶⁷

*Sobreviví por sobrevivir
porque me dejaron sobrevivir
ellos...
Soy presencia de los compañeros
Aquellos que no sobrevivieron
Soy rastro
Soy gesto y cuerpo presente
Reflejo de esas ausencias
Tan presentes
Sobreviví, sobreviviendo en SU Memoria
En LA Memoria
En LAS Memorias
Las oficiales
Las subalternas
Las subversivas
Las alternas
Las desobedientes
Las sensibles...
Sobreviví en las huellas y en las marcas de lo sucedido
En los sitios, su arquitectura
En sus espacios y en sus vacíos
En sus silencio y ausencias
En la palabra
Y con mi presencia hasta donde la vida de.*

La Memoria

De un análisis a los caminos recorridos y los acontecimientos post dictaduras de los 70/80 sucedidos en Uruguay, Brasil, Chile y Argentina, sin duda podemos destacar el altísimo impacto que tuvo allí el diálogo/colaboración entre las ciencias sociales, las humanidades y el ámbito jurídico, particularmente en la “reconstrucción” (¿?) de las memorias, la visibilidad de los crímenes perpetrados y su juzgamiento.

⁶⁷ Arquitecto, Sobreviviente CCDTyE “Club Atlético” – Argentina.

Las narrativas testimoniales son parte de la elaboración del pasado y motor para la gestión de las identidades. Los relatos (narrativas) testimoniales de la experiencia vivida por los sobrevivientes, ha sido en diferentes ámbitos (judiciales, universidades, seminarios, etc.) y sigue siendo parte de la elaboración del pasado. Un pasado múltifforme... involucrando críticamente la reelaboración de lo político, trabajando sobre lo traumático de la experiencia, transitando el duelo.

En el presente son soporte para impulsar la búsqueda de Memoria, Verdad y Justicia.

La Memoria como DEBER es un modelo canónico, posee, entre otras, una carga coercitiva con improntas negativas. Tiene la necesidad de emitir un relato único, rígido... si es abordado desde el principio de autoridad Memorial. Tiene en si una esencia imperativa. Establece el daño y el dolor como esencia en el guion de la Memoria.

Como se convierte en una Memoria estática, no permite la resignificación de la misma. Lo dicho: Bloquea la memoria. Considera el olvido como imperativo. Se desenvuelve en el dilema: ¿es preciso olvidar? ¿es preciso recordar?... de una manera estéril. También plantea la memoria como una decisión individual y no colectiva, perteneciente al ámbito de la sociedad o de la comunidad. Se desenvuelve como una privatización de la Memoria.

La Memoria como un DERECHO es una memoria democrática y/o democratizada. Parte de su esencia es la resignificación permanente del pasado y de su contenido. La memoria se construye día a día. Está contenida en un marco comunitario en donde la responsabilidad carga particularmente sobre el Estado quien despliega las políticas públicas que le dan marco y amplitud. Se desarrolla con una mayor participación de la comunidad desde sus objetivos, sus programas y los instrumentos (memoriales, museos y otros).

La memoria, desde nuestra perspectiva, es entendida como una acción, no una entidad fija y preexistente al recuerdo. Esto implica considerar que la memoria no es algo que “poseen” determinados sujetos, sino algo que hacemos a través de la interpretación de los acontecimientos del pasado. Por lo tanto, creemos que la memoria es una acción social de la que todos, todas y todes participamos y que lo hacemos desde diferentes posiciones.

La memoria es entendida como aquel proceso y producto social, político y cultural por medio del cual se construyen significados sobre el pasado. En tanto acción colectiva, se encuentra inmersa en relaciones de poder/resistencia que configuran su emergencia. Así mismo, las acciones de memoria pueden ser diversas y contar con distintos soportes materiales y simbólicos.

La propuesta entonces se desplaza desde la preocupación por los hechos hacia la preocupación por los significados, y desde una visión representacionista hacia una visión interpretativa, recalcando la importancia de aproximarnos a la construcción de los significados sobre el pasado como elementos con los cuales comprender el presente.

Los diferentes contextos analizados nos muestran que se suele privilegiar un único relato sobre el pasado, en el que las víctimas y sus experiencias son centrales.

Recordar la violencia y el dolor de las víctimas no es un problema en sí mismo, ya que es evidente que el recuerdo del sufrimiento se hace apelando a los valores del espectro de los Derechos Humanos y el bien común. Pero también es importante recordar los procesos de lucha y resistencia, así como poner dichas memorias en diálogo, profundizando de esta manera el debate respecto del pasado y proponiendo configuraciones más agenciales desde donde hacer memoria. Esto nos llevaría a pensar que se hace necesario abogar por políticas de la memoria que tiendan a la construcción de pasados plurales y democráticos, abiertos a la reinterpretación y al debate a propósito de la transformación de múltiples violencias.

Subrayamos que la memoria colectiva se compone por una red de prácticas, relaciones, significados y afectos, donde diversos sujetos pugnan para que determinadas versiones del pasado sean legitimadas como parte de la historia de una sociedad.

Las producciones de memoria que realizan sujetos fuera de la institucionalidad, también son parte de las disputas de la memoria, aunque sus efectos puedan ser menos visibles o tener menor alcance en el espacio público.

Por ejemplo, Isabel Piper (2013) analiza en un ejercicio de campo las memorias que se construyen en la visita a un lugar de memoria por parte de jóvenes que no vivieron los hechos de la dictadura chilena. Al aproximarnos a estas otras memorias, es decir, aquellas (tan diferentes) que ocurren en otros espacios y

realizadas desde diferentes posiciones de sujeto, vale reflexionar a propósito de la movilidad de la memoria, de su dinamismo y su dimensión dialógica.

Toda práctica de memoria está en diálogo con los discursos de memoria que circulan en un determinado entramado social: memorias hegemónicas y disidentes dialogan, o pueden dialogar, entre sí, interpretándose y reinterpretándose de maneras muchas veces inesperadas.

Lo planteado, nos permite afirmar que toda práctica de memoria es contextual, por tanto, si entendemos la memoria como producto de las condiciones históricas y sociales en las que esta se construye, resulta fundamental considerar la relación entre democracia y Derechos Humanos, abordando a su vez las reconfiguraciones del poder, las violencias y las resistencias propias de dichos escenarios.

La memoria no es sólo política pública, siempre a la sombra del Estado, no es principalmente relato institucionalizado, sino que es, sobre todo, acto, reapropiación y resignificación de lo vivido. Esto implica una aproximación específica al campo, tanto al momento de escucharlo como de plantear nuestros posicionamientos ético-políticos al entrar en él.

Lo dicho hasta aquí nos permite abordar dos argumentos relevantes: El carácter unívoco y estable de la memoria es contestable; y las memorias disputan entre sí memorias. Es decir que, aun frente a la influencia de la circulación transnacional de discursos y guiones de rememoración, y ante los esfuerzos de Estados nacionales por oficializar qué y cómo recordar, las interrogaciones del pasado en el presente no dejan de activarse y las memorias continúan (re)elaborándose de maneras y por sujetos diversos, en atención a intereses, posibilidades y posiciones al interior de relaciones de poder. Al señalar que, las memorias entran en disputa con otras memorias (Jelin, 2005; Da Silva Catela, 2008), vemos la memoria colectiva no como un discurso homogéneo, sino como un campo de conflicto donde pugnan por establecerse distintas versiones sobre el pasado que son útiles para comprender el presente, y que dichas versiones y sus disputas no pueden entenderse fuera de los conflictos sociales en los que se producen.

Si a través de lo anterior subrayamos el carácter conflictivo de la memoria, nos parece ineludible referir al rol de la memoria en el centro y en el post de los conflictos. Es innegable que existen expectativas frente a la posibilidad de

(re)elaboración y (re)significación de los pasados violentos, lo que podemos relacionar al lugar y rol atribuido a la memoria en los escenarios transicionales.

No obstante, en concreto, es difícil universalizar su contribución a la reparación, a la no repetición y la construcción de sociedades donde los Derechos Humanos –en su indivisibilidad e interdependencia- no sean solo principios ni proyectos, sino una garantía.

Atendiendo a la multiplicidad de contextos que podemos analizar en Latinoamérica, difícilmente se puede establecer una respuesta clara y general con relación a los aportes de los procesos y prácticas de (re)elaboración del pasado a la configuración de escenarios de inviabilidad de las violencias y desigualdades. Por el contrario, se trata más bien de asuntos que deben ser permanentemente examinados, evaluados, discutidos, en sensibilidad a las particularidades de los diferentes escenarios internacionales y locales, y momentos históricos.

Es importante insistir en que los conflictos son variados como diversas son las memorias que se construyen a partir de estas violencias, por lo tanto, es importante poner atención en las siguientes interrogantes que pueden ser útiles en nuestros análisis y reflexiones para comprender la relación entre memorias y resistencias:

¿qué tipo de conflictos podemos leer en clave de memoria?;

¿qué derechos humanos son vulnerados o violados en estos contextos?;

¿qué ámbitos de la vida afectan las violencias y desigualdades?;

¿qué violencias enfrentan las resistencias alimentadas por los procesos de memoria colectiva?;

¿qué lugar tienen las memorias en los procesos de resistencias?

El Testimonio

Pondremos nuestra mirada en las narrativas personales/testimonios, producidos por los sobrevivientes en diversos contextos de enunciación, como acto privado o como expresión en la esfera pública.

Se destaca la importancia central del contexto de producción del testimonio: ¿quién pregunta, ¿qué, para qué, qué espacio se da para la reflexión, ¿cómo se tratan las emociones y los silencios?, etc.

En la superposición de estas capas y en sus interacciones es donde se manifiesta, entonces, la multiplicidad de temporalidades: tiempo biográfico del contenido de lo que se relata; tiempo histórico en que ocurrieron esos hechos; tiempo histórico-cultural del testimonio.

Los tiempos de la escucha. Silencios y permisos

Miremos otra dimensión de la temporalidad: los tiempos múltiples y climas de época que influyen sobre lo que se puede decir en un momento dado y sobre su difusión posterior. Tiempos no sólo para hablar sino para que otros y otras puedan escuchar, que a su vez puede permitirse salir del silencio.

¿Héroes?, ¿mártires?, ¿víctimas?, ¿combatientes?, ¿sobrevivientes? Como en otros lugares y momentos en Latinoamérica, las memorias e imágenes del pasado reciente en Argentina tienen una historia de focos y borramientos, llamadas de atención y silencios. Se trata de varios temas y acontecimientos superpuestos: las memorias de la represión dictatorial, pero también las del activismo y la conflictividad política previa.

La historia es sinuosa, llena de sordas controversias, de silencios y denegaciones, de memorias subterráneas y de “descubrimientos”.

Quienes participaron en esta historia lo han hecho desde diferentes y hasta contrapuestas posturas políticas y desde variados compromisos ideológicos, éticos y ciudadanos específicos.

Frente al poder militar dictatorial, la oposición no tardó en conformar un colectivo social de gran centralidad desde entonces, el “movimiento de derechos humanos”, cuya tarea inicial fue intentar denunciar y detener la violencia terrorista estatal y averiguar el destino de sus víctimas.

La figura de “la víctima” fue la imagen dominante, imagen coherente con la implantación paulatina pero firme del paradigma de los derechos humanos.

En efecto, si antes los enfrentamientos y las luchas sociales y políticas eran interpretados en términos de lucha de clases o de revoluciones nacionales, la incorporación de la clave “violaciones a los derechos humanos” fue una verdadera revolución paradigmática. Esta definición implica concebir al ser humano como

portador de derechos inalienables y asigna al Estado la responsabilidad central de garantizar la vigencia y el cumplimiento de esos derechos.

Al mismo tiempo, implica poner el acento sobre la violación y el sufrimiento de la víctima (pasiva), antes que sobre su compromiso (activo) con un proyecto o una acción política significativa.

Con esta imagen dominante, la memoria combatiente no necesariamente se olvida; más bien se silencia y queda como "memoria subterránea" (Pollak, 2006). Las imágenes del detenido-desaparecido, de la tortura y el asesinato generadas durante la dictadura para la denuncia y los intentos de poner freno a esa violencia, fueron también las dominantes durante los años de la transición.

La militancia política y la lucha armada estaban silenciadas y opacadas para los sujetos, que eran principal, si no exclusivamente, víctimas. El lenguaje y la imagen idealizada de la familia constituían la figura medular del discurso y de las prácticas del movimiento de derechos humanos. Lo que estaban denunciando eran crímenes en contra de la familia, proyectando al mismo tiempo una imagen de "buen/a hijo/a" del/a joven desaparecido/a y de una vida familiar "normal".

La imagen paradigmática es aquella de la "madre", simbolizada por las Madres de la Plaza de Mayo con sus pañales-pañuelos en la cabeza, que deja su ámbito doméstico y privado "natural" de vida familiar para invadir la esfera pública en busca de su hijo/a secuestrado/a-desaparecido/a. Rescatar los rasgos de la bondad, la generosidad y la inocencia casi infantil es la contracara de la sospecha generalizada del "por algo será". En este marco el sobreviviente molestaba (aun molesta). Estaba silenciado.

En Argentina hay dos temas significativos ligados a la historia reciente cuya presencia y ausencia en la esfera pública están marcadas por el clima político-cultural en cada momento o período: la opción por la lucha armada y la violencia sexual durante la dictadura.

Para la opinión pública y para la sociedad en general, la incorporación de la militancia social, e incluso política, en la caracterización de las víctimas fue lenta, aun cuando no era lógicamente contradictoria con el marco interpretativo que caracterizaba a las "víctimas de violaciones a los derechos humanos" y podía haber encajado en él.

Fueron las Madres quienes rescataron y reivindicaron la militancia de sus hijos al decir públicamente “nuestros hijos nos parieron”. Después del juicio, lo primero que se torna visible es que muchos desaparecidos estaban comprometidos en una “militancia social”, basada en principios humanistas (a menudo cristianos) de ayuda a los pobres para su mejoramiento. Sea como activismo social (más fácilmente aceptado) o como activismo político en pos de un ideal de justicia social, tímidamente comienzan a aparecer figuras de víctimas con voluntad política.

El escenario político y el clima cultural cambiaron en los últimos años. Desde el gobierno nacional se expresó la voluntad de recuperar la iniciativa en el campo jurídico, lo que llevó a retomar y ampliar procesamientos y juicios a represores; la iniciativa del Poder Ejecutivo encontró eco en el Parlamento, que anuló las leyes de impunidad, y en la Corte Suprema, que las declaró inconstitucionales, abriendo el camino para una nueva ola de juicios.

También se fue implementando una política ligada a la recuperación de sitios clandestinos de detención y su incorporación a la cartografía de la historia reciente. Estas iniciativas estuvieron enmarcadas en la fuerza de la figura de la víctima, pero agregando un elemento importantísimo: el reconocimiento público de la militancia.

En ese contexto, el acto en la Escuela de Mecánica de la Armada desarrollado el 24 de marzo de 2004 fue emblemático, por el protagonismo de los/as sobrevivientes y por el papel central ocupado por el presidente Néstor Kirchner.

En tanto se trataba de la recuperación de un lugar clandestino de detención y tortura, sólo los sobrevivientes podían dar los detalles del horror allí ejercido.

La militancia estaba presente; la opción por las armas, silenciada. La reivindicación setentista, allí y en otros ámbitos, era de tono generacional e identificadorio, más que una reivindicación de los ideales o de las prácticas revolucionarias de la época. En gran medida, aún hoy sigue dominando la imagen de la víctima y su contraposición con victimarios y represores, ahora llevados al banquillo de los acusados.

En verdad, las diversas instancias de exaltación de la militancia que se desarrollaron a lo largo de más de dos décadas impulsaron la construcción de la figura de un/a militante puro/a, idealista: héroes y heroínas. De “Las múltiples temporalidades del testimonio: el pasado vivido y sus legados presentes” | Elizabeth Jelin, extraigo:

“Todos caían en la redada: dirigentes sindicales que luchaban por una simple mejora de salarios, muchachos que habían sido miembros de un centro estudiantil, periodistas que no eran adictos a la dictadura, psicólogos y sociólogos por pertenecer a profesiones sospechosas, jóvenes pacifistas, monjas y sacerdotes que habían llevado la enseñanza de Cristo a barriadas miserables. Y amigos de cualquiera de ellos, y amigos de esos amigos [...]. Todos, en su mayoría inocentes de terrorismo o siquiera de pertenecer a los cuadros combatientes de la guerrilla, porque éstos presentaban batalla y morían en el enfrentamiento[...]. De estos desamparados, muchos de ellos apenas adolescentes, de estos abandonados por el mundo hemos podido constatar cerca de nueve mil” (CONADEP, 1984: 10).

Durante mucho tiempo, y todavía en muchos círculos, la violencia sexual es leída en términos morales, como afrenta al honor, como tema de pasiones interpersonales. Sin embargo, la violencia sexual puede y debe ser leída en otra clave.

La violación en la tortura no fue una práctica de desborde de la excitación sádica de quienes estaban llevando a cabo la tortura. Fueron prácticas basadas en el conocimiento casi “científico” del efecto destructor de la persona que tales prácticas conllevan, como parte de una estrategia política para destruir al enemigo al destruir las bases culturales que definen la pertenencia de las mujeres a una comunidad, una afrenta a las mujeres, pero también a la masculinidad de los hombres que no pudieron defenderlas.

La violación fue subsumida en la tortura. No fue vista como práctica de género específica. Era, si se quiere, una parte más de la vejación del cuerpo. La mira estaba puesta en las desapariciones forzadas como epítome del terrorismo de Estado. La denuncia y la búsqueda de “verdad y justicia” estaban concentradas en quienes habían cometido ese Crimen Supremo, incomparable.

Frente a esto, todo lo demás parecía menor, doloroso y lleno de sufrimiento, pero no merecedor de tanta atención. Además, la normativa jurídica de la época ubicaba a la violación como afrenta al “honor privado”. Este marco interpretativo irá a cambiar posteriormente.

En los años ochenta hubo testimonios sobre violaciones, hablados e interpretados en el marco y como parte de la constatación de la tortura. No se buscó ni se puso un énfasis especial en preguntar más a las testimoniantes, no hubo

instancias especiales que instaran a hablar. Esto fue cambiando, dada la transformación del clima institucional internacional. Cuando se estableció la Comisión de Verdad y Reconciliación en Perú, que actuó entre 2000 y 2003, se incorporaron los delitos sexuales en su mandato. Esta decisión contrasta con las anteriores CONADEP en Argentina o la Comisión Rettig en Chile, que fueron “ciegas” a las cuestiones de género.

Hubo desde aquí un objetivo explícito de promover y registrar las voces de mujeres. Para poder hablar se necesita un espacio de confianza, un espacio donde la capacidad de escuchar sea central. Se plantea entonces el dilema ético de si hablar o silenciar. Aun cuando se pueda crear un clima de confianza, quienes escuchan siguen siendo “otros/as”, una alteridad. La recuperación de la “normalidad” implica la reconstrucción de un sí mismo, la reconstrucción de la intimidad y la privacidad. Los silencios en las narrativas personales son, en este punto, fundamentales. A menudo no son olvidos sino opciones personales, como “un modo de gestión de la identidad” (Pollak y Heinrich, 1986).

Los modos en que el testimonio es solicitado y producido no son ajenos al resultado que se obtiene. Los testimonios judiciales y, en menor grado, los realizados frente a comisiones de investigación histórica están claramente enmarcados por el destinatario. “Si la experiencia concentracionaria constituye un caso límite de toda experiencia humana, las experiencias testimoniales no lo son menos [...]. La solicitud de hablar de recuerdos humillantes y la dificultad de hacerlo pueden fácilmente crear un sentimiento de obligatoriedad de testimoniar, pero también de tener que justificarse con relación a los hechos evocados y, por consecuencia, de sentirse no testigo sino acusado” (Pollak, 1990: 186).

No todos los sobrevivientes quieren o pueden hablar en cualquier circunstancia o espacio. La gestión y el derecho al silencio son también parte de esta historia. Silencios por temor; silencios producto de una larga historia de dominación; silencios por cuidar a los/as otros/as cercanos/as; silencios como opción y afirmación personales.

La entrevista de historia oral también implica que el testimonio es solicitado por alguien, pero se da en un entorno de negociación y relación personal entre entrevistador y entrevistado (Schwarzstein, 2002). La escritura autobiográfica refleja una decisión personal de hablar públicamente por parte de quien lo hace.

Cada una de estas u otras modalidades de expresión indican diferentes grados de espontaneidad, diferentes relaciones de la persona con su propia identidad, y diferentes funciones sociales del “tomar la palabra” (Pollak, 1990; Bourdieu, 1985).

Desde el punto de vista de la sociedad y su sistema institucional, los testimonios en primera persona son fundamentales a la hora de elaborar pruebas judiciales o de intentar saber la “verdad” de lo ocurrido. Con el reconocimiento internacional de la violencia sexual como crimen de lesa humanidad se abre la oportunidad de incorporar testimonios de manera sistemática en los juicios que se llevan a cabo. De hecho, en Argentina hubo varias condenas y juicios en curso donde se están reconociendo judicialmente estos crímenes. Para ello, se necesita este tipo de testimonios, especialmente después de la lucha y conquista del reconocimiento de la violación como crimen de lesa humanidad, que tanto esfuerzo le costó al movimiento feminista internacional.

Vale traer al centro de la escena una continuidad temporal de más larga duración, y el optimismo de su ruptura: por un lado, una línea que marca continuidades entre la violencia sexual antes de las dictaduras, la brutalidad de la violencia sexual política durante las dictaduras y los niveles de violencia hacia las mujeres en la sociedad actual.

Es interesante marcar y resaltar que hay multiplicidad de historias, testimonios y multiplicidad de tiempos. Hay tensiones situadas histórica y socialmente: cambiantes definiciones de lo privado y lo público, lo individual y lo colectivo, lo político y lo moral. Sabemos que la manera como se nombra marca la experiencia, tanto en el momento en que se la vive como cuando se la rememora. Aun la parte “fáctica” de lo vivido está mediada por las categorías de pensamiento, y esto se torna más central con el paso del tiempo, con la incorporación de la experiencia humana y de los sentimientos de entonces y del después, con los cambios en los climas sociopolíticos y en los marcos interpretativos disponibles.

Las narrativas personales implican una multiplicidad de voces, circulación de múltiples “verdades”; también de silencios y cosas no dichas, que pueden ser expresiones de huecos traumáticos. Pueden ser también estrategias para marcar la distancia social con la audiencia, con el/la otro/a. O responder a lo que los/as otros/as están preparados para escuchar. Pueden también reflejar una búsqueda de

restablecer la dignidad humana, volviendo a dibujar y marcar espacios de intimidad que no tienen por qué exponerse a la mirada de los/as otros/as.

En el testimonio personal, quienes sufrieron directamente comienzan a hablar y narrar sus experiencias. Es al mismo tiempo una fuente fundamental para recoger información sobre lo que sucedió, un ejercicio de memoria personal y social en tanto implica una narrativa que intenta dar algún sentido al pasado, y un medio de expresión personal por parte de quien relata y quien pregunta o escucha. Si bien a primera vista pareciera que la posibilidad de narrar implica una superación del hueco traumático y del silencio, no siempre es así. Existen casos en que las dificultades y obstáculos narrativos son enormes, reflejando la discrepancia entre la vivencia y la ausencia de marcos narrativos para decirlo. Hay testimonios que carecen de subjetividad y otros que son repeticiones ritualizadas del relato del sufrimiento (van Alphen, 1999).

A su vez, quien escucha puede sentir extrañamiento y distancia.

Las posibilidades de escuchar varían a lo largo del tiempo: parecería que hay momentos históricos aptos, y otros en los cuales esto no ocurre. Hay también momentos en que el clima social, institucional y político está ávido de relatos; otros donde domina la sensación de saturación y de exceso. Nuevamente aquí debemos plantear la urgencia de historizar, de incluir la temporalidad y la historicidad de las narrativas personalizadas y de las posibilidades de escuchar.

Se puede hablar de la naturalización del vínculo memorias-DD.HH., revelando que este es producto de relaciones históricas, sociales y políticas específicas.

De manera general sería posible plantear que, en escenarios de conflicto, si por una parte quienes detentan el poder movilizan la negación, justificación y legitimación de las violencias, por otra parte, las personas afectadas, sus familiares y defensoras de Derechos Humanos actúan para denunciar que se trata de crímenes y contra su ocultamiento.

Es interesante evaluar la memoria como una práctica de resistencia, particularmente en relación a las tecnologías y estrategias de la gubernamentalidad neoliberal.

Particularmente, nos referimos al contexto de la gubernamentalidad neoliberal, la que define como un proceso de reorganización global del poder, que

opera en términos económicos, sociales, políticos y a nivel de las subjetividades. Entre los rasgos característicos de la gubernamentalidad neoliberal, se identifican los siguientes:

- a) subordinación de lo social y lo político a lo económico (lógica empresarial y corporativa de costo/beneficio);
- b) organización del poder en la forma de Biopoder (administración y selección de unas vidas a costa de otras);
- c) pérdida de la centralidad del Estado-nación como aparato de gobierno (condicionamientos supranacionales; fragmentación y asociación del Estado con redes criminales);
- d) políticas del miedo orientadas al control social (miedo dirigido a un otro potencialmente peligroso; elusión del involucramiento Estatal y las redes de poder en la violencia);
- e) construcción mediática propagandística que produce verdades y subjetividades (basadas en el miedo, el aislamiento, la justificación de la exclusión y la sobredimensión del poder legal e ilegal).

En este contexto, podemos centrarnos en las resistencias para confrontar la sobredimensión que se le ha dado al poder.

En ese sentido, aborda dos formas de oposición al poder: la resistencia por confrontación y las resistencias laterales. Mientras que las primeras disputan los espacios de poder, siendo más riesgosas y jugando muchas veces bajo las mismas lógicas del poder hegemónico; las segundas son estrategias principalmente defensivas, productoras de espacios alternativos a la estructura del poder, que operan a mediano y largo plazo.

Analizando esta segunda forma de resistencia, se puede señalar el caso de las resistencias comunitarias indígenas en México, particularmente la Coordinadora Regional de Autoridades Comunitarias (CRAC). Esta forma de organización desarrolló un sistema de seguridad, organización política y jurídica de alcance regional que se enfrenta a las lógicas descritas anteriormente. La conformación de esta organización utiliza la memoria como una caja de herramientas, replicando experiencias a la vez que actualizándolas respecto de las urgencias del presente.

Los discursos transicionales se sostienen a través de binomios dicotómicos, como pasado/presente, dictadura/democracia, guerra/paz para explicar los

procesos sociales que les competen. En estas relaciones de exclusión, se configuran interpretaciones limitadas respecto de los contextos sociales, impidiendo, por ejemplo, comprender los matices, los cruces o incluso cómo se producen las líneas de división entre ambas categorías.

Abandonar las dicotomías para comprender la realidad social, o entenderlas como efectos de los discursos que configuran un determinado fenómeno, permiten, por ejemplo, analizar que no necesariamente los sectores dominantes ocultan las prácticas de violencia, sino que, muy por el contrario, las justifican¹ e incluso pueden utilizarlas para generar paralización social a través del miedo. Así mismo, que estas prácticas de violencia no son emprendidas únicamente en momentos de estados de excepción, sino que también son parte de los sistemas democráticos, aunque su legitimidad, justificación y gestión sea diferente.

A su vez, si pensamos más allá del binomio memoria/olvido, podemos comprender que en su práctica selectiva, la memoria produce ciertos pasados, excluyendo otros, relevando la memoria como un ejercicio de poder, en tanto propone una determinada configuración de la realidad, que puede ocurrir de múltiples formas y, por supuesto, en relación de contradicción con los discursos hegemónicos muchas veces excluyentes.

La posibilidad de que lo aceptado por cierto o verdadero del pasado sea revisado desde el presente, nos permite repensar la relación entre olvido y memoria, así como las clausuras de los relatos hegemónicos sobre el pasado, más allá de la dicotomía. Desde esta perspectiva, por ejemplo, los discursos negacionistas y revisionistas no deben ser considerados en términos de olvido, sino desde su intencionalidad de participar en la producción de la memoria de una sociedad.

Podemos decir así que aquello que se narra, visibiliza y pone en circulación sobre el pasado tanto como aquello que se omite del mismo, es constitutivo de las prácticas de hacer memoria y su selectividad.

Ciertos relatos pueden ser borrados del espacio público, pueden destruirse sus artefactos, los marcos que le dan sentido, prohibir sus expresiones, promover significados opuestos, reemplazar una memoria por otra, es decir, llevar a cabo acciones que promuevan el olvido. Pero eso no implica abolir la memoria, pues el olvido no es más que una forma de ser de la memoria.

Los Contra-monumentos

Tentamos aquí una definición de "contra-monumento": Es una nueva representación de los monumentos; se dieron a conocer inicialmente como monumentos negativos. Expresan el vacío de lo conmemorado...

crea un doble vacío: la ausencia de lo que se conmemora y del objeto con que se lo conmemora. No impacta con su presencia...sino con su ausencia.

Es catalizador de procesos de memoria.

Se sale, se corre de lo estático... Despliega la disputa de las memorias ya que recogen elementos personales, se verbalizan circunstancias...la memoria está viva y presente.

El Contra monumento presenta ideas simples y efectivas. En su extremo opuesto: Los memoriales se erigen como fantasmas sobre sus pedestales. No son recibidos y vividos más que como objetos estáticos en las vidas cotidianas. Estos Monumentos estáticos, con los cambios políticos, se demuelen unos y se erigen otros.

Como se convierten en una memoria estática, no permite la resignificación de la misma. Bloquean, paralizan osificando la memoria. El contra monumento en cambio dice mucho de nuestro presente, de nuestro sistema político, nuestro arte y estilo. El lugar, el sitio y alma de la memoria es el ser humano... "La memoria es un río. Todo lo que sacamos de él son solo fragmentos de una infinita corriente. Todos estamos a su deriva: la MEMORIA."

El Neoliberalismo (el negacionismo)

De acuerdo a Claudio Vercelli, las nuevas tecnologías de información se han convertido en las últimas décadas en una plataforma para la circulación de discursos negacionistas, en tanto que posibilitan operar bajo un nuevo plano de difusión de información en el que la valoración de las fuentes, así como en la formación de la opinión histórica, sigue recorridos y modalidades que son, en algunos casos, diferentes a las praxis historiográficas tradicionales. El mismo autor nos plantea que el Negacionismo puede comprenderse como una actitud que se basa en la negación de ciertos hechos históricos (documentados por investigaciones, testimonios y

evidencias fácticas), que son reconocidos tanto por la comunidad científica como por la opinión pública; o que se sustenta en la negación de su relevancia en los procesos democráticos en los que estos hechos son debatidos.

El uso del término, plantea Vercelli, surge a propósito de la referencia a “la afirmación de la no existencia de la Shoah, el exterminio de los judíos por parte de la Alemania Nazi”. Esta negación implica la construcción de discursos en los que se plantea que el genocidio es una invención a partir de la cual se chantajea a los/as Alemanes, a la vez que se erige la idea de victimización de la comunidad judía, como una operación de poder y dominación sobre otros grupos. En esa línea argumental, la idea de negacionismo es considerada, como un fenómeno en el que los hechos históricos son leídos bajo teorías de la conspiración, atribuyendo a fuerzas ocultas, la tentativa de influir en la historia para el beneficio de ciertos grupos por sobre otros. En nuestra historia reciente, particularmente en América Latina, el negacionismo se ha convertido, principalmente, en un rechazo de la evidencia respecto de procesos de violencia política.

Los negacionistas en ocasiones se autodenominan como “revisionistas”, volviendo la acusación de “falsificación” de la historia contra las/os historiadores/as, situando sus discursos en el lugar de la producción científica y promoviendo que el rechazo de sus afirmaciones constituye una muestra de la “conjura para excluir la incómoda, cuando no escandalosa, «verdad»”.

De acuerdo a Francisco Erice el revisionismo “posee una clara voluntad de generar memoria y crear un nuevo «sentido común»”. Tratándose de esfuerzos por reinterpretar la historia de manera funcional a ciertos intereses y culturas políticas. De manera similar al negacionismo, las prácticas revisionistas se caracterizarían por privilegiar una divulgación de sus discursos a través de los medios de comunicación, por sobre el intercambio y debate académico, e igualmente por la promoción de conmemoraciones y lugares de memoria, coherentes con la narrativa que se proponen instalar en la sociedad.

De acuerdo con Pilar Calveiro asistimos a un cambio de época en el que se ha producido una nueva reorganización hegemónica global que, bajo los contextos actuales, debe ser leída a nivel Global. Al hablar de reorganización hegemónica hace alusión a “la articulación de diferentes actores –locales, nacionales y supranacionales- en torno a un proyecto económico político, intelectual y de

construcción de subjetividades- la globalización neoliberal- capaz de imponerse y simultáneamente, de encontrar y construir consensos. Implica la combinación de fuerza y consenso, así como la construcción de discursos que buscan la adhesión social a un determinado sistema de valores, a una concepción del mundo creíble, aceptable y congruente con el proyecto general” Pilar Calveiro (2017).

El neoliberalismo no se presenta sólo como un modelo de administración económica, sino como un ejercicio de configuración de poder mucho más complejo que administra los diferentes ámbitos de la vida.

Si bien es posible delinear algunos de los rasgos generales de la gubernamentalidad neoliberal, es importante situar su análisis según las maneras específicas en que se presenta en cada contexto y atendiendo también a las formas que adoptan las diversas resistencias que la enfrentan.

Algunos de los rasgos más importantes de esta forma de reorganización hegemónica son: En el plano mundial, el pasaje de un modelo bipolar a otro global, ambos con un fuerte componente autoritario, aunque de distinta índole; en lo económico, una nueva fase de acumulación y concentración basada en la aplicación del modelo neoliberal dentro de un mercado globalizado; en lo político el debilitamiento de la autonomía del Estado Nación y el desarrollo de redes de poder estatal-privadas de carácter transnacional, así como la homogeneización de los sistemas políticos nacionales mediante la instauración de democracias procedimentales; en lo social la incorporación de tecnologías, en especial comunicativas, que modifican la organización y las percepciones del tiempo y el espacio; en lo subjetivo, una individualidad blanda, aislada, en retracción hacia lo privado, como esfera principalmente de consumo de bienes y de cuerpos” (Calveiro, 2012).

Vale hacer énfasis en estos rasgos para pensar en las formas cómo se expresa esta gubernamentalidad neoliberal en diversos contextos o bien para analizar experiencias de resistencias localizadas en ámbitos concretos.

De acuerdo con Michel Foucault, la gubernamentalidad neoliberal implica nuevas formas de abordar “los problemas específicos de la vida y la población”.

Busca extender la racionalidad de mercado y, específicamente la empresarial, a ámbitos como la familia, la natalidad, la delincuencia y la política penal. Esta gubernamentalidad implica el enlace entre economía, población y seguridad con

“técnicas y procedimientos destinados a dirigir la conducta de los hombres” (Foucault, 2008). En este sentido, los sujetos son reducidos a objetos y, por ende, manipulables, desechables y cuantificables. Contribuye a la configuración de individualidades aisladas y temerosas, en tanto que propicia la construcción de políticas del miedo y la sospecha sobre los/as otros/as.

Cierre

No podemos atribuirle a la memoria el rol o la promesa de cese de los conflictos, sin embargo, esto no nos impide apropiarnos de su potencialidad para poner en entredicho relatos hegemónicos y las condiciones de exclusión y desigualdad que dichas tramas contribuyen a reproducir. De acuerdo a Isabel Piper (2020) “el carácter subversivo de los procesos de memoria colectiva no radica solo en el acto de recordar aquello que las versiones oficiales de la historia niegan, ni tampoco en el efecto normativo de relatar y señalar aquello que no debería volver a ocurrir, sino que en permitirnos comprender el presente e imaginar otros futuros posibles”. En ese sentido, no debemos perder de vista la particularidad de las estrategias, contenidos, sujetos y formas de recordar que permiten que la memoria se constituya en una herramienta de resistencia que contribuya a la transformación de nuestras sociedades.

REFERENCIAS

AGAMBEN, G. (2005). “Elogio de la profanación”. En Agamben, G. Profanaciones. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editores.

BOURDIEU, P. (1985). ¿Qué significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos. Madrid: Akal.

CALVEIRO, P. (2006). “Los usos políticos de la memoria”. En Caetano, G. (Comp.), Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Buenos Aires: CLACSO.

CALVEIRO, P. (2019). Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires: Colihue.

FELD, Claudia y Messina, Luciana, 4 tramas (2015) En torno a la palabra testimonial de los sobrevivientes: testigos legitimados y denegados de los centros clandestinos de detención en Argentina

JELIN, E. (2002). Los trabajos de la memoria. Buenos Aires: Siglo XXI.

JELIN, E. (2000). "Memorias en conflicto". En Puentes, N° 1.

JELIN, E. (2014). "Las múltiples temporalidades del testimonio: el pasado vivido y sus legados presentes". En Clepsidra, N° 1.

JELIN, E. (2017). La lucha por el pasado. Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

JELIN, E. (2021). Los trabajos de la memoria. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

JELIN, E. y DA SILVA CATELA, L. (Comp.) (2002). Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad. Buenos Aires-Madrid: Siglo XXI Editores.

JELIN, E. y LANGLAND, V. (2003). "Introducción: Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente". En Jelin, E. y Langland, V. (Comps.), Monumentos, memoriales y marcas territoriales. Madrid: Siglo XXI Editores.

LAMPASONA, Julieta y Larralde Armas, Florencia, Historia y fuentes literarias: Nuevas miradas (2021) El testimonio en el espacio: entre la escena judicial y la narrativa situada del horror. Un análisis de la muestra permanente en el Museo Sitio de Memoria ESMA

MESSINA, Luciana, Topografías de la memoria: de usos y costumbres en los espacios de violencia en el nuevo milenio. Kamchatka. Revista de análisis cultural 13 (2019) Lugares y políticas de la memoria: notas teórico-metodológicas a partir de la experiencia argentina IGEO-CONICET/UBA (Argentina)

NORA, Pierre, www.cholonautas.edu.pe / Módulo virtual: Memorias de la violencia. Entre Memoria e Historia: La problemática de los lugares (1984)

NORA, P. (1984). "Entre memoria e historia: la problemática de los lugares". En Nora, P. Los lugares de memoria. Traducción para uso exclusivo de la cátedra Seminario de Historia Argentina, C.U.R.Z.A.-UNCOMA.

-PIPER SHAFIR, Isabel. DEPARTAMENTO DE PSICOLOGÍA SOCIAL UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE BARCELONA 2005 1 2 OBSTINACIONES DE LA MEMORIA: LA DICTADURA MILITAR CHILENA EN LAS TRAMAS DEL RECUERDO.

POLLAK, M. (1989). "Memoria, olvido, silencio". Consultado en: http://www.comisionporlamemoria.org/investigacionyensenanza/pdf_biblioteca/Pollak%20Memoria%20olvido%20silencio.pdf

POLLAK, M. (1992). “Memória e identidade social”. En Revista Estudos Históricos. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas 326

POLLAK, M. y HEINICH, N. (2006). “El testimonio”. En Pollak, M. Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Ediciones Al Margen.

Principios sobre Políticas Públicas de Memoria en las Américas RESOLUCIÓN 3/2019. La Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) a instancias de su Relatoría sobre Memoria, Verdad y Justicia, en virtud de lo dispuesto por el artículo 41.b de la Convención Americana sobre Derechos Humanos; OEA

TODOROV, Tzvetan, Los Abusos de la Memoria (1995)

Silva Catela (2008) Clepsidra. -“Lo que merece ser recordado...”. Conflictos y tensiones en torno a los proyectos públicos sobre los usos del pasado en los sitios de memoria”. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria.

Poesia. Marcelo Moreno
Musica y Letra. Litto Nebbia

LAS POLÍTICAS DE MEMORIA CÓMO COMUNICADORES DE LA CIENCIA Y CONTRA EL NEGACIONISMO HISTÓRICO

DOI: 10.5281/zenodo.17752792

Gabriela Beraldo Rodriguez⁶⁸

INTRODUCCIÓN

El negacionismo científico no es una práctica exclusiva de las ciencias biológicas, a ejemplo de las vacunas. De la misma manera, es posible negar a la ciencia mientras hablamos de temáticas conectadas a la historia, a la sociología y a las ciencias políticas. Según los científicos Natalia Pasternak e Carlos Orsi (2021, p. 8), el negacionismo es "la actitud de negar, ante uno mismo y ante los demás, un hecho bien establecido o un consenso científico, en ausencia de pruebas abrumadoras"⁶⁹. O sea, el negacionismo científico no describe un simple error o contestación, pero si es una práctica de desinformación deliberada. En verdad, el termo negacionismo surgió para describir a las personas que negaban los hechos y evidencias históricas y científicas sobre el Holocausto.

Ante la preocupación por el negacionismo histórico y científico que rodea el debate público sobre las dictaduras militares latinoamericanas, este artículo busca trazar una aproximación entre los conceptos de divulgación científica y políticas de memoria, partiendo de la comprensión de que algunas de estas políticas -en este caso, los sitios de memoria y los museos historiográficos- son también formas de acercar la investigación científica y las encuestas al público y, por lo tanto, ayudar a construir un debate público para promover la conciencia sobre los pasados traumáticos y la promoción del Nunca Más.

⁶⁸ Mestra e doutoranda pelo Programa Interunidades de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Realiza pesquisa sobre comunicação científica, jornalismo, fake news e redes sociais. Possui graduação em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (2016). É diretora de Comunicação da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

⁶⁹ Traducción libre.

Para ello, el artículo aportará la conceptualización de la memoria y las políticas de divulgación científica, para luego esbozar los debates que permiten esta aproximación, tomando como ejemplo la EX-ESMA, en Buenos Aires, y el Memorial de la Resistencia de San Paolo. Finalmente, el tema se insertará en el debate actual sobre el negacionismo científico y sus aproximaciones con grupos que históricamente cuestionan -de manera revisionista- los informes sobre las dictaduras militares.

1. La ciencia en los estudios de la memoria

El campo de los estudios de la memoria es integral y puede ser investigado desde diferentes perspectivas. La neurología busca comprender cómo almacenamos información en nuestro cerebro y cómo la procesamos. La psicología, por su parte, lo observa tanto en su ámbito individual, como amplía la visión de su funcionamiento en los grupos – dentro de la psicología social destacamos la producción de la psicóloga brasileña Ecléa Bosi (2003). La Historia y la Sociología trabajan con conceptos como el histórico y la memoria colectiva (Halbwachs, 2006; Le Goff, 2013), con el fin de caracterizar su influencia en la organización de las sociedades y, principalmente, diferenciar entre la historia formal –la de los registros y los estudios en profundidad, que se enseñan en las escuelas, por ejemplo– y la entendida y transmitida dentro de los grupos sociales, oralmente, por escrito o registrada de cualquier otra manera –como las fotografías.

Cuando hablamos de la construcción de una memoria sobre las dictaduras militares latinoamericanas, comienzan a relacionarse nuevas áreas de investigación. A partir del lema "Memoria, Verdad y Justicia", la lucha de los grupos por superar los traumas del pasado alcanza nuevas alturas y la memoria comienza a relacionarse con el Derecho y las teorías de la Justicia Transicional, el derecho a la Verdad, la Justicia, la Amnistía y la Reparación, así como los estudios en el área de la Ciencia Política, al hablar de redemocratización. También existe relación con las teorías de la comunicación, respecto a los derechos de acceso a la información, que se estudiaron para apoyar la apertura de archivos confidenciales y la amplia disponibilidad de este material para la consulta pública.

Al observar el estudio de la memoria social, vemos que es un área de conocimiento que articula el pasado y el presente, lo individual y lo colectivo, a partir de hechos históricos sacados de estudios basados en documentación (archivos oficiales de la represión, periódicos de la época, fotografías, entre otros) y de testimonios de los que vivieron la dictadura, sean víctimas o perpetradores de la represión. O sea, a partir de los estudios historiográficos, de las evidencias históricas, nasce un nuevo campo de estudio para comprender las implicaciones de este pasado incuestionable –que es que hubo sí una dictadura militar que ejecutó personas y cometió crímenes de lesa humanidad- con el presente, a partir de las víctimas y en diálogo con los movimientos sociales que actúan para la no repetición de estos crímenes –el Nunca Más.

Para que se comprenda el proceso de memoria, se hace necesario estudiar: qué es la memoria, cuáles son las políticas de memoria y cuáles son las características de la construcción de la memoria de la dictadura militar en Argentina, desde la transición a la democracia hasta la actualidad, con un enfoque en la memoria promovida por los movimientos sociales de los familiares de las víctimas. Los estudios resultantes son efecto del estudio de distintas áreas del conocimiento, que se aplican a partir de metodologías científicas, con especial foco en las metodologías de la historia, que incluyen, como ya hemos apuntado, los estudios de archivos y, además más importante, el trabajo con entrevistas de personas que han vivido los períodos de excepción.

La memoria colectiva de acontecimientos políticos complejos –sumado a un aspecto represivo cuando hablamos de violencia estatal y dictaduras militares– está conformada no solo por documentos y libros de historia, sino también por narraciones y relatos de memorias individuales. Así, tales memorias, como afirma Bosi (2003), también están impregnadas por la historia dominante y por el grupo y la clase social en la que se produce el recuerdo. De esta manera, las memorias individuales y los informes oficiales se mezclan en un campo de disputas, donde hay una lucha por el protagonismo en el discurso entre diferentes grupos e individuos. Esto se debe a que la memoria también es poder, y todo poder abre espacio para la disputa y el conflicto (Jelin; Vinyes, 2021). A partir de esto, se propone pensar la memoria no como colectiva, como la define Halbwachs (2006), sino como social, dado que el primer término puede suponer un consenso y una memoria única e

inmutable, que no está en constante debate por parte de la sociedad y que además está siendo moldeada por el olvido.

Estas disputas son también parte intrínseca de la construcción de la memoria y el estudio de la historia, ya que esta, como ya se ha enfatizado, es tiempo presente, y por lo tanto, en constante relación con el presente, por lo que con el tiempo se crean nuevas agendas, nuevas demandas y nuevos entendimientos en relación con la memoria social. Esto, sin embargo, también crea un movimiento contrario a la mayoría de los movimientos sociales para promover la memoria de las dictaduras militares latinoamericanas –que se basan en los relatos de las víctimas y sus familiares y tienen un carácter más progresista, enfatizado por la defensa constante de los derechos humanos- que tiene un carácter más reaccionario y puede buscar relativizar los acontecimientos– o, en otras palabras, negar a los hechos históricos y a los estudios científico-históricos que basan a los estudios. Uno de los mayores ejemplos de este lado de la lucha por reescribir la memoria oficial es el constante cuestionamiento a la cifra de 30.000 desaparecidos, promovido por grupos conservadores alineados con la derecha argentina, que cobró aún más coros durante el gobierno de Mauricio Macri (2015-2019). Por lo tanto, es necesario no solo recordar, porque la promoción de la memoria en sí misma, cuando no está vinculada a un debate sobre la promoción de los derechos, puede enfatizar un discurso revisionista. (Jelin; Vinyes, 2021)

El procesamiento de las memorias individuales sobre pasados traumáticos, para que pasen a formar parte de la memoria social, como las dictaduras, puede implicar la implementación y construcción de políticas de memoria, como forma de materializar las memorias sociales, lo que significa también la participación de nuevos estudios, cómo la musealización. También es importante tener en cuenta que la construcción de memoria siempre estará atravesada por el momento político y la coyuntura histórica de la sociedad que la propone. Por ello, una primera definición propuesta por Besse (2018, p. 49) es que las políticas de memoria se forman por el procesamiento colectivo de experiencias personales que permiten extrapolar al individuo, o "transindividual", desde el debate y el planteamiento de controversias, que "constituyen actores políticos y relatos sobre el pasado, ya que propone el uso de este pasado, el ordenamiento del presente y la orientación hacia el futuro". Se

trataría de la materialización de los procesos de interacción entre memoria individual y colectiva, con apoyo en los estudios científico-históricos.

En otras palabras, la articulación de la memoria política forma parte de la primera definición de la política de la memoria, que es el debate que permite la construcción de significados, figuras, representaciones y consignas, entre otros símbolos, sobre momentos del pasado, a partir de la colectivización de las experiencias individuales. Este debate se construye, además, en el campo de la academia y de las universidades, o sea, en el campo de las ciencias.

La segunda característica que envuelve a las políticas de memoria es su faceta institucional y su definición como políticas públicas y de Estado. Las políticas de memoria son iniciativas que pueden partir de demandas de la sociedad civil o del Estado, como, por ejemplo, la creación de feriados nacionales, construcción de monumentos y museos, entre otras. Otra forma de promover políticas de memoria a nivel estatal es la creación de proyectos y programas de conmemoración y remembranza de fechas y eventos relevantes, construcción de memoriales y museos, entre otros. Eso significa que se necesita mucho estudio de las políticas públicas y de la coyuntura.

Una clara materialización de las políticas de memoria son los lugares de la memoria. De acuerdo con el historiador francés Pierre Nora (1993), se trata de una herramienta utilizada por diversas sociedades para procesar y dialogar en la esfera pública sobre su pasado. La preocupación del autor surgió al observar cómo los historiadores no le daban suficiente importancia a la memoria, aunque era relevante para formar identidades colectivas, incluso para trazar comprensiones del pasado y el futuro de una comunidad, que cambian con el tiempo: "Se habla tanto de la memoria porque ya no existe" (Nora, 1993, p. 7). El autor habla de la necesidad de construir la memoria frente al olvido, de una manera que también podemos asociar a los tiempos actuales.

Son lugares de memoria, dice Nora, "aquello que secreta, viste, establece, construye, decreta, mantiene con artificio y voluntad una colectividad implicada fundamentalmente en su transformación y renovación" (Nora, 1993, p. 13). El autor ofrece algunos ejemplos: "museos, archivos, cementerios y colecciones, fiestas, cumpleaños, tratados, procesos verbales, monumentos, santuarios, asociaciones", que son "los hitos que dan testimonio de otra época, de las ilusiones de la eternidad"

(Nora, 1993, p. 13). Estas son características de sociedades que han perdido su sacralidad, lo que permite reconocer grupos -tal como los identifica Halbwachs (1990) -y crear identidades. Tiene la función de vigilar tales símbolos, para que la historia no los borre. "La necesidad de memoria es una necesidad de historia" (Nora, 1993, p. 14). Nora (1993) identifica tres características de un lugar de memoria: simbólica, material y funcional, que se mezclan y completan simultáneamente. El "aura simbólica" (Nora, 1993, p. 21) es necesaria para constituir el lugar de la memoria, es necesario crear un ritual que la signifique. Tiene que haber una intención de construir memoria, de lo contrario se convierte en un lugar de historia. Así, los lugares de memoria serían una herramienta para enfrentar el olvido y el negacionismo, así como una historia que, en su supuesta pureza, borra de sus registros temas importantes de la memoria colectiva.

Esta afirmación también se relaciona con el tercer elemento de una política de memoria, señalado como Besse (2020). Según el autor, la decisión de narrar el pasado, el sesgo que se da a la narración es una política de memoria, que considera los relatos y significados que se buscan darles, incluyendo a historiadores y otros especialistas. Este uso promueve un análisis crítico de la "memoria oficializada" (Besse, 2020, s. p.), considerando que está atravesada por el silenciamiento y el olvido. En otras palabras, las decisiones de qué decir, cómo hablar y dónde hablar del pasado son cuestiones centrales de las políticas de memoria, conformando así el discurso de la memoria (Escolar; Palacios, 2020). En la mayoría de los casos, estos discursos se basan en las investigaciones históricas y análisis científicos.

Así, podemos enumerar las tres características esenciales de una política de memoria, a partir de Besse: la articulación de lo individual y lo colectivo en el debate público; la institucionalización de las prácticas conmemorativas (estatales o no); y el sesgo narrativo adoptado para disputar el sentido del pasado. Pero es posible extraer una última característica de las políticas de memoria: están dirigidas hacia el futuro. Como señalan Escolar y Palacios (2020, p. 78), "solo el futuro da sentido a los saberes registrados hoy el ayer".

Además, podemos mirar que la comprensión del pasado es algo que se construye no solo en el campo de las luchas sociales y de la política, pero que empieza en los estudios científicos -cuando decimos que buscamos a verdad, memoria y justicia, es necesario recordarnos que *verdad* implica validación

histórica, a partir de métodos científicos y estudios apoyados por pares en la academia. No se puede buscar a la verdad solo en un sitio o fuente de informaciones –como en los testigos, los cuales, incluyo, tienen tanta validez porque es posible cruzarlos con otros datos históricos, como archivos y el estudio de los lugares de represión.

2. La comunicación y divulgación científica de la memoria

Si entonces entendemos los estudios de memoria como un proceso científico, que abarca diferentes disciplinas y requiere de metodologías y métodos de investigación para materializarse, especialmente desde la intersección de la recolección de datos historiográficos con las agendas de luchas que disputan el significado de estos datos, como ya se señaló, entonces también podemos entender que estas investigaciones necesitan ser compartidas con la sociedad. El trabajo científico solo llega realmente a la población a través de procesos de comunicación, divulgación y difusión científica.

Desde sus orígenes, en el siglo XVII, hasta nuestros días, el concepto de divulgación científica ha sufrido varias transformaciones. Las raíces de la divulgación científica se remontan a la aparición de las sociedades científicas y a la popularización de las primeras revistas científicas. En el siglo XVII, la Royal Society, fundada en 1660 en Inglaterra, y la Académie des Sciences, establecida en Francia, comenzaron a promover el intercambio de ideas científicas. Estos entornos académicos eran predominantemente elitistas, y la ciencia era accesible solo para una pequeña porción de la población (Imperador, 2021). Durante el siglo XIX, con la Revolución Industrial y el aumento del interés por la ciencia, aparecieron publicaciones periódicas y libros dirigidos al público profano. Autores como Mary Anning y Charles Lyell contribuyeron a popularizar los conceptos científicos a través de sus obras. Durante este período, la ciencia comenzó a ser vista no solo como una práctica académica, sino como un asunto de interés público (Imperador, 2021).

Con el avance del siglo XX, la divulgación científica se profesionalizó y comenzó a ganar protagonismo. La aparición de los medios de comunicación de masas, especialmente la radio y la televisión, ha ampliado el alcance de la información científica. Los programas científicos y los documentales se hicieron

populares, lo que permitió a los científicos y comunicadores llegar a un público más amplio. En ese momento, la figura del divulgador científico comenzó a consolidarse, con profesionales como Carl Sagan y Jacques Cousteau, popularizando la ciencia de una manera accesible y atractiva (Imperador, 2021). Al mismo tiempo, las universidades han comenzado a reconocer la importancia de la comunicación científica. Se inició el desarrollo de cursos y programas específicos en comunicación y divulgación científica para formar profesionales capacitados para trabajar en este campo. Con la llegada de internet y las redes sociales a finales del siglo XX y principios del XXI, la comunicación científica sufrió una revolución. Así, el acceso a la información se ha vuelto más fácil y rápido, permitiendo a científicos, educadores y entusiastas compartir conocimientos en plataformas digitales.

Al observar esta situación, se sabe que la comunicación científica es un tema que plantea varios interrogantes, especialmente en lo que respecta a su definición y a la forma en que se relaciona con el lenguaje. El análisis de esta práctica busca esclarecer si la comunicación científica debe ser vista como un género discursivo con características únicas o como una reinterpretación del discurso científico. Jacqueline Authier-Revuz (1998) y Liliam Márcia Simões Zamboni (2001) son dos autoras centrales en este debate. Authier-Revuz (1998), influenciado por los estudios de Bajtín y Lacan, considera que la comunicación científica es un discurso heterogéneo, caracterizado por la intersección de voces y contextos, en el que el papel del divulgador es traducir el discurso científico para hacerlo accesible al público. Para ella, la práctica de la difusión es una reformulación de un discurso fuente (D1) en un segundo discurso (D2), destinado a un público más amplio.

En este sentido, las actividades de producción científica juegan un papel fundamental en la generación de conocimiento que luego se difunde a través de procesos establecidos en la comunicación científica, tal como lo define Silva (2016). Esta interrelación entre la producción y la difusión del conocimiento es cada vez más evidente, especialmente en el contexto actual, en el que internet facilita el acceso a la información. Caribé (2015) destaca la relevancia del esclarecimiento conceptual en términos científicos, enfatizando que la comprensión y comunicación de cualquier disciplina dependen de su terminología. La terminología, según Cabré (1995), es esencial para que los especialistas puedan expresar y compartir sus conocimientos.

Así, la comunicación científica es un término paraguas que engloba varios procesos comunicativos, cada uno con diferentes propósitos. Bueno (2010) plantea la cuestión de si comunicación y divulgación científica son conceptos que se confunden, y Caribé (2015) responde afirmativamente que no lo son, explicando que la comunicación científica es un término más genérico, que engloba tanto la comunicación interna, dirigida a la comunidad científica, como la comunicación externa, dirigida al público lego. Esta distinción es crucial, porque la comunicación científica, según Caribé (2015), involucra diferentes formas de lenguaje y entidades involucradas en el proceso comunicativo.

La definición de Bueno (2010) establece que la divulgación científica utiliza recursos, técnicas y productos para transmitir información científica al público lego, mientras que la comunicación científica se refiere a la transferencia de información entre especialistas. Las principales diferencias entre estos conceptos se pueden resumir en cuatro aspectos: el público objetivo, el nivel de discurso, la naturaleza de los canales y las intenciones. La comunicación científica se dirige al público lego y requiere que el discurso sea decodificado, mientras que la divulgación científica se dirige a los especialistas, que ya tienen el dominio necesario para comprender un discurso más riguroso. Además, los canales de difusión suelen ser más informales, como las redes sociales, mientras que la comunicación científica se restringe a eventos y revistas técnicas. Las intenciones también divergen, ya que la divulgación científica busca democratizar el conocimiento, mientras que la comunicación científica tiene como objetivo difundir información especializada entre pares.

En resumen, la principal diferencia entre comunicación y divulgación científica, a juicio de Bueno, radica en el público objetivo y el nivel de discurso. La divulgación académica es un proceso amplio que se desarrolla tanto en dimensiones horizontales como verticales. La primera dimensión se refiere a la comunicación y difusión de información entre especialistas que comparten intereses comunes, formando la comunidad científica. La dimensión vertical, a su vez, se refiere a la divulgación científica, dirigida al público lego, con el objetivo de hacer accesible el conocimiento científico a todos, ampliando el acceso a los descubrimientos científicos.

Por lo tanto, para el debate propuesto en este artículo, será oportuno hablar de la divulgación científica de las investigaciones sobre la memoria, o sea, el proceso de llevar, con distintas estrategias, técnicas y metodologías, a los descubrimientos científicos para todas las personas, de manera que sean comprensibles. Muchas de las políticas de memoria, se puede evaluar, son también procesos de divulgación científica. La búsqueda de consensos públicos sobre la narrativa del pasado acorde con la lucha de las víctimas y sus familiares, que tiene como horizonte la estructuración de Nunca Más, requiere también que la ciudadanía esté informada sobre las investigaciones, evidencias, encuestas, informes y documentos que revelen la verdad sobre los hechos de las dictaduras militares en América Latina –y aún más importante, las conclusiones y reflexiones que se puede tener a partir de estos datos históricos. Para intercambiar conocimientos, requiere una preparación específica para que la información proveniente de los movimientos sociales y la academia llegue al público en general de manera comprensible y, más aún, en diálogo con el presente, para que las personas puedan evaluarse y observar los intercambios entre el pasado y el presente.

En esta propuesta encajan muy bien los sitios de memoria y los museos de la memoria, espacios abiertos al público y que permiten, en la práctica, el contacto con el pasado y la recopilación de datos, además de tener el objetivo directo de promover una narrativa que enfatice los horrores y crímenes de las dictaduras militares y la conciencia de la importancia de la lucha constante por el Nunca Más.

3. Combate ao negacionismo histórico

De esta manera, podemos empezar a pensar en los sitios de memoria como espacios de divulgación científica. Los sitios de memoria son lugares donde se han producido violaciones de los derechos humanos. En el contexto de las dictaduras militares, son lugares donde ocurrieron los crímenes de Estado y el aparato represivo, como las cárceles ilegales y las cámaras de tortura, y se retomaron, con el apoyo de la sociedad civil, para que comenzaran a tener una función social, educativa y de sensibilización. Por lo tanto, a menudo pasan por un proceso de musealización que involucra la participación de diversos profesionales y estudiosos, como museólogos, historiadores, artistas y arquitectos. Además, la resignificación

del espacio también es acompañada por movimientos sociales de memoria y por organizaciones de víctimas y familiares.

Como hemos visto, el rescate de la verdad para la construcción de la memoria de las dictaduras militares latinoamericanas se basa en evidencias histórico-científicas, adquiridas a través de metodologías y con revisión por pares, como todo trabajo científico que busca crear un consenso científico. Así, este artículo argumenta que los sitios de memoria musealizada actúan como un método específico de difusión científica, ya que permite al público tener contacto con el relato historiográfico y, más aún, estar en contacto directo con una de las evidencias de ese pasado, que es el sitio de la memoria misma, una prueba material, concreta, construida de la existencia de la represión. Los museos permiten la exhibición de contenidos históricos con formatos capaces de acercar al público una amplia comprensión de los pasados represivos. Al mismo tiempo que reciben información y datos, los visitantes tienen la oportunidad única de cruzar dicha información con evidencias concretas, como objetos recuperados, videos y grabaciones de audio con testimonios de víctimas, fotos de la época, documentos -como cartas, leyes, decretos, artículos periodísticos-, mapas, entre otros contenidos de apoyo.

En el Memorial de la Resistencia de São Paulo (MRSP), por ejemplo, donde durante la dictadura militar brasileña hubo una sede del aparato represivo y un centro clandestino de detención, hay una exposición permanente que utiliza diversas herramientas de comunicación. Además, cuenta con dos celdas reconstituidas: una donde se pueden ver las condiciones en las que se mantenía a los presos políticos y otra donde se pueden escuchar los testimonios de las víctimas. También cabe destacar que el MRSP es un espacio que trabaja en la recolección de datos, contando con una Colección Regular de Testimonios, cuyas grabaciones forman parte de la colección del Centro de Referencia Memorial. El Centro, a su vez, cuenta con un centro de investigación, que emplea a historiadores que siguen el trabajo de reconstitución histórica capaz de impulsar la lucha del MRSP por la Memoria, la Verdad y la Justicia. El MRSP también realiza diversas actividades educativas, además de exposiciones temporales sobre temas relacionados con la dictadura militar brasileña, que también son otras herramientas de divulgación científica y diálogo con el público a partir del trabajo de investigación realizado.

Más que difundir el trabajo de científicos e investigadores que trabajan con el tema de la dictadura militar y acercar estos datos al público de manera adaptada y accesible, los sitios de memoria, así como otras políticas de memoria, también actúan en el campo de la comunicación científica combatiendo el negacionismo histórico-científico. La importancia de combatir el negacionismo científico ha sido ampliamente debatida en los últimos años, especialmente en el contexto de la pandemia de COVID-19, pero esta práctica tiene sus raíces principalmente en el negacionismo histórico y está directamente relacionada con los discursos de extrema derecha y neofascistas. Incluso se acuñó el término negacionismo para sustituir al revisionismo, en los casos en que se negaba el consenso científico, sin base en metodologías serias ni nuevas pruebas. La pregunta surgió después de la Segunda Guerra Mundial, cuando un grupo de investigadores comenzó a cuestionar la existencia del Holocausto. Esto se llamaban a si mismo de revisionistas, pero la revisión histórica es una práctica distinta –en primer lugar, porque se basa en evidencias y segundo porque tiene intenciones claras de contribuir y no distorcer a la historia. Así, se propuso el término negacionismo para describir las “teorías” que negaban a las pruebas y a los estudios científicos. (Orsi, 2022)

Esto no es algo raro a los científicos dedicados a la historia de las dictaduras militares latinoamericanas. Grupos con interés político y con apoyo en ideologías de extrema derecha, que niegan a los derechos humanos, se utilizan de la historia de los pasados de represión para discursos populistas y para plantear duda en la sociedad. En Argentina, se cuestiona el número de 30 mil desaparecidos. En Brasil, se dice que la dictadura mató pocas personas y que fue “branda”. En otros momentos, cuando no se niega la represión, se utilizan de discursos falsos para justificar y endosar a los regímenes, como la supuesta amenaza del comunismo – el famoso discurso del enemigo interno. Estos usos de la historia y estos discursos ideológicos han ganado aún más fuerza en los últimos años, con el avance de la extrema-derecha, que en muchos países latinoamericanos llegó a la presidencia.

De esta manera, el trabajo de los científicos e historiadores se convierte también en un trabajo de lucha contra el negacionismo y contra a la ideología neofascista que subvierte a la ciencia. Los sitios de memoria, estos espacios resignificados, son verdaderos monumentos a la verdad, mientras está establecidos, disponibles, para llevar al público las investigaciones históricas y hacer la

divulgación científica de manera a poner a las personas en contacto con las evidencias incuestionables de la represión. El trabajo científico que todavía sigue, en especial para la cruzar todo este material histórico con las problemáticas actuales de la política y de las ideologías neofascista, también es imprescindible en la lucha por gobiernos democráticos y comprometidos con el Nuca Más, y están alastrados en las metodologías científicas - aún que hoy en día se intente crear desconfianza con la academia y con las universidades.

Referencias

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. In: **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas: Ed. da Unicamp, p.107-131. 1998.

BESSE, Juan. Condiciones históricas de posibilidad de las políticas de la memoria sobre el terrorismo de Estado. Conjeturas acerca de la singularidade argentina y sus ensambles. In: ROSSEAUX, F.; SEGADO, S. (org.) **Territorios, escrituras y destinos de la memoria**. 1 ed. Temperley: Tren em Movimento, 2018.

BESSE, Juan. Conjeturas acerca de las condiciones históricas de posibilidad de las políticas de la memoria sobre el terrorismo de Estado: la singularidad argentina. In: BESSE, Juan; ESCOLAR, Cora. (orgs.) **Políticas y lugares de la memoria**: figuras epistémicas, escrituras, inscripciones sobre el terrorismo de Estado en Argentina. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Miño y Dávila, 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 15, n. 1esp, p. 1-12, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 9 jul. 2024.

BUENO, W. C. **Jornalismo científico**: conceitos e funções. Ciência e cultura, vol. 37, n. 9, pp. 1420-1427, 1985.

CABRÉ, Maria Teresa. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, set./dez. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**: como construimos la memoria social. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Vientiuno Editores, 2017.

JELIN, Elizabeth; VINYES, Ricard. **Como será el pasado?** Reflexiones sobre el giro memorial. Barcelona: Ned Ediciones, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. revista. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. KHOURY, Y. A. **Revista Projeto História**. Programa de Estudos Pós- Graduação de História. PUC-SP. ISSN 2176-2767. v. 10. 1993.

ORSI, Carlos. **Negacionismo & desafios da ciência**. 1. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2022.

PASTERNAK, Natália; ORSI, Carlos. **Contra a realidade**: A negação da ciência, suas causas e consequências. 1 ed. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2021.

SILVA, André Chaves de Melo. As Relações entre a Ciência, o Sistema Brasileiro de Pesquisa e o Jornalismo Científico. In: **Divulgação Científica**: debates, pesquisas e experiências. E-book. Editora da UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, 2016.

ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Autores Associados, Fapesp, 2001.

TESTIMONIOS DE DICTADURAS IBEROAMEFRICANAS: MEMORIAS POSCOLONIALES EN CONCEIÇÃO EVARISTO E ISABELA FIGUEIREDO

DOI: 10.5281/zenodo.17752804

Guilherme José Schons⁷⁰

Testemunhar para descolonizar

A pesquisa que apresento, resultado de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus Erechim* (Schons, 2024), tem lastro em uma tentativa de interpelação a duas imagens. A escritora e linguista brasileira Conceição Evaristo (2020), ao tratar do horror da escravidão, recupera que a “Mãe Preta”, em todas as noites, se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar e ninar os futuros senhores e senhoras – os quais nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando sobre ela e a sua descendência. Na mesma linha, penso, desde já, na escrita da jornalista e professora portuguesa, nascida em Moçambique nos tempos do colonialismo e do fascismo, Isabela Figueiredo (2010). Apesar de nunca negar a sua oposição à dominação de Portugal sobre territórios africanos e ao Estado Novo de António Salazar e Marcello Caetano, a autora só conseguiu agir incisivamente em projeto de acerto de contas com o passado após a morte do seu pai racista – o que ela refere como uma “traição”.

Indo ao encontro das reflexões de Evaristo e Figueiredo, a teórica e artista portuguesa, com raízes em África, Grada Kilomba (2019) alude ao retrato da “Escrava Anastácia”⁷¹, feito pelo pintor francês – em expedição no Brasil – Jacques

⁷⁰ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus Erechim*, no Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduado em História pela UFFS. Membro da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC) e do Grupo de Pesquisa Sítios de memória e consciência: passados traumáticos, esfera pública e democracia (IFRS/CNPq). E-mail: guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br.

⁷¹ Pouco conhecemos sobre “Anastácia”, até porque esse nome fora dado a ela durante a escravização. Não há uma história oficial sobre sua origem e o motivo do castigo a que foi submetida – o que nos

Arago, no qual um pedaço de metal, colocado no interior da boca e instalado entre a língua e o maxilar com fixação por detrás da cabeça, impede a fala dessa mulher negra. A única coisa que sabemos sobre ela é o nome dado pelos senhores, isto é, o seu encontro com o poder – o que representa um esboço insuficiente de sua existência (Hartman, 2020; Foucault, 2003). Ou seja, estamos, mais uma vez, diante de um diagnóstico de silenciamento que corrobora regime assentado em dimensão narrativa da desigualdade. Entre essas questões, surge um problema: quem pode falar? (Kilomba, 2019); pode a subalterna falar? (Spivak, 2010).

Afinal, o cenário enunciado pelas três autoras remete a uma máscara (tenha ela materialidade, como no caso de Anastácia, ou não): a do silenciamento pelo colonialismo racista e patriarcal. Abarcamos, nesse caso, as dificuldades de se expressar no âmbito da aplicação de políticas sádicas de conquista e dominação e sistemas brutais de cerceamento das que foram produzidas⁷² como “Outras” (Kilomba, 2019). Deparo-me, por meio das colocações de Grada, com o “medo branco”⁷³: que o colonizador tenha que escutar aquilo que é “mantido em silêncio como segredo”. Há, nesse raciocínio, um investimento na negação em se reconhecer as violências da história – onde a busca pela restrição da fala dos subalternizados aparece como método para não se expor a quaisquer discursos que afrontem a lógica colonial. Logo, o “falar e o silenciar emergem como um projeto análogo” (Kilomba, 2019, p. 42).

Com isso em mente, identifico um ordenamento por meio do qual as percepções tornadas públicas por Conceição Evaristo e Isabela Figueiredo têm sido negadas e reprimidas. Os “segredos” aqui abrangem tanto a barbárie da ditadura civil-militar no Brasil como a do Estado Novo fascista sobre o mundo colonial quando da dominação portuguesa. Indo além, a verdade ocultada contempla a

leva a pensar na violência colonial do arquivo (Hartman, 2020). Sabe-se que ela morreu de tétano em decorrência do colar de ferro preso ao seu pescoço (Kilomba, 2019). Ela se tornou símbolo da brutalidade da escravidão em um contexto de permanência do racismo na sociedade brasileira, sendo “uma figura política e religiosa importante em torno do mundo africano e afrodiaspórico, representando a resistência histórica desses povos” (Kilomba, 2019, p. 36).

⁷² Embaso a ideia de construção social da/o Outra/o em Fanon (2008), considerando, nas circunstâncias do racismo, a negritude enquanto definição das fantasias negadas pela branquitude e projetadas nos sujeitos negros – as quais se caracterizam como retratos autoritários.

⁷³ A respeito do “medo branco” na sociedade brasileira, indico o livro *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, fruto da dissertação de mestrado de Celia Maria Marinho de Azevedo (1897). Na obra, a historiadora defende que o medo senhorial fora o fator propulsor do processo histórico do Brasil escravista e de uma transição para o pós-abolição lenta, gradual e segura, com vistas a não perder poder.

existência dos traumas (Caruth, 1995) das mulheres e da negritude diante desses regimes e a articulação deles a um passado mais amplo que se manifesta, nos termos de Benjamin (1985), como reminiscência no tempo presente: a colonialidade no Império Português e os seus distintos desdobramentos em Brasil, Moçambique e Portugal. Assim, sustento que, nesta investigação, pretendo trabalhar com uma ideia que já não pode mais ser negligenciada: a ferida colonial está aberta.

Em todo caso, são muitas as propostas de elaboração a contrapelo (Benjamin, 1985) das memórias da catástrofe. Proponho-me à leitura, impactada pelas teorias pós-coloniais e decoloniais, de duas dessas obras – as quais caracterizo, conforme Márcio Seligmann-Silva, dentro de uma virada testemunhal do saber histórico (2022). No livro *Becos da memória* (2018), veiculado originalmente em 2006, Conceição Evaristo narra a expulsão, ocorrida em 1972, de sua família (e vizinhos) da favela do Pindura Saia, em Belo Horizonte/Minas Gerais. Entendo, à vista disso, o “desfavelamento” como marcador semântico (Souza, 2022) que destaca 1) a repressão perpetrada pela ditadura civil-militar no Brasil, assim como o cumprimento forçoso de um discurso de progresso – o qual Benjamin (1985) já nos ensinou ser uma tempestade – e 2) a atualização das dores coloniais em um cenário de racismo e gentrificação social.

Isabela Figueiredo, no seu *Caderno de memórias coloniais* (2010), de 2009, escreve a respeito da vida como portuguesa branca nascida na capital de Moçambique, Lourenço Marques (hoje Maputo), dentro do esquema da exploração colonial. Na obra, nos deparamos com o objetivo de problematizar o passado familiar (o racismo do seu pai, especialmente) como mecanismo para quebrar a negação que idealiza a máscara do silenciamento. Se, quando do avanço das lutas por libertação em meio à vitória da Revolução dos Cravos na metrópole, a autora é encaminhada a Lisboa (para se proteger) e recebe a missão do pai de denunciar as dificuldades que ele supostamente sofria, temos de analisar uma feliz inconfidência: Isabela trai o colonialismo expondo o ambiente violento em que cresceu, com ênfase à representação da ditadura salazarista/marcelista⁷⁴ como continuidade do

⁷⁴ Refiro-me aos governos dos ditadores António de Oliveira Salazar (1932-1968) e Marcello José das Neves Alves Caetano (1968-1974).

domínio já imposto às colônias há muito tempo e que não se dissolve das racionalidades e das subjetividades em 1974⁷⁵.

Feita essa exposição a respeito do universo temático das escritas de si de Conceição e Isabela, gostaria que retornássemos à consagrada defesa de Gayatri Chakravorty Spivak sobre a impossibilidade da subalterna falar – tendo em perspectiva o seu confinamento à posição de marginalidade e silêncio. Antes de mais nada, julgo importante que situemos as contribuições de Patricia Hill Collins (2000) diante de tal impasse: para essa autora, o reconhecimento dos limites discursivos impostos às pessoas colonizadas não pode implicar a aceitação tácita da imagem de “uma subalterna silenciosa”. Inclusive, caso não buscássemos relativizar a hipótese (que, sem dúvidas, tem razão de ser), nos aproximaríamos da defesa de que grupos violentados introjetam acriticamente e automaticamente os anseios dos subordinadores e/ou são menos capazes de falar a partir do seu ponto de vista.

Não me agrada uma oposição entre Spivak e Collins – que, para Kilomba (2009), sequer é necessária. Quero, sendo assim, dialogar com ambas as autoras com vistas a compreender *Becos da memória* e *Caderno de memórias coloniais* enquanto exemplos de tentativa de elaboração, no tempo posterior à catástrofe – isto é, no plano pós-colonial –, do projeto consolidado a partir da máscara do silenciamento. Desse modo, lembro de Foucault (1976): onde há poder, há resistência. Ou seja, as autoras que elegi como colaboradoras estão inseridas em movimento específico – a literatura testemunhal – que se relaciona, conforme proposto por Seligmann-Silva (2022), a uma virada decolonial no saber histórico, uma vez que elas se aproveitam de suas histórias para sacudir um passado adormecido e produzir memórias no âmbito público.

Outro tópico que me parece indispensável pontuar, com base nessa percepção das obras examinadas como elementos que afrontam a colonialidade de poder, saber e ser (Quijano, 2005), é a ausência de qualquer objetivo de neutralidade. Ao entender, por exemplo, a escritora brasileira enquanto colaboradora da pesquisa nas dimensões de autora de uma das fontes documentais e também teórica que informa os meus pressupostos metodológicos, parto da apreensão de um enlace de escrita e vivência/existência que rompe com a dicotomia

⁷⁵ Ou seja, com a abertura democrática em Portugal via Revolução dos Cravos.

entre sujeito e objeto; historiador e arquivo e, portanto, rechaço a busca rankeana⁷⁶ pelo passado como de fato foi – o que seria conseguido, supostamente, por meio do afastamento em relação aos objetos de investigação tratados como Outras/os (o que considero uma violência, considerando os processos históricos de ataque aos sujeitos que buscaram enfrentar o colonialismo, o racismo e o patriarcado).

A partir disso, falo na fluidez das fronteiras entre estética e ética (Seligmann-Silva, 2018) – uma vez que a escrevivência, termo definido pela própria Conceição Evaristo (2020), pode ser assimilada como um fenômeno diaspórico que conecta as vítimas da colonialidade no sentido da crítica a uma imagem do passado que reedita as dores da catástrofe. Nesse ponto de vista, em uma concepção inicial – ainda que em interpretação mais estrita do que almejo captar no trabalho –, ela se realiza

[...] como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. (Evaristo, 2020, p. 30).

Isto é, se antes a sina da “Mãe Preta” era garantir que os escravocratas dormissem – mantendo o coma colonial –, a escrevivência de Evaristo não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande”: seu trabalho pretende incomodá-los em seus sonos injustos. Ao inferirmos que os saberes são corporificados, localizados e parciais (Haraway, 2009), reflito que tanto a obra de Conceição como a de Isabela ascendem com o papel de salvar da complacência que amedronta, reescrever as histórias mal escritas sobre o Império português, a ditadura brasileira e o Estado Novo salazarista/marcelista, salvar do medo maior: o de não escrever (Anzaldúa, 2000). Ora, a literatura testemunhal, portanto, não é inocente: ela tem um propósito ético e político na história do tempo presente. O passado é doloroso, no entanto a ausência de elaboração/remissão (o esquecimento) leva a uma segunda vitória da barbárie colonial.

Ora, diante dessas noções, lembro novamente de Grada Kilomba: “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o’ e, ao reinventar a si

⁷⁶ Falo aqui do historiador oitocentista Leopold von Ranke.

mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente” (2019, p. 28). Nessa visão, a escrita de Figueiredo abrange uma reescrita possível: tendo em vista que não conseguimos extrair dos dominadores a confissão, produz-se, com isso, o caminho para a enunciação pública do horror praticado e a redação de “narrativas insurgentes, perturbadoras” (Hartman, 2020, p. 30) por parte daqueles que, agora, tem a chance de rever e denunciar as bases da casa-grande. Em última instância, a escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas sim um profundo incômodo com o estado de coisas (Evaristo, 2020).

É justamente com base no estranhamento diante daquilo que Walter Mignolo (2020) chama de “diferença colonial” que estou motivado à escrita deste trabalho nos moldes em que o desenvolvo e a partir do tema da elaboração pública, na literatura testemunhal de Conceição Evaristo e Isabela Figueiredo, de memórias da ditadura civil-militar brasileira e do Estado Novo português em Moçambique enquanto regimes calcados na atualização do trauma colonial. Quero, portanto, constranger tanto as histórias que ninam gente grande como aquelas que se recusam a enxergar e a escutar as mulheres que resistem às violências de ditaduras de silenciamento: contribuir para que a historiografia, ainda em processo de abertura a tópicos como esse, acorde do coma colonial do qual a construção da disciplina, nos moldes eurocêntricos, é um dos elementos catalisadores.

Sendo assim, preciso mencionar que o jovem homem branco, historiador, que redige este texto introdutório almeja analisar a elaboração do trauma no Império português a partir do trabalho de Conceição e Isabela mediante interesse pessoal e social. Há algum tempo, me dedico ao tema da ditadura civil-militar brasileira – apesar de, nesse campo de investigações, pouco ter visto sobre a existência das mulheres negras e as práticas de desfavelamento no período – e, recentemente, imerso nos debates da descolonização me aproximei do ânimo por estudar o mundo da lusofonia em África e, especialmente, Moçambique. Contudo, como já disse, para além disso, penso ser importante um trabalho que articule as ditaduras que Brasil, Portugal e Moçambique sofreram já no momento posterior à independência brasileira, uma vez que parto do entendimento de que o passado colonial permanece como problema do presente em ambas as sociedades.

Por uma história ibero-amefricana

Brasil, Moçambique e Portugal: um aspecto central neste trabalho – e que está relacionado à sua opção por uma leitura das fontes a partir da teoria pós-colonial – é a constituição de uma espacialidade. Diante do argumento de Seligmann-Silva (2003) de que a memória é definida como local de construção de uma cartografia que busca mapear o passado e, assim, podemos falar em uma concepção topográfica de história, lembro de Gonzalez (2020, p. 118) ao propor o conceito de “ditaduras ibero-amefricanas” – uma vez que a chamada América Latina “na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa”. Com essa postura, me insiro nos estudos da lusofonia percebendo os usos da língua do colonizador para testemunho – ao mesmo tempo em que essa é apropriada pelos sujeitos subalternizados (exemplo disso é o “pretuguês”, referido por Lélia), possibilitando a existência de um diálogo sul-sul que interpele as experiências de dor compartilhadas (colonialismo) ou não (ditadura civil-militar e Estado Novo fascista).

Diante dessa minha argumentação, continuo dialogando com Gonzalez (2020) para tratar das implicações de racismo, colonialismo e imperialismo na formação disso que chamo de Ibero-América. Nesse espaço teria atuado o “racismo disfarçado/por denegação”, uma vez que, nas sociedades de origem latina, prevaleceram as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”: a ideologia do branqueamento. Para compreender isso, a autora recupera que a formação histórica de Espanha e Portugal se deu no decorrer de uma luta plurissecular contra os mouros (árabes, islâmicos e negros), de modo que desde então ambos os países adquiriram uma sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais e que foram espalhadas à América. Por meio disso, o racismo brasileiro seria marcado por uma estratificação que dispensa formas abertas de segregação, já que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante.

O conceito de amefricanidade, sendo assim, se serve das culturas diaspóricas negras para criticar qualquer concepção de miscigenação como um processo harmonioso que pudesse ser enquadrado em algo como a “democracia racial”. Não obstante, em sua formulação, Lélia discute a necessidade de ruptura com o

imperialismo estadunidense ao procurar situar a negritude brasileira na América (daí, em meu posicionamento, ser indispensável pensarmos a latinidade como conectora das lutas na parte central, sul e caribenha). Portanto,

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (*Amefricanity*) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de *pan-africanismo*, *négritude*, *afrocentricity* etc. (Gonzalez, 2020, p.122).

O valor histórico da categoria estaria, com isso, na possibilidade de resgatar uma unidade específica forjada, ao longo do tempo, no interior de diversas sociedades por meio de uma história dolorosa e traumática. Essa chance expõe boas perspectivas a uma inquirição que averigua as escritas, no cenário da colonialidade, de Isabela Figueiredo, uma mulher branca portuguesa nascida em Moçambique que denuncia o pai, e Conceição Evaristo, uma mulher negra brasileira com doutorado. Afinal, estamos diante de um espaço de resistência que agrega a América Latina, a África e a Península Ibérica desde Belo Horizonte, Maputo e Lisboa – cidades nas quais as minhas colaboradoras viveram e produziram memórias desses dois regimes que atualizam o trauma colonial, a ditadura civil-militar brasileira (com o desfavelamento) e o Estado Novo fascista português em Moçambique (visceralmente racista).

Nesse caso, compreendo o conjunto de dinâmicas que unem os três territórios aos quais me refiro nesta pesquisa como assentado em uma violência fundante – ao mesmo tempo em que é tributário do protagonismo de mulheres que elaboram as memórias da dor. Em todo caso, penso aqui a partir de e para além de Lélia (talvez, em alguma medida, contra a lógica original da autora) com vistas a apreender a existência da latinidade como conectora de experiências singulares em América, as quais têm lastro, sem dúvidas, na cultura africana e, também, ainda que

diante da barbárie colonial, dialogam com o mundo ibérico. À vista disso, defendo que tratar de um tema assimilado como pertencente ao universo ibero-amefricano implica uma postura política, epistemológica e ética perante os assuntos luso-afro-brasileiros.

Redimir o passado com Conceição e Isabela

Se a ferida colonial, como busquei demonstrar no trabalho de conclusão de curso, nunca deixou de estar aberta, chego a três considerações primordiais emergentes desta pesquisa: 1) regimes como a ditadura civil-militar brasileira e o Estado Novo salazarista/marcelista, pautado na exploração africana, podem ser apreendidos como atualizações do colonialismo a partir do qual esses espaços já vieram historicamente interagindo entre si; 2) a barbárie associada ao processo colonial permitiu a formação de um contexto cultural que, para muito além do aspecto linguístico, aproxima as ferramentas de espoliação, mas também informa os mecanismos forjados para a contestação e a resistência ao ordenamento de dor e sofrimento; 3) a elaboração do trauma colonial e, logo, a recusa ao silenciamento em busca da remissão das violências que se viveu abrangem um projeto incompleto – e que, portanto, envolve uma tarefa em se escovar a história a contrapelo, nos termos de Benjamin (1985), desde o tempo presente. À vista desses tópicos, percebo que são eles o que une os exercícios de Conceição e Isabela em *Becos de memória* e no *Caderno de memórias coloniais*: um passado comum, que ainda não passou, o qual é lido por elas com base em pontos de vista diferentes, localizados e parciais.

Nesse sentido, a partir de perspectivas distintas e, inclusive, desiguais – do trabalho com a menina negra e pobre do Pindura Saia/Belo Horizonte, que a brasileira usa para falar de si com os seus leitores, àquele desenvolvido junto à garota branca que cresceu em Lourenço Marques/Maputo e é encaminhada a um Portugal em que não se reconhece – me referi ao longo dessas páginas a um mesmo problema, isto é, o de como analisar as formas de tratar uma cicatriz de séculos quando as suas causas continuam existindo e impactando as existências brasileiras, moçambicanas e portuguesas. Desse jeito, me aproveitei dos materiais das minhas duas colaboradoras, que eu assimilo como sendo constitutivos de uma literatura de testemunho por, conforme Márcio Seligmann-Silva (1998), sacudirem o passado

persistente de violações e, com isso, produzirem fontes históricas no presente da escrita, para, então, subverter a violência do arquivo colonial mencionada por Saidiya Hartman (2020). Afinal, a ordem – que, influído em Marc Nichanian (2009), chamo de “vontade genocidiária” – contra a qual Evaristo e Figueiredo se insurgiram sempre atuou justamente pela anulação de todas as oposições a si e a eliminação dos seus registros, em favor da negligência com as existências e as histórias das suas vítimas.

Cabe, portanto, o dever de descolonizarmos a história (e a historiografia) das ditaduras. A título de exemplo, é o que eu espero ter feito em minha atitude inicial de posicionar os testemunhos de Conceição Evaristo no cenário das violências da ditadura civil-militar brasileira. A autora nasceu em 29 de novembro de 1946, de modo que, quando do golpe de 1964, ela já tinha dezessete anos – ainda que, em *Becos...*, escolha como sua representante na narrativa uma menina, Maria-Nova, a qual percebe desde cedo a crueldade de um ordenamento que, no início do ano de 1972 (quando Conceição tinha vinte e cinco anos), ancorado em engrenagens racistas, expulsou pessoas das suas casas em prol de um projeto de gentrificação. Não parando por aí, é preciso ressaltar que a escritora finaliza o seu texto em 27 de julho de 1986 e, logo, justamente após a abertura do processo de redemocratização (sempre inconclusa) do país e, além disso, somente conseguirá publicá-lo muito tempo depois, em 2006. Com esse diagnóstico, reverbero tanto os entraves à veiculação de obras que indagam passados autoritários como também os obstáculos postos à compreensão da violência que a minha colaboradora e os seus vizinhos sofreram como constitutiva de uma ditadura cujo horror nunca esteve restrito à perversa repressão, com torturas, mortes e desaparecimentos, contra os presos políticos (seja envolvidos com a luta armada seja artistas e intelectuais). Ora, o povo negro e pobre da favela do Pindura Saia, em plena década de 70, conheceu muito bem a tirania ditatorial.

Por meio desse entendimento, pude então inquirir o *Becos...* a partir da sua relação com os projetos da ditadura civil-militar brasileira – o que ficou muito evidente, não apenas pela localização temporal, mas principalmente diante da existência de uma política de erradicação de favelas atrelada ao regime e que, em Belo Horizonte, foi levada adiante pela autarquia Coordenação de Habitação de Interesse Social – CHISBEL, criada em 1971 pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti, o qual

fora nomeado autocraticamente pelos militares – tendo em vista o seu apoio de primeira hora ao golpe, bem como pela proximidade com o general golpista Olímpio Mourão Filho (famoso por, em 1964, comandar a 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e liderar a deposição de João Goulart). Mas, em adição a essa ideia e a partir da noção de que o desfavelamento implicou um trauma associado a um passado insistente de violências no espaço ibero-amefricano, consegui captar no texto de Evaristo as suas alusões a um tempo mais amplo de opressões e que, àquela altura, era atualizado: a escravidão que não passa e, ao ser presentificada, induz a autora a falar na existência de uma senzala-favela e, mais do que isso, nos anseios de esconder esse esquema de exploração, sem acabar com ele – por meio do que sequer uma vida precária na favela, próxima ao bairro/casa-grande, foi concedida, embora certamente, após o desfavelamento, todas aquelas pessoas tenham continuado a ser espoliadas.

Então, penso que a obra envolve complexas temporalidades: da escravidão à ditadura civil-militar, implicando o momento de escrita da autora e o de leitura por mim, me percebo em contato com um exercício de crítica à colonialidade que permanece e, inclusive, por isso é que trabalhamos com uma noção de tempo distinta daquela linear, rejeitada por Quijano (2005), e que idealizou os sujeitos que habitavam a favela do Pindura Saia como anacrônicos (Mudrovcic, 2018) que, obrigatoriamente, deveriam se render – sem maiores complicações – à modernidade capitalista autoritária. No entanto, não é isso o que fazem as personagens de Evaristo, uma vez que a autora não se limita a contar uma história da violência, a qual jamais significou o todo das existências daquelas pessoas. Nesse caso, lembrando de Foucault (2003), se as fontes históricas costumam registrar, não mais que, os encontros das pessoas oprimidas com o poder, aqui temos uma escrita contra esse arquivo colonial (Hartman, 2020) à medida que se reporta às sensibilidades das/os que foram desfaveladas/os, assim como há empenho em versar a respeito de suas histórias de vida, alegrias, animosidades, conquistas, crimes, dificuldades, erros, gozos, inseguranças, lutas, medos, perdas e sabedorias – enfim, de sua humanidade propositalmente negligenciada pela ditadura. Assim, quero reforçar a minha opção por destacar duas personagens cujas trajetórias permitem inferir que a favela – assimilada enquanto forma de se relacionar com o mundo –, para além do espaço físico e material na cidade, foi, é e será de sujeitos como Negro Alírio, um homem negro que por conhecer e lutar pelos seus direitos na

ditadura estava em clandestinidade, e Vó Rita, tão generosa que vivia embolada com a Outra.

Dessa forma, mesmo que ciente da dor experienciada por Conceição, seus familiares e vizinhos, analiso o *Becos...* informado por um conjunto de dinâmicas coletivas que indicam brechas e fissuras à ordem colonial e ditatorial vitoriosa e, com isso, identifico possibilidades de esperança. Isto é, sem dúvidas é urgente sangrar o sangue mau, mas, de qualquer modo, há um coração enorme de onde nascia uma humanidade (africana) inteira. Algo diferente foi o que eu encontrei na proposta, mais individual, de Isabela Figueiredo: ao escrever desde o ponto de vista da branquitude que trai o racismo, o seu testemunho é absolutamente chocante acerca da lógica da colonialidade ibero-amef리카ana e, à vista disso, muito menos apregoador de fendas, pelo menos que já venham sendo desbravadas, para a superação de toda a violência posta em marcha pelo salazarismo/marcelismo. Seja como for, infiro que a autora é conhecedora do discurso e das práticas racistas, que seu pai personifica na narrativa do livro, assim como da subsistência da lógica do Estado Novo português de apreender as relações sociais. Logo, pelo fato dos seus olhos não serem inocentes, contar tudo – rejeitando aquilo tudo que os brancos de Moçambique queriam que ela contasse quando chegou em Portugal – é sim um mecanismo de interrogação e rechaço ao patriarcado colonial e às interações raciais discriminatórias tão bem expostas nas escrituras do *Caderno...* e que li, com base em autoras/es das teorias pós-coloniais e decoloniais, nas páginas deste trabalho.

Essa minha colaboradora nasceu em 1º de janeiro de 1963 e, sendo assim, antes do golpe no Brasil (1964) e da morte de Salazar (1970): ela acompanha um regime colonial em seu pleno funcionamento para, ainda em sua infância, ver a derrocada da empresa colonial da qual o seu pai muito se beneficiou. Figueiredo tinha onze anos quando da Revolução dos Cravos – que, inclusive, levou Marcello Caetano a morar no Rio de Janeiro, cidade para onde Conceição Evaristo já tinha se deslocado, após o desfavelamento em Belo Horizonte, e em que ambos (um ditador deposto e uma já formada e atuante como professora) terão, ao mesmo tempo, condições de vida tremendamente desiguais. Isabela chegou a Lisboa, em 1975, aos doze anos; seu pai morre em 2001, quando já tinha trinta e oito anos; ela publica o *Caderno...* aos quarenta e seis, em 2009. Trata-se, em última instância, de um

percurso traumático para essa retornada que, ao contrário de muitas/os que preferiram se calar, entende a necessidade de abalar as compreensões que objetivam suavizar e, no limite, negar um passado de horror que se torna visível no presente de Brasil, Moçambique e Portugal. Desse modo, ainda que seja um produto singular das vivências da escritora diante das particularidades do fascismo português no ultramar moçambicano, a obra se une à proposta de Conceição Evaristo por, enquanto amostra de literatura testemunhal, propiciar a análise de como, nesse circuito ibero-amefricano, diferentes regimes autoritários se aproveitam dos efeitos da colonialidade e atualizam-nos violentamente.

Com isso em mente, precisei tratar das dinâmicas que unem esse triângulo cujos vértices marcam as cidades desde as quais as minhas colaboradoras elaboram o trauma: Belo Horizonte, Lourenço Marques/Maputo e Lisboa – exercício em que o trabalho de Lélia Gonzalez (2020) foi decisivo ao propor um olhar possível diante das relações entre as duas margens do Atlântico, bem como estudar a amefricanidade como categoria político-cultural que viabiliza a apreensão dos entrelaçamentos de América e África e dos sujeitos que resistem em ambos os territórios, sem perder a atenção para a colonizadora Europa e os trânsitos até ela (como foi o caso dos retornados). A partir de tal acepção, especialmente a análise do *Caderno...* foi influenciada pelas ideias de Gonzalez – tendo em vista as suas contribuições na crítica ao luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, instrumentalizado pela ditadura portuguesa de Salazar e Caetano para justificar a permanência de secular exploração colonial e racista e, não obstante, tentar esconder a violência atrelada à constituição da (inexistente) harmonia nos trópicos lusófonos. Logo, o testemunho de Isabela em relação ao patriarcado colonial é decisivo: a origem da miscigenação está nos abusos e estupros contra as mulheres negras, ou seja, não há concórdia naquilo que foi uma verdadeira barbárie calcada em projeto de desumanização daquelas cujos filhos não tiveram pai – nem que fosse para traí-lo, como corajosamente a autora branca faz em seu livro.

Sendo assim, compreendi as escrevivências como instrumentos para a denúncia e o anúncio e, portanto, de apreensão da ideia de que a história, ao invés de ser tão somente linear, é também feita de disputas, rupturas e possibilidades de mudança. Dessa forma, se eu iniciei este texto me propondo a interpelar duas imagens associadas a um passado sobrevivente de censura a vozes que pudessem

contestar a empresa colonial, depreendo que esse exercício de produção de narrativas, nas palavras de Hartman (2020), insurgentes e perturbadoras já fora iniciado pelas minhas próprias colaboradoras e por muitas/os mais. Ainda que, de fato, o processo de elaboração do trauma envolva um hiato entre a consumação do evento e a fabricação do discurso em torno e contra ele (Feltrin, 2021), as escritas testemunhais dão conta de formar um arquivo crítico ao jogo de poder que ambicionou a continuidade das cantigas de ninar proferidas pelas mulheres negras e a manutenção do assujeitamento e da cumplicidade das mulheres brancas diante do patriarcado colonial racista. Ou seja, as duas mulheres que me acompanharam neste percurso investigativo fabulam criticamente (Hartman, 2020) – produzindo, no presente, fontes históricas por meio da traição às expectativas sociais em torno de oprimidos e beneficiados com a barbárie, qual seja, a opção pelo esquecimento.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 13 out. 2023.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.
- CARUTH, Cathy. **Trauma**: explorations in memory. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Nova Iorque: Routledge, 2000.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-46.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FELTRIN, Fábio. Inscrever a violência a contrapelo: genocídio e trauma na história latino-americana. In: LOSS, Adriana; LORO, Alexandre (org.). **Estudos interdisciplinares**: debates e reflexões. Curitiba: CRV, 2021.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. 4. ed. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber, volume IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**: la volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1976.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n. 5, p. 7-41, jan. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

Acesso em: 02 out. 2023.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 24 dez. 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 02 jul. 2023.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais. São Paulo: Fósforo, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIGNOLO, Walter. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 48, n. 48, p. 187-224, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 15 out. 2023.

MUDROVCIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos? **Artcultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, 22 out. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/45584>. Acesso em: 15 out. 2023.

NICHANIAN, Marc. **The historiographic perversion**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

SCHONS, Guilherme José. **Memórias de duas ditaduras ibero-amefricanas:** Brasil, Moçambique e Portugal nas escrituras pós-coloniais de Conceição Evaristo e Isabela Figueiredo. 2024. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de História, *Campus Erechim*, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2024. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7751>. Acesso em: 20 set. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico.** Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura:** o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Letras**, Santa Maria, v. 1, n. 16, p. 9-37, jan. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença:** ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2018.

SOUZA, Izanete Marques. As disputas de poder narradas em Becos da Memória. **Cadernos do Instituto de Letras**, Porto Alegre, v. 1, n. 64, p. 188-213, dez. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/128478>. Acesso em: 11 out. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DISPUTA POR MEMÓRIAS: COMO A TEOLOGIA DO DOMÍNIO PROCURA CONSTRUIR NARRATIVAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

DOI: 10.5281/zenodo.17752897

Moisés Waismann⁷⁷

Jorge Marcelo Wohlgemuth⁷⁸

Considerações iniciais

As disputas por memórias são frequentemente exacerbadas em contextos de mudanças sociais e políticas, nos quais as narrativas dominantes são questionadas ou renegociadas. Em tais momentos, diferentes grupos podem buscar recuperar memórias suprimidas ou esquecidas para afirmar suas identidades e demandas. Nas sociedades complexas, desiguais ou fragmentadas, esses discursos são geralmente múltiplos e concorrentes, cada um com o objetivo de se tornar hegemônico (Candau, 2020). Para entender essas dinâmicas é crucial compreender como as sociedades lidam com seu passado e como as memórias coletivas são moldadas pelas relações de poder e pelos contextos históricos específicos.

A memória coletiva não é um depósito neutro de eventos passados, mas sim um campo de batalha em que diferentes grupos sociais e políticos lutam para impor suas narrativas e versões do passado. Estas disputas ocorrem porque a memória é uma ferramenta poderosa para a legitimação de identidades e reivindicações de poder no presente. Por meio da seleção e interpretação de eventos históricos, os grupos podem construir uma memória que sirva aos seus interesses, excluindo ou minimizando memórias que contradigam sua visão ou ameça sua posição de poder (Candau, 2012).

77 Professor do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle Canoas – moises.waismann@unilasalle.edu.br

78 Doutorando do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle Canoas – jorge.202222692@unilasalle.edu.br

Buscando demonstrar que as disputas por memórias ocorrem na atual situação política brasileira, o presente artigo tem como questão de pesquisa “como expoentes da extrema direita político religiosa brasileira procuram construir narrativas que materializem o projeto de poder moldado pela teologia do domínio?” O objetivo geral desse estudo é analisar discursos de líderes religiosos e políticos de extrema direita brasileiros e associá-los à teologia do domínio. Os objetivos específicos são: a) identificar atores que representam a extrema direita político religiosa na atualidade brasileira; e b) contribuir com a construção de referencial teórico atual sobre a relação entre a extrema direita e a teologia do domínio.

O presente artigo está estruturado nas seguintes seções: a) considerações iniciais, em que são apresentados a questão de pesquisa e o objetivo; b) bases conceituais, que constrói o suporte teórico para o estudo; c) procedimentos metodológicos, com a descrição dos métodos e técnicas que orientaram a coleta, análise e interpretação de dados; d) apresentação e interpretação dos dados; e) considerações finais.

Bases conceituais

Esta seção apresenta os pensamentos de autores sobre dois temas relevantes para o estudo: memória coletiva e teologia do domínio.

Memória coletiva

Os conceitos de memória social e memória coletiva são fundamentais para a compreensão de como os grupos sociais influenciam a lembrança e a interpretação do passado. A memória social refere-se à forma como indivíduos recordam eventos em conjunto, sendo moldada pela interação e pelas experiências compartilhadas no contexto de grupos específicos, como família, amigos ou colegas de trabalho. As memórias individuais não existem isoladamente, mas são continuamente influenciadas e reinterpretadas por meio da convivência e do discurso com outras pessoas (Halbwachs, 1990).

A memória coletiva, por outro lado, é um conceito mais abrangente, que envolve a construção de uma memória comum que é compartilhada por toda uma

sociedade ou por grandes grupos dentro dela. Esta memória é sustentada por práticas, tradições e instituições sociais, como a educação, os meios de comunicação e os rituais comemorativos. A memória coletiva não é uma simples soma das memórias individuais, mas sim uma reconstrução do passado que atende às necessidades e valores do grupo no presente. A memória coletiva é essencial para a coesão social, pois ela fornece um sentido de identidade e continuidade ao longo do tempo. Por meio da memória coletiva, os grupos sociais são capazes de transmitir suas tradições e valores de geração em geração, mantendo vivos os vínculos com o passado. No entanto, essa memória é seletiva e pode ser manipulada, já que os grupos tendem a lembrar aquilo que reforça sua coesão e a esquecer ou distorcer o que pode causar divisões ou conflitos. Dessa forma, a memória coletiva é um campo de disputa, no qual diferentes narrativas sobre o passado podem entrar em conflito, refletindo as dinâmicas de poder dentro da sociedade (Halbwachs, 1990).

Essas diferentes narrativas representam como as pessoas compreendem a si mesmas e suas vidas como histórias que contam a si e aos outros. Essas histórias, ou narrativas, ajudam a dar sentido às experiências vividas, integrando eventos passados, presentes e futuros em uma trama coerente. A identidade narrativa é, portanto, a forma como os indivíduos fazem sentido de sua existência, criando uma unidade de vida por meio da narrativa. Pela recontagem e pela reinterpretação dessas histórias, os indivíduos não só constroem suas identidades, mas também se relacionam com o mundo e com os outros. Essa perspectiva destaca a importância da linguagem e da narrativa na formação e expressão da identidade pessoal (Rosa, 2003).

Existe uma complexa relação entre memória e identidade, e os processos de manipulação, dominação e diferenciação são essenciais para entender como as memórias são construídas e utilizadas nas sociedades. A memória não é um repositório neutro de eventos passados, mas um campo dinâmico e disputado onde diferentes grupos e indivíduos podem manipular informações para moldar identidades e influenciar percepções (Candau, 2012).

A manipulação da memória envolve a seleção e a construção de narrativas específicas que servem a interesses particulares. Isso pode ocorrer em diferentes contextos, desde a propaganda política até a educação, em que certas versões do passado são enfatizadas enquanto outras são ocultadas ou distorcidas. A

manipulação da memória é, portanto, um instrumento poderoso para criar e sustentar determinadas identidades coletivas.

A dominação, por sua vez, refere-se ao controle que certos grupos exercem sobre os mecanismos de produção e disseminação da memória. Grupos dominantes podem impor suas narrativas e silenciar vozes dissidentes, garantindo que sua visão do passado prevaleça. Este controle pode ser exercido por meio de instituições como o Estado, a mídia e o sistema educacional, que desempenham papéis cruciais na formação das memórias coletivas.

A diferenciação diz respeito à maneira como as memórias são utilizadas para estabelecer distinções entre grupos sociais. A memória pode servir como uma ferramenta para afirmar a identidade de um grupo em oposição a outros, criando fronteiras simbólicas que definem quem pertence e quem é excluído. Essa diferenciação é fundamental para a construção de identidades coletivas, pois permite aos grupos se posicionarem no espaço social e histórico.

A memória é sempre um campo de disputa, no qual diferentes narrativas competem pela legitimidade e reconhecimento. A manipulação, a dominação e a diferenciação são processos centrais nesse jogo de poder, influenciando a forma como as sociedades lembram e interpretam seu passado, e como constroem suas identidades no presente. Assim, a memória não é apenas um reflexo do passado, mas um elemento ativo na configuração das relações sociais e das identidades coletivas (Candau, 2012).

Teologia do domínio

A teologia do domínio surge de uma leitura literal e antropocêntrica dos textos sagrados, especialmente do Gênesis, que justifica a exploração e dominação da natureza pelos seres humanos, promovendo uma relação de poder e controle sobre o meio ambiente. Segundo a teologia do domínio, o mandato de "dominar a Terra", contido no livro Gênesis, é interpretado como uma licença para a exploração ilimitada dos recursos naturais (Boff, 2024).

Essa leitura literal do livro Gênesis, embasa uma ideologia que propõe a influência direta dos princípios cristãos nas esferas sociais e políticas. Originada nos Estados Unidos, essa teologia se difundiu no Brasil, principalmente entre lideranças

evangélicas, visando controlar setores estratégicos da sociedade como governo, educação, mídia e economia. A teologia do domínio é utilizada para justificar a mobilização política dos evangélicos, consolidando uma aliança entre religião e poder estatal. Essa ideologia é fundamental para entender o apoio evangélico a políticos de extrema direita, que se baseia na ideia de que os cristãos devem assumir posições de autoridade para implementar uma agenda moral e política alinhada com valores bíblicos. Isso reflete um projeto de poder que busca moldar a sociedade segundo preceitos religiosos, influenciando legislações e políticas públicas (Pereira, 2023).

A teologia do domínio orienta a atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), um grupo significativo no Congresso Nacional brasileiro que defende a implementação de uma agenda conservadora baseada em preceitos religiosos. A FPE utiliza essa teologia para justificar sua mobilização política e busca influenciar áreas como a educação, mídia, economia e, principalmente, o governo. Os parlamentares evangélicos defendem interesses como a isenção tributária para igrejas, a concessão de canais de comunicação e a promoção de pautas contrárias a direitos de grupos identitários, como a comunidade LGBTQIAP+ (DIP, 2018).

Existe um entrelaçamento entre a teologia do domínio com a teologia da prosperidade, outra corrente importante no neopentecostalismo, que prega que a fé se manifesta por meio do sucesso material e da saúde. Juntas, essas teologias moldam a ação política dos evangélicos, promovendo uma visão de mundo onde o poder deve ser exercido pelos "justos" para combater o mal, frequentemente personificado em elementos religiosos não-cristãos ou contrários aos valores defendidos por esses grupos. Essa fusão teológica e política resulta em comportamentos belicosos e persecutórios, e a ação parlamentar não apenas busca conservar privilégios, mas também impõe uma moralidade estrita baseada em suas interpretações religiosas. A influência crescente da bancada evangélica, representa um movimento estratégico para consolidar um projeto de poder profundamente enraizado na ideologia da teologia do domínio (DIP, 2018).

A teologia do domínio no Brasil é guiada por princípios que buscam a transformação da sociedade por meio da ocupação de posições de poder por líderes evangélicos. Entre os principais princípios, destacam-se a crença na soberania divina, a defesa da família tradicional e a promoção de valores cristãos em todas as

esferas da vida pública. Esses princípios propõem que os evangélicos têm a responsabilidade de influenciar a política, a educação e a cultura para refletir os ensinamentos bíblicos, combatendo o secularismo e outras ideologias vistas como contrárias à fé cristã.

A relação da teologia do domínio com a extrema direita brasileira é evidente na maneira como ambos os grupos compartilham valores e objetivos. Essa intersecção entre teologia do domínio e extrema direita tem consolidado um movimento político-religioso que não apenas visa influenciar o governo, mas também transformar a cultura brasileira, tornando-a mais alinhada com a visão conservadora e religiosa desses grupos. A doutrina é propagada por meio de cursos e eventos de temática dominionista oferecidos por igrejas, como a Assembléia de Deus Vitória em Cristo (Pereira, 2023).

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é de natureza aplicada, pois visa gerar conhecimentos para aplicação prática direcionada à resolução de problemas específicos no contexto estudado. A pesquisa aplicada busca gerar conhecimentos para a prática cotidiana e objetiva, além de resolver problemas concretos (Minayo, 2012).

Em relação aos objetivos, esta investigação é de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória é utilizada para proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Esse tipo de pesquisa é essencial quando o tema é pouco conhecido e necessita de um levantamento inicial de informações. Já a pesquisa descritiva tem como principal finalidade descrever características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. No que se refere aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é documental pois envolve a análise de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico aprofundado ou que podem ser reexaminados conforme novos propósitos ou enfoques teóricos (Minayo, 2012).

Em Cunha (2024), é apresentada a ação de 191 atores por meio de *sites* de notícias ou comunidades com histórico de publicações de apoio e agendas associadas à extrema direita no Brasil. Desses 191 atores pesquisados, o presente

estudo selecionou três: Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama do Brasil no período 2019-2022; Jair Messias Bolsonaro, ex-predidente do Brasil no período 2019-2022; e Pastor Silas Malafaia, líder da igreja neopentecostal Assembleia de Deus Vitória em Cristo. A seleção desses atores se deu em virtude de que nos dias 25/02/2024 e 21/04/2024, respectivamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, eles lideraram manifestações de caráter político-religiosas que reuniram milhares de seguidores. Também motivou a escolha, o fato desses três atores, objeto do presente estudo, terem amplo destaque nas mídias tradicionais e redes sociais.

A coleta de dados se deu pela obtenção da transcrição dos discursos desses três atores, nas manifestações supracitadas, por meio das redes sociais, e para o processamento dos dados utilizou-se a nuvem de palavras. Dessa forma, as palavras são agrupadas e organizadas graficamente de acordo com a sua frequência, o que possibilita facilmente a sua identificação, a partir de um único arquivo que reúne os textos com a transcrição dos discursos. Assim, os discursos de cada um dos atores caracterizaram um texto, e o conjunto desses textos constituiu o objeto de análise desta pesquisa.

Para apoiar a análise dos dados desta pesquisa, foi utilizado o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Ele permite diferentes processamentos e análises estatísticas de textos produzidos. Dentre as vantagens está a de ser gratuito (código aberto) e possibilitar cinco tipos de análises: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras. Importante destacar que o uso do *software* é uma ferramenta para processar os dados coletados, mas não a conclui, já que a interpretação é essencial e é de responsabilidade do pesquisador (Kami, 2016).

Apresentação e interpretação dos dados

As lembranças são moldadas e sustentadas por grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem, como a família, a comunidade e outras instituições sociais. (Halbwachs, 1990).

O conceito de quadros sociais da memória será aplicado para entender como as manifestações político-religiosas na Av. Paulista em 25/02/2024 e em

Copacabana em 21/04/2024 são lembradas e interpretadas. As memórias desses eventos são influenciadas pelos contextos sociais e políticos em que ocorreram. A mídia, os discursos políticos, e as reações do público moldam a percepção coletiva desses comícios. Entre esses comícios, os quadros sociais da memória foram fortemente influenciados pelas redes sociais de grupos de extrema-direita no Brasil. Esses grupos utilizaram plataformas digitais para moldar narrativas, reforçar identidades coletivas e mobilizar apoio. As redes sociais atuaram como espaços de construção e disseminação de memória, e eventos foram lembrados e reinterpretados à luz de discursos ideológicos. Esse processo resultou em uma memória coletiva que reforça a coesão do grupo e a continuidade de sua agenda política. O Quadro 1 apresenta os *links* das transcrições dos discursos analisados.

Quadro 1 – *links* com transcrições dos discursos

Michelle Bolsonaro	Av Paulista	https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/
	Copacabana	https://www.youtube.com/watch?v=I1fqBRw83e0
Jair M Bolsonaro	Av Paulista	https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-avenida-paulista/
	Copacabana	https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-em-ato-no-rio/
Silas Malafaia	Av Paulista	https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-malafaia-no-ato-de-bolsonaro/
	Copacabana	https://www.youtube.com/watch?v=d2s_EDmsxvM

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a obtenção das transcrições dos discursos, e com o apoio do *software* IRAMUTEQ e do *site* <https://wordart.com>, foram construídas as nuvens de palavras. A Figura 1 apresenta a nuvem de palavras dos discursos de Michelle Bolsonaro.

FIGURA 01: Nuvem de palavras do discurso de Michelle Bolsonaro



Fonte: Elaborada pelos autores.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro construiu uma imagem pública fortemente associada a valores religiosos e ao conservadorismo, frequentemente utilizando sua posição para articular temas de fé cristã e de defesa de um modelo de família tradicional. Os eventos nos quais essas falas foram proferidas foram marcados por atos públicos que visavam reforçar apoio político e consolidar um projeto ideológico fundamentado na interseção entre política, religião e identidade nacional.

A palavra mais recorrente nos discursos é "deus" (44 citações). Essa alta frequência revela a ênfase de Michelle Bolsonaro em estabelecer uma ligação entre o plano político e o divino. A palavra "deus", como um símbolo de autoridade superior, legitima e moraliza a mensagem transmitida, sugerindo que a ação política defendida por ela não apenas reflete sua crença pessoal, mas também um propósito transcendente. O uso frequente de "senhor" (37 citações) reforça esse vínculo, e a palavra pode se referir tanto a deus como ao marido, Jair Messias Bolsonaro, ampliando a ideia de uma autoridade masculina e divina que guia suas ações.

A expressão "nós" (41 citações) inclui os indivíduos na narrativa de defesa dos valores propagados, criando uma sensação de pertença a uma comunidade maior, que compartilha princípios e objetivos comuns. Ao mesmo tempo, o pronome "eu" (31 citações) sugere uma tentativa de personalização do discurso. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro se coloca não apenas como porta-voz dessa comunidade, mas como um exemplo de liderança moral e espiritual.

Ao conectar "glória" (18 citações) e "brasil" (17 citações), Michelle Bolsonaro parece sugerir que a grandeza e o futuro da nação estão diretamente ligados à adesão a valores cristãos, além de insinuar uma narrativa de destino manifesto, em que o Brasil tem um papel especial e predeterminado na história.

Um aspecto perceptível no discurso de Michelle Bolsonaro é a presença da palavra "mulher" (16 citações). A menção à "mulher" também serve como uma resposta à crescente crítica de setores feministas a Jair Messias Bolsonaro, que frequentemente foi acusado de misoginia e de retroceder nas políticas de igualdade de gênero.

A palavra "nação" (12 citações), em conjunção com "brasil" e "glória", revela uma narrativa de patriotismo, em que a identidade nacional é definida pela adesão a valores cristãos e conservadores. A "nação" dessa forma é personificada como algo sagrado, cuja proteção e glória dependem da fé e da lealdade aos princípios cristãos. No caso de Michelle Bolsonaro, esse apelo à nação também serve para consolidar a ideia de que seu grupo político é o único legítimo defensor do Brasil, identificando-se como guardião da identidade nacional e dos valores morais.

É possível inferir que o discurso de Michelle Bolsonaro está profundamente enraizado em uma retórica religiosa, que mistura fé e política em uma narrativa de defesa nacional e de valores tradicionais. A análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras revela como esses discursos estão estruturados para conectar identidade nacional, gênero e religião, criando uma mensagem poderosa para uma base política conservadora e religiosa.

A análise dos discursos de Michelle Bolsonaro, com base na nuvem de palavras gerada pelo software IRAMUTEQ, revela uma retórica centrada em três pilares principais: religião, patriotismo e papéis de gênero tradicionais. O uso recorrente de termos como "deus", "senhor" e "glória" reforça a ideia de que o projeto político defendido por Michelle Bolsonaro e seu grupo é divinamente sancionado.

A palavra "mulher" é outro elemento central do discurso, posicionando Michelle como uma voz que representa e defende as mulheres dentro de um quadro conservador, reforçando papéis de gênero tradicionais. Finalmente, as palavras "nação" e "brasil" completam essa narrativa, em que a fé cristã e os valores tradicionais são apresentados como fundamentais para o futuro e a glória do país.

de discursos populistas, nos quais o líder se coloca como salvador da nação contra ameaças internas e externas, reforçando a ideia de um "nós" (a verdadeira nação) versus "eles" (os inimigos do povo).

A palavra "eu", no entanto, sugere uma personificação extrema do poder. Ao se referir constantemente a si mesmo, Jair Messias Bolsonaro reforça sua figura de liderança carismática e centralizadora, característica dos discursos personalistas. Essa repetição da primeira pessoa do singular pode ser interpretada como uma forma de consolidar sua autoridade individual sobre seus apoiadores, criando uma ligação direta entre sua imagem e a do país. A ideia subjacente é que Jair Messias Bolsonaro é sinônimo de Brasil e sua liderança é essencial para a proteção da nação.

A palavra "liberdade" (18 citações) é um dos principais eixos do discurso bolsonarista. A defesa da liberdade é usada de maneira abrangente, referindo-se tanto à liberdade individual quanto à liberdade política. No entanto, é preciso entender que essa liberdade é frequentemente interpretada de maneira seletiva no discurso de Jair Messias Bolsonaro, ligada à defesa da propriedade privada, à liberdade de expressão para seus apoiadores e à luta contra o que ele identifica como controle estatal excessivo ou interferência de instituições. A "liberdade" no discurso bolsonarista está diretamente relacionada à ideia de resistência contra políticas de controle social e econômico, que ele associa a governos de esquerda ou a intervenções do judiciário.

Entretanto, a palavra "estado" (também 18 citações) revela uma contradição inerente no discurso de Jair Messias Bolsonaro. Ao mesmo tempo em que ele reforça a ideia de que o Estado deve ser forte o suficiente para garantir a segurança e a ordem, o que implica a defesa de um aparato estatal robusto no controle da segurança pública e na implementação de suas políticas, é feita uma crítica ao estado inchado, burocrático e corrupto. No discurso de Jair Messias Bolsonaro, essa contradição não é resolvida, mas sim utilizada estrategicamente para justificar diferentes posturas políticas dependendo da questão em pauta.

A palavra "povo" (15 citações) reflete a centralidade da ideia de que Jair Messias Bolsonaro se vê como o representante direto do "povo brasileiro". Esse termo é comum em discursos populistas, em que o líder reivindica uma conexão orgânica e única com a população, opondo-se às elites e às instituições que, segundo ele, estariam desconectadas dos interesses populares. Para Jair Messias Bolsonaro,

o "povo" é tanto um recurso retórico quanto uma ferramenta política. Ao lado de "povo", a palavra "presidente" (também com 15 citações) reforça sua reivindicação de legitimidade. A utilização do termo "presidente" para se referir a si mesmo, mesmo fora do cargo, pode ser interpretada como uma tentativa de se manter relevante politicamente e de reforçar sua autoridade mesmo após o fim de seu mandato.

A palavra "golpe" (15 citações) desempenha um papel crucial nos discursos de Jair Messias Bolsonaro nos discursos analisados. Desde antes de sua derrota nas eleições, ele e seus aliados flertaram com a ideia de que o processo eleitoral e as instituições brasileiras estariam envolvidas em uma conspiração para retirá-lo do poder. O uso da palavra "golpe" nesses discursos sugere uma continuidade dessa retórica. Essa retórica é típica de líderes populistas que, ao perderem eleições ou enfrentarem crises de legitimidade, acusam as instituições democráticas de fraude ou manipulação. Ao insistir na ideia de golpe, Jair Messias Bolsonaro mobiliza seus seguidores em torno da noção de que seu projeto político é vítima de uma injustiça, incentivando a desconfiança nas instituições democráticas e potencialmente preparando o terreno para ações mais radicais de contestação à ordem política vigente.

A palavra "família" (10 citações) é um dos pilares do discurso bolsonarista e de muitos movimentos de direita ao redor do mundo. O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro utiliza o conceito de "família" como um símbolo de ordem, moralidade e tradição. A defesa da família no seu discurso está associada à promoção de valores conservadores e à resistência a mudanças sociais, especialmente aquelas relacionadas aos direitos LGBTQIAP+, ao feminismo e à educação sexual. Ao enfatizar a família, Jair Messias Bolsonaro busca mobilizar um eleitorado conservador que teme as transformações culturais e sociais dos últimos anos. Ele utiliza a defesa da família como uma forma de contrastar sua visão de mundo com a de seus adversários políticos, que ele acusa de quererem destruir ou desestabilizar a estrutura familiar tradicional. Esse apelo à família é também uma maneira de se conectar emocionalmente com uma parcela significativa da população que valoriza os laços familiares como centro da vida social e política.

A análise de conteúdo dos discursos de Jair Messias Bolsonaro revela uma construção retórica cuidadosa, voltada para consolidar sua base de apoio e ampliar

ao indivíduo Pastor Silas Malafaia, mas também uma representação de uma voz moral que, segundo ele, fala em nome de Deus, da verdade e da justiça. Essa autoafirmação também pode ser interpretada como uma forma de legitimar sua autoridade ao se posicionar como um líder com missão divina, cuja opinião e visão são, por definição, superiores às das instituições ou das elites políticas.

A segunda palavra mais mencionada, "alexandre moraes" (42 citações), nos discursos de Malafaia, sugere que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, é um alvo central de suas críticas. Ao atacar Alexandre de Moraes, Malafaia alimenta uma narrativa de vitimização em que ele e seus aliados são injustamente perseguidos pelas instituições. Isso também reforça a retórica de que o STF (Supremo Tribunal Federal) é um órgão que estaria ultrapassando suas prerrogativas constitucionais ao agir contra figuras ligadas ao bolsonarismo. A crítica a Alexandre de Moraes, portanto, não é apenas uma crítica ao indivíduo, mas um ataque simbólico ao sistema de justiça e às elites que, segundo Malafaia, estariam agindo de maneira antidemocrática.

A palavra "povo" (24 citações) é central na construção do discurso de Malafaia. Como em muitos discursos populistas, o termo "povo" é utilizado para se referir a uma entidade coletiva que é o verdadeiro detentor do poder e da legitimidade.

A palavra "presidente" (23 citações) está intimamente ligada à ideia de uma liderança que representa diretamente esse "povo". Embora Malafaia não esteja se referindo diretamente ao presidente em exercício, a palavra carrega uma carga simbólica forte, evocando tanto a figura de Jair Messias Bolsonaro quanto a defesa de uma forma de governo em que o presidente atua como o defensor dos valores conservadores e cristãos. Ao mencionar "presidente", Malafaia pode estar tanto reiterando seu apoio a Bolsonaro quanto criticando as figuras institucionais que, segundo ele, agem contra a vontade popular expressa nas urnas.

A palavra "bolsonaro" (22 citações) revela a proximidade de Malafaia com o ex-presidente e sua retórica. O Pastor Silas Malafaia tem sido um dos mais proeminentes apoiadores de Jair Messias Bolsonaro dentro do campo evangélico e os discursos analisados reforçam essa aliança. A menção frequente a Bolsonaro nos discursos de Malafaia indica não apenas o apoio ao ex-presidente, mas também a tentativa de manter vivo o legado político de Bolsonaro entre seus seguidores. Essa

conexão entre Malafaia e Bolsonaro vai além do simples apoio eleitoral; ela reflete uma aliança baseada em valores comuns, como a defesa da família, da liberdade religiosa e da moralidade cristã. Ao mencionar Bolsonaro, Malafaia reafirma sua lealdade ao ex-presidente e reforça a narrativa de que ambos são líderes injustamente perseguidos por suas convicções políticas e religiosas.

A palavra "golpe" (19 citações) reflete uma retórica de contestação da legitimidade das instituições democráticas. Desde a derrota de Bolsonaro nas eleições, figuras próximas a ele, como Malafaia, têm usado essa palavra para sugerir que há uma conspiração para remover ou impedir o retorno do bolsonarismo ao poder. O termo "golpe" é utilizado para criar uma narrativa em que Bolsonaro, Malafaia e seus aliados são vítimas de uma trama orquestrada pelas elites políticas e jurídicas do país. Essa retórica de "golpe" também serve para mobilizar os seguidores de Malafaia e Bolsonaro, incitando um sentimento de indignação e injustiça.

A palavra "brasil" (18 citações) reflete o nacionalismo que permeia o discurso de Malafaia. Assim como Bolsonaro, Malafaia utiliza a ideia de "Brasil" como uma entidade em perigo, ameaçada por forças internas que, segundo ele, são representadas pelas elites políticas, midiáticas e jurídicas. O uso da palavra "brasil" em seus discursos sugere uma visão em que o país precisa ser "salvo" dessas forças corruptas e antidemocráticas.

Por outro lado, a menção ao "STF" (15 citações) revela a centralidade das instituições jurídicas como alvo das críticas de Malafaia. O STF, em particular, é visto como um inimigo, uma instituição que estaria traindo os princípios democráticos ao agir de maneira autoritária contra figuras políticas e religiosas como Bolsonaro e Malafaia.

A análise das palavras mais citadas nos discursos de Silas Malafaia sugere uma estrutura retórica que combina elementos de um discurso religioso tradicional com uma narrativa política populista. Ao colocar-se no centro da mensagem com o uso constante de "eu", Malafaia reforça sua autoridade como líder espiritual e político. O ataque a figuras como Alexandre de Moraes e ao STF visa minar a legitimidade das instituições democráticas, enquanto a defesa de Bolsonaro e o uso da palavra "golpe" mobilizam seus seguidores em torno da ideia de que há uma conspiração contra os valores que eles defendem.

Ele utiliza sua posição de pastor para legitimar sua intervenção política, e vice-versa, apresentando-se como um defensor dos valores cristãos e da liberdade contra um suposto autoritarismo das elites. Essa interseção entre religião e política é uma das razões pelas quais Malafaia conseguiu se manter como uma figura de destaque no cenário público brasileiro, especialmente entre os apoiadores de Bolsonaro.

Considerações finais

A análise dos discursos de Michelle Bolsonaro, Jair Messias Bolsonaro e Silas Malafaia proferidos na Avenida Paulista em 25 de fevereiro de 2024 e em Copacabana em 21 de abril de 2024 revela uma interseção entre política, religião e retórica de poder, especialmente quando se considera a teologia do domínio. Essa corrente teológica, que prega o domínio cristão sobre as esferas política, econômica e social, encontra eco nos discursos desses líderes, todos fortemente influenciados por valores conservadores e religiosos.

Os discursos aqui analisados podem ser vistos como uma manifestação dessa doutrina, especialmente no contexto brasileiro, onde a ascensão de líderes religiosos conservadores tem moldado a política contemporânea. Esses discursos revelam como a linguagem e os valores da teologia do domínio foram utilizados para mobilizar os fiéis e consolidar a base política em torno de uma visão de mundo que enfatiza o papel central da fé cristã na governança.

O discurso de Michelle Bolsonaro é fortemente marcado por temas religiosos e pelo uso da fé como um mecanismo de unificação entre os apoiadores do movimento bolsonarista. A teologia do domínio é claramente visível nesse discurso, pois ela não apenas invoca a fé, mas também argumenta que os cristãos têm um papel a desempenhar na transformação do Brasil. Sua retórica sugere que a participação política dos cristãos é uma extensão natural de sua fé, sendo necessário que os valores religiosos permeiem o governo e as políticas públicas. Ao utilizar a imagem de uma "nação sob Deus", ela reforça a ideia de que o destino do Brasil está intrinsecamente ligado à submissão a uma ordem moral cristã. Ela também adota um discurso de "batalha espiritual", uma metáfora comum na teologia do domínio.

A teologia do domínio prega que os crentes têm o direito de exercer domínio

sobre as esferas seculares para proteger seus valores. Ao enfatizar "liberdade", Jair Messias Bolsonaro se coloca como o defensor das liberdades religiosas e civis contra um suposto controle autoritário do Estado. Outro aspecto central do discurso de Jair Messias Bolsonaro é a defesa da família, outro tema caro à teologia do domínio. Ele frequentemente se apresenta como um defensor dos valores familiares tradicionais, argumentando que a preservação da família é essencial para o fortalecimento da nação.

O Pastor Silas Malafaia, como figura de destaque do movimento evangélico no Brasil, adota um discurso que é uma manifestação explícita da teologia do domínio. A referência frequente ao "povo" nos discursos de Malafaia também reflete a ideologia dominionista, pois ele argumenta que o verdadeiro poder emana do povo cristão, que deve tomar controle das estruturas de poder para garantir que a nação seja governada de acordo com a vontade de Deus.

O elemento comum nos discursos de Michelle Bolsonaro, Jair Messias Bolsonaro e o Pastor Silas Malafaia é a interseção clara entre a teologia e a política, com a teologia do domínio servindo como a base ideológica subjacente. A ênfase na fé cristã como a força orientadora para a ação política, a crítica às instituições democráticas e a mobilização em torno de valores familiares e da liberdade são expressões diretas dessa corrente teológica.

Essa retórica, por sua vez, encontra ressonância entre milhões de brasileiros que compartilham dessas convicções, criando uma base política coesa em torno de uma visão de mundo dominada pelos princípios do cristianismo conservador. A teologia do domínio fornece, assim, uma moldura teológica para a ascensão de figuras políticas e religiosas que buscam consolidar seu poder sobre a sociedade brasileira.

Referências

BOFF, L. A teologia do domínio: refutação de uma falácia. **Instituto Humanitas Unisinos**. 2024. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637315-a-teologia-do-dominio-refutacao-de-uma-falacia-artigo-de-leonardo-boff>> Acesso em 04.jun.2024.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Ed. Contexto, São Paulo, 2012.

CANDAU, J. Memória ou metamemória das origens? **Caderno de Letras**. Pelotas, n. 37, mai. – ago. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/index>. Acesso em 17 mai. 2024.

CUNHA, C. V. *et al.* **Extrema direita no Brasil: sujeitos e coletivos pela “restauração nacional”**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2024.

DIP, A. **Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileiro, 2018.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

KAMI, M. T. M. *et al.* Trabalho no consultório na rua: o uso do *software* IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. **Revista Escola Anna Nery**, v. 20, n. 3, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ean/i/2016.v20n3/>. Acesso em 05 jun. 2024.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PAULA, M.; VITAL, C. **Religião, democracia e extrema direita**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023.

PEREIRA, E. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 76, p. 147-173, jan. – abr. 2023.

ROSA, J. M. da S. Da identidade narrativa: Paul Ricoeur, leitor de Santo Agostinho. Artigos LUSOSOFIA, Lisboa, 2003. Disponível em <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/6236/1/2002%20-%20Da%20Identidade%20Narrativa.%20P.%20Ricoeur.%20leitor%20de%20Santo%20Agostinho.pdf>. Acesso em 04 jun. 2024.

ISBN 978-656009223-5

